



Intervir+

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Económico
e Coesão Territorial da RAM

Relatório Anual de Execução do
Programa Intervir+

2010

INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 16 2 PO 002

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico
e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira

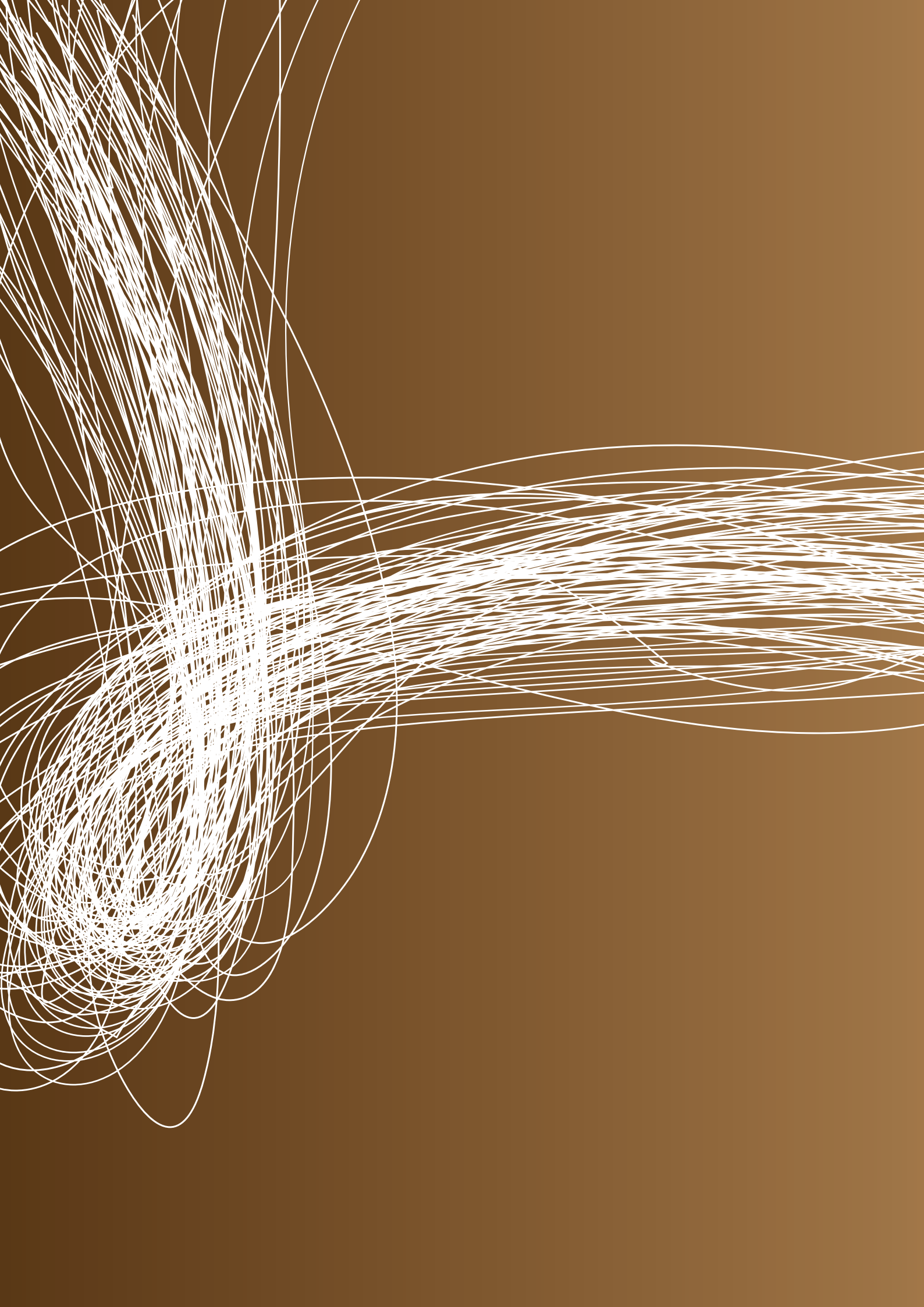
Decisão da Comissão: C(2007) 4622 de 05.10.2007

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2010

Data de aprovação pela Comissão de Acompanhamento: 14.06.2011





Sumário Executivo

Apresentação do Programa Operacional

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (Programa Intervir+) foi aprovado por Decisão da Comissão Europeia C(2007) 4622, de 5 de Outubro, com o código CCI 2007 PT 16 2 PO 002, mobilizando mais de 320 milhões de euros de financiamento comunitário propiciados pelo FEDER.

O Programa assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prossequindo as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento.

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objectivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, o de manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O Programa Intervir+ está estruturado em seis Eixos Prioritários: Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento; Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional; Eixo III - Desenvolvimento Sustentável; Eixo IV - Coesão Territorial e Governança; Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade; Eixo VI - Assistência Técnica.

A governação do Programa compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento. A Autoridade de Gestão é o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) representado pelo seu Presidente, associando-se o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM) como Organismo Intermédio do Programa.

Execução do Programa Operacional

Em termos de realização e análise dos progressos, constata-se uma evolução muito expressiva em 2010, traduzida quer pelos níveis de realização física e financeira, quer pelo grau de cumprimento dos objectivos do Programa e que consolida a tendência de crescimento que havia já sido encetada em 2009.

Em 31.12.2010, a absorção da dotação FEDER pelo Programa ascendia a 64% (45% em 2009). Este resultado ilustra a dinâmica registada em termos de candidaturas aprovadas, sendo que o Programa inscrevia 552 candidaturas aprovadas durante o ano de 2010 (o ano de 2009 havia terminado com 109 candidaturas aprovadas).

A taxa de execução financeira situou-se em 36%, correspondendo todavia a uma aceleração face ao ano anterior (10%).

O aumento do número de aprovações em termos de realização física contratada traduz o contributo do Programa para os indicadores comuns comunitários, de que se destaca:

- O forte incremento no número de empregos criados como resultado directo dos projectos apoiados (de um total acumulado de 99 empregos criados em 2008, para um total de 637 em 2009 e 1314 em 2010);
- O crescimento do número de projectos de I&DT (5 projectos contratados em 2008, 19 em 2009 e 18 em 2010) e do número de empregos criados na investigação, que passou de 8 em 2008 para 43 em 2009 e 103 em 2010, para o qual contribuíram fortemente as aprovações na Área de Intervenção "Incentivos Directos e Indirectos às Empresas";
- O crescimento do número de projectos de apoio às empresas, com um total acumulado de 312 projectos apoiados, correspondendo a um investimento induzido de 13,4 Milhões de euros;

- O incremento do número de projectos de Turismo e do número de empregos criados (12 projectos contratados em 2009 e 14 em 2010) impulsionado pelo forte contributo da Área de Intervenção “Projectos de Investimento Empresarial Integrados e Inovadores”, contribuindo assim para a melhoria da envolvente empresarial num sector vital para a economia regional;
- O aumento do número de projectos associados à Educação, resultado da contratação de 4 projectos em 2010 contribuindo assim para a consolidação da cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos escolares colectivos (em benefício da população escolar da RAM);
- A aprovação de 2 projectos na área da Saúde, na Tipologia “Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico”;
- A aprovação de 3 projectos na área da Prevenção de Riscos, na Tipologia “Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”.

Igualmente, traduz o aporte do Programa para as prioridades comunitárias definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa. No final de 2010, verifica-se que as despesas executadas em categorias de despesa earmarking correspondem a 61% do FEDER executado. Relativamente à aferição da meta, e considerando que a execução verificada no mesmo período para o Programa Rumos situa-se nos 98%, resulta que o montante total de Fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking corresponde a 78%.

Relativamente a informação sobre a conformidade com o direito comunitário, a Autoridade de Gestão assegura que as operações financiadas pelo Programa cumprem com a legislação comunitária aplicável.

Os problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional e medidas tomadas entroncam num quadro de dificuldades financeiras que influenciam o contexto de execução do Programa. Assinalam-se os acontecimentos trágicos de Fevereiro de 2010, com reflexos no estabelecimento de prioridades imprevistas de financiamento em domínios de infra-estruturação material.

Foram ponderadas medidas para melhorar os níveis de execução no sentido de eliminar compromissos sem capacidade ou com baixa probabilidade de execução, bem como ajustar os instrumentos de acesso de forma a estimular e facilitar a execução.

Refira-se que a Autoridade de Auditoria emitiu os relatórios e pareceres anuais previstos nas disposições comunitárias, nos quais foram emitidas opiniões sem reservas sobre o adequado funcionamento dos sistemas de gestão e controlo do Intervir+, bem como acerca da legalidade e regularidade das despesas certificadas à Comissão.

Como referido atrás, em termos de mudanças no contexto da execução do Programa Operacional, o ano em análise foi marcado por uma conjuntura externa altamente desfavorável. Com efeito, as circunstâncias particularmente difíceis das contas públicas nacionais originaram a implementação de medidas de ajustamento orçamental e de correcção dos níveis de endividamento público, agravando as pressões descendentes sobre a actividade económica nacional, com implicações determinantes para a Região Autónoma da Madeira.

Assistiu-se assim a uma certa retracção em termos de investimento por parte dos agentes económicos privados, com as naturais consequências ao nível do volume de adesão aos sistemas de incentivos ao investimento contemplados no Intervir+, por força da conjuntura económica e financeira adversa global e tendo ainda em consideração os efeitos negativos e as consequências trágicas da intempérie de 20 de Fevereiro.

O Programa Intervir+ não sofreu alterações substanciais na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

A análise da complementaridade com outros instrumentos ou iniciativas da União, tem subjacente procedimentos de articulação e de demarcação estabelecidos com os instrumentos do FSE, do FdC, do FEDER (Cooperação Transnacional), do FEADER e do FEP. O IDR enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ e do Programa Rumos e enquanto Organismo responsável, na Região, pela coordenação global dos fundos comunitários aplicáveis à RAM, realiza

semestralmente a verificação da complementaridade entre as várias intervenções operacionais através da troca de informações e do respectivo cruzamento das listas dos projectos aprovados nos diferentes PO. Este exercício permitiu esclarecer eventuais situações de sobreposição de operações co-financiadas, bem como auxiliou a recolha de informação sobre a verificação da existência de situações de complementaridade entre as operações co-financiadas e a co-financiar pelos instrumentos referenciados.

Em 2010, não foram utilizados os instrumentos financeiros previstos no âmbito das Iniciativas JEREMIE e JESSICA.

O ano de 2010 foi um ano exigente ao nível das funções acompanhamento e avaliação.

O Programa Intervir+ é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização interno do Programa. O acompanhamento do Programa é efectuado mensalmente, conjuntamente com o IFDR e Observatório do QREN, com o recurso a mapas de monitorização construídos com base na informação residente no SIGMA, dando lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, bem como a reportes internos que permitem à AG, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa.

Em finais de 2010, o sistema de monitorização do QREN sofreu uma adequação, tendo sido criado um mecanismo rápido, simplificado e complementar de monitorização da execução financeira, para efeitos de reporte adicional à coordenação política.

A AG mantém um serviço externo de consultoria especializada no âmbito da monitorização estratégica de apoio à gestão do Programa, do qual resultam actividades técnicas de suporte às análises de natureza mais qualitativa. Este exercício é, de certo modo, complementar aos exercícios de avaliação impostos por normativos comunitários.

Em termos de consolidação do modelo de gestão e controlo, foi actualizada em 31.08.2010 a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Intervir+, cujo procedimento compreendeu a consulta a todas unidades envolvidas na gestão do Programa, incluindo o Organismo associado à gestão (IDE-RAM). Nesta actualização foram tidas em conta as recomendações e insuficiências apontadas nos relatórios da Inspeção-Geral de Finanças e complementarmente no âmbito da supervisão.

O Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos (SIGMA) de suporte à AG do Programa Intervir+ garante a recolha, processamento, análise, reporte e envio de dados para a autoridade de certificação. Este sistema é igualmente utilizado pelo Organismo Intermédio IDE-RAM.

No decorrer de 2010 foram concluídos e estabilizados os módulos de exportação, através de web services, de dados de suporte à monitorização mensal e de gestão de devedores. Foram ainda efectuados desenvolvimentos significativos nos módulos de SIGMA PaperLess e no interface disponibilizado aos beneficiários (Bolsa de Candidaturas). Através deste último módulo, foram introduzidas novas funcionalidades, sendo de destacar a possibilidade de actualização de indicadores físicos, a formalização da desistência de candidaturas e a introdução de várias consultas sobre os pedidos de financiamento.

No que concerne à função Avaliação, o primeiro ciclo de avaliação foi concluído durante o ano de 2010, encontrando-se o Relatório Final e Sumário Executivo do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, realizado pela Empresa Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, disponível no sítio Web do IDR (<http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/>). A avaliação intercalar do Programa Intervir+ insere-se no segundo ciclo de avaliação, estando o seu lançamento previsto para o 2º semestre de 2011.

Em 2011, para além da divulgação dos resultados do processo de avaliação do PO, desenrolou-se o follow-up das recomendações dessa avaliação. O documento que consubstancia a resposta obrigatória às recomendações da avaliação está igualmente disponível para consulta no site do IDR (das vinte e seis recomendações, treze recomendações foram aceites integralmente, seis foram parcialmente aceites e sete não foram aceites).

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a AG aplicou em 2010 os requisitos associados à avaliação e controlo dos efeitos significativos no Ambiente, decorrentes da aplicação dos apoios do Programa. Foi efectuada a aferição dos efeitos resultantes da implementação do Programa Operacional com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental considerados relevantes para o Programa e a análise dos respectivos resultados, na óptica da autoridade de gestão, bem como a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE do QREN.

Execução por eixo prioritário

O Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento, apresentava em 31.12.2010 uma taxa de compromisso de 61% e uma taxa de execução de 6%, destacando-se todavia os indicadores de realização alimentados pelas contratações efectuadas no âmbito dos vários sistemas de incentivos. A realização contratada da totalidade dos indicadores de resultado ultrapassa as metas traçadas para 2010, destacando-se os indicadores "Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio" e "Serviços Públicos on-line", cujos objectivos consignados para 2015 foram já ultrapassados.

Refira-se em particular que, ao nível dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, foram contratados até final de 2010 um total de 26 projectos de apoio directo ao investimento de PME, sendo 22 desses projectos referentes a novas empresas (start-up). Dos projectos contratados em 2010, está prevista a criação de 80 novos postos de trabalho. Para estes projectos contratados, estima-se que o investimento induzido se situe na ordem dos 1,49 milhões de euros.

Embora indiciando alguma recuperação, constitui o Eixo com maior dificuldade em transformar compromissos em execução. Das medidas adoptadas para melhorar os níveis de execução, destaca-se quanto ao financiamento da contrapartida nacional, a alteração em 2010 da taxa de co-financiamento dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, de 50% para 80%. A possibilidade de alteração das condições de aplicação do SI + CONHECIMENTO, de forma a uma maior simplificação do mesmo, assim como a sua adaptação ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria, contribuirá igualmente para a melhoria dos índices de execução deste Eixo.

Este Eixo beneficiou ainda das medidas gerais tomadas no âmbito, quer das autorizações orçamentais que privilegiam os pagamentos de projectos co-financiados, quer dos procedimentos de controlo da recepção dos pedidos de pagamento do Programa, neste caso, potenciado pelos alertas para ajustamento da execução dos projectos aos montantes programados, bem como, das medidas tomadas no contexto dos mecanismos de apoio às empresas, em concreto através do lançamento de ferramentas de engenharia financeira.

O Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional, em 31.12.2010, apresentava um taxa de compromisso de 97% e uma taxa de execução de 36%. Importa destacar os progressos efectivos, tanto em termos de realização contratada, como de realização executada, dos indicadores de realização física e de resultado relacionados com os Sistemas de Incentivos e com os projectos de Engenharia Financeira. Efectivamente, é possível observar que as metas previstas para 2015, associadas a estes tipos de projectos, foram já atingidas, nomeadamente no que concerne aos indicadores de realização "Empresas Apoiadas" e "Instrumentos de Engenharia Financeira" e ao respectivo indicador de resultado "Investimento Privado Induzido".

É possível aferir a evolução positiva de todos os indicadores comuns comunitários associados a este Eixo, à excepção dos indicadores relativos às áreas temáticas "Energias Renováveis" e "Alterações Climáticas" por não apresentarem realização contratada. Verificou-se ainda um aumento significativo ao nível das realizações na área do Turismo, na medida em que o "N.º de projectos contratados" duplica (de 11 para 23) e o "N.º de empregos criados" aumenta exponencialmente (de 7 para 123).

Ainda relativamente aos indicadores comuns comunitários, mas focando a análise nas realizações e resultados inerentes aos Sistemas de Incentivos, verifica-se que está prevista a criação de 364 postos de trabalho, sendo 24 referentes a

projectos contratados em 2008, 115 a projectos de 2009 e os restantes 225 a projectos de 2010.

Neste Eixo onde se verificam índices muito significativos, quer de aprovação, quer de execução, persistem todavia constrangimentos quanto à transformação de compromissos em execução, os quais prendem-se com dificuldades de execução em particular dos projectos que são desenvolvidos por empresas, através dos Sistemas de Incentivos e instrumentos de engenharia financeira.

Das medidas adoptadas para melhorar os níveis de execução, estende-se igualmente a este Eixo a orientação geral no âmbito das autorizações orçamentais, que privilegia os pagamentos de projectos co-financiados, bem como o procedimento estabelecido de controlo da recepção dos pedidos de pagamento do Programa, potenciado pelos alertas para ajustamento ao programado. Destaca-se igualmente a alteração em 2010 da taxa de co-financiamento dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, de 50% para 80%.

Ainda no âmbito dos SI refira-se as alterações feitas a alguns dos regulamentos específicos no sentido de os simplificar e tornar mais flexível o acesso aos mesmos, bem como o lançamento de ferramentas a nível da engenharia financeira, para dinamizar e fortalecer a capacidade de execução das empresas quanto aos investimentos aprovados no âmbito do Intervir+ e no propósito de criar um ambiente de maior apetência ao investimento.

Decorrente da intempérie ocorrida a 20 de Fevereiro, foi ainda necessário criar medidas específicas de apoio às empresas que foram afectadas. Neste sentido, foram alteradas as condições de aplicação do SI QUALIFICAR + de forma a diferenciar positivamente as empresas que se viram obrigadas a deslocalizar as suas instalações para um dos parques empresariais da RAM.

O Eixo III - Desenvolvimento Sustentável, registava em 31.12.2010 uma taxa de compromisso de 31% e uma taxa de execução de 3%, indiciando todavia, tanto a nível de indicadores de realização física, como de resultado, progressos ao nível das metas previstas. Da análise, é possível verificar que, em 2010, o número de projectos aprovados mais que duplicou (de 4 para 9), com grande enfoque nas áreas ambiental (4 projectos) e de prevenção de riscos (5 projectos), tendo relativamente a esta última, os respectivos indicadores de realização e de resultado ultrapassaram já as metas preconizadas para o final do Programa (2015).

No âmbito das estruturas de gestão ambiental, também o indicador de realização física "N.º projectos de infra-estruturas ambientais" atingiu a meta para 2015. O respectivo indicador de resultado "População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas", ultrapassou a meta traçada para 2010, mas encontra-se ainda longe da estipulada para 2015.

No que diz respeito aos indicadores comuns comunitários, e considerando que até 31.12.2010 foram aprovadas 9 candidaturas no âmbito do Eixo III, estes indicadores apresentam valores de realização contratada algo expressivos, por confronto com as dificuldades de implementação do Eixo, dos quais se salientam os relativos às áreas temáticas "Transportes", "Ambiente" e "Prevenção de Riscos".

Neste Eixo persiste a situação de desempenho abaixo das expectativas. A constância da fraca taxa de execução prende-se principalmente com constrangimentos financeiros na execução dos projectos e com as próprias características dos projectos aprovados, i.e., execução plurianual e processos de contratação pública morosos. As medidas iniciadas em 2010 para acelerar a execução foram no sentido de imprimir um acompanhamento "caso a caso", de forma a impor e estabilizar um cronograma de execução compatível com regras de boa gestão. Igualmente contribuíram as medidas gerais tomadas no âmbito das autorizações orçamentais e dos procedimentos de gestão, já referenciadas para os Eixos I e II.

Dadas as alterações de contexto do Programa e o acontecimento extraordinário de 20 de Fevereiro, este Eixo apresenta disponibilidades financeiras que obrigam à ponderação de medidas de flexibilização ao nível da afectação dos recursos a Eixos mais dinâmicos, desde que assegurada a continuidade da estratégia de desenvolvimento assumida. Assim, uma eventual reprogramação em 2011, em associação com os Eixos Prioritários I e II, deverá permitir uma mais adequada utilização dos recursos, no garante dos objectivos deste Eixo.

O Eixo IV - Coesão Territorial e Governação, apresentava em 31.12.2010 uma taxa de compromisso de 86% e uma taxa de execução de 38%, revelando progressos quanto ao cumprimento das metas consignadas aos indicadores de realização física e de resultado.

Neste Eixo, a realização contratada dos indicadores “Estabelecimentos de ensino intervencionados” e “Projectos de reabilitação urbana e rural” já ultrapassou largamente os objectivos do Programa para 2015, reflectindo uma forte dinâmica do Programa, tanto da área da Educação, como da Reabilitação Urbana e Rural, não perspectivada aquando da fase de concepção do PO e, por conseguinte, da delineação das respectivas metas. As metas para 2015 associadas aos indicadores de resultados “Alunos abrangidos por escolas intervencionadas” e “Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros” foram já ultrapassadas, à excepção do indicador “Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S. Vicente”.

Apresentando este Eixo um desempenho “superior” em relação aos restantes Eixos, não poderá no entanto ser descurada a atenção aos respectivos níveis de execução. As iniciativas tomadas foram no sentido da continuidade do princípio da selectividade no que concerne à análise das candidaturas e pedidos de pagamento, dada a relevância do investimento infra-estrutural para as prioridades estratégicas do Programa e ainda para a estratégia de combate à crise económica e financeira.

O Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade, registava em 31.12.2010 uma taxa de compromisso de 46% e uma taxa de execução de 21%, destacando-se a implementação do Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira, denominado SI FUNCIONAMENTO, bem como a respectiva alteração do Regulamento de Aplicação, que veio alargar o apoio às médias empresas e reduzir o limite da despesa elegível.

A abertura das candidaturas ao SI FUNCIONAMENTO durante o ano 2010 permitiu a concretização dos apoios ao funcionamento nas empresas, previsto no Programa, sendo que a realização contratada do indicador de realização física associado a este sistema de incentivos, concretamente, “Empresas apoiadas”, ultrapassa já a meta prevista para 2010, e existindo já realização executada, apesar de a implementação deste Sistema só se ter iniciado no ano em análise.

Em 2010 foi igualmente aprovado um projecto no contexto do serviço público de gestão e tratamento de resíduos, na Tipologia “Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviço de Interesse Económico Geral”, contribuindo para a alimentação dos respectivos indicadores de realização física e de resultado.

Da análise aos indicadores comuns comunitários, é de destacar a evolução do indicador “N.º projectos”, alusivo à área temática “Ajudas directas ao investimento nas PME”. Esta evolução reflecte a dinâmica registada em 2010 em termos de projectos aprovados no âmbito do SI FUNCIONAMENTO.

A operacionalização do Eixo V, em particular na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas”, foi aquela em que se verificou maior dificuldade. Refira-se em concreto, os constrangimentos sentidos quanto ao enquadramento do processo de notificação (face à escassa informação sobre auxílios ao funcionamento) que atrasou o próprio processo junto da Comissão Europeia e consequentemente criou problemas quanto à operacionalização do Sistema de Incentivos ao Funcionamento.

As medidas adoptadas em 2010 foram sobretudo no sentido de intensificar as participações ao funcionamento, e traduziram-se na opção de reprogramar internamente este Eixo. Concorre para esta situação a dinâmica que o SI ao Funcionamento tem apresentado.

Grandes projectos e projectos ambientais

O Programa, na informação sobre grandes projectos para 2007-2013, apresenta, a título indicativo, dois grandes projectos (“Via Expresso S. Jorge - S. Vicente” e “Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água”), contudo, a dinâmica evidenciada pelo Programa resultou na necessidade de alterar a lista indicativa de grandes projectos que consta da Decisão do Programa.

Nessa alteração, a ser efectuada na reprogramação do Programa prevista para o ano de 2011, integrar-se-ão os projectos “Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar”, cujo beneficiário é Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda. e “Ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta”, da Empresa de Electricidade da Madeira, com enquadramento de grande projecto.

Como projecto ambiental com um custo total entre 25 e 50 milhões de euros, em 2010, registou-se a apresentação da candidatura “Unidade de captura e uso biológico de CO2 com valorização energética”. Consubstanciando tal candidatura uma ajuda de estado não susceptível de ser enquadrada em qualquer norma de isenção, o auxílio previsto conceder foi objecto de notificação aos serviços da Comissão Europeia ainda em 2010, tendo a decisão favorável à concessão do auxílio sido proferida somente em 2011.

Assistência técnica

O Eixo V - Assistência Técnica assume uma taxa de compromisso próxima da média do Programa, 65%. O contexto de restrição orçamental que marcadamente caracterizou o ano de 2010 condicionou fortemente a execução dos projectos da Assistência Técnica (a taxa de execução situou-se em 24%).

Até 31.12.2010, o Programa apurou despesas do tipo “FSE”, num total de 18.631 euros de despesa pública e 15.836 euros de Fundo, o que representa cerca de 0,24% do financiamento comunitário do Eixo VI. Estas despesas dizem respeito a formação de pessoal.

Informação e divulgação

A acção de comunicação implementada no ano de 2010 reflecte, por um lado, a missão e os objectivos estratégicos do PEC e, por outro lado, constitui uma consequência dos resultados obtidos através do estudo das acções implementadas em 2009, com vista a garantir uma identificação do Programa e do reconhecimento da aplicação dos fundos por parte dos vários targets, bem como, garantir a percepção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e a compreensão das suas políticas de coesão.

A implementação das medidas de informação e publicidade (I&P) ao longo de 2010 teve por conseguinte em atenção as recomendações do estudo da avaliação e monitorização do PEC sobre as acções desenvolvidas em 2009, tendo sido enquadrada em acções estruturantes e acções temáticas. As primeiras incidiram ou recaíram sobre o sitio Web, lista de beneficiários, SIGMA, Newsletters, materiais publicitários e de merchandising, anúncios publicitários, RTP-Madeira, artigos e press releases nos órgãos de comunicação social, hastear da bandeira da EU, programa “Objectivo 2013” na Rádio TSF e a monitorização do cumprimento das regras de I&P. As segundas, por sua vez, versaram a acção “Mural Digital”, exposições, o suplemento anual “Espaço Global”, a grande acção de informação anual (6ª reunião da Rede INFORM), conferências de imprensa, acções de esclarecimento (helpdesk) e três candidaturas ao prémio “Regio Stars 2010”.

A Avaliação dos resultados das medidas de Informação e Publicidade desde finais de 2007 até 31 de Dezembro de 2010, nos termos do n.º 2 do artigo 4º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi efectuada pela Empresa Ipsos-Apeme Portugal - Estudos de Mercado e de Opinião.

Conclusões e previsões para 2011

Refira-se que, apesar da significativa dinâmica que se assistiu, o ano de 2010 ficou marcado pela tragédia ocorrida na sequência do temporal de 20 de Fevereiro, afectando severamente, a economia regional.

Acresce a este acontecimento de proporções graves, conjugada com a tendência negativa da economia regional, o acentuar

de uma crise económica e financeira, com fortes limitações ao crédito por parte das empresas e da administração pública regional, elevando para níveis quase alarmantes determinados indicadores, nomeadamente o desemprego, a insolvência e a queda abrupta dos índices de vários sectores de actividade (ex: construção e turismo).

A dinamização dos instrumentos de engenharia financeira e dos sistemas de incentivos puderam atenuar, em certa medida, os efeitos negativos dos acontecimentos atrás enunciados, perdurando todavia, algumas fragilidades na maioria dos sectores de actividade económica regional. Foram igualmente relevantes as medidas ponderadas para melhorar os níveis de execução do Programa.

Para 2011, refere-se, em particular, como factores relevantes para a melhoria da resposta do Programa, a possibilidade de se proporcionar o financiamento da contrapartida pública nacional de determinados projectos do Programa através do Empréstimo Quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito do QREN, bem como a reprogramação do Programa nos termos da alínea d) do ponto 1 do artigo 33º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

De realçar ainda que a Autoridade de Gestão pretende manter o ritmo de execução financeira em patamares que lhe permita dar cumprimento à regra n+3, bem como cumprir com a meta assumida no âmbito do QREN.

Perspectiva-se igualmente para 2011 um conjunto de actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e informação e publicidade relevantes para implementação do Programa Operacional, de que se destaca:

- A actualização da descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC);
- A implementação dos web services para reporte dos indicadores físicos e o aperfeiçoamento de algumas funcionalidades de suporte à gestão do Programa, bem como a recuperação de todo o histórico ao nível do arquivamento de documentos do sistema associado ao SIGMA (SIGMAPaperLess);
- A conclusão do trabalho iniciado em 2010 pela empresa “DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A no âmbito do contrato para a realização de verificações no local e a celebração de novo contrato para a realização de verificações no local, de forma a garantir a certificação atempada da despesa executada e assegurar uma amostra de operações o mais abrangente possível e representativa dos projectos aprovados;
- O início dos trabalhos da Avaliação Intercalar, conforme previsto no Plano Global de Avaliação do QREN (PGA);
- A continuação do follow-up das Recomendações provenientes do Estudo da Avaliação da Operacionalização do Programa;
- A alteração do Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC), em resultado quer dos estudos realizados sobre as acções implementadas em 2007/2008, 2009 e em 2010, quer da conjuntura actual, obrigando a seleccionar as acções com mais impacto nos diferentes públicos e a maximizar as acções conjuntas com o Plano de Comunicação do QREN.

Índice Geral

1	Sumário Executivo
9	Índice Geral
11	Índice de Anexos
11	Índice de Quadros
11	Índice de Figuras
12	Índice de Gráficos
15	Nota Introdutória
16	1. Apresentação do Programa Operacional
16	1.1. Estrutura do Programa
19	2. Execução do Programa Operacional
19	2.1. Realização e análise dos progressos
19	2.1.1. Realização física do Programa Operacional
23	2.1.2. Realização financeira
24	2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos
26	2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo
28	2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado
28	2.1.6. Análise qualitativa
38	2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário
41	2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
43	2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional
49	2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
49	2.6. Complementaridade
49	2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos
52	2.6.2. Participação nas iniciativas - JEREMIE e JESSICA
52	2.7. Acompanhamento e avaliação
52	2.7.1. Acompanhamento
61	2.7.2. Avaliação
61	2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)
73	3. Execução por eixo prioritário
73	3.1. Eixo prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento
73	3.1.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
75	3.1.2. Análise qualitativa
77	3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
78	3.2. Eixo prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional
78	3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
80	3.2.2. Análise qualitativa
82	3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
84	3.3. Eixo prioritário III - Desenvolvimento Sustentável
84	3.3.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
86	3.3.2. Análise qualitativa
88	3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
89	3.4. Eixo prioritário IV - Coesão Territorial e Governação
89	3.4.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
91	3.4.2. Análise qualitativa
92	3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

93	3.5. Eixo prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade
93	3.5.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos
95	3.5.2. Análise qualitativa
96	3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver
97	4. Grandes projetos e projetos ambientais
97	4.1. Grandes projectos
98	4.2. Projectos ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros
99	5. Assistência técnica
102	6. Informação e divulgação
102	6.1. Acções de Informação e Publicidade do PEC - 2010
115	6.2. Avaliação dos resultados das medidas de Informação e Publicidade
122	7. Conclusões e previsões para 2010
125	Glossário de Siglas
127	Anexos

Índice de Anexos

Anexo I Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais	129
Anexo II Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)	136
Anexo III Aprovações e execução por NUT III até 31.12.2010 (valores acumulados)	138
Anexo IV Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade	139
Anexo V Indicadores de monitorização das recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	140
Anexo VI Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009	141
Anexo VII Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009	146
Anexo VIII Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)	150
Anexo IX Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário	180
Anexo X Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)	183
Anexo XI Ficha de Grande Projecto	175
Anexo XII Ficha de Projecto Ambiental	187
Anexo XIII Template Monitoring Report, do documento COCOF n.º 10-0014-04-EN, de 21/02/2011 - Guidance Note on Financial Engineering Instruments under Article 44 of Council Regulation (EC) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho	188
Anexo XIV Estrutura do Programa	196

Índice de Figuras

Figura 1 Fluxograma do Modelo de Gestão	18
Figura 2 Distribuição dos projectos aprovados, por Concelho	28
Figura 3 Distribuição do montante aprovado, por Concelho	28
Figura 4 Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica	67

Índice de Quadros

Quadro 1 Estrutura do Programa	17
Quadro 2 Realização Física	19
Quadro 3 Informação financeira	24
Quadro 4 Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento	25
Quadro 5 Repartição da contribuição da União por Tipo de Território	25
Quadro 6 Repartição da contribuição da União por Actividade Económica	26
Quadro 7 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário	27
Quadro 8 Candidaturas aprovadas por sector de actividade	27
Quadro 9 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2010	29
Quadro 10 Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2007-2010	29
Quadro 11 Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2010	31
Quadro 12 Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2007-2010	32
Quadro 13 Montantes Aprovados no Programa 2010	32
Quadro 14 Montantes Aprovados no Programa 2007-2010	33
Quadro 15 Montantes Executados no Programa 2010	34
Quadro 16 Montantes Executados no Programa 2007-2010	34
Quadro 17 Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)	36
Quadro 18 Síntese dos incentivos com enquadramento no Regime de minimis do Programa Intervir+	39
Quadro 19 Comissão Governamental de Orientação	52

Quadro 20 Unidades de Gestão	53
Quadro 21 Manuais de Procedimentos da AG	54
Quadro 22 Orientações Técnicas de Gestão	54
Quadro 23 Verificações no local realizadas em 2010 - AG	55
Quadro 24 Verificações no local realizadas no período 2009-2010 AG	55
Quadro 25 Verificações no local realizadas no período 2009-2010	56
Quadro 26 Manuais de Procedimentos do OI	59
Quadro 27 Verificações no local OI	59
Quadro 28 IDE - Exposições Empresariais - 2010	60
Quadro 29 IDE - Sessões de Divulgação - 2010	60
Quadro 30 Comissões de Acompanhamento	61
Quadro 31 Realização Física do Eixo Prioritário I	73
Quadro 32 Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2010	75
Quadro 33 Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2007-2010	76
Quadro 34 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo I	76
Quadro 35 Realização Física do Eixo Prioritário II	79
Quadro 36 Montantes Aprovados / Executados no Eixo II 2010	80
Quadro 37 Montantes Aprovados / Executados no Eixo II 2007-2010	81
Quadro 38 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiários Eixo II	81
Quadro 39 Instrumentos de Engenharia Financeira	82
Quadro 40 Realização Física do Eixo Prioritário III	85
Quadro 41 Montantes Aprovados / Executados no Eixo III 2010	86
Quadro 42 Montantes Aprovados / Executados no Eixo III 2007-2010	87
Quadro 43 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo III	87
Quadro 44 Realização Física do Eixo Prioritário IV	89
Quadro 45 Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2010	91
Quadro 46 Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2007-2010	91
Quadro 47 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo IV	92
Quadro 48 Realização Física do Eixo Prioritário V	93
Quadro 49 Montantes Aprovados / Executados no Eixo V 2010	95
Quadro 50 Montantes Aprovados / Executados no Eixo V 2007-2010	95
Quadro 51 Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo V	96
Quadro 52 Alterações à Lista indicativa de Grandes Projectos	97
Quadro 53 Montantes Aprovados / Executados no Eixo VI - 2007-2010	100
Quadro 54 Montantes Aprovados / Executados no Eixo VI - 2010	100
Quadro 55 Visitas ao sítio web - Página Intervir+	103
Quadro 56 Órgãos de Comunicação Social 2010 - TOP 10	108
Quadro 57 Transmissões de projectos no programa "Objectivo 2013"	108
Quadro 58 Monitorização do cumprimento das Regras de I&P	109
Quadro 59 Mural Digital - Escolas abrangidas em 2010	110
Quadro 60 Helpdesk - Acções de Esclarecimentos	113
Quadro 61 Ideias associadas ao slogan	116
Quadro 62 Indicadores por actividade de I&P 2007 - 2010	120
Quadro 63 Despesas realizadas em Informação e Publicidade 2007-2010	121
Quadro 64 Previsão de pedidos de pagamentos intermédios para 2011	124

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Distribuição Financeira por Eixo	17
Gráfico 2 Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário	30
Gráfico 3 Taxa de compromisso por Eixo	33
Gráfico 4 Evolução da Aprovação por Eixo / Fundo	34
Gráfico 5 Evolução da Execução por Eixo / Fundo	35
Gráfico 6 Evolução das Taxas de Compromisso, Execução e Realização do Programa Intervir+	35
Gráfico 7 Taxa de variação anual do PIB, em volume	43
Gráfico 8 VAB do Sector Primário	43
Gráfico 9 VAB do Sector Secundário	44
Gráfico 10 VAB do Sector Terciário	44
Gráfico 11 Formação Bruta de Capital Fixo	44
Gráfico 12 Evolução do comércio internacional da RAM	45
Gráfico 13 Taxa de variação anual da população empregada e da população desempregada	45
Gráfico 14 Taxa de desemprego	46
Gráfico 15 População empregada por género	46
Gráfico 16 Taxa de desemprego por género	46
Gráfico 17 Favorabilidade - AEV	100
Gráfico 18 Percepção da evolução da Região	115
Gráfico 19 Responsáveis pela evolução da Região	116
Gráfico 20 Recordação do slogan	116
Gráfico 21 A quem se dirige o Programa Intervir+	117



Nota Introdutória

O Relatório Anual de Execução do Programa Operacional de Valorização Territorial do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, relativo ao ano de 2010, apresenta-se em conformidade com as disposições regulamentares comunitárias, designadamente o artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

O modelo de Relatório agora apresentado foi elaborado de acordo com o Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de Setembro e pelo Regulamento (UE) n.º 832/2010 da Comissão, de 17 de Setembro. Pretendeu-se dar uma visão global da implementação do Programa, nas suas diferentes perspectivas - estratégica, operacional, financeira e de auditoria - por forma a possibilitar a análise anual do Programa de acordo com o estipulado no artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

A coordenação global do Relatório Anual de Execução coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, em articulação com o contributo do organismo associado à gestão, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM). É também de realçar o papel do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP), enquanto Autoridade de Certificação, pela colaboração e pela disponibilização de informação indispensável à elaboração do presente relatório.

Neste contexto, adoptou-se, com os devidos ajustamentos, a estrutura e conteúdos definidos na Norma n.º 08/2011 relativa à Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução de 2010 dos Programas Operacionais FEDER/Fundo de Coesão, comunicada às Autoridades de Gestão pelo IFDR, constituído pelos seguintes Capítulos:

- O Capítulo 1 é dedicado à apresentação sintética do Programa Operacional;
- O Capítulo 2 dedica-se à execução global do Programa em 2010, centrada na análise, quer da realização física, quer da realização financeira. Este capítulo integra ainda a referência a aspectos complementares relevantes, nomeadamente os relativos à conformidade com o direito comunitário, aos problemas encontrados na implementação do Programa, e respectivas medidas tomadas para a sua resolução, às mudanças ocorridas no contexto, à complementaridade com outros instrumentos e às acções realizadas no domínio do acompanhamento e da avaliação;
- O Capítulo 3 desenvolve a análise sobre a execução física e financeira ao nível de cada um dos Eixos Prioritários, com excepção do Eixo relativo à Assistência Técnica. Este capítulo detalha ainda por Eixo Prioritário os casos considerados como boas práticas, bem como os problemas significativos encontrados e as medidas tomadas para a sua resolução;
- O Capítulo 4 limita-se a informar sobre a situação relativa a grandes projectos e a projectos ambientais, na acepção comunitária;
- O Capítulo 5 dedica-se à Assistência Técnica;
- O Capítulo 6 descreve as acções empreendidas ao nível da Informação e da Divulgação;
- O Capítulo 7 expõe as principais Conclusões e indica as Previsões para o ano de 2011.

1. Apresentação do Programa Operacional

Programa Operacional

Objectivo: Competitividade Regional e Emprego da Região Autónoma da Madeira

Zona elegível: Região Autónoma da Madeira da República Portuguesa

Período de programação: 2007-2013

Número do programa (CCI): CCI 2007 PT 05 2 PO 001

Designação do programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira

Relatório Anual de Execução

Ano do relatório: 2010

Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: (14.06.2011)

1.1. Estrutura do Programa

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (Programa Intervir+) foi aprovado por Decisão da Comissão Europeia C(2007) 4622, de 5 de Outubro, com o código CCI 2007 PT 16 2 PO 002. Até à data o Programa não foi objecto de alterações.

O Programa Intervir+ para o período 2007-2013 assume a prossecução das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o mesmo período (PDES 2007-2013), prosseguindo, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida nesse instrumento de planeamento, cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

A concretização destas prioridades estratégicas, não só viabilizará a consagração do desígnio estratégico definido como também a prossecução dos seguintes grandes objectivos:

- Assegurar níveis elevados e sustentados de crescimento económico e do emprego através da consagração, na RAM, do novo paradigma das políticas de desenvolvimento baseadas na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento;
- Assegurar, a todo o tempo, a sustentabilidade das finanças públicas regionais, de modo a salvaguardar e aprofundar a autonomia financeira regional;
- Promover o desenvolvimento sustentável da RAM, conciliando a promoção do bem-estar social e económico com a protecção e o aproveitamento racional dos valores e recursos naturais endógenos que sustentam a qualidade de vida e o progresso das populações;
- Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da RAM e, simultaneamente, aumentar a coesão social;
- Valorizar a cultura e o património, assegurando a afirmação sustentada da identidade regional;
- Aumentar a coesão territorial da RAM, propiciando condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços, equipamentos e resultados do progresso alcançados.

A coerência estratégica do Programa é alcançada pela consagração de objectivos e recursos que deverão contribuir para concretizar o desígnio estratégico assumido pela Região Autónoma da Madeira no horizonte 2013, o de manter ritmos

elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a protecção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial.

O **Anexo XIV** apresenta de forma sistemática, para cada um dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento. No **Anexo IX** Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário, é apresentada a ficha de Programa.

O Programa Intervir+ está estruturado em seis Eixos Prioritários, mobilizando mais de 320 milhões de euros de financiamento comunitário propiciados pelo FEDER, que permitirão assegurar um financiamento total de cerca de 450 milhões de euros. O **Quadro 1** sintetiza os Eixos do Programa e os montantes programados envolvidos.

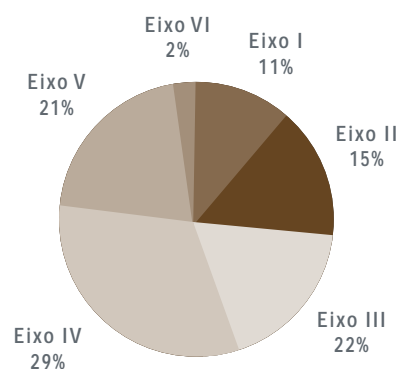
A distribuição da despesa pública programada por Eixo encontra-se representada no Gráfico 1.

Quadro 1 - Estrutura do Programa

Unidade: Euros

Gráfico 1 - Distribuição Financeira por Eixo

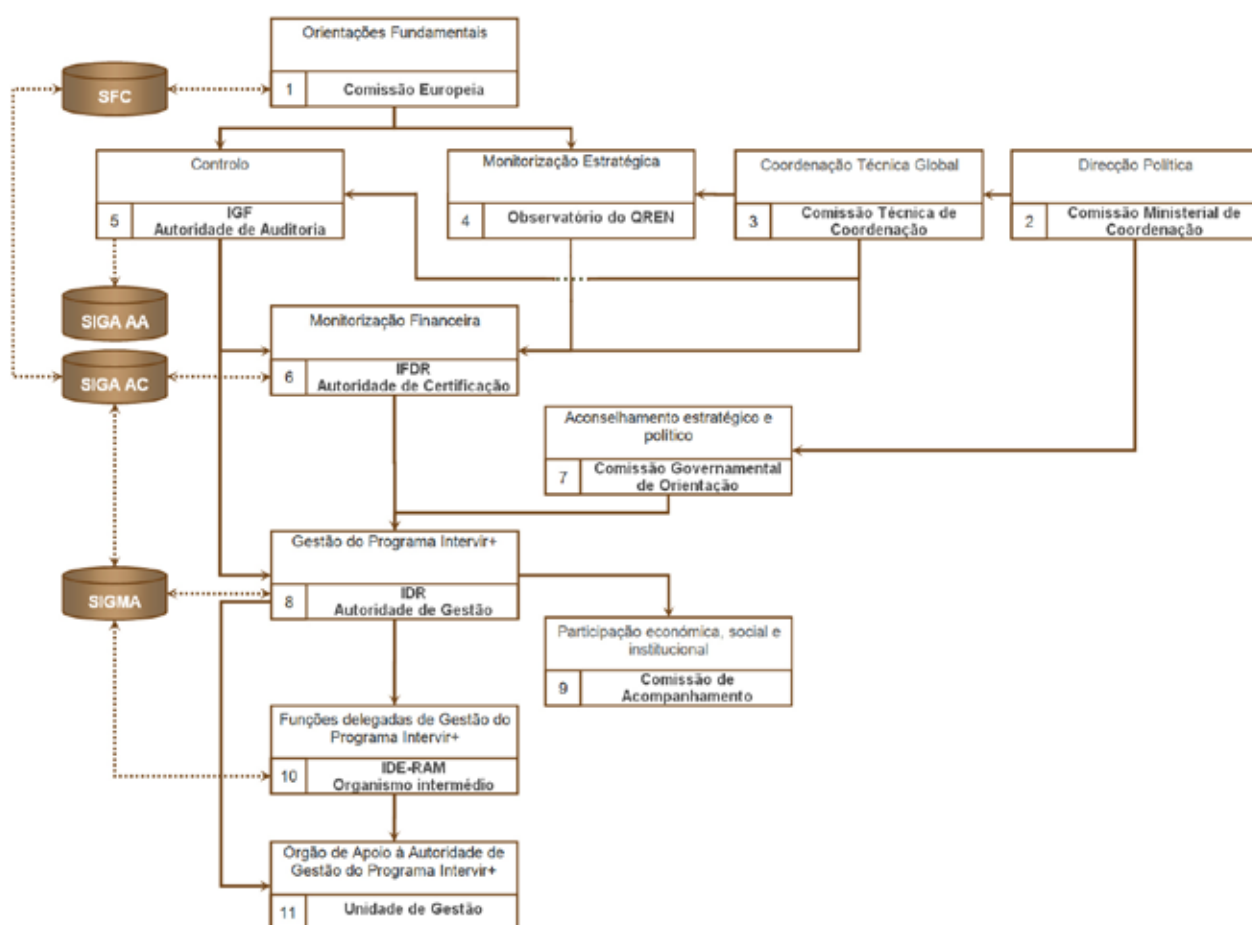
Eixos Prioritários	Designação	Financiamento Total	Despesa Pública	Financiamento Comunitário
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834	43.740.834	34.992.667
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233	61.840.233	49.472.186
Eixo III	Desenvolvimento Sustentável	89.178.251	89.178.251	71.342.601
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	114.896.874	114.896.874	91.916.874
Eixo V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352	132.649.352	66.324.676
Eixo VI	Assistência Técnica	7.647.059	7.647.059	6.500.000
TOTAL		449.952.603	449.952.603	320.549.004



Governança do Programa

A governação do Programa (PO) compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento de acordo com o artigo 35 do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e tendo em conta também o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M, de 27 de Novembro onde se define o modelo de governação dos programas operacionais regionais e a articulação com os demais financiamentos com origem na União Europeia de que seja beneficiária a Região (vd. **Figura 1**).

Figura 1 - Fluxograma do Modelo de Gestão



A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é o Instituto de Desenvolvimento Regional representado pelo Presidente deste Instituto, a quem compete assegurar a gestão e a qualidade da execução do Programa de acordo com o princípio da boa gestão financeira.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ decidiu associar à Gestão do Programa um Organismo Intermédio (OI), o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira com experiência directa na gestão de sistemas de incentivos (SI) conforme os termos do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho (vd. ponto 2.7.1 - Acompanhamento).

2. Execução do Programa Operacional

2.1. Realização e análise dos progressos

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

Os indicadores físicos, de realização e resultado, estão contemplados no texto anexo à Decisão do Programa, incluindo os indicadores comuns comunitários (core indicators). Pretende-se neste ponto apresentar a informação relativa à execução física global do Programa, através da análise dos indicadores comuns comunitários, apresentados no **Quadro 2**, de forma a transmitir os progressos alcançados a nível global - em termos das realizações e resultados - do Programa, sendo que no Capítulo 3 é efectuada a respectiva análise por Eixo Prioritário. Completa a leitura destes resultados a informação inerente à bateria de indicadores comuns nacionais, constituída pelo **Anexo I** Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais, cujos resultados igualmente atestam os níveis atingidos.

Quadro 2 - Realização Física

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	99	637	1314	
		Realização - Executada	0	0	7	21	
		Metas	-	-	-	-	800
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	40	303	647	
		Realização - Executada	0	0	2	10	
		Metas	-	-	-	-	-
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	59	334	667	
		Realização - Executada	0	0	5	11	
		Metas	-	-	-	-	-
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização - Contratada	0	5	24	42	
		Realização - Executada	0	1	11	20	
		Metas	-	-	-	-	10
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada	0	0	3	4	
		Realização - Executada	0	0	1	1	
		Metas	-	-	-	-	9
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada	0	8	43	103	
		Realização - Executada	0	0	5	13	
		Metas	-	-	-	-	10
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	13	42	312	
		Realização - Executada	0	0	6	89	
		Metas	-	-	-	-	1.300
	8. dos quais: n.º de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização - Contratada	0	6	20	40	
		Realização - Executada	0	0	3	9	
		Metas	-	-	-	-	110
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	32	169	444	
		Realização - Executada	0	0	7	21	
		Metas	-	-	-	-	750
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	1,06	6,68	13,40	
		Realização - Executada	0	0,00	0,32	1,53	
		Metas	-	-	-	-	40
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	6	6	
		Realização - Executada	0	1	6	6	
		Metas	-	-	-	-	8
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	-	0

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Transportes	13. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	3	4	
		Realização - Executada	0	1	3	4	
		Metas	-	-	-	5	
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada	0	0	3,12	3,12	
		Realização - Executada	0	0	3,12	3,12	
		Metas	-	-	-	3	
	15. das quais: RTE	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-	n.a.	
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada	0	0	0,38	0,38	
		Realização - Executada	0	0	0,38	0,38	
		Metas	-	-	-	0	
	17. N.º de Km de novas ferrovias	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-	n.a.	
	18. das quais: RTE	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-	n.a.	
	19. N.º de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-	n.a.	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Realização - Executada	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Metas	-	-	-	-	
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Metas	-	-	-	-	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	0	0	0	1.500	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	1.500	
Energias Renováveis	23. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	2	
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	123.000	
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervençionados	Realização - Contratada	0	0	10.000	10.012	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	10.000	
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervençionados	Realização - Contratada	0	0	10.000	15.500	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	10.000	
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	1	
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	0	
	29. Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Realização - Executada	n.d	n.d	n.d	n.d	
		Metas	-	-	-	0	

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	-	
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	2	5	
		Realização - Executada	0	0	2	5	
		Metas	-	-	-	-	7
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização - Contratada	0	0	0	250.000	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	-	250.000
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - Contratada	0	0	230.000	250.000	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	-	250.000
Turismo	34. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	12	26	
		Realização - Executada	0	0	7	8	
		Metas	-	-	-	-	60
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	0	12	132	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	-	200
Educação	36. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	13	17	
		Realização - Executada	0	1	13	17	
		Metas	-	-	-	-	25
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	0	1.260	42.500	42.500	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
		Metas	-	-	-	-	52.000
Saúde	38. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	2	
		Realização - Executada	0	0	0	2	
		Metas	-	-	-	-	3
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	0	2	8	8	
		Realização - Executada	0	2	8	8	
		Metas	-	-	-	-	10
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada	0	0	8	8	
		Realização - Executada	0	0	8	8	
		Metas	-	-	-	-	8
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	0	1	11	12	
		Realização - Executada	0	1	11	12	
		Metas	-	-	-	-	22

O ano de 2010 ficou marcado por progressos muito expressivos que consolidam a tendência de crescimento que havia já sido encetada pelo Programa em 2009, progressos esses evidenciados pelos níveis de realização física associados aos projectos aprovados pelo Programa.

Refira-se que para a análise que adiante se efectua, está convencionada, tanto para os indicadores do PO, como para os core indicators, uma realização apurada em função do nível de contratação verificado, ou seja, com base nos indicadores associados aos projectos contratados. Resulta assim, que para os indicadores de realização, mais especificamente para os indicadores "N.º de projectos" o valor executado coincide com o contratado, e para os restantes, a quantificação resulta da execução progressiva dos vários projectos. No que concerne aos indicadores comuns nacionais (ICN) ficou estabilizado que, a quantificação da realização executada, independentemente do tipo de indicador só será contabilizado aquando da conclusão efectiva dos projectos (conclusão da análise de relatório final). Desta diferença de critérios, resulta que indicadores idênticos têm quantificações diferentes, dependendo se são indicadores de PO, core ou ICN.

São exemplos desta situação, os Indicadores relacionados com os "Projectos de Prevenção de Riscos" (Indicador Eixo IV - 5 projectos, core 31 - 5 projectos e ICN-Tri-013 - 0 projectos), "Rede Viária Intervencionada" (indicadores dos Eixos IV e V - 3,5 km's, core 14 e 16 - 3,5 Km's e ICN-Trim-009 - 0 km's), "Estabelecimentos de Ensino Intervencionados" (Indicador Eixo - 17 estabelecimentos, core 36 - 17 projectos e ICN-Trim-015 - 0 estabelecimentos). (vd. **Anexo I**).

No que respeita aos indicadores de resultados estas divergências não se colocam uma vez que estes só são apurados quando os projectos estão concluídos, para todo o tipo de indicadores.

Os “valores objectivo” ou metas definidas na proposta técnica de metas para os indicadores comuns comunitários, exercício desenvolvido em 2010 em parceria com as autoridades nacionais e comunitárias, foram já transportados para este reporte.

A análise global à informação do ano de 2010 que se segue traduz os resultados mensuráveis do Programa e o seu contributo directo para os indicadores comuns comunitários, apontando-se igualmente o seu contributo para as três agendas do QREN: Competitividade, Valorização do Território e Potencial Humano, inerente à análise dos indicadores comuns nacionais.

Percorrendo os referidos indicadores em função das áreas temáticas em que se inserem, podemos concluir que houve um forte incremento dos projectos relacionados com a Agenda da Competitividade, através da intervenção dos Eixos I e II, reflectindo-se no aumento da realização contratada dos indicadores associados, dos quais se destacam os indicadores “core 07 - n.º de projectos” (aumento de 640% em relação a 2009), o “n.º de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento” (918%) e o “investimento total / investimento elegível” (952%), estes últimos constantes da bateria de indicadores comuns nacionais (ICN-Tri-002) (vd. **Anexo I**).

Ainda nos domínios mais directamente associados a esta Agenda e no que concerne aos projectos na área da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico manteve-se a tendência de crescimento já verificada no ano anterior, podendo-se verificar esta situação através da análise aos indicadores “n.º de projectos de I&DT” (5 projectos aprovados em 2008, 19 em 2009 e 18 em 2010) e “empregos na investigação criados”, que passou de 8 em 2008 para 43 em 2009 e 103 em 2010, para os quais contribuíram fortemente as aprovações na Área de Intervenção “Incentivos Directos e Indirectos às Empresas”.

Podemos ainda constatar esta tendência de crescimento consolidado, pela análise dos indicadores comuns nacionais, mais especificamente pelo ICN-Tri-006 - Investimento Elegível em I&DT que passou de 3.481.532 euros para 5.620.590 euros, o que representa um crescimento de 61%, e pelo ICN-Tri-005 que passou de 462 em 2009 para 536 em 2010 (crescimento de 16%) (vd. **Anexo I**).

Realce-se ainda, pela análise desta mesma bateria de indicadores, o peso significativo dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia, que ao nível do n.º empresas representa 19% do total das mesmas (ICN-Anual -002 / ICN-Tri-001 - 74 / 387 empresas) e ao nível do n.º de novas empresas/start-up's representa 39% do total (ICM-Tri-004 / ICN-Tri-003 - 16 / 41 empresas/start-up's) (vd. **Anexo I**).

No que respeita às Agendas da Valorização do Território e do Potencial Humano, após o forte impulso de 2009, em 2010 manteve-se a tendência de crescimento nas aprovações de projectos.

Importa ainda salientar o incremento dos indicadores “n.º de projectos” e “n.º de empregos criados” na área temática Turismo impulsionado pelo forte contributo do Eixo II, Área de Intervenção “Projectos de Investimento Empresarial Integrados e Inovadores”, contribuindo assim para a melhoria da envolvente empresarial num sector vital para a economia regional.

No que se refere à área temática Reabilitação Urbana, podemos verificar que o indicador “n.º de projectos” mantém-se igual ao ano anterior, uma vez que, por um lado foram aprovados 2 projectos, mas por outro lado foram revogados outros 2. Saliente-se o contributo destes 2 projectos aprovados e contratados em 2010, no Eixo IV, para o aumento dos resultados nos indicadores comuns nacionais “ICN-Anual-027 -população abrangida” (aumento de 335%) e “ICN-Anual-028 - área intervencionada” (aumento de 24%) (vd. **Anexo I**), evidenciando os seus contributos para a sustentabilidade e melhoria da atractividade das cidades, principalmente no que concerne à expansão e valorização dos espaços de fruição pública, requalificação de áreas degradadas e reorganização do território.

De realçar o aporte da aprovação de 3 projectos do Eixo III - Desenvolvimento Sustentável na Tipologia “Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos” com contributos para a área temática Prevenção de Riscos. Analisando os indicadores core 32 e core 33, constatamos que os projectos aprovados nesta área abrangem toda a população da Região, cobrindo o território com meios de prevenção de riscos naturais e tecnológicos relevantes para a Região.

Nas áreas temáticas Energias Renováveis e Ambiente (à excepção dos sistemas em baixa associados ao ciclo urbano da água), não existiam ainda, no final de 2010, projectos aprovados, nomeadamente em relação às tipologias de intervenção relativas a estes sectores previstas no âmbito dos Eixos IV, II e III, respectivamente.

Quanto aos 2 projectos aprovados na Tipologia “Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa”, em 2010, estes contribuíram para assegurar a qualidade da água distribuída, bem como corresponder aos padrões de qualidade compatíveis com as normas existentes no que respeita ao tratamento de águas residuais. Saliente-se, no que respeita aos indicadores ICN-Tri-001 - Km's de rede de abastecimento de água e ICN-Tri-012 - Km's de colectores de drenagem de águas residuais o ligeiro incremento verificado de 8% e 4%, respectivamente (vd. Anexo I). No que respeita ao acréscimo da população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (core 0026) verificou-se um aumento de 55% em relação ao ano anterior.

No que concerne à área temática Saúde, saliente-se a aprovação de 2 projectos no Eixo I, na Tipologia “Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico”, tal como podemos verificar no indicador core 38.

Na área temática Educação, os valores totais registados resultam da contratação de 17 projectos, sendo 15 no âmbito do Eixo IV - Coesão Territorial e Governação. Destes, 4 foram aprovados em 2010 contribuindo assim para a consolidação da cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos escolares colectivos (em benefício da população escolar da RAM).

No que respeita a esta área, podemos constatar intervenções (construção e/ou ampliação/requalificação) em estabelecimentos de ensino de vários Ciclos de ensino distintos, à excepção do ensino superior (ver ICN-Tri-05 - 10 escolas abrangidas e ICN.Anual-033 - 5940 alunos abrangidos), sendo que para estes valores não são contabilizados os estabelecimentos e os alunos abrangidos por intervenções no âmbito das infra-estruturas e equipamentos colectivos relacionadas com o apetrechamento dos estabelecimentos de ensino (vd. Anexo I). O apuramento em causa afere-se pela análise do indicador de Eixo (17 estabelecimentos) e do indicador core 37 (42.500 alunos).

Os valores relativos aos Empregos Criados, registados como resultado directo dos projectos apoiados, começam já a ter alguma expressão no contexto deste Programa, e resultam do aumento da procura verificada ao nível dos Sistemas de Incentivos (as tipologias de operações associadas a ajudas às empresas são tradicionalmente contribuintes líquidas para a criação de emprego).

Contribuem ainda as intervenções associadas ao Eixo II na Tipologia “Acolhimento Empresarial”, com 1 projecto gerador de emprego aprovado em 2010, bem como os projectos relativos a construção/requalificação de infra-estruturas educativas no âmbito do Eixo IV.

2.1.2. Realização financeira

Pretende-se neste ponto reportar a despesa validada e certificada, os fluxos financeiros com a Comissão Europeia e com a Autoridade de Certificação (AC) e os pagamentos aos beneficiários. A informação relativa aos indicadores de realização financeira e a correspondente análise financeira é apresentada no ponto relativo à análise qualitativa global do Programa (vd. ponto 2.1.6 - Análise qualitativa).

Em conformidade com a legislação em vigor, o Programa recebeu da Comissão Europeia três pré-financiamentos, correspondente a 7,5% do montante programado, num total de 24.041.175 euros.

Em termos de certificação de despesa, a AG formalizou em 2010 junto da AC, cinco certificações no montante total de 64.461.477 euros (48.691.065 euros fundo), ficando aquém do previsto para este ano (53.201.067 euros fundo), mas evidenciando uma dinâmica mais próxima do desejado e decorridos que estão 4 anos desde o arranque do Programa.

Até 31.12.2010 foi certificada despesa elegível à CE no montante de 98.337.023 euros, no âmbito de operações aprovadas nos seis eixos prioritários (vd. **Quadro 3**), tendo este Programa sido reembolsado pela CE, no montante de 94.631.881 euros fundo.

Quadro 3 - Informação financeira

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certifcada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=4/1
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento					
FEDER	43.740.834	43.740.834	1.995.675	1.995.675	4,6%
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional					
FEDER	61.840.233	61.840.233	21.342.858	21.342.858	34,5%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável					
FEDER	89.178.251	89.178.251	2.234.113	2.234.113	2,5%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governança					
FEDER	114.896.874	114.896.874	43.878.719	43.878.719	38,2%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade					
FEDER	132.649.352	132.649.352	27.208.447	27.208.447	20,5%
Eixo VI - Assistência Técnica					
FEDER	7.647.059	7.647.059	1.677.210	1.677.210	21,9%
Total	449.952.603	449.952.603	98.337.023	98.337.023	21,9%

Embora a análise da execução financeira do Programa seja desenvolvida no ponto 2.1.6, refira-se os baixos níveis de execução dos Eixos I e III que mereceram já a atenção da Autoridade de Gestão, sendo que durante o ano de 2011, perspectiva-se uma evolução significativa dos respectivos índices de desempenho, nomeadamente pelo incremento de despesa dos sistemas de incentivos, bem como o desenvolvimento de projectos de natureza ambiental, no âmbito das energias renováveis.

O ritmo de execução dos Eixos Prioritários acima identificados, continua muito incipiente, essencialmente pela dificuldade de arranque dos projectos dos sistemas de incentivos e também pelos estrangulamentos financeiros que se observaram de forma evidente nos beneficiários e potenciais beneficiários de projectos.

Com a publicação do Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e da Comissão, 16 de Junho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, o cumprimento da Regra n+3 só é verificado em 2011. De facto, para efeitos de anulação automática de autorizações, a Comissão deve calcular o montante a anular somando um sexto da autorização orçamental anual relativa à participação anual total para 2007 a cada uma das autorizações orçamentais para os exercícios de 2008 a 2013. Os prazos para a anulação automática de autorizações não se aplicam à autorização orçamental anual relativa à participação anual total para 2007. As perspectivas de execução financeira do Programa, dão garantias de cumprimento da referida Regra, em 31 de Dezembro de 2011.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

Este ponto apresenta a informação relativa à repartição da contribuição da União aprovada e executada para as dimensões de categorização previstas no Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, designadamente quanto à Forma de Financiamento, ao Tipo de Território e à Actividade Económica.

No **Quadro 4** é apresentada a repartição da contribuição comunitária aprovada e executada por formas de financiamento.

Quadro 4 - Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	4	2.144.150	1.287.723	60%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	2	4.097.587	1.085.846	26%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento	546	198.894.367	71.092.394	36%
	Total	552	205.136.104	73.465.963	36%

A leitura deste Quadro permite verificar que 546 das 552 candidaturas foram aprovadas através de outras formas de financiamento.

No entanto, refira-se que na fase de concepção do Programa, previu-se, em relação às Formas de Financiamento, dotação na categoria "04 - Outras formas de financiamento" e nas categorias "01 - Ajuda não reembolsável" e "02 - Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)", com a respectiva dotação afecta sobretudo à categoria com o código 04, dado o entendimento existente que estas últimas (códigos 01 e 02) destinavam-se exclusivamente à ventilação das candidaturas e montantes relativos aos apoios directos ou indirectos às empresas. Contudo, a classificação que deve efectivamente ser utilizada, por ser aquela que melhor se adequa ao financiamento comunitário veiculado pelo Programa Intervir+, é a "01 - Ajuda não Reembolsável" e a "02 - Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)". Oportunamente, será feita esta correcção no texto do Programa e no sistema de informação.

No **Quadro 5** é feita a repartição da contribuição da União programada, aprovada e executada por tipo de território.

Quanto à dimensão territorial, somente se aplica um único tipo de território. O resultado expressa o número de candidaturas e o nível de compromisso associado nesta RUP.

Quadro 5 - Repartição da contribuição da União por Tipo de Território

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana				
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional				
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)				
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica	552	205.136.104	73.465.963	36%
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável				
	Total	552	205.136.104	73.465.963	36%

No que se refere à repartição da contribuição comunitária por dimensão actividade económica, a mesma é efectuada no **Quadro 6**. Considerando a totalidade dos projectos aprovados, verifica-se que as dimensões "Comércio por grosso e a retalho" (31%), "Hotéis e restaurantes" (16%) e "Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (19%) representam cerca de 66% dos projectos aprovados. Registe-se, no entanto, que o Código de Actividade Económica "Construção" é o que apresenta o maior montante de fundo comprometido (45% das aprovações).

Quadro 6 - Repartição da contribuição da União por Actividade Económica

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura				
02	Pesca				
03	Indústrias alimentares e das bebidas	20	1.496.977	165.159	11%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	2	21.021		
05	Construção de material de transporte	1	65.724		
06	Indústrias transformadoras diversas	22	698.355	127.214	18%
07	Extracção de produtos energéticos				
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	1	395.568	22.936	6%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	6	13.220.992	300.657	2%
10	Correios e telecomunicações	1	2.220.000		
11	Transportes	12	2.591.537	9.207	0%
12	Construção	71	92.629.826	42.181.478	46%
13	Comércio por grosso e a retalho	172	5.893.114	665.920	11%
14	Hotéis e restaurantes	90	4.450.818	259.398	6%
15	Actividades financeiras	2	4.097.587	1.085.846	26%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	104	17.994.935	2.513.222	14%
17	Administração pública	4	6.761.682	2.996.542	44%
18	Educação	2	15.562.534	4.365.318	28%
19	Actividades de saúde humana	1	118.694		
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	35	26.337.980	13.894.113	53%
21	Actividades associadas ao ambiente	4	10.521.819	4.878.954	46%
22	Outros serviços não especificados				
00	Não aplicável	2	56.941		
	Total	552	205.136.104	73.465.963	36%

Por fim, a informação quanto aos montantes aprovados e executados, acumulados por NUT III, constam do Anexo III Aprovações e execução por NUT III, sendo aplicável na totalidade à Região Autónoma da Madeira.

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 7), podemos verificar que são as "Micro-empresas" o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguida de "Pequena empresa", com 41% e 31% respectivamente. No que respeita a projectos aprovados, o tipo "Micro-empresas" regista 43% das aprovações e a "Pequena empresa" 36%.

Os projectos privados no âmbito dos vários Sistemas de Incentivos determinam este resultado, dado serem as "Micro-empresas" aquelas que possuem o maior número de aprovações, representando cerca de 52% dos projectos aprovados.

Quadro 7 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Administração Directa Serviços Centrais	5	0%	3	1%
Administração Directa Serviços Periféricos	30	3%	15	3%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	69	7%	40	7%
Administração Autónoma Regional	18	2%	5	1%
Administração Autónoma Local	3	0%	2	0%
Associações Públicas	36	4%	18	3%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	33	3%	20	4%
Empresa de média dimensão	68	7%	8	1%
Pequena empresa	315	31%	196	36%
Micro-empresa	416	41%	236	43%
Entidade Privada sem fins lucrativos	15	1%	9	2%
Total	1.008	100%	552	100%

No **Quadro 8** apresentamos a distribuição das candidaturas aprovadas por sector de actividade. Verificamos que é o sector "Comércio" que lidera as aprovações com 31% das candidaturas aprovadas. Ao analisarmos o volume financeiro aprovado é o sector "Construção" que abarca a maior fatia, 45%.

Mais uma vez, os projectos privados aprovados no âmbito dos vários Sistemas de Incentivos concorrem de forma determinante para os níveis apresentados, pois no conjunto destes apoios o sector do Comércio lidera as aprovações com cerca de 37%.

Quadro 8 - Candidaturas aprovadas por sector de actividade

Sector de Actividade	Aprovação 2007-2010					Execução 2007-2010		
	N.º	% Proj	Despesa Pública	Fundo	% Fundo	Despesa Pública	Fundo	% Fundo
Comércio	171	31%	8.712.642	5.890.964	3%	1.096.336	665.920	1%
Construção	71	13%	128.206.064	92.629.826	45%	59.386.487	42.181.478	57%
Industrial	57	10%	41.201.581	26.369.295	13%	10.555.073	5.494.920	7%
Serviços	151	27%	92.011.854	73.203.665	36%	31.208.497	24.855.040	34%
Transportes	9	2%	3.522.481	2.486.785	1%	13.152	9.207	0%
Turismo	93	17%	6.258.293	4.555.569	2%	411.840	259.398	0%
Total	552	100%	279.912.915	205.136.104	100%	102.671.385	73.465.963	100%

No que diz respeito à localização dos projectos no território da Região Autónoma da Madeira, observa-se uma elevada concentração das intervenções aprovadas no concelho do Funchal (63% dos projectos e 37% do montante fundo), uma concentração que se acentua face aos anos anteriores, sobretudo, devido ao peso dos projectos aprovados no 2º Semestre de 2010 no âmbito da Tipologia "Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade".

Figura 2 - Distribuição dos projectos aprovados, por Concelho

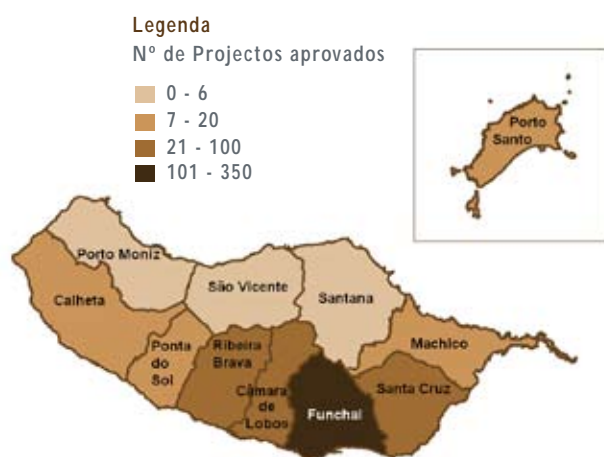


Figura 3 - Distribuição do montante aprovado, por Concelho



De referir ainda que, 20 projectos, no montante fundo de 64.867.712 euros, não têm um concelho atribuído, pois revelam abrangência regional.

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Apresenta-se a informação relativa à utilização de verbas por parte da AG, na sequência de uma situação de anulação parcial verificada por motivos de irregularidade, tal como previsto no n.º 2, do artigo 98º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, com um montante irregular que ascendeu a 14.800,00 euros fundo, resultante de uma verificação no local. Este montante não poderá ser reutilizado no projecto "Reforço e Modernização das Capacidades Laboratoriais de Ensaios de Engenharia Civil", constituindo uma redução no respectivo valor programado.

Entretanto, o montante irregular foi recuperado através de compensação e constitui um montante readquirido do Programa, não se tendo verificado alterações substanciais das condições de atribuição de comparticipação em nenhuma destas operações, nos termos do n.º 2 do artigo 57º do citado Regulamento.

Por outro lado, durante o ano de 2010 foram recuperados 217.766,29 euros fundo, sendo 186.810,45 euros fundo por compensação (resultantes de anomalias e de adiantamentos parcialmente justificados) e 30.955,84 euros fundo por restituição (adiantamentos não justificados ou parcialmente justificados).

Acresce aos montantes recuperados acima identificados, a restituição de 173,78 euros de juros, resultante dos adiantamentos não justificados ou parcialmente justificados, decorrentes do estipulado no Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão.

2.1.6. Análise qualitativa

Neste ponto pretende-se apresentar uma visão global e consolidada da dinâmica de realizações do Programa, bem como uma análise crítica da mesma, com base na informação física e financeira apresentada quer nos pontos anteriores, quer na informação específica que aqui se desenvolve em termos de candidaturas, aprovações e execução.

Os progressos ao nível de realização física são muito expressivos e consolidam a tendência de crescimento que havia já sido encetada em 2009 (vd. **Quadro 2**).

Apesar das metas dos indicadores físicos estarem definidas para o ano 2015, verifica-se que, em termos de realização contratada, os seguintes indicadores: "empregos criados", "n.º projectos de I&DT", "empregos na investigação criados", "n.º km de novas estradas", "n.º km estradas reconstruídas ou remodeladas", "acréscimo população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos", "acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados", "acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

intervencionados”, “população que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações”, “população que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)”, “n.º de alunos que beneficiam das intervenções” e “n.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias”, já atingiram ou ultrapassaram as respectivas metas.

Assim, os indicadores acima mencionados carecem de um ajustamento, pelo que na reprogramação prevista para o Programa Intervir+ em 2011, será analisada a possibilidade das metas serem revistas.

O indicador “n.º de projectos de resíduos sólidos” encontra-se sem realização contratada, dado que até 31.12.2010 o projecto que irá contribuir para alimentar este indicador ainda não foi submetido a financiamento.

Refira-se que em 2010 registou-se a apresentação de uma candidatura a financiamento designada por “Unidade de captura e uso biológico de CO2 com valorização energética”, que contribuirá para os indicadores “n.º de projectos” e “capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)”, da área temática “energias renováveis”, que a 31.12.2010 se encontram com realização contratada nula.

Recorde-se que as candidaturas ao Programa são apresentadas ao longo do período de programação, i. e., funcionam em períodos contínuos de apresentação de candidaturas. Assim, na generalidade das tipologias do Programa, o início do período para a apresentação de candidaturas varia de tipologia para tipologia, correspondendo à data de publicação da legislação específica (vd. **Anexo IX** Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

No ano 2010 foram apresentadas a co-financiamento do Programa 805 candidaturas, tendo sido aprovadas 443, o que traduz um nível de aprovações de 55% em termos globais do Programa. Efectuando uma análise por Eixo Prioritário, foi o Eixo II que apresentou uma taxa de aprovação mais elevada, 83%, seguido do Eixo III, com 67%.

Registou-se assim, uma forte adesão por parte dos beneficiários, apesar da difícil conjuntura económica.

Quadro 9 - Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2010

Eixos	N.º de Candidaturas Apresentadas	N.º de Candidaturas Admitidas	N.º de Candidaturas Aprovadas	N.º de Candidaturas Não Aprovadas	N.º de Candidaturas Em Análise	N.º de Candidaturas Desistidas	N.º de Candidaturas Contratadas
Eixo I	55	54	30	18	0	6	21
Eixo II	86	84	71	7	-4	10	28
Eixo III	9	9	6	3	-2	2	7
Eixo IV	11	11	4	2	2	3	5
Eixo V	644	624	332	14	257	21	131
Eixo VI	0	0	0	0	0	0	0
Total	805	782	443	44	253	42	192

Quadro 10 - Distribuição das Candidaturas por Eixo do Programa 2007-2010

Eixos	N.º de Candidaturas Apresentadas	N.º de Candidaturas Admitidas	N.º de Candidaturas Aprovadas	N.º de Candidaturas Não Aprovadas	N.º de Candidaturas Em Análise	N.º de Candidaturas Desistidas	N.º de Candidaturas Contratadas
Eixo I	116	113	63	28	12	10	47
Eixo II	175	167	115	21	15	16	65
Eixo III	24	23	10	9	1	3	10
Eixo IV	44	44	29	8	2	5	29
Eixo V	647	627	333	14	258	22	132
Eixo VI	2	2	2	0	0	0	1
Total	1.008	976	552	80	288	56	284

Em matéria de aprovações, a distribuição por Eixos Prioritários sintetizada no Quadro 10 aponta para uma elevada concentração de projectos aprovados nos Eixos de que são predominantemente beneficiárias entidades privadas, as quais procuram recursos de financiamento para projectos de investimento empresarial, sobretudo ao abrigo dos regulamentos específicos dos sistemas de incentivos. Assim, os Eixos Prioritários I, II e V possuem 93% das aprovações do total do Programa.

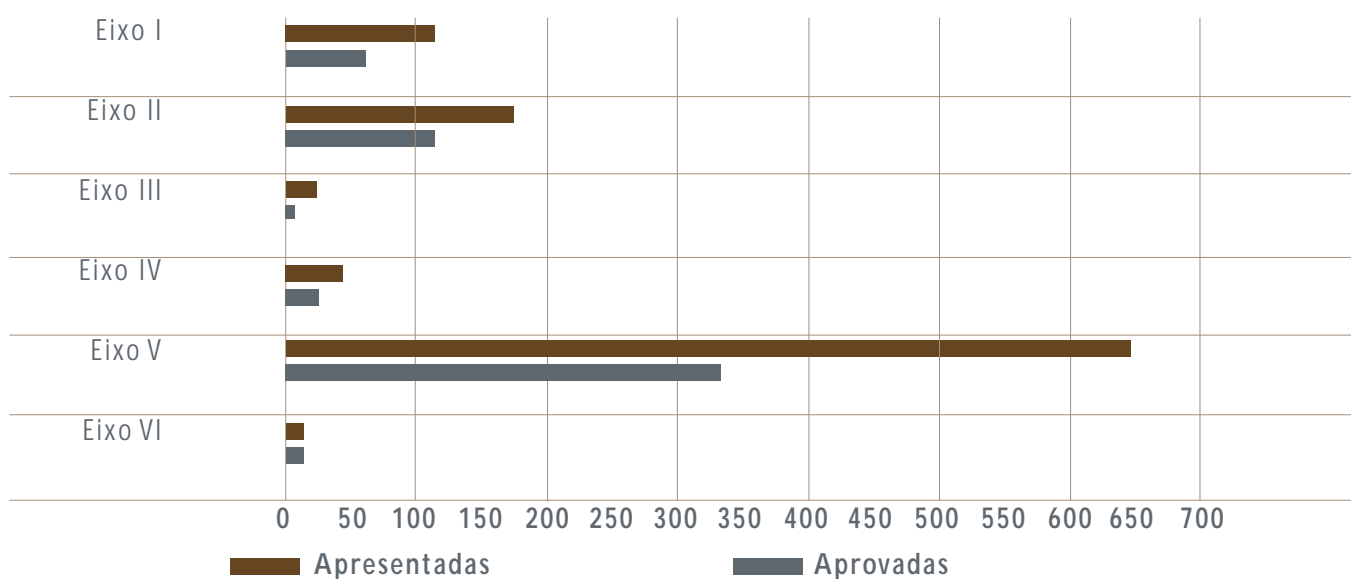
No que concerne à procura de apoios, até ao final de 2010 tinham sido apresentadas 1.008 candidaturas, muito acima do registado em 2009 (150 candidaturas). Foi o Eixo V que registou o maior aumento, em virtude da abertura do período de candidaturas na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas”.

Do total das candidaturas apresentadas ao Programa no período 2007-2010, foram aprovadas 552, o que corresponde a um nível de aprovação de 55%, em termos globais do Programa.

Em termos de Eixo Prioritário o grau de aprovação é diferenciado, 54% no Eixo I, 66% no Eixo II, 42% no Eixo III, 66% no Eixo IV, 51% no Eixo V e 100% no Eixo VI.

Saliente-se ainda a expressão que o Eixo V detém em termos de candidaturas aprovadas, alavancado pelo Sistema de Incentivo ao Funcionamento.

Gráfico 2 - Distribuição de Candidaturas (Apresentadas / Aprovadas) por Eixo Prioritário



O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das apresentadas é elevado, atingindo 97%, em Dezembro de 2010, o que evidencia que as entidades beneficiárias não demonstram particular dificuldade em adaptar-se aos procedimentos em vigor, nem às condições técnicas de inserção das candidaturas no sistema de informação. De referir que as candidaturas não admitidas não tinham enquadramento no Programa.

No final de 2010, encontravam-se já contratadas e com termo de aceitação já assinado pelas entidades beneficiárias, um total de 284 operações envolvendo um montante de fundo de 188.680.206 euros. Os Eixos Prioritários III e IV registaram as maiores taxas de operações contratadas, 100%, seguindo-se o Eixo I, com 75%, o Eixo II com 57%, o Eixo VI com 50% e finalmente o Eixo V com 40%.

Quadro 11 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário

Eixo	Vertente de Intervenção	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de aprovação (Inv.Total) (%)
		N.º	Inv. Custo Total	N.º	Inv. Custo Total	
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	37	15.061.326	27	6.661.904	44%
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	10	7.494.635	3	387.800	5%
	Modernização Administrativa	8	10.942.076	0	109.013	1%
Sub-total		55	33.498.037	30	7.158.717	21%
Eixo II - Competitividade da base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	76	54.334.615	69	36.041.706	66%
	Envolvente empresarial	10	159.762.846	2	3.419.007	2%
Sub-total		86	214.097.460	71	39.460.713	18%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	5	6.406.341	2	1.028.521	16%
	Riscos naturais e tecnológicos	3	8.157.912	3	8.172.637	100%
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	1	3.905.656	1	3.905.657	100%
Sub-total		9	18.469.909	6	13.106.815	71%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	7	33.642.799	4	19.293.666	57%
	Reabilitação urbana e rural	4	15.803.498	0	840.099	5%
	Cooperação interregional	0	0	0	0	0%
Sub-total		11	49.446.297	4	20.133.766	41%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	644	136.714.254	332	89.512.732	65%
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	0	0	0	0	0%
Sub-total		644	136.714.254	332	89.512.732	65%
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	0	0	0	0	0%
Sub-total		0	0	0	0	0%
Total		805	452.225.957	443	169.372.742	37%

O Quadro 12 sintetiza a distribuição das candidaturas apresentadas e aprovadas por Eixos Prioritários/Vertente de Intervenção, permitindo extrair as seguintes principais linhas de leitura:

- as aprovações acumuladas, correspondem a cerca de uma em cada duas candidaturas apresentadas, representando o investimento aprovado 53% do custo total candidatado;
- o Eixo II, apresenta uma quebra acentuada de financiamento aprovado face ao montante candidatado (apenas 32%) representando, no entanto, 20% nas aprovações globais do Programa;
- nas dinâmicas de aprovação destacam-se os Eixos I, III e IV os quais representam elevadas taxas de aprovação, 72%, 65% e 63% respectivamente, dos montantes aprovados.

Quadro 12 - Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2007-2010

Eixo	Vertente de Intervenção	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de aprovação (Inv. Total)
		N.º	Inv. Custo Total	N.º	Inv. Custo Total	(%)
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	79	114.576.138	48	99.597.711	87%
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	22	17.688.995	11	7.331.284	41%
	Modernização Administrativa	15	27.712.319	4	9.003.009	32%
Sub-total		116	159.977.452	63	115.932.004	72%
Eixo II - Competitividade da base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	142	77.397.870	102	49.127.735	63%
	Envolvente empresarial	33	218.276.331	13	45.833.947	21%
Sub-total		175	295.674.200	115	94.961.682	32%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	10	23.393.270	4	15.453.521	66%
	Riscos naturais e tecnológicos	12	16.404.697	5	10.030.834	61%
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	2	5.523.839	1	3.905.657	71%
Sub-total		24	45.321.806	10	29.390.012	65%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	31	135.728.375	21	88.269.856	65%
	Reabilitação urbana e rural	13	37.658.993	8	20.202.412	54%
	Cooperação interregional	0	0	0	0	0%
Sub-total		44	173.387.368	29	108.472.269	63%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	646	183.776.384	332	89.512.732	49%
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	1	34.146.766	1	34.146.766	100%
Sub-total		647	217.923.150	333	123.659.498	57%
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	2	4.947.904	2	4.947.904	100%
Sub-total		2	4.947.904	2	4.947.904	100%
Total		1.008	897.231.880	552	477.363.368	53%

Da análise deste Quadro 12 verifica-se que existem em praticamente todas as Vertente de Intervenção projectos aprovados, com excepção da Vertente "Cooperação Interregional".

Em termos de aprovações, no ano de 2010 o Programa aprovou o montante de 80.620.379 euros de despesa pública e 59.537.051 euros de fundo, conforme demonstra o **Quadro 13**. Este montante aprovado possibilitou um incremento na taxa de compromisso.

Quadro 13 - Montantes Aprovados no Programa 2010

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	3.565.357	4.190.526	8%	12%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	15.778.887	14.918.254	26%	30%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	11.831.403	9.177.511	13%	13%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	20.061.214	16.561.469	17%	18%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	29.390.571	14.695.286	22%	22%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	-7.053	-5.995	0%	0%
Total	449.952.603	320.549.004	80.620.379	59.537.051	18%	19%

Até final do ano de 2010, foram aprovadas 552 operações, implicando 279.912.915 euros de Despesa Pública, o que corresponde a uma comparticipação fundo de 205.136.104 euros e a uma taxa de compromisso (relação entre o aprovado e o programado) global de 64% do fundo programado para o período 2007-2013, i. e., mais 19 p.p. relativamente à situação verificada no final de 2009 (45%).

Quadro 14 - Montantes Aprovados no Programa 2007-2010

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Taxa de Compromisso (%) (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	26.716.995	21.326.414	61%	61%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	59.845.654	47.651.565	97%	96%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	27.894.474	22.027.967	31%	31%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	98.909.879	79.127.904	86%	86%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	61.605.062	30.802.532	46%	46%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	4.940.851	4.199.723	65%	65%
Total	449.952.603	320.549.004	279.912.915	205.136.104	62%	64%

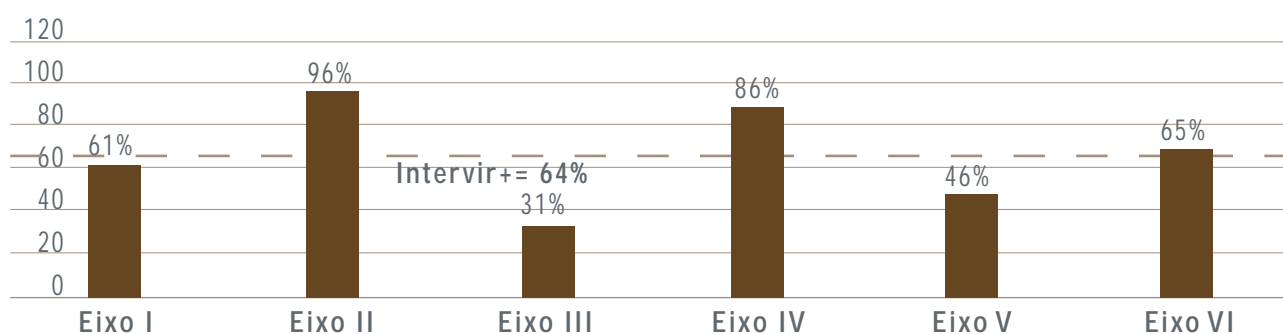
Ao nível dos Eixos verificam-se taxas de compromisso, na sua maioria, acima dos 64% (média do Programa), destacando-se, pelo elevado nível de compromisso assumido, o Eixo II, que atingiu 96% da dotação programada, logo seguido pelo Eixo IV e Eixo VI que comprometeram, respectivamente, 86% e 65% da sua dotação, como ilustrado no **Gráfico 3**.

Com taxas de compromisso inferiores a 64% situam-se o Eixo I, Eixo III e o Eixo V com 61%, 31% e 46%, respectivamente.

Numa análise detalhada, verifica-se que os Eixos II e IV, já atingiram um grau de absorção de fundos elevado, tendo para tal contribuído a aprovação de projectos de carácter estruturante e de grande pertinência estratégica, nomeadamente: escolas, infra-estruturas empresariais e promoção do destino Madeira.

Com o indicador mais baixo destaca-se o Eixo III, com uma dinâmica menor, apesar de existirem intenções de projectos cuja concretização poderá dar outra expressão aos indicadores deste Eixo.

Gráfico 3 - Taxa de compromisso por Eixo



No ano de 2010 o Programa apresentou uma taxa de execução (rácio entre o fundo executado e o programado) de 13%, que traduz um acréscimo significativo comparativamente com o ano de 2009 que representava 8%. Este nível de execução é fruto do Programa se encontrar numa fase de consolidação dos compromissos, o que se reflecte na execução dos mesmos.

Quadro 15 - Distribuição das Candidaturas aprovadas por Vertente de Intervenção 2007-2010

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2010 (EX)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	1.701.291	1.425.885	4%	4%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	12.584.351	10.342.418	20%	21%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	2.214.448	1.770.243	2%	2%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	24.712.339	19.769.871	22%	22%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	15.189.878	7.594.939	11%	11%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	746.230	634.296	10%	10%
Total	449.952.603	320.549.004	57.148.538	41.537.652	13%	13%

Ainda assim os dados relativos à execução mantêm-se em níveis reduzidos. O desfasamento entre o nível de compromisso e o nível de execução tem a ver, por um lado, com a natureza dos projectos (plurianuais), e por outro, com as dificuldades sentidas pelos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheio a actual conjuntura económica.

Os Eixos "Competitividade da Base Económica Regional" (Eixo II) e "Coesão Territorial e Governação" (Eixo IV) foram os Eixos Prioritários que mais contribuíram para estes indicadores de desempenho.

Quadro 16 - Montantes Executados no Programa 2007-2010

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxa de Execução (%) (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	43.740.834	34.992.667	2.849.035	2.261.615	7%	6%
Eixo II	61.840.233	49.472.186	22.750.721	18.148.540	37%	37%
Eixo III	89.178.251	71.342.601	2.234.113	1.785.975	3%	3%
Eixo IV	114.896.874	91.916.874	44.034.418	35.227.534	38%	38%
Eixo V	132.649.352	66.324.676	28.972.384	14.486.192	22%	22%
Eixo VI	7.647.059	6.500.000	1.830.713	1.556.106	24%	24%
Total	449.952.603	320.549.004	102.671.385	73.465.963	23%	23%

Sublinhe-se o facto de em Dezembro a Autoridade de Gestão ter efectuado adiantamentos aos beneficiários cuja repercussão implicará uma subida significativa da taxa de execução em 2011.

Os gráficos seguintes retratam os níveis de aprovação e de execução dos vários anos de implementação do Programa.

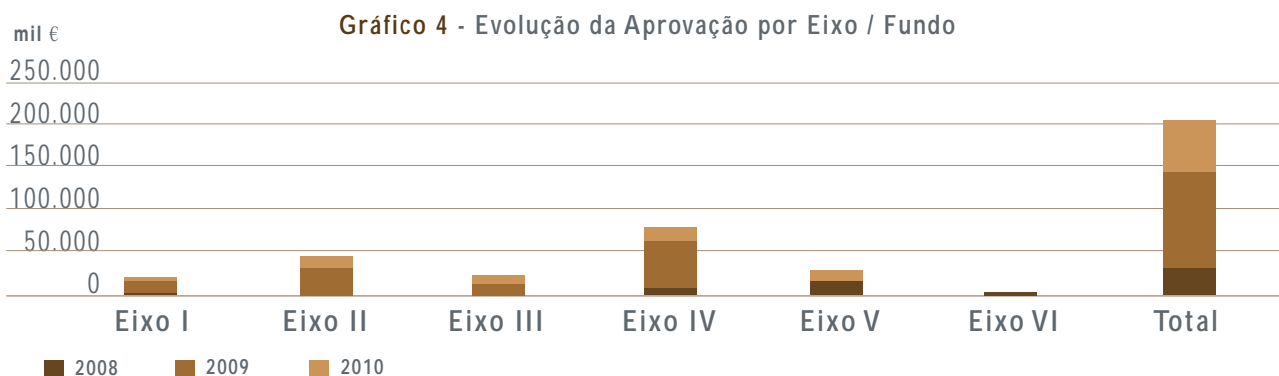


Gráfico 5 - Evolução da Execução por Eixo / Fundo

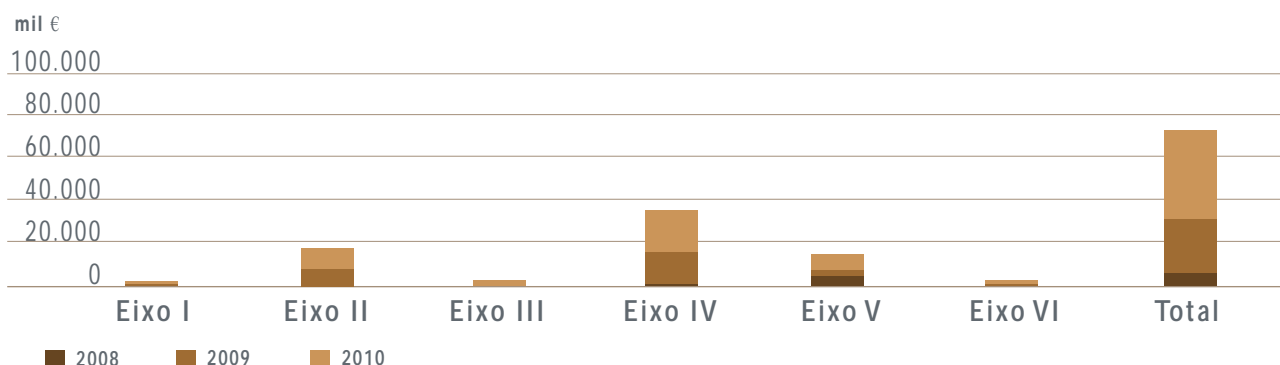
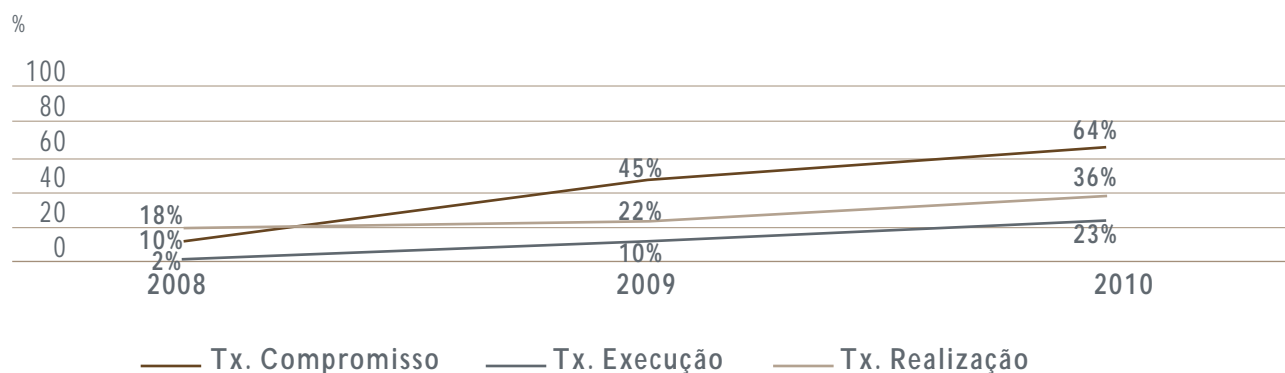


Gráfico 6 - Evolução das Taxas de Compromisso, Execução e Realização do Programa Intervir+



Pela análise dos gráficos acima, observa-se um maior peso, em termos de aprovação, do ano de 2009, sendo que, ao nível da execução o ano de 2010 apresenta uma maior dinâmica.

O **Gráfico 6** permite verificar a evolução dos indicadores de desempenho do Programa (compromisso, execução e realização) durante este período de implementação.

Importa referenciar alguns projectos mais relevantes por Vertente de Intervenção em que se verificaram aprovações, em 2010, nomeadamente:

- Incentivos Directos e Indirectos às Empresas: projecto aprovado no âmbito do SI Empreendinov II, relativo a "Formação de um centro de Diagnóstico Oftalmológico diferenciado e inovador", promovido pela empresa Oftalmed, Lda., com um investimento total de 247.665 euros; e projecto aprovado no âmbito do SI +CONHECIMENTO, relativo a "Novas tecnologias que combinam a diminuição do tamanho do sensor de imagem e aumento da qualidade", promovido pela empresa Awaiba - Consultadoria Desenvolvimento e Comercio de Componentes Microelectronicos, Lda., com um investimento total de 801.767 euros;
- Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento: projectos na área da investigação da responsabilidade do Serviço de Saúde da RAM, E.P.E, "Genhymape" e "Genemacor" envolvendo um investimento total de 60.300 euros e 55.000 euros, respectivamente;
- Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores: projecto aprovado no âmbito do SI Qualificar +, relativo ao "Apetreçamento das Instalações da Leuimport" promovido pela empresa Leuimport da Madeira Comércio Automóvel Lda., com um investimento total de 2.123.374 euros; e projecto aprovado no âmbito do SI Turismo, relativo a "Requalificação de uma unidade hoteleira", promovido pela empresa J. Cardoso S.A., com um investimento total de 6.017.454 euros;
- Envolvimento Empresarial: Projecto "Promoção do Bordado Madeira e do Artesanato Regional (2009-2010)", da responsabilidade do IVBAM - Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P, no montante total de 587.47 euros e o projecto "Centro das Artes Global", da responsabilidade da SDPO- Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste, S.A., com um investimento total de 1.666.559 euros;
- Estruturas de gestão ambiental de 1ª geração: Projecto "Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável à Ribeira Funda", do Município do Porto Moniz envolvendo um montante total de 161.929 euros e o projecto "Infra-estruturas

de Adução à ETAR da Calheta”, da responsabilidade da IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A., no valor global de 750.000 euros;

- Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos: Projecto “NI FORMAR - Núcleo de Instalações da Protecção Civil e Formação da Madeira” da responsabilidade do Serviço Regional de Protecção Civil, IP-RAM, no valor global de 6.036.311 euros;
- Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos: Projectos “Requalificação do Miradouro do Cabo Girão” e “Piscina anexa à Escola Básica do 2º e 3º Ciclos da Camacha” ambos da responsabilidade da SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social, no valor global de 2.610.762,83 euros e 3.189.502 euros, respectivamente;
- Reabilitação urbana e rural: “Acções de Qualificação do Ambiente Urbano e Rural” do beneficiário SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social, no montante total de 6.773.516,75 euros;
- Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas: “Sistema Regional de Triage, Transferência, Tratamento e Valorização de RSU - Madeira” do beneficiário SRA - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, com um valor global de 20.824.035 euros.

Repartição do FEDER por temas prioritários relevantes para a Estratégia de Lisboa

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do conselho, de 11 de Julho, no seu artigo 9º, n.º 3 determina que os Estados-Membros devem cumprir metas mínimas de despesa, com base em categorias de despesas estabelecidas face a prioridades definidas a nível europeu, como forma de garantir a concretização dos objectivos da Agenda de Lisboa.

As metas mínimas respeitantes às categorias de despesas estabelecidas no Anexo IV do referido Regulamento (revisto pela Rectificação de 31 de Julho de 2006), correspondem a 75% da despesa do conjunto do Programa enquadrado no Objectivo Competitividade Regional e Emprego (Regime Transitório Phasing in).

Aquele Regulamento determina, ainda, que o cumprimento destas metas indicativas será aferido com base na execução média do período 2007-2013 por objectivo.

Em sede de programação, os valores previstos (a título indicativo) para investimentos em despesas “amigas” da Estratégia de Lisboa - earmarking - atingem o limiar regulamentar de 75%.

Efectuando a análise relativamente ao fundo comunitário aprovado e executado no Programa Intervir+ até 2010 (vd. Quadro 17) verifica-se que este indicador apresenta uma taxa de 72% das despesas aprovadas (61% das despesas executadas).

Quadro 17 - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Unidade: Euros

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		162	37.527.361	6.712.285	18%
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	6	1.869.196	694.029	37%
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	2	1.465.600	24.769	2%
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	1	316.000	9.731	3%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	0	0	0	0%
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	6	9.951.774	3.463.229	35%
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	0	0	0	0%
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	0	0	0	0%
8	Outros investimentos em empresas	144	17.923.769	1.115.840	6%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	3	6.001.023	1.404.687	23%

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Sociedade da Informação		6	8.836.156	670.436	8%
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	0	0	0	0%
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc.)	3	5.949.854	373.026	6%
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	1	21.000	1.179	6%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	2	2.865.301	296.231	10%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	0	0	0	0%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	0	0	0	0%
Transportes		3	17.903.555	10.235.980	57%
16	Transporte ferroviário	0	0	0	0%
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0	0	0	0%
18	Ativos móveis ferroviários	0	0	0	0%
19	Activos móveis ferroviários (RTE-T)	0	0	0	0%
20	Auto-estradas	0	0	0	0%
21	Auto-estradas (RTE-T)	0	0	0	0%
22	Estradas nacionais	0	0	0	0%
23	Estradas regionais/locais	2	17.783.331	10.235.980	58%
24	Ciclovias	0	0	0	0%
25	Transportes urbanos	0	0	0	0%
26	Transportes multimodais	0	0	0	0%
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0	0	0	0%
28	Sistemas de transportes inteligentes	0	0	0	0%
29	Aeroportos	0	0	0	0%
30	Portos	1	120.223	0	0%
31	Transporte por via navegável (regionais e locais)	0	0	0	0%
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0	0	0	0%
Energia		1	395.568	22.936	6%
33	Electricidade	0	0	0	0%
34	Electricidade (RTE-E)	0	0	0	0%
35	Gás natural	0	0	0	0%
36	Gás natural (RTE-E)	0	0	0	0%
37	Produtos petrolíferos	0	0	0	0%
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0	0	0	0%
39	Energias renováveis: eólica	0	0	0	0%
40	Energias renováveis: solar	0	0	0	0%
41	Energias renováveis: biomassa	0	0	0	0%
42	Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras	0	0	0	0%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	1	395.568	22.936	6%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		10	22.027.967	1.785.975	8%
44	Gestão de resíduos domésticos e industriais	0	0	0	0%
45	Gestão e distribuição de água (água potável)	3	11.530.139	180.010	2%
46	Tratamento de água (águas residuais)	1	600.000	0	0%
47	Qualidade do ar	0	0	0	0%
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	0	0	0	0%
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	0	0	0	0%
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	0	0	0	0%
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Rede Natura 2000)	0	0	0	0%
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1	2.013.284	9.207	0%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	5	7.884.544	1.596.759	20%
54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	0	0	0	0%
Turismo		10	24.873.573	13.802.048	55%
55	Promoção dos recursos naturais	0	0	0	0%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	1	1.742.088	443.034	25%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	9	23.131.486	13.359.014	58%
Actividades culturais		3	6.193.263	677.467	11%
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	0	0	0	0%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	2	4.860.016	608.799	13%
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	1	1.333.247	68.668	5%
Reabilitação urbana e rural		7	12.553.908	4.874.914	39%
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	7	12.553.908	4.874.914	39%

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investimento em infra-estruturas sociais		16	55.929.744	27.433.846	49%
75	Infra-estruturas educativas	15	55.614.665	27.359.760	49%
76	Infra-estruturas de saúde	0	0	0	0%
77	Infra-estruturas de assistência à criança	0	0	0	0%
78	Infra-estrutura de habitação	1	315.079	74.086	24%
79	Outras infra-estruturas sociais	0	0	0	0%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		0	0	0	0%
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	0	0	0	0%
Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas		332	14.695.286	5.693.969	39%
82	Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	1	10.412.018	4.812.000	46%
83	Ações específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	331	4.283.269	881.969	21%
84	Apoios para compensar sobrecustos decorrentes das condições climáticas e de dificuldades associadas ao relevo geográfico	0	0	0	0%
Assistência técnica		2	4.199.723	1.556.106	37%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	2	4.199.723	1.556.106	37%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	0	0	0	0%
	Total Temas Prioritários*	220	190.440.818	67.771.994	36%
	Total EARMARKING	202	137.075.848	41.426.307	30%
	% EARMARKING	72%		61%	
	Categorias de earmarking				

* Ao "Total Temas Prioritários" são subtraídos os TPs 82, 83 e 84 por constituírem a parte da alocação financeira específica, atribuída às RUP, que não concorre para efeitos de cálculo de Earmarking.

Para a taxa de earmarking de 72% contribuem as operações relativas ao tema prioritário "Infra-estruturas educativas" (41%), seguido de "Outros investimentos em empresas" (12%), de "Projectos integrados de recuperação urbana e rural" (9%) e de "Gestão e distribuição de água (água potável)" (9%). A importância dos restantes temas relevantes para earmarking nas aprovações é significativamente mais reduzida.

De entre os apoios concedidos às empresas (tema prioritário 8 - Outros investimentos em empresas), destaca-se os apoios concedidos às PME com um peso relativo de 71% face ao número de projectos (202), 13% do montante aprovado (137.075.848 euros) e 2,7% do valor executado (41.426.307 euros).

No que respeita à execução, é no tema "Infra-estruturas educativas" que predominam as despesas, com cerca de 66% do total, seguido dos "Projectos integrados de recuperação urbana e rural" com cerca de 12%.

Relativamente à aferição da meta, e considerando que a execução verificada no mesmo período para o Programa Rumos situa-se nos 98%, verifica-se que o montante total de Fundos executados nesta Região em categorias de despesa earmarking, até ao final de 2010, corresponde a 78%.

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito da União

A Autoridade de Gestão assegura que as operações financiadas pelo Programa cumprem com a legislação comunitária em termos de direito comunitário.

Neste sentido, foi incluída na regulamentação específica a referência à obrigatoriedade de cumprimento dos normativos nacionais e comunitários em matéria de contratação pública, acesso e utilização de fundos comunitários, regras ambientais e igualdade de oportunidades.

No que respeita ao cumprimento das normas sobre contratação pública, a Autoridade de Gestão emanou junto do Organismo Intermédio uma orientação técnica, que consiste numa tabela, com as correcções financeiras a aplicar em casos de irregularidades detectadas em sede de contratação pública.

No caso das operações co-financiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos, os princípios da contratação pública foram devidamente evidenciados nos casos em que o beneficiário da operação fosse uma entidade pública ou equiparada, ou

quando sendo uma entidade privada, a maioria das suas receitas sejam de proveniência pública. Deste modo, em sede do formulário de candidatura, é solicitada informação sobre a forma jurídica do beneficiário, a estrutura accionista, bem como a proveniência das respectivas receitas, de forma a se poder definir claramente se o beneficiário está ou não obrigado a aplicar os princípios da contratação pública no âmbito das empreitadas e aquisição de bens e serviços.

Relativamente à concorrência, designadamente em matéria de auxílios de estado, o Programa previa a concessão de ajudas a entidades privadas, nomeadamente no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

O Programa contempla auxílios isentos de notificação ao abrigo do Regulamento geral de isenção por categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008 da Comissão, de 6 de Agosto de 2008, auxílios estatais à investigação e desenvolvimento e à inovação (2006/C323/01) de 30 de Dezembro, auxílios estatais respeitantes à investigação e desenvolvimento tecnológico (auxílio estatal n.º 780/2007 Portugal C(2008) 2902 de 17.6.2008), auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis (Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006) e ainda, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos notificados à Comissão Europeia (Auxílio Estatal n.º 584/2009 - Regime de auxílios ao funcionamento para pequenas e microempresas na Madeira), alterado pelo Auxílio Estatal n.º 397/2010 de 5.10.2010).

Relativamente ao regime de minimis, o Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro, estabelece que durante um período de três exercícios financeiros consecutivos uma empresa não poderá receber apoios que excedam o limite de 200.000 euros, sendo de 100.000 euros o limite máximo para o sector dos transportes. No entanto, em 2009, foi aprovado um regime temporário de excepção, em vigor para os anos 2009 e 2010, onde alarga o limiar de acumulação dos auxílios de minimis até 500.000 euros por empresa durante um período de três exercícios financeiros consecutivos, com início no ano 2008.

O regime temporário de excepção acima mencionado, foi objecto de prorrogação através da Comunicação da Comissão C(2011) 63 final de 07.01.2011 - Auxílio de Estado n.º 32122 (2010/N) - Portugal, contemplando a possibilidade de utilizar o limite de minimis de 500.000 euros até final de 2011. Contudo, esta possibilidade só é aplicável nos casos em que o beneficiário tenha apresentado a sua candidatura até 31.12.2010.

A responsabilidade pelo controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos no âmbito do Regulamento (CE) n.º 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro, é do IFDR (Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/2009), no âmbito do qual funciona o "Registo Central de Auxílios de Minimis", tendo a Autoridade de Gestão de efectuar a comunicação destes apoios a essa entidade antes da aprovação das respectivas operações.

A existência do Registo Central de Auxílios de Minimis constitui um importante suporte de apoio à decisão, conferindo uma maior segurança na atribuição das ajudas, ao reduzir a incerteza sobre uma eventual ultrapassagem, em termos nacionais, dos limites regulamentarmente previstos para a concessão destes apoios.

O enquadramento dos incentivos no Regime de minimis é evidenciado no **Quadro 18**.

Quadro 18 - Síntese dos incentivos com enquadramento no Regime de minimis do Programa Intervir+

Incentivos	Enquadramento Comunitário anterior (a)	Enquadramento Comunitário actual (b)
SI EMPREENDINOV	Auxílios de minimis: - Todas as despesas elegíveis	Auxílios de minimis: - Todas as despesas elegíveis
SIRE	Auxílios de minimis: - Todas as despesas elegíveis	Auxílios de minimis: - Todas as despesas elegíveis
SI QUALIFICAR+		RGIC - Auxílios de estado com finalidade regional a favor do investimento - Restantes despesas Auxílios de minimis: - Despesas mencionadas no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 160/2008, da Vice-presidência do Governo Regional, publicada no JORAM, n.º 122 de 24/09; no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 148/2009, da Vice-presidência do Governo Regional, publicada no JORAM, suplemento, n.º 113 de 04/11, no n.º 4 do artigo 6º, do Anexo III e no n.º 3 do artigo 8º do Anexo IV, ambos da Portaria n.º 58/2010, da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, publicada no JORAM, suplemento, n.º 73 de 17/08.

Incentivos	Enquadramento Comunitário anterior (a)	Enquadramento Comunitário actual (b)
SI +CONHECIMENTO		RGIC - Auxílios de estado com finalidade regional a favor do investimento Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/ C323/01) de 30 de Dezembro – Auxílio Estatal n.º 780/2007 de 17.6.2008 Auxílios de minimis: - Despesas mencionadas no n.º 7 do artigo 14º, da Portaria n.º 161/2008, da Vice-presidência do Governo Regional, publicada no JORAM, n.º 122 de 24/09l.
SI TURISMO		RGIC - Auxílios de estado com finalidade regional a favor do investimento - Restantes despesas Auxílios de minimis: - Despesas mencionadas no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 210/2008 da Vice-presidência do Governo Regional, publicada no JORAM, n.º 150 de 03/12 e no n.º 3 do artigo 6º, do Anexo III, da Portaria n.º 149/2009 da Vice-presidência do Governo Regional, publicada no JORAM, suplemento, n.º 113 de 04/11.
SI FUNCIONAMENTO		AE n.º 584/2009 - Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 - auxílios ao funcionamento - Despesas referidas no ponto 2.6. do AE n.º 584/2009. AE n.º 397/2010 - Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 - auxílios ao funcionamento, que alterou o AE N 584/2009. - Despesas referidas no ponto 3.5. do AE n.º 397/2010.
Competitividade da Base Económica Regional: Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira		Auxílios de minimis
Competitividade da Base Económica Regional: Linha de Crédito PME MADEIRA		Auxílios de minimis
Coesão Territorial e Governação: PSL - Terminais Marítimos		Auxílios de minimis

(a) Antes da entrada em vigor do Regulamento Geral de Isenção por Categoria - RGIC

(b) Após entrada em vigor do Regulamento Geral de Isenção por Categoria - RGIC

No que respeita à questão da igualdade de oportunidades (IO) é de referir que no formulário da candidatura aos sistemas de incentivos é solicitada a indicação do número de empregos a criar pelo projecto, quer sejam masculinos, quer sejam femininos. Nos critérios de selecção constantes no Regulamento Específico do Programa Intervir+ e no guia do beneficiário, também é expressa a relevância do cumprimento do princípio de não discriminação por género.

Relativamente às operações financiadas pelos Sistemas de Incentivos, destaque-se o facto de o guia e o formulário de candidatura disponibilizarem um campo para que os beneficiários possam indicar a forma como pretendem compatibilizar as operações com a necessidade de cumprimento das referidas dimensões horizontais das políticas comunitárias.

Em sede de pedido de pagamento (encerramento) estas matérias serão igualmente objecto de análise e verificação administrativa, encontrando-se o formulário de pedido de pós contratação preparado para recolher estas informações junto do beneficiário, contemplando também o guia pós-contratações um tratamento exaustivo sobre estas matérias.

Em particular, em matéria de igualdade de oportunidades, no formulário e no guia do beneficiário utilizado, está expresso que o beneficiário não poderá - quer na actividade empresarial quer nas políticas de recursos humanos - utilizar qualquer processo ou instrumento que leve ou favoreça uma discriminação negativa quanto ao género, raça, etnia, religião ou condição física/social dos seus colaboradores, fornecedores ou clientes.

Por outro lado, é solicitado ao beneficiário que este se certifique que serão executadas intervenções em ordem a garantir a não existência de barreiras (arquitectónicas ou outras) que dificultem a mobilidade e acessibilidade de populações com necessidades especiais (deficientes motores, idosos, etc.).

Quanto à política comunitária no domínio do ambiente, no formulário e no guia do beneficiário está expressa a necessidade de envio de comprovativos relativamente à Avaliação de Impacte Ambiental, à Integração da Rede Natura e ao respeito pelo disposto nomeadamente no Plano de Ordenamento do Território, no sentido de apurar o respeito do projecto pelas matérias ambientais, conforme descrito no ponto 2.7.3 - Avaliação Ambiental Estratégica.

No Regulamento Específico do Programa Intervir+ também é referida a necessidade de apresentação de diagnósticos ambientais e planos de monitorização no caso de se tratarem de operações de recuperação ambiental e sempre que a AG considere relevante. Também é referenciado neste documento que a apreciação do mérito das candidaturas da responsabilidade da AG é fundamentada nos critérios de selecção que englobam o apuramento do respeito pelas matérias ambientais, designadamente das intervenções utilizarem, sempre que possível, energias limpas, eco-eficientes e com reduzida intensidade energética (dando preferência a fontes de energia renováveis endógenas), bem como intervenções que garantam uma gestão apropriada relativa à produção de resíduos, consumo de água, geração de fluentes e consumos energéticos.

2.3.Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional e medidas tomadas

No que concerne aos problemas mais significativos, os mesmos, de uma forma directa ou indirecta, entroncam nas dificuldades financeiras que a Região tem atravessado, aliás, um pouco na esteira do que vinha ocorrendo em 2009. No ponto seguinte do Relatório (vd. ponto 2.4 - Mudanças no contexto da execução do PO) são evidenciadas as alterações de contexto socioeconómicas que condicionaram a implementação do Programa e que contribuíram para os resultados referidos no ponto 2.1. Note-se que este quadro de dificuldades muito acentuadas atinge as entidades públicas e privadas, em simultâneo. Consta-se, em particular, a dificuldade que as empresas, nomeadamente as que recorrem aos Sistemas de Incentivos, têm em concretizar os respectivos projectos. Por outro lado, e como factor conjuntural, as instituições de crédito restringiram, de forma significativa, o acesso ao crédito, o que constitui também um elemento não negligenciável no contexto do actual enquadramento financeiro em que o Programa se desenvolve.

Desta forma, toda uma “tradição” de grande dinâmica em torno de índices, quer de compromissos, quer de execução, que no passado caracterizou os Programas da Região, esbateu-se um pouco, por força desta conjuntura desfavorável.

Importa relembrar que algumas condicionantes identificadas no arranque do Programa que ocasionaram um desempenho menos enérgico do mesmo, associados, e.g., à insuficiente massa crítica na procura de apoios na área de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (condicionando igualmente sentida em períodos de programação anteriores), às dificuldades de cumprimento de determinados prazos por parte dos beneficiários ou de os mesmos entenderem a questão da contratação pública, nomeadamente no que respeita à forma como foram lançados os processos de contratação e a conjugação dos mesmos no universo do projecto, são elementos relevantes que ainda acompanham a justificação do actual desempenho do Intervir+ e que de alguma forma marcam a maior ou menor capacidade de recuperação do mesmo.

Refira-se ainda que o anterior período de programação (2000-2006) apenas foi encerrado em Setembro de 2010, com um período de elegibilidade de despesas até Junho de 2009, reflectindo de forma significativa, o tardio arranque de novos projectos no actual Programa.

Assinala-se ainda os acontecimentos trágicos de Fevereiro de 2010 por terem constituído um factor pesado de perturbação, com reflexos no estabelecimento de prioridades imprevistas de financiamento em domínios de infra-estruturação material. Considerando que as operações em causa são exequíveis a financiamento neste Programa (sem necessidade de qualquer reprogramação prévia), os Eixos II e III serão os mais adequados à inclusão de projectos desta natureza, o primeiro pelo financiamento de medidas de política pública associadas a incentivos às empresas e o segundo associado à prevenção, gestão e monitorização de riscos.

As medidas de gestão que foram sendo ponderadas, e algumas tomadas ainda em 2010, são no sentido de eliminar compromissos sem capacidade ou com baixa probabilidade de execução, bem como ajustar os instrumentos de acesso de forma a estimular e facilitar a execução.

Destaca-se, no âmbito da potenciação da intervenção do PO, o lançamento por parte do IDE-RAM de ferramentas a nível da engenharia financeira que facilitaram o acesso ao crédito por parte das empresas, nomeadamente, através do reforço

do fundo de contra garantia, criando uma gaveta de negociação específica para a prestação de garantias bancárias para os diferentes sistemas de incentivos e, dentro destas, para as start-up. Foi criada ainda uma linha de crédito bonificada, denominada por PRO INVEST e financiada pelos reembolsos dos subsídios reembolsáveis do QCA III (POPRAM III), para financiar de forma atractiva a parte dos capitais alheios referentes à cobertura global de financiamento dos projectos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento.

Outra das medidas tomadas pelo IDE-RAM para fomentar a atractividade dos SI e, neste caso, no que respeita ao SI +CONHECIMENTO, foi contemplar, já no exercício de 2010, a possibilidade de alteração das respectivas condições de aplicação, com vista a uma maior simplificação do mesmo, assim como a sua adaptação ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria.

Das medidas gerais adoptadas para melhorar os níveis de execução do Programa, refira-se a orientação geral no âmbito das autorizações orçamentais que privilegia os pagamentos de projectos co-financiados.

Emerge ainda como medida mais “visível” a acção permanente que a AG tem tido junto dos beneficiários, no sentido de os sensibilizar para a obrigatoriedade de executar os projectos em tempo útil, de forma a promover o cumprimento dos objectivos da própria gestão (Regra $n+3/n+2$), assim como das operações apoiadas, nomeadamente através do procedimento estabelecido de controlo da recepção dos pedidos de pagamento (o Regulamento Específico FEDER institui uma comunicação aos beneficiários para a necessidade de formalizar um pedido de pagamento de 6 em 6 meses). Perspectiva-se ainda a disseminação de novos alertas aos beneficiários aquando da comunicação da análise dos relatórios de progresso dos projectos, no decorrer de 2011, para a importância do ajustamento da execução dos projectos aos montantes programados, quando se verificarem discrepâncias.

Acresce a este trabalho um outro que está a ser feito em paralelo com as várias entidades públicas e que visa que estas discriminem positivamente os projectos co-financiados no âmbito da respectiva execução orçamental.

Aproveitando um universo relativamente pequeno de permanentes e potenciais beneficiários, a AG estabeleceu uma relação de proximidade que se tem revelado muito útil, sendo um elemento importante para se esbaterem erros e irregularidades.

Neste contexto, na análise dos problemas específicos que condicionam a implementação de cada um dos Eixos do Programa (vd. ponto 3 - Execução por Eixo Prioritário) foram identificadas as respectivas medidas adoptadas para melhorar os níveis de execução desses Eixos que contribuirão ou contribuirão a breve prazo para o desempenho global do Programa.

A criação de um sistema de informação associado ao Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos - SIGMA (SIGMAPaperless), que permite registar electronicamente toda a documentação relativa aos projectos co-financiados no âmbito deste Programa, assume-se como outra das medidas gerais tomadas para a boa gestão do Programa. Note-se que, sendo esta uma funcionalidade recente, a recuperação do passado irá ser feita de uma forma progressiva, esperando-se que no decurso do ano 2011 o processo fique concluído.

Importa ainda dar conta que a Autoridade de Auditoria emitiu os relatórios e pareceres anuais previstos na alínea d) do artigo 62º do Regulamento n.º 1083/2006 do Conselho, e no artigo 18º do Regulamento (CE) da Comissão, de 8 de Dezembro, nos quais foram emitidas opiniões sem reservas sobre o adequado funcionamento dos sistemas de gestão e controlo do Intervir+, bem como acerca da legalidade e regularidade das despesas certificadas à Comissão.

Igualmente, aquando do Encontro Anual entre a CE e as AG dos PO FEDER e FC de 2010, foram dadas as informações necessárias quanto aos progressos do Programa, quer ao nível dos compromissos, quer ao nível da execução. Refira-se que a CE não efectuou observações relativamente ao Relatório Anual de Execução de 2009.

2.4. Mudanças no contexto de implementação do Programa

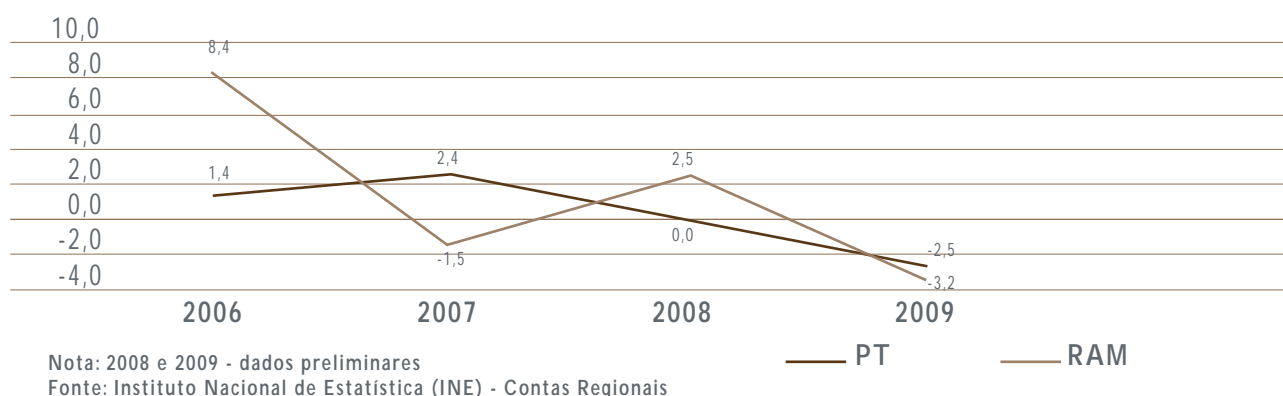
Enquadramento macroeconómico

Em termos de dinâmicas macroeconómicas subjacentes à implementação do Programa, o ano em análise foi marcado por uma conjuntura externa altamente desfavorável, que deriva fundamentalmente da profunda crise económica e financeira, cuja génese teve lugar em 2007, com a crise no sector imobiliário nos Estados Unidos da América, tendo-se alastrado ao resto do mundo de forma particularmente acentuada no final de 2008 e início de 2009.

Com efeito, as circunstâncias particularmente difíceis das contas públicas nacionais originaram a implementação de medidas de ajustamento orçamental e de correcção dos níveis de endividamento público, agravando as pressões descendentes sobre a actividade económica nacional, com implicações determinantes para a Região Autónoma da Madeira.

Gráfico 7 - Taxa de variação anual do PIB, em volume

Tx. de variação anual (%) .



A informação mais detalhada, que fornece o Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector de actividade, é ilustrativa da forte sensibilidade dos principais vectores da economia regional às condicionantes conjunturais que oferece o actual enquadramento económico.

À excepção do sector primário e das actividades de Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e acção social, todos os ramos de actividades registaram quebras entre 2008 e 2009.

A estrutura económica regional assenta fundamentalmente no sector terciário (83%). Neste particular, as actividades associadas ao comércio, aos transportes e armazenagem e ao alojamento e restauração têm uma preponderância significativa na estrutura regional (29,6%) e incorporam necessariamente uma forte sensibilidade às flutuações cíclicas da conjuntura económica, pelo que a evolução que lhes está subjacente (-2,7%) determina em larga escala o desempenho global da economia regional.

No sector secundário, o ramo da construção registou uma variação negativa de 6,5% entre 2008 e 2009, em virtude, por um lado, do grau de maturidade do processo de infra-estruturação pública na Região, e, por outro, do forte agravamento das condições de financiamento das empresas e das famílias, com reflexos negativos no investimento.

Gráfico 8 - VAB do Sector Primário

Milhões de Euros

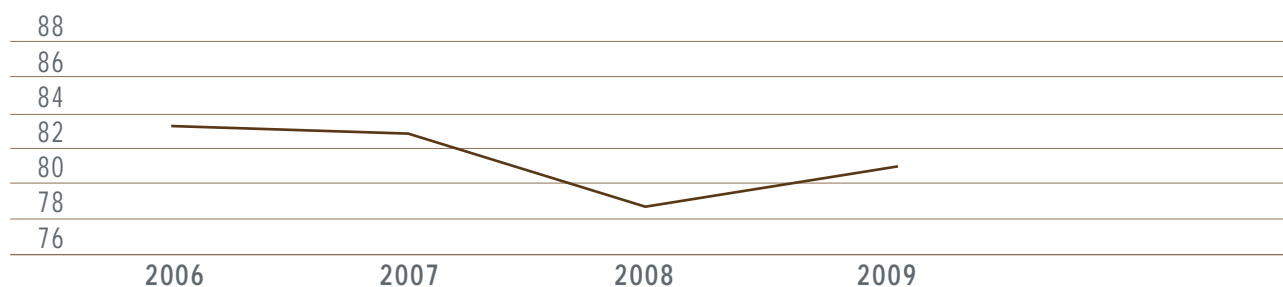


Gráfico 9 - VAB do Sector Secundário

Milhões de Euros

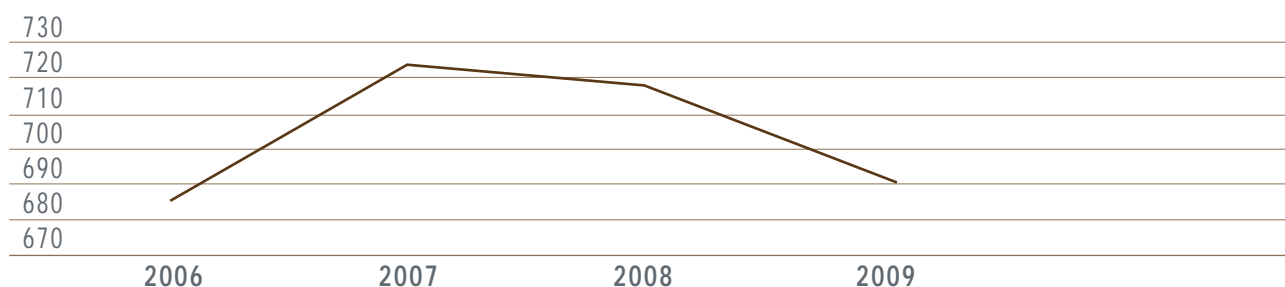
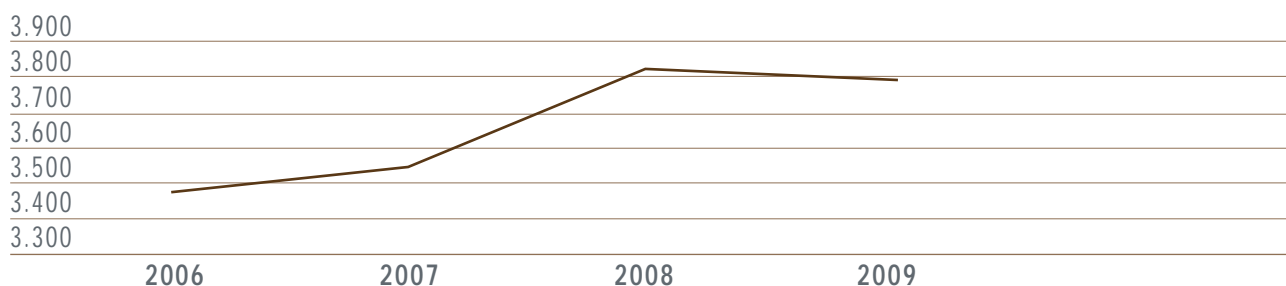


Gráfico 10 - VAB do Sector Terciário

Milhões de Euros



Nota: 2008 e 2009 - dados preliminares

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) - Contas Regionais

Com efeito, a quebra generalizada de confiança nos mercados financeiros decorrente da crise, agravado ainda, no caso português, pelo efeito negativo da emergência de grandes dificuldades de financiamento por parte da Grécia e da Irlanda, tem implicado confrangimentos nas condições de acesso ao crédito por parte dos agentes económicos.

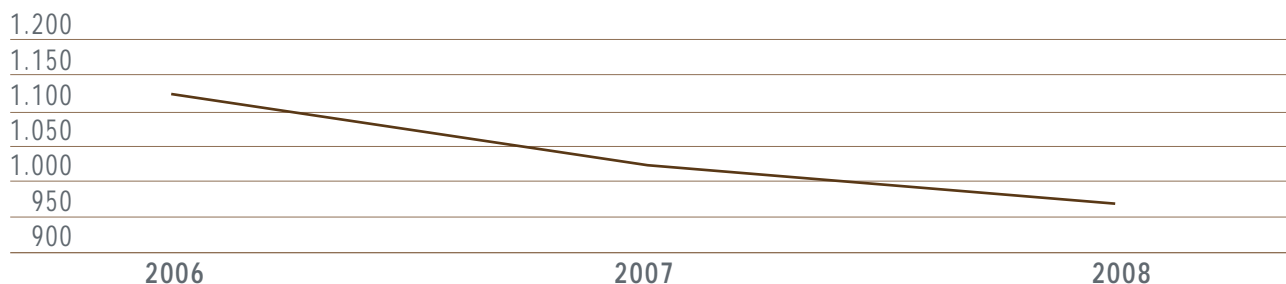
Adicionalmente, as expectativas negativas de evolução do enquadramento macroeconómico por parte dos agentes económicos têm vindo a condicionar fortemente as decisões de investimento.

Tais circunstâncias apresentam-se como factores explicativos fundamentais para a evolução recente do investimento.

Em 2008, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma variação nominal negativa na ordem dos 4,4% face ao ano anterior, seguindo a tendência já evidenciada entre 2006 e 2007 (-8,6%). As quebras mais acentuadas ocorreram nas actividades financeiras e de seguros (-33,7%), nas actividades imobiliárias (-18,9%) e nas actividades relacionadas com a Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e acção social (-10,7%).

Gráfico 11 - Formação Bruta de Capital Fixo

Milhões de Euros



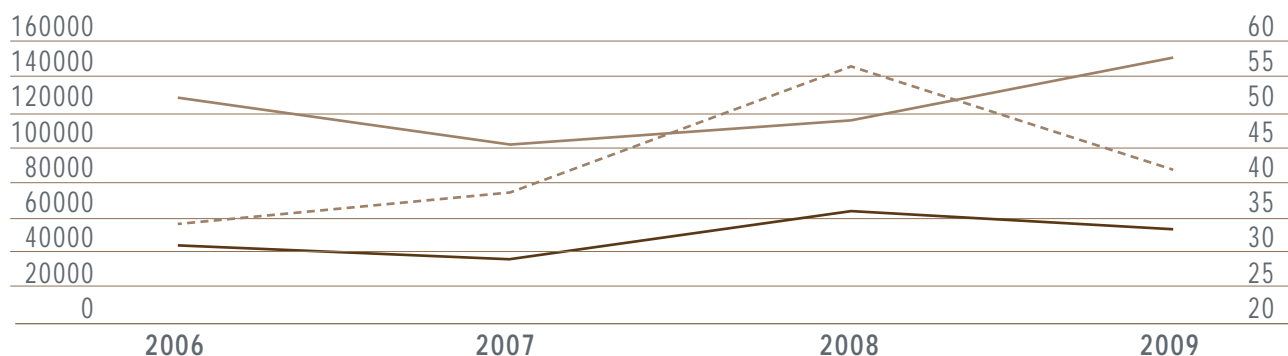
Nota: 2008 - dados preliminares

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) - Contas Regionais

A análise da informação agregada do comércio internacional deixa transparecer evoluções distintas nas vertentes das exportações/expedições e das importações/chegadas. Se na qualidade de mercado emissor a Região registou uma quebra de 7,4% entre 2008 e 2009 (em linha com as circunstâncias adversas que marcaram o período nos mercados internacionais, cujo enquadramento de crise condicionou os fluxos comerciais), já no que se refere às importações/entradas, sucedeu o inverso, com o indicador a registar um acréscimo de 30,1% entre os dois anos considerados.

Gráfico 12 - Evolução do comércio internacional da RAM

Milhões de euros



Fonte: DRE - Estatísticas do Comércio Internacional

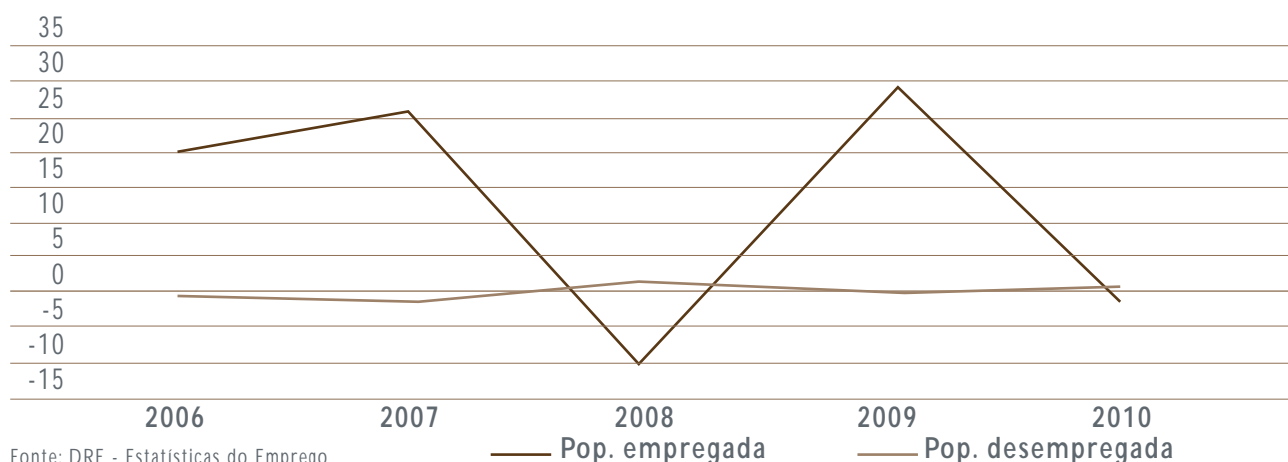
— Saídas/Exportações — Entradas/Importações - - - Tx. cobertura da RAM

Por mercados, é possível constatar que os fluxos comerciais entre a RAM e a União Europeia evoluíram positivamente, tanto no âmbito das expedições (1,5%), como na vertente das chegadas (45,1%). Já no que concerne às trocas comerciais com o espaço extracomunitário, tanto as exportações como as importações registaram quebras entre 2008 e 2009 (-13,5% e -18,4%, respectivamente). Em virtude da dinâmica evidenciada, a taxa de cobertura das importações pelas exportações sofreu uma quebra de 16,1 p.p., entre 2008 e 2009, tendo-se situado nos 40% neste último ano.

A dinâmica do mercado de trabalho na RAM nos últimos anos segue a linha das circunstâncias provocadas pela conjuntura internacional e nacional. Pese embora a ligeira quebra da taxa de desemprego registada entre 2009 (7,6%) e 2010 (7,4%), o indicador evidencia um nível manifestamente acima do observado entre os anos 2000 e 2005, cujo valor médio rondava os 3%. A comparação da situação observada em 2010 com o registado em 2006 permite constatar um aumento de 43% no número de desempregados na Região, em contraste com uma variação de 2,1% na população empregada.

Gráfico 13 - Taxa de variação anual da população empregada e da população desempregada

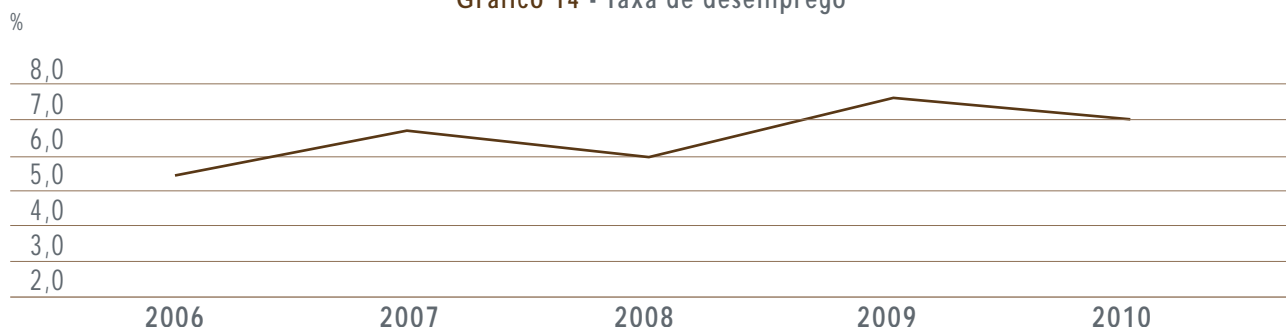
Tx. de variação anual (%) .



Fonte: DRE - Estatísticas do Emprego

— Pop. empregada — Pop. desempregada

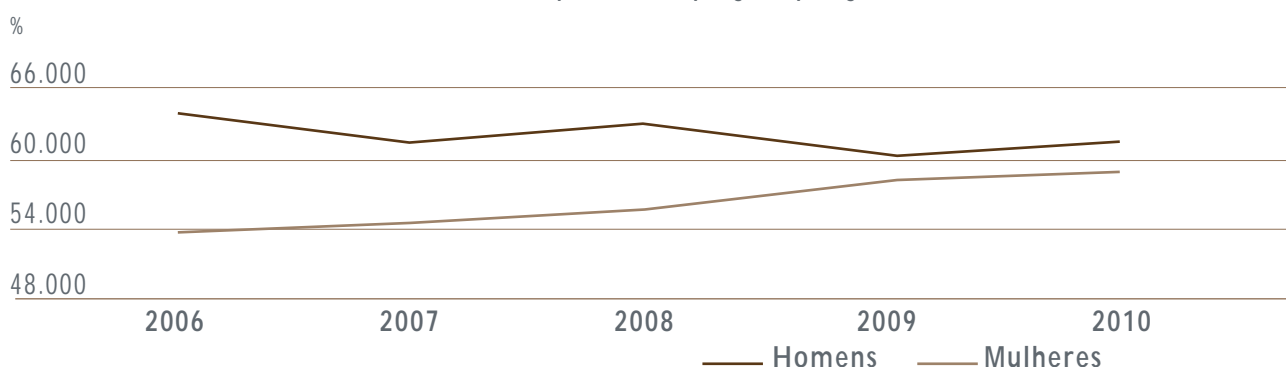
Gráfico 14 - Taxa de desemprego



A análise do mercado de trabalho regional, atendendo ao género, revela comportamentos heterogéneos, tanto na dinâmica da população empregada, como no nível do desemprego. Em concreto, a taxa de desemprego masculino subiu significativamente entre 2006 e 2010, passando dos 4,6% para os 8,6%, enquanto que a taxa de desemprego feminino se manteve relativamente estável ao longo do horizonte, tendo registado 6,2% em 2010, por oposição a 6,3% em 2006.

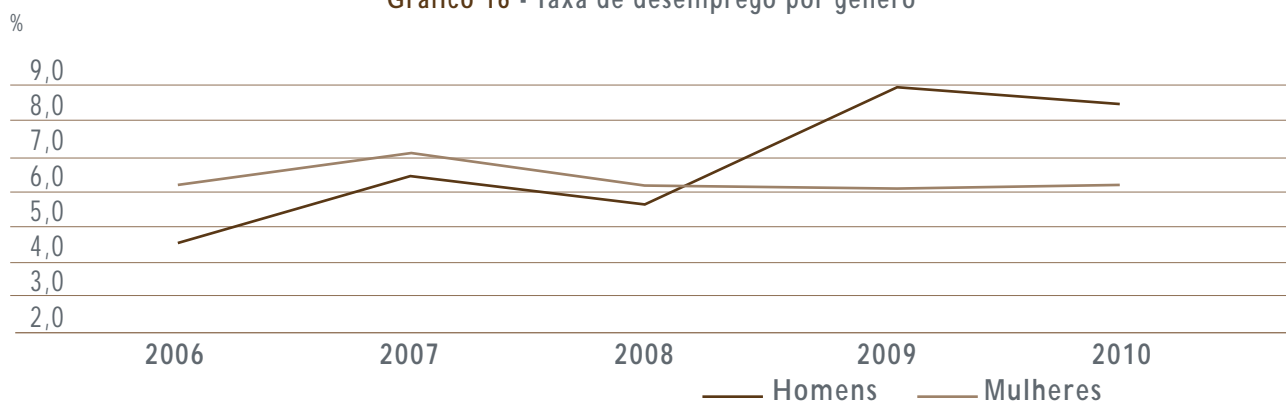
No que se refere ao emprego, a informação 2006-2010 evidencia uma evolução continuada de criação de emprego feminino, que contrasta com flutuações ao nível da força de trabalho masculina. Entre 2006 e 2010, registou-se um acréscimo de 8,9% na população empregada feminina, por contraponto com uma quebra de 3,6% na população empregada masculina.

Gráfico 15 - População empregada por género



Fonte: DRE - Estatísticas do Emprego

Gráfico 16 - Taxa de desemprego por género



Fonte: DRE - Estatísticas do Emprego

Implicações no contexto de implementação do Programa

Os reflexos do cenário macroeconómico atrás exposto na dinâmica de implementação do Intervir+ são evidenciados na análise constante do Relatório de Monitorização do Programa, relativo ao 2.º semestre de 2010.

De acordo com o referido documento, [o] prolongamento da envolvente macroeconómica desfavorável, e significativamente desfasada do contexto que norteou a programação, tem perturbado a implementação dos diversos Eixos Prioritários do Programa Intervir+. Essa perturbação tem implicações não apenas na capacidade económica e financeira dos promotores de projectos para dinamizar candidaturas e concretizar os projectos aprovados, mas também nas expectativas de dinamizar a apresentação de novas candidaturas, quer em domínios de maior ambição para a modernização e internacionalização da base económica regional, quer no terreno do investimento público, designadamente nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e da Coesão Territorial.

O documento defende inclusivamente que *[os] elevados constrangimentos orçamentais da Região têm colocado um duplo condicionamento à implementação do Programa em termos de dinamização da procura pública (variável crucial para um tecido empresarial e de emprego, tradicionalmente dependentes da Administração Pública), mas [que] também em termos de concretização de investimentos programados (PDES, PIDAR, ...) sofrem, neste contexto, um acentuado agravamento.*

O mesmo documento alerta ainda para o facto de que *[o] esforço de reconstrução de infra-estruturas e equipamentos, em resposta aos prejuízos causados pelo temporal de 20 de Fevereiro de 2010, veio acrescentar um factor pesado de perturbação com reflexos no estabelecimento de prioridades imprevistas de financiamento em domínios de infra-estruturação material, em sentido inverso (ainda que indispensável) à trajectória das prioridades estratégicas patentes no PDES 2007-2013.*

Por outro lado, acresce que *[no] domínio da inovação económica (produtiva e tecnológica) e das iniciativas de internacionalização, esta envolvente desfavorável, a par da acentuada descapitalização de empresas e outras entidades regionais, tem limitado de forma drástica a dinamização de investimentos e a procura de apoios do Intervir+, justamente em domínios que constituíam a matriz estruturante de prioridades do PDES e do Programa.*

Concretamente, os domínios de intervenção associados à Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e à Sociedade do Conhecimento, Competitividade de Base Económica Regional *sofreram de forma particular com a evolução negativa da envolvente macroeconómica, particularmente severa para a economia regional, fruto da quebra persistente da procura externa e das dificuldades de consolidação orçamental, num contexto em que o acesso aos financiamentos externos constitui uma forte restrição para a economia portuguesa.*

Com efeito, assistiu-se a uma certa retracção em termos de investimento por parte dos agentes económicos privados, com as naturais consequências ao nível do volume de adesão aos sistemas de incentivos ao investimento contemplados no Intervir+, por força da conjuntura económica e financeira adversa global e tendo ainda em consideração os efeitos negativos e as consequências trágicas da intempérie de 20 de Fevereiro.

Face a esta realidade, o IDE-RAM, em particular, tem vindo a adaptar as condições de aplicação dos diferentes instrumentos de apoio às novas realidades conjunturais da envolvente empresarial. Neste sentido, foram nomeadamente alteradas as condições de aplicação do QUALIFICAR+, de modo a integrar os novos constrangimentos resultantes do temporal de 20 de Fevereiro.

Mudanças no contexto regulamentar

É perante o enquadramento atrás descrito que seguidamente se sistematiza a documentação, produzida no decorrer de 2010, e que constitui matéria de relevo para o desempenho do Intervir+, concretamente em termos de regulamentação comunitária, transversal e específica do Programa, a par de demais documentos relevantes para o contexto - no caso, legislação de enquadramento e documentação técnica com implicações práticas na implementação do PO.

Regulamentação aplicável ao Programa

Regulamentos comunitários

- Regulamento (UE) n.º 437/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Maio, páginas 1 e 2, que altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que diz respeito à elegibilidade de intervenções habitacionais a favor de comunidades marginalizadas;
- Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, JOUE, n.º L 158, de 24 de Junho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à

simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira;

- Regulamento (UE) n.º 832/2010 da Comissão, de 17 de Setembro, JOUE, n.º L 248, de 22 de Setembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão que prevê as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Regulamentos transversais

- Alteração ao disposto no artigo 27º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, de 20 de Abril de 2010, no respeitante ao processamento dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários.

Regulamentos específicos

- Portaria n.º 12/2010, de 18 de Março, que aprova o Regulamento de Aplicação do Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira (SI FUNCIONAMENTO);
- Portaria n.º 58/2010, de 20 de Agosto, que altera o Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira II (QUALIFICAR + II), criado e regulamentado pela Portaria n.º 148/2009, de 4 de Novembro;
- Portaria n.º 80/2010, de 26 de Outubro, que altera o Sistema de Incentivos ao Funcionamento das empresas da Região Autónoma da Madeira (SI FUNCIONAMENTO), criado e regulamentado pela Portaria n.º 12/2010, de 18 de Março.

Outra documentação de relevo

Legislação nacional

- Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, que procede à alteração dos artigos 299º e 326º e ao aditamento do artigo 299-A, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, que procede ao aditamento dos artigos 78º-A e 283º-A e à revogação da alínea b) do n.º 4 do artigo 95º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 104º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Legislação regional

- Despacho conjunto da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional do Plano e Finanças, publicado a 14 de Abril de 2010, que determina as duas primeiras fases de candidatura ao SI FUNCIONAMENTO, a primeira das quais com início em 15 de Abril e encerramento a 14 de Maio de 2010 e a segunda com início em 14 de Junho e encerramento a 16 de Julho de 2010;
- Resolução n.º 396/2010, publicada a 21 de Abril de 2010, que aprova a minuta de contrato de delegação de competências celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Regional e o Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Despacho conjunto, publicado a 7 de Setembro de 2010, que fixa o início da terceira fase de selecção de projectos do SI FUNCIONAMENTO em 13 de Setembro de 2010 e encerramento a 30 do mesmo mês;
- Despacho conjunto, publicado a 30 de Novembro de 2010, que determina a realização da quarta fase de selecção de projectos do SI FUNCIONAMENTO entre 2 e 22 de Dezembro de 2010.

Documentos técnicos

- Norma IFDR n.º 01/2010 (2010/04/27), a qual, relativamente à estrutura e conteúdo do Relatório de Execução de 2009, apresenta uma estrutura-tipo e os principais referenciais a ter em conta no desenvolvimento dos conteúdos, dando assim orientação para a elaboração do Relatório de Execução de 2009 dos Programas Operacionais financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, no período de programação 2007-2013;
- Deliberação n.º 4/2010 da Comissão Técnica de Coordenação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de 21 de Dezembro de 2010, relativa ao Sistema de Monitorização do QREN, e que consistiu nomeadamente na criação de um mecanismo de monitorização da execução financeira para efeitos de reporte adicional à coordenação política.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

O Programa Intervir+ não sofreu alterações substanciais ao nível das operações, que tenham afectado a sua natureza ou as suas condições de execução ou tenham proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado, quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer da cessação de uma actividade produtiva.

2.6. Complementaridade com outros instrumentos ou iniciativas da União

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas

No âmbito da verificação da complementaridade com outros instrumentos, a AG assegurou uma articulação mais próxima junto das entidades com responsabilidades na gestão dos Fundos Estruturais com aplicabilidade na RAM, de acordo com o respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis, observando as regras de eficiência que determinam uma utilização mais racional e adequada dos recursos públicos, assegurando a prevenção de eventuais conflitos de interesses e privilegiando o contributo das operações apoiadas para a produção de resultados positivos.

O IDR enquanto Autoridade de Gestão dos PO co-financiados pelo FEDER (Programa Intervir+) e pelo FSE (Programa Rumos) e especialmente enquanto Organismo responsável na Região, pela coordenação global dos fundos comunitários aplicáveis à RAM designadamente, o Programa Operacional de Valorização do Território (POVT - Eixo V) co-financiado pelo FEDER e Fundo de Coesão, do qual é Organismo Intermédio para o Eixo V, o Programa de Cooperação Transnacional Madeira - Açores - Canárias (PCT-MAC), do qual é Interlocutor Regional, o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu das Pescas (FEP), realiza semestralmente a verificação da complementaridade entre as várias intervenções operacionais através da troca de informações e do respectivo cruzamento das listas dos projectos aprovados nos diferentes PO.

Para este efeito, desde 2009 encontra-se formalizado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), do Programa Intervir+, do Programa Rumos, o Organismo Intermédio IDE-RAM, responsável pela gestão dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos Sobrecustos, o Organismo Intermédio, DRQP responsável pela gestão do Eixo I do Programa Rumos e o OREPP/BREPP, IEM, responsável pela gestão do Eixo II do Programa Rumos, com o objectivo de complementar e propiciar o desenvolvimento de sinergias entre os Fundos Estruturais e as actuações a serem concretizadas no quadro do Programa Operacional co-financiado pelo FEDER.

Por outro lado, a articulação entre a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ e o organismo responsável pela gestão do Programa Operacional das Pescas (PROMAR) é feita por duas vias, nomeadamente através da verificação semestral da complementaridade entre os dois PO e através da participação de um representante de cada PO nas Unidades de Gestão que os PO promovem regularmente, para tomada de decisão e troca de informações.

Relativamente aos projectos identificados como complementares, entre os Programas com aplicação na Região, foram destacados os que a seguir se indicam, de acordo com a vertente pública ou privada do apoio.

Apoio FEDER - Vertente Pública

Neste contexto foram identificadas as seguintes situações de complementaridade entre os Programas Intervir+, Rumos, PCT-MAC, Eixo V-POVT e Fundo de Coesão II.

Contribuindo para a promoção da mobilidade em meio urbano, o Programa Intervir+ aprovou um projecto relacionado com a melhoria da prestação de serviços ao nível dos transportes públicos que subentende uma preocupação ambiental, já que apoia a introdução de veículos híbridos que permitirão o desenvolvimento da actividade da empresa de forma mais eficiente, quer em termos económicos, quer energéticos. Este projecto é potencialmente complementar a um projecto aprovado no âmbito do PCT-MAC orientado para a mesma problemática, sendo que, neste caso, centra-se na análise de viabilidade e na promoção de fóruns destinados à avaliação da implementação deste tipo de tecnologia. O projecto do Programa Intervir+ apresenta ainda sinergias com projectos aprovados no Programa Rumos, na tipologia de "Cursos de Qualificação/ Reconversão/ Aperfeiçoamento e Especialização para Activos", os quais incluem cursos de formação

profissional com o objectivo de garantir uma melhor performance na prestação de serviços ao nível dos transportes públicos, apostando na melhoria das condições de segurança. Por sua vez, no âmbito do Eixo V-POVT, foi aprovado um projecto associado ao reforço da conectividade internacional da Região, através da construção de uma ligação em via expresso ao Porto do Funchal, com impactos ao nível da melhoria dos estrangulamentos das vias rodoviárias e da resposta ao volume de tráfego da baixa do Funchal, identificando-se assim sinergias pelo contributo para a melhoria das condições em que operam os serviços de transporte e para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa.

Ao nível da prevenção de riscos, destaca-se o projecto relativo à construção de instalações para o Serviço de Protecção Civil da Madeira que inclui um centro de formação no sentido de garantir os requisitos técnicos indispensáveis à formação dos agentes de protecção civil e à coordenação do socorro e de situações de emergência pré-hospitalar. Este projecto complementa-se com alguns projectos aprovados pelo Programa Rumos na tipologia "Formação Profissional da Administração Pública" relacionados com a prevenção de riscos de acidente, que incluem, o curso de iniciação sobre a intervenção em incêndios e em túneis tendo em vista desenvolver capacidades adequadas em situações de salvamento nas zona de montanha, para além de contribuir para a criação de um corpo técnico regional para a Força Europeia de Protecção Civil. Ao nível do PCT-MAC destacam-se dois projectos complementares relacionados com a criação de um sistema de informação territorial, que incluirá a recolha de dados, a elaboração e digitalização de material cartográfico, um sistema de informação geográfica, sistemas de navegação GPS nas viaturas de intervenção, no sentido de dotar o corpo de bombeiros de ferramentas que vão fortalecer a sua capacidade de actuação em situações de risco e emergência. Por outro lado, existem sinergias ainda com outros dois projectos do PCT-MAC, um com vista à cooperação entre os arquipélagos da Madeira - Açores - Canárias em caso de catástrofes e, outro, na área da emergência em incêndios florestais, acidentes graves e enxurradas.

Na perspectiva da dimensão-problema subjacente às infra-estruturas ambientais, destaca-se o projecto aprovado pelo Programa Intervir+ no âmbito do tratamento de águas residuais - construção de infra-estruturas necessárias à condução das águas residuais das freguesias do Arco da Calheta, Calheta e Estreito da Calheta -, pela complementaridade com um apoio concedido ao mesmo beneficiário através da realização de um estágio profissional, aprovado no âmbito do Programa Rumos, bem como o projecto aprovado pelo Programa Intervir+ ao nível dos resíduos sólidos (Sistema Regional de Triagem, Transferência, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos) que pretende apoiar parte dos sobrecustos resultantes da avaliação dos sobrecustos directos e transversais de operação e manutenção do referido sistema no período 2007-2009, incluindo a gestão de fluxos específicos e reencaminhamento para reciclagem fora da RAM, pelas complementaridades com o projecto co-financiado pelo Fundo de Coesão II (Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Ilha da Madeira - 1ª e 2ª Fases), o qual veio contribuir de forma integrada e tecnicamente adequada para a resolução dos problemas da recolha, triagem, tratamento, valorização e destino final dos resíduos produzidos nas Ilhas da Madeira e Porto Santo, nomeadamente através do apoio à ampliação e remodelação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra.

Nas áreas do Turismo e Cultura, o Programa Intervir+ aprovou projectos que visam dinamizar a oferta cultural da Região e desenvolver acções de apoio à sua internacionalização, bem como incentivar o surgimento de projectos culturais inovadores por parte de autores e artistas regionais tendo em vista potenciar o sector cultural e artístico regional. Estes projectos apresentam complementaridades com os projectos aprovados ao nível do Programa Rumos nas tipologias "Cursos Profissionalizantes", "Cursos de Educação e Formação", "Formação Avançada" e "Sistema de Aprendizagem", dos quais se destacam os cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Hotelaria, Técnico de Informação e animação Turística, Turismo Ambiental e Rural. O curso de Mestrado na área de tecnologias de entretenimento, resultante de uma parceria da UMA com o Entertainment Technology Center (ETC) da Universidade de Carnegie Mellon, terá igualmente impactos transversais em várias indústrias como o turismo e os media, sendo que o entretenimento constitui uma área de aplicação crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

De realçar ainda que o Programa Intervir+ aprovou um projecto na área do ambiente relacionado com a construção de infra-estruturas necessárias à condução das águas residuais das freguesias do Arco da Calheta, Calheta e Estreito da Calheta. Este projecto articulou-se com um apoio concedido ao beneficiário através da realização de um estágio profissional, aprovado no âmbito do Programa Rumos.

Apoio FEDER - Vertente Privada

No âmbito do Programa Intervir+, foram aprovados vários projectos com objectivos associados à sustentabilidade energética, relacionados com as energias renováveis e com a eficiência energética, os quais incluem a prestação de serviços inovadores para a consulta e monitorização via internet da redução de emissões de gases com efeito de estufa e da eficiência energética obtida. Destaca-se ainda um projecto na área da energia eléctrica (Iluminações), que prevê

incluir um sistema de microprodução de energia que, para além dos benefícios ambientais, permitirá fornecer energia à rede regional, bem como um projecto que inclui o investimento em painéis fotovoltaicos que assegurarão a iluminação exterior nocturna da zona dos socorridos e do Porto Santo através da energia solar armazenada em baterias. Por outro lado, é de realçar que um número significativo de empresas foi apoiada no âmbito da certificação de eficiência energética. Foi ainda aprovado um projecto relacionado com motivos alegóricos de iluminação de rua com características modernas e eficientes em termos energéticos. Todos estes projectos complementam-se com operações co-financiadas ao nível do Programa Rumos nas tipologias “Cursos de Especialização Tecnológica”, “Cursos Profissionalizantes” e “Cursos de Educação e Formação” e que incluem cursos de formação profissional vocacionados para as energias renováveis, incluindo cursos destinados à instalação de painéis solares.

Igualmente com impactos ambientais, o Programa Intervir+ aprovou um outro projecto cujo beneficiário pretende certificação em segurança e emergência marítima, a qual abrange áreas de prevenção ambiental, sendo que esse beneficiário prevê inclusive desenvolver um projecto de inovação visando o aproveitamento do calor libertado pelos motores principais, dado que actua na área da extracção e exploração de inertes. O Programa Rumos, por sua vez, aprovou cursos relacionados com a gestão ambiental, enquadrados na tipologia “Cursos de Especialização tecnológica”.

No âmbito do turismo e cultura, sobressaem vários projectos aprovados pelo Programa Intervir+ que complementam-se com outros projectos aprovados no âmbito do Programa Rumos nas tipologias “Cursos Profissionalizantes”, “Cursos de Educação e Formação”, “Formação Avançada” e “Sistema de Aprendizagem” dos quais se destacam os cursos de Técnico de Turismo, Técnico de Hotelaria, Técnico de Informação e animação Turística, Turismo Ambiental e Rural. Os projectos aprovados no âmbito do SI +CONHECIMENTO configuram importantes complementaridades com o curso de Mestrado referido atrás na área das tecnologias de entretenimento, dadas as sinergias entre mundo académico e o mundo empresarial.

Realça-se um investimento de renovação/modernização de uma unidade hoteleira de referência da Região, que contempla importantes componentes de racionalização energética, qualificação ambiental e melhoria das práticas de gestão. O projecto enquadra-se numa estratégia empresarial de fidelização de segmentos de mercado com maior capacidade aquisitiva, incorpora, ainda, componentes de qualificação do pessoal ao serviço, no âmbito de protocolos de cooperação com a DRQP e a Escola de Hotelaria.

Refira-se ainda dois projectos, um relativo à criação de uma empresa de consultoria com actividade essencialmente na área da HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points*) e outro associado a investimentos editoriais com introdução de inovação, aprovados pelo Programa Intervir+ que, também beneficiaram de estágios destinados a jovens com habilitações ao nível do ensino superior em Técnico Superior de Biologia, e em Técnico Superior de Línguas e Literaturas, no âmbito do Programa Rumos.

De referir a existência de vários projectos empresariais que se articulam com projectos aprovados no Programa Rumos, na tipologia de “Cursos de Qualificação/ Reconversão/ Aperfeiçoamento e Especialização para Activos”, onde esses beneficiários viram aprovados cursos de formação profissional para os seus colaboradores.

Identificam-se igualmente projectos empresariais em determinadas áreas de negócio, nomeando-se, a área da automação industrial ou a área da logística e armazém, que se articulam com cursos aprovados pelo Programa Rumos nomeadamente de mecânica de veículos ligeiros, de electricidade de instalações, de Técnico de electrónica e automação e computadores, de Logística e armazenagem, enquadrados nas tipologias de “Cursos de Educação e Formação” e de “Cursos Profissionalizantes”.

Relativamente ao PROMAR, as sinergias ou complementaridades devem ser encaradas, sobretudo, com áreas de intervenção de projectos apoiados pelo Programa Intervir+ no âmbito do Eixo IV, em vertentes de infra-estruturação de apoio ao desenvolvimento económico, com as quais se pretende gerar condições a montante, indispensáveis ao suporte material adequado à valorização dos recursos económicos regionais. Em 2010, com o financiamento do PROMAR, foram aprovados 2 projectos no montante total de 686.707 euros, destinados à Remodelação e Reequipamento do Entrepasto Frigorífico do Funchal e à Construção do Posto de Recepção de Pescado do Paul do Mar; este montante absorveu 21,3% da dotação FEP do Programa para a Região.

Em suma, a verificação da complementaridade realizada semestralmente durante o ano de 2010 permitiu esclarecer eventuais situações de sobreposição de operações co-financiadas, bem como auxiliou a recolha de informação sobre a verificação da existência de situações de complementaridade entre as operações co-financiadas e a co-financiar, de que este ponto é em particular ilustrativo.

2.6.2. Participação nas iniciativas - JEREMIE e JESSICA

Em 2010, não foram utilizados os instrumentos financeiros previstos no âmbito das Iniciativas JEREMIE e JESSICA.

2.7. Acompanhamento e avaliação

No presente capítulo apresentam-se, de forma sintética, as principais actividades dinamizadas durante o período de referência deste relatório pela Autoridade de Gestão, bem como pelos diversos órgãos envolvidos na gestão do Programa.

2.7.1. Acompanhamento

Autoridade de Gestão

A governação do PO, como referido no ponto 1.1, compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento, sendo a Autoridade de Gestão exercida pelo Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional.

A Comissão Governamental de Orientação (CGO) do Programa Intervir+ funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM e é o órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa. No âmbito das suas competências, no ano 2009 a CGO emitiu parecer sobre as matérias apresentadas no **Quadro 19**.

Quadro 19 - Comissão Governamental de Orientação

Data	Assuntos relevantes	Resolução
21.04.2010	Aprovação da alteração do contrato de delegação de competências no Organismo Intermediário	Resolução n.º 396/2010, de 21 de Abril
18.05.2010	Apreciação da proposta de Relatório Anual de Execução de 2009	Resolução n.º 510/2010, de 18 de Maio

O órgão de gestão é a referida Autoridade de Gestão, que reporta directamente à Comissão Governamental de Orientação, ao órgão de direcção política do QREN (Comissão Ministerial de Coordenação), aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN (Observatório do QREN e Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), de auditoria e controlo (Inspecção-Geral das Finanças) e de certificação (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), estes últimos investidos de Autoridade de Auditoria e de Autoridade de Certificação previstas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

No exercício das suas funções, a AG é assistida por uma Unidade de Gestão (UG) que, exercendo funções consultivas, emite pareceres não vinculativos sobre as candidaturas apresentadas.

Relativamente às candidaturas apresentadas, os membros da UG prenunciam-se igualmente sobre a respectiva complementaridade ou sobreposição de operações, considerando a oportunidade para a troca de informações sobre as candidaturas entradas, decisões de aprovação e de inelegibilidades dos projectos, montantes de investimento e de incentivo a conceder aos projectos aprovados, bem como sobre outras informações relevantes para ambas as partes. Para além da AG, OI e parceiros, constituem membros da UG representantes da Secção Regional da RAM da UG do PROMAR, do PRODERAM, do Eixo V do POVT e do Programa Rumos.

Aos membros da UG é sempre apresentada informação sobre a situação financeira do Programa e a sua contribuição para a Estratégia de Lisboa (earmarking), bem como sobre o nível de cumprimento das metas financeiras do Programa (Regra $n+3/n+2$).

Quadro 20 - Unidades de Gestão

Unidade de Gestão	Data	Assuntos relevantes
18ª Consulta escrita	05.01.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, III e V
19ª Reunião	28.01.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II, III e IV
20ª Consulta escrita	05.03.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e III
21ª Reunião	29.03.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II
22ª Reunião	26.04.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, III e IV
23ª Consulta escrita	12.05.2010	Apreciação da proposta de Relatório anual de Execução 2009
24ª Reunião	24.05.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II, III e IV
25ª Reunião	29.06.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
26ª Reunião	28.07.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II, III e V
27ª Reunião	01.09.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II
28ª Reunião	14.10.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II, IV e V
29ª Consulta escrita	28.10.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e II
30ª Reunião	23.11.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e IV
31ª Reunião	10.12.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I e IV
32ª Reunião	21.12.2010	Apreciação de Candidaturas do Eixo I, II e V

Nestas reuniões, a AG faz ainda um ponto de situação das actividades de gestão e em particular, do estado de implementação do Programa. Dos assuntos mais relevantes trazidos a este fórum, destacam-se: o Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa; o Estudo de Avaliação do Modelo da Elaboração dos Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão para 2007-2013, da responsabilidade do IFDR; a actualização do Plano de Avaliação do Programa e do QREN; o ponto de situação da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e respectivas auditorias efectuadas pelas Autoridades nacionais e ainda dos pedidos de certificação de despesas do Programa.

As candidaturas apreciadas foram submetidas ao procedimento de audiência prévia e posteriormente aprovadas pela Autoridade de Gestão e homologadas pelo Secretário Regional da respectiva tutela.

Referiu-se ainda, a participação da Autoridade de Gestão em comités ou outros órgãos do QREN, de que são exemplo a participação nas Redes de Interlocutores de Comunicação e de Avaliação, bem como na Comissão Técnica de Coordenação do QREN (CTC QREN), nos termos previstos no n.º 4 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

A Autoridade de Gestão durante o ano de 2010 desenvolveu outras tarefas de acompanhamento e monitorização específica da implementação do Programa Operacional, quer inerentes à recolha e prestação de informação sobre a monitorização da execução, quer inerentes à participação da Autoridade de Gestão em reuniões globais de monitorização da implementação do QREN, entre outras.

A AG do Programa Intervir+ participou ainda nas reuniões promovidas pela CTC QREN, órgão máximo de coordenação técnica, com responsabilidades na articulação entre os diferentes órgãos de governação do QREN e dos PO.

De acordo com o artigo 68º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, a Comissão e a Autoridade de Gestão devem analisar os progressos realizados ao nível da execução do Programa, os principais resultados obtidos no ano anterior, a execução financeira, bem como outros factores, com vista a melhorar a execução.

Neste sentido decorreu em 2010 o segundo encontro anual, no qual a Autoridade de Gestão se fez representar e onde foram analisadas matérias horizontais aos PO, destacando-se aqui a prestação de informação sobre o ponto de situação do Programa Intervir+ e perspectivas para 2011.

O Programa Intervir+, enquanto Programa enquadrado no QREN, é acompanhado nas várias componentes - estratégica, operacional e financeira - através do sistema de monitorização interno do Programa. A monitorização constitui uma função regular que, suportada numa recolha sistemática de informação, fornece à gestão, aos organismos intermédios e restantes parceiros indicações sobre os progressos alcançados ao nível dos objectivos previamente definidos e sobre o

processo de implementação. Este acompanhamento é efectuado com o recurso a mapas de monitorização, construídos com base na informação residente no SIGMA.

O reporte desta informação é efectuado mensalmente, conjuntamente com o IFDR, que por sua vez a envia ao Observatório do QREN. Este trabalho dá lugar à emissão de boletins informativos da responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN - órgão composto pelo Coordenador do Observatório do QREN, que preside, pelos Presidentes dos Conselhos Directivos do IFDR e do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) e pelo Inspector-Geral de Finanças, bem como a reportes internos que permitem à AG, quer verificar o desempenho do Programa a nível nacional, quer efectuar as primeiras análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção, eventuais ajustamentos, no contexto de articulação da função monitorização (inclusive estratégica) e da função avaliação que o actual quadro de programação preconiza.

Em finais de 2010, o sistema de monitorização do QREN sofreu uma adequação, tendo sido criado um mecanismo rápido, simplificado e complementar de monitorização da execução financeira, para efeitos de reporte adicional à coordenação política. A AG disponibiliza regularmente informação simplificada sobre a execução do PO numa área específica do sítio do QREN, com acesso reservado.

No âmbito da monitorização estratégica, o IDR contratou serviços de consultoria que têm vindo a desenvolver actividades técnicas com vista a apoiar a gestão do Programa, nomeadamente mediante a combinação de: (i) elementos de acompanhamento (sistema de informação, entrevistas a responsáveis e técnicos, visitas a projectos, entre outras actividades) que veiculem conhecimento empírico sobre a evolução da execução dos projectos e o andamento das diversas tipologias de intervenção; e de (ii) elementos resultantes de processos de avaliação formais a realizar no âmbito do Plano de Avaliação aprovado para o Programa, com objectivos específicos ou de natureza temática.

Este exercício é, de certo modo, complementar aos exercícios de avaliação impostos por normativos comunitários e visa apoiar a operacionalização das condições de suporte indispensáveis a uma gestão mais estratégica e eficaz das Intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais. Semestralmente é processada informação quantitativa resultante da evolução das dinâmicas de aprovação e realização/execução das ajudas veiculadas através das diferentes tipologias de intervenção aos respectivos destinatários-alvo, mas também de informação qualitativa que reflecta as tendências de evolução que caracterizam a envolvente contextual das Intervenções.

A utilização de manuais de procedimentos constitui um exemplo de boa prática na gestão do Programa. No decorrer de 2010, a AG promoveu a actualização dos manuais, nomeadamente os descritos no **Quadro 21**.

Quadro 21 - Manuais de Procedimentos da AG

Descrição	Versão	Data de aprovação	
		OI	AG
Manual de Procedimentos de Verificação das Operações do Programa Intervir+	3	-	29.01.2010

Realça-se ainda a emissão de orientações quer aos organismos associados à gestão, quer aos beneficiários (**Quadro 22**), centradas em matérias relacionadas com a aplicação do quadro regulamentar, visando garantir a harmonização das normas nacionais e comunitárias.

Quadro 22 - Orientações Técnicas de Gestão

Descrição	Data de aprovação
Tabela de correcções financeiras a aplicar em caso de irregularidades detectadas em sede de contratação pública	10.03.2010
Prestação de informação no âmbito do SCD e notificação da constituição de devedor - Procedimento a adoptar pela Autoridade de Gestão	03.05.2010
Prestação de informação no âmbito do SCD e notificação da constituição de devedor - Procedimento a adoptar pelo Organismo Intermediário	03.05.2010

A Autoridade de Gestão, nos termos do artigo 13º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, procede a verificações administrativas e verificações no local.

No âmbito das verificações administrativas não delegadas, estas são efectuadas a todos os pedidos de pagamento e a toda a despesa formalizada pelos beneficiários, incidindo sobre toda a documentação apresentada pelo beneficiário (análise a 100% dos documentos de despesa apresentados) que deu origem à despesa formalizada (facturas, recibos, extractos bancários, documentos de contratação pública, autos de medição, etc.).

No âmbito das verificações no local de operações singulares que não se encontram delegadas, as mesmas são exercidas pela Autoridade de Gestão.

Como referido em anteriores reportes, parte das verificações no local de operações singulares encontram-se delegadas no Organismo Intermédio, mediante acordo escrito, concretamente, com o IDE-RAM, sendo que o resultado das verificações de gestão realizadas neste âmbito pelo OI, deverá ser periodicamente reportado à AG.

Relativamente às verificações no local não delegadas a AG tem efectuado um acompanhamento do grau de execução financeira das operações aprovadas, através dos mapas de monitorização do Programa Intervir+, tendo-se efectuado no corrente ano 8 verificações no local, de acordo com o exposto no **Quadro 23**.

Quadro 23 - Verificações no local realizadas em 2010 - AG

Eixo	Designação	N.º de Operações	Despesa executada nas operações seleccionadas à data das verificações	Montantes Verificados	Taxa % Verificada
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	1	445.358	376.744	85%
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	2	11.446.513	7.594.535	66%
Eixo III	Desenvolvimento Sustentável	1	595.350	595.350	100%
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	3	12.530.518	7.572.264	60%
Eixo VI	Assistência Técnica	1	1.432.263	733.808	51%
Total		8	26.450.002	16.872.700	64%

Em resultado das acções de verificação no local concluídas até 31 de Dezembro de 2010, foram apuradas despesas não elegíveis no montante total de 18.500 euros, resultante de incumprimento de regras da contratação pública.

No que concerne ao total das 13 verificações no local efectuadas no período 2009-2010, a despesa verificada na totalidade atingiu o montante de 36.062.931 euros, o que representou 75% dos pedidos de reembolsos seleccionados e 36% do total da execução acumulada até à data, no montante de 99.512.647 euros (excluída a despesa executada pelo OI), conforme demonstra o **Quadro 24**.

Quadro 24 - Verificações no local realizadas no período 2009-2010 AG

Eixo	Designação	N.º de Operações	Execução acumulada* (euros)	Montantes Verificados	Taxa % Verificada
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	1	2.316.522	376.744	16%
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	2	21.888.434	7.594.535	35%
Eixo III	Desenvolvimento Sustentável	1	2.234.113	595.350	27%
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	7	44.034.418	14.939.654	34%
Eixo V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade	1	27.208.447	11.822.840	43%
Eixo VI	Assistência Técnica	1	1.830.713	733.808	40%
Total		13	99.512.647	36.062.931	36%

* Esta execução corresponde a execução das tipologias de intervenção não delegadas no OI

Às verificações efectuadas pela AG acresce as efectuadas pelo organismo intermédio, apresentadas ainda neste ponto no destaque destinado à apresentação de informação quanto à actividade desenvolvida pelo mesmo. Ao considerarmos a globalidade das verificações no local, o Programa apresenta uma taxa de verificação de 32% (vd. **Quadro 25**).

Quadro 25 - Verificações no local realizadas no período 2009-2010

Eixo	Designação	N.º de Operações	Execução acumulada (euros)	Montantes Verificados	Taxa Verificada %
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	2	3.433.581	561.174	16%
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	3	24.120.340	7.664.906	32%
Eixo III	Desenvolvimento Sustentável	1	2.234.113	595.350	27%
Eixo IV	Coesão Territorial e Governação	7	44.034.418	14.939.654	34%
Eixo V	Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiféricidade	1	39.064.389	11.822.840	30%
Eixo VI	Assistência Técnica	1	1.830.713	733.808	40%
Total		15	114.717.555	36.317.732	32%

Nos termos do contrato de delegação de competências celebrado entre o IDR e o IDE-RAM, ao abrigo do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ supervisiona as verificações administrativas e no local realizadas pelo Organismo Intermédio, visando obter garantias suficientes de que este desempenha eficazmente as funções que lhe foram delegadas.

Tendo em vista o cumprimento deste objectivo e em conformidade com o estipulado no Manual de Procedimentos de Verificações de Operações do Programa Intervir+, em Maio de 2010, foi efectuada a primeira supervisão ao IDE-RAM, através da empresa de auditoria externa "DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.", contratada pelo IDR para o efeito.

O controlo de qualidade às funções delegadas cuja emissão de relatório final ocorreu em Outubro de 2010, não deu origem a não elegibilidades, tendo no entanto sido emitidas recomendações quanto à melhoria dos procedimentos do OI.

Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo

Em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, é responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ a elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa, que engloba todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, do Organismo Intermédio afecto ao Programa e, finalmente, da Autoridade de Auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Relembre-se que, na sequência do envio da mesma à Comissão Europeia, em finais de 2008, e por ter sido considerado que o sistema de gestão e controlo criado para o Programa não cumpria as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, a AG desencadeou todos os esforços para a resolução das observações efectuadas por este órgão. Este processo culminou a 23.02.2009, com o envio do documento à Comissão Europeia, via Sistema de Informação da Comissão (SFC 2007), tendo sido considerado, a 3.04.2009, que os sistemas de gestão e controlo criados para o Programa Operacional cumpriam as disposições dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Por preceito, a actualização da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Intervir+, realiza-se anualmente ou sempre que se justifique a sua necessidade, efectuando-se o seu registo na folha de controlo de documento, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000, dando origem a uma nova versão do respectivo documento.

Assim sendo, a Descrição foi actualizada em 31.08.2010, cujo procedimento compreendeu a consulta a todas unidades envolvidas na gestão do Programa, incluindo o Organismo associado à gestão. Nesta actualização foram tidas em conta as recomendações e insuficiências apontadas nos relatórios da Inspeção-Geral de Finanças e complementarmente no âmbito da supervisão.

Esta actualização justificou-se essencialmente pela aprovação de novo contrato de delegação de competências, a 27 de Abril de 2010, no qual o OI IDE-RAM vê a sua intervenção alargada ao Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade, através do Sistema de Incentivos (SI) FUNCIONAMENTO. De referir que foram igualmente introduzidas alterações em procedimentos relativos a análise de candidaturas, verificações de gestão (administrativas e no local) e ainda ao nível da Supervisão.

Estas alterações são comunicadas às Autoridades de Certificação e de Auditoria, sendo que esta última, procederá ao seu reporte à Comissão Europeia, aquando da emissão do seu Relatório Anual.

Sistema de Informação

O sistema de informação de suporte à Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é designado de Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos (SIGMA).

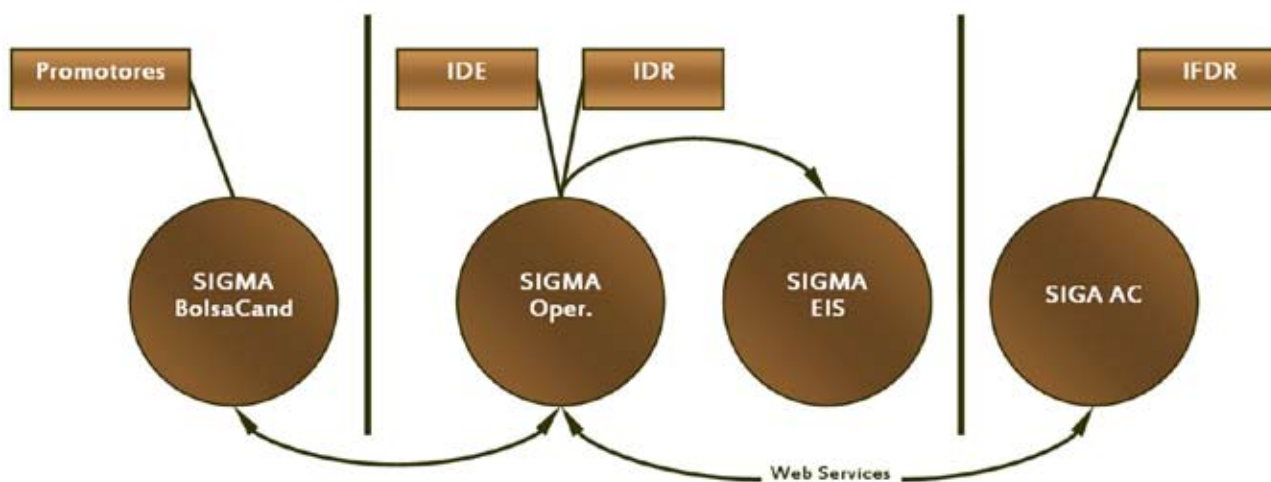
Através deste sistema é possível garantir a recolha, processamento, análise, reporte e envio de dados para a autoridade de certificação.

Este sistema é igualmente utilizado pelo Organismo Intermédio IDE-RAM, no registo, acompanhamento e avaliação dos projectos dos Sistemas de Incentivos do Programa Intervir+.

O SIGMA é compreendido por três grandes módulos, nomeadamente o SIGMA/OPER, o SIGMA/Bolsa Cand e o SIGMA/EIS.

Ligação entre sistemas

Fluxo de Dados



O módulo SIGMA/OPER tem como objectivo principal implementar e gerir o ciclo de vida das candidaturas (gestão e acompanhamento de projectos públicos ou equiparados e projectos no âmbito dos sistemas de incentivos).

O módulo designado por SIGMA/BolsaCand, que inclui quer a Bolsa de Candidaturas de Projectos Públicos ou Equiparados, quer a Bolsa de Candidaturas de Incentivos, é um módulo que se encontra integrado no sítio Internet do IDR, através do qual é possível a submissão de candidaturas e pedidos de alteração e o registo da execução física e financeira de candidaturas.

O módulo SIGMA/EIS é um sistema de apoio à decisão da Autoridade de Gestão, orientado essencialmente para a gestão de topo.

O SIGMA interage igualmente com o SIGMA PaperLess (SIGMA_P) que é o sistema de Gestão Documental de suporte ao Programa Intervir+.

No que se refere à segurança de informação, o SIGMA encontra-se instalado numa infra-estrutura baseada nas Boas Práticas de Segurança de Informação, de acordo com o referencial normativo ISO/IEC 27002.

No decorrer de 2010 foram concluídos e estabilizados os módulos de exportação, através de web services, de dados de suporte à monitorização mensal e de gestão de devedores.

Foram efectuados desenvolvimentos significativos nos módulos de SIGMA PaperLess e no interface disponibilizado aos beneficiários (Bolsa de Candidaturas). Através deste último módulo, foram introduzidas novas funcionalidades, sendo de destacar a possibilidade de actualização de indicadores físicos, a formalização da desistência de candidaturas e a introdução de várias consultas sobre os pedidos de financiamento.

Organismo Intermédio

O IDE-RAM, organismo intermédio do Programa, desempenha em parceria com a AG um conjunto de funções de gestão estabelecidas através de contrato e associadas à gestão dos Sistemas de Incentivos: EMPREENDINOV; SIRE; QUALIFICAR+; +CONHECIMENTO; SI TURISMO; SI FUNCIONAMENTO (vd. Capítulo 1 - Apresentação do Programa Operacional).

O IDE-RAM é uma entidade pública administrativa criada com o fim específico de promover o desenvolvimento empresarial e o apoio, directo ou indirecto, ao fortalecimento e modernização das estruturas empresariais da Região Autónoma da Madeira, nos sectores secundário e terciário, em especial no que se refere às pequenas e médias empresas, tendo por outro lado, uma vasta experiência em anteriores períodos de programação na gestão de sistemas de incentivos neste âmbito.

É o Organismo que na RAM fornece garantias de competências no domínio em causa e ainda garantias em matéria de gestão administrativa e financeira, bem como de solvabilidade.

Em concreto, o contrato de delegação de competências prevê a delegação de poderes no IDE-RAM, para a prática de actos no âmbito da tipologia de investimentos "Incentivos às empresas, designadamente Pequenas e Médias Empresas" prevista no Eixo Prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e no Eixo Prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional, bem como no âmbito da tipologia de investimentos "Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade" enquadrada no Eixo Prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifricidade. Este contrato teve início em 12.04.2008, dia seguinte ao da sua aprovação em sede de Comissão Governamental de Orientação, envolvendo um montante indicativo de financiamento público total de 106 milhões de euros.

Este contrato já foi objecto de duas alterações, decorrente da necessidade de incluir os novos Sistema de Incentivos. Na primeira alteração foi incluído o "+CONHECIMENTO - Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Região Autónoma da Madeira" e na segunda o "SI FUNCIONAMENTO - Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira".

Neste sentido, o IDR pelo facto de não deter experiência directa na gestão de sistemas de incentivos, passa a assegurar com esta delegação, ganhos na gestão das operações a financiar que não seriam obtidos caso a Autoridade de Gestão mantivesse para si os poderes delegados.

Os Sistemas de Incentivos abrangidos pelo contrato de delegação de funções foram designados de: EMPREENDINOV; SIRE; QUALIFICAR+; +CONHECIMENTO; SI TURISMO; SI FUNCIONAMENTO.

O SI EMPREENDINOV pretende contribuir para a mudança e crescimento da economia regional, através do estímulo ao surgimento de novos empreendedores e à criação de novas empresas, capazes de contribuir para a diversificação e competitividade do tecido empresarial, através de investimentos conducentes à introdução de novos produtos, novos processos tecnológicos, novas técnicas de distribuição, marketing, informação e comunicação, técnicas de inovação, racionalização energética e gestão ambiental, entre outros factores de competitividade.

O SI SIRE tem como objectivo a modernização das estruturas físicas, o reordenamento territorial e a integração no espaço urbano. Esta medida de apoio à revitalização empresarial contempla três áreas fundamentais: os Projectos Especiais, que se identificam com os apoios directos à dinamização das empresas; os Projectos de Revitalização dos Parques Empresariais e os Projectos Integrados associados à vertente da revitalização e integração urbanística.

O SI QUALIFICAR+ privilegia intervenções integradas e inovadoras, numa perspectiva de mercado global, visando a criação de valor acrescentado no tecido empresarial regional, em especial através do estímulo de factores dinâmicos de competitividade.

O SI +CONHECIMENTO pretende intensificar o esforço regional de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)

e a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

O SI TURISMO apoia empresas do sector do turismo que desenvolvam operações de investimento integrados e inovadores, associados aos produtos turismo natureza, sol e mar, saúde e bem-estar, touring cultural e paisagístico, turismo náutico, turismo de negócios e golfe, que incidam, preferencialmente, em factores dinâmicos da competitividade.

O SI FUNCIONAMENTO tem por objectivo compensar os custos adicionais resultantes dos handicaps naturais das regiões ultraperiféricas, através da redução das despesas correntes das micro e pequenas empresas, contribuindo, assim, para a sustentabilidade destas no actual período de crise económica e financeira.

De realçar que a implementação do SI FUNCIONAMENTO, e face à natureza do mesmo, exigiu da parte do IDE-RAM uma estreita articulação com autoridades regionais, nacionais e comunitárias necessárias à sua correcta interpretação e operacionalização. Este Sistema de Incentivo foi objectivo de notificação em 2009, tendo sido aprovado pela CE através da Decisão C(2009) 9937, de 15 de Dezembro (Auxílio Estatal n.º 584/2009).

O IDE-RAM, ao abrigo do contrato de delegação de competências, tem as seguintes competências: valida as candidaturas; procede à sua análise; elabora a proposta de decisão e submete à Autoridade de Gestão do Programa Intervir+; efectua o contrato de concessão de incentivos financeiros com o beneficiário; analisa os pedidos de pagamentos e efectua os pagamentos aos beneficiários, bem como procede às verificações de gestão.

Para a boa execução dos sistemas de incentivos o IDE-RAM elaborou um conjunto de documentos orientadores, para os potenciais beneficiários, os quais encontram-se disponibilizados no site do IDE-RAM, nomeadamente o Guia do formulário de candidatura, Guia do Beneficiário e o Guia de Pedido Pós Contratação.

Quadro 26 - Manuais de Procedimentos do OI

Descrição	Versão	Data de aprovação	
		OI	AG
Guia do Beneficiário: EMPREENDINOV II, SIRE II, QUALIFICAR + II e III, SI TURISMO II	3	14.09.2010	15.09.2010
Guia do Beneficiário - SI FUNCIONAMENTO	2	20.09.2010	01.10.2010
Guia do Beneficiário - SI FUNCIONAMENTO	1	14.04.2010	19.04.2010
Guia do Beneficiário - +CONHECIMENTO	3	12.10.2010	25.10.2010
Guia do Beneficiário - SI FUNCIONAMENTO II	1	09.11.2010	12.11.2010
Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos	7	16.11.2010	17.11.2010

Fonte: IDE-RAM

Igualmente, o IDE-RAM colabora com a Autoridade de Gestão na actualização do SIGMA, na elaboração da monitorização mensal, nos pedidos de pagamentos à Comissão Europeia, na verificação da complementaridade e da sobreposição de operações, na elaboração dos relatórios anuais de execução, nos estudos de avaliação e demais matérias associadas à gestão do Programa Intervir+.

Ainda no que diz respeito às funções delegadas no IDE, nomeadamente quanto a verificações de gestão, registe-se que este deu início em 2009 às verificações no local, elaborando uma amostra com 2 projectos: um projecto co-financiado pelo SI EMPREENDINOV (Eixo I) e o outro pelo SIRE (Eixo II). Estas verificações foram concluídas com emissão de Relatórios no primeiro trimestre de 2010.

Quadro 27 - Verificações no local OI

Eixo	Designação	Vertente de Intervenção	N.º de Operações	Execução acumulada* (euros)	Montantes Verificados	Taxa % Verificada
Eixo I	Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às empresas	1	1.117.059	184.430	17%
Eixo II	Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	1	2.231.905	70.371	3%
Total			2	3.348.964	254.801	8%

* Esta execução corresponde a execução das tipologias de intervenção delegadas no OI

Fonte: IDE-RAM

Nestas verificações ficou comprovado a realização do investimento, a sua contabilização e os fluxos financeiros inerentes ao mesmo, bem como o dossier de projecto devidamente organizado. Em ambas as verificações não foram registadas anomalias nem recomendações às entidades intervenientes.

Relativamente às verificações administrativas, o organismo intermédio efectua verificações a toda a despesa apresentada (100%). No entanto, em casos de excessivo volume de trabalho, poderá optar pelo recurso à verificação administrativa por amostragem, para qualquer um dos sistemas de incentivos, utilizando para o efeito os critérios definidos para as verificações no local, nos termos do respectivo Manual de Procedimentos.

Em 2010, esta opção efectuou-se apenas no caso do SI FUNCIONAMENTO (verificações administrativas feitas por amostragem), dado o excessivo volume de candidaturas apresentadas (644) e aprovadas (331). A metodologia utilizada passou pela análise de 10% do valor total das despesas declaradas pelo beneficiário.

No que concerne a informação e publicidade no âmbito dos Sistemas de Incentivos, o IDE-RAM desenvolveu um conjunto variado de actividades.

As Acções Estruturantes foram as seguintes:

- Sítio Web: O IDE mantém no seu sítio na Internet - www.ideram.pt - informação actualizada sobre os diferentes sistemas de incentivos e apoios ao investimento com co-financiamento do PO Intervir+;
- Divulgação de notícias, eventos e outras informações pertinentes nas diferentes redes sociais, nomeadamente no Facebook e no Twitter;
- Lançamento do 1º número da Newsletter electrónica do IDE-RAM em 20.10.2010.

As Acções Temáticas assumiram a seguinte forma:

- Exposições: Participação nas principais três Exposições Empresariais da Região com vista a divulgar os instrumentos de apoio direccionados ao tecido empresarial

Quadro 28 - IDE - Exposições Empresariais - 2010

Designação da Exposição	Datas	Local
Expomadeira (Organização: ACIF/CCIM)	09 a 18 de Julho	Funchal (CIFEC - Madeira Tecnopólo)
Expo Porto Santo / Nautitur (Organização: ACIPS)	29 de Agosto a 5 de Setembro	Porto Santo
FIC - Feira da Indústria e da Construção (Organização: ASSICOM)	13 a 17 de Outubro	Funchal (CIFEC - Madeira Tecnopólo)

Fonte: IDE-RAM

- Sessões de Divulgação: Estas Sessões foram essencialmente direccionadas às Associações Empresariais, ao Tecido Empresarial, actuais ou potenciais investidores.

Quadro 29 - IDE - Exposições Empresariais - 2010

Designação da Sessão	Data	Local
Seminário de apresentação e divulgação do SI- Funcionamento	07.04.2010	ACIPS, Porto Santo
Seminário de apresentação e divulgação do SI- Funcionamento	24.06.2010	Funchal (ACIF/CCIM)
Seminário de divulgação dos diferentes Sistemas de Incentivos incluído no Evento "Auditorias de Valor" APCER	11.11.2010	Funchal
Seminário de divulgação do Qualif car + enquanto instrumento de apoio à internacionalização	30.08.2010	Porto Santo (Expo Porto Santo)
Seminário de divulgação do Qualif car + enquanto instrumento de apoio à internacionalização	12.11.2010	Funchal, Tecnopolo, Global Entrepreneurship Week
Seminário "O Estado conta com as PME. Podem as PME contar com o Estado?"	30.09.2009	Santarém, CNEMA (Fórum do Empreendedorismo)
Seminário de apresentação e divulgação do SI- Funcionamento	07.04.2010	ACIPS, Porto Santo

Fonte: IDE-RAM

Comissão de Acompanhamento (CA)

O órgão de acompanhamento do Programa Intervir+ é constituído pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 63º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Rumos.

A composição e o essencial das competências da Comissão de Acompanhamento são definidos nas decisões da Comissão Europeia que os aprovaram, sem prejuízo das competências definidas no artigo 43º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e no regulamento interno aprovado na 1ª CA de 26.11.2007.

A Comissão de Acompanhamento é presidida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional, integrando na sua composição, para além dos membros da Unidade de Gestão:

- Representantes da Administração Regional e Local, incluindo os das áreas do Desenvolvimento Rural, das Pescas, do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Igualdade de Oportunidades;
- Representantes dos parceiros económicos e sociais regionais;
- Um representante de organizações não governamentais na área do ambiente;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
- Um representante da Autoridade de Certificação do FSE.

A Comissão de Acompanhamento integra representantes da Comissão Europeia a título consultivo, podendo ainda integrar, a título idêntico, representantes do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento.

O Observatório do QREN, a Autoridade de Auditoria, o Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, o Departamento de Prospectiva e Planeamento, as Autoridades de Gestão dos PO Temáticos e dos restantes PO Regionais participam nas reuniões da Comissão de Acompanhamento, na qualidade de observadores.

Durante o ano de 2010, no contexto das suas competências, os membros da CA acompanharam a actividade do Programa, destacando-se a realização da reunião ordinária como o momento mais determinante dessa actividade (vd. **Quadro 30**).

Quadro 30 - Comissões de Acompanhamento

Comissão de Acompanhamento	Data	Assuntos relevantes
4ª Reunião	07.06.2010	Aprovação do Relatório Anual de Execução de 2009
4.01 Comunicação	19.07.2010	Relatório de Monitorização do Programa Intervir+ - 2º semestre de 2009
4.02 Comunicação	30.07.2010	Relatório Final do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+
4.03 Comunicação	15.10.2010	Relatório de Monitorização do Programa Intervir+ - 1º semestre de 2010
4.04 Consulta escrita	31.12.2010	Aprovação dos critérios de selecção das tipologias de operação: 1.2.1 - Cursos de Qualificação/Reconversão/Aperfeiçoamento e Especialização de Activos; 1.2.3 - Acções de Formação - Consultoria e 1.2.5 - Formação Adultos do Programa Rumos

O relatório anual de execução de 2009, analisado e aprovado pela CA, foi enviado à CE no prazo legalmente estipulado. O documento foi declarado admissível por carta de 7 de Julho (ref. 5707), por responder as exigências do n.º 3 do artigo 67º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho. Em finais de Julho, a Comissão solicitou informações adicionais, que foram respondidas de imediato, tendo o Relatório sido considerado aceite pela Comissão, após a consulta entre os serviços da mesma (carta de aceitação REGIO-G2/JSR/2010, de 21.10.2010).

Pela importância que atribui ao papel desta Comissão para o bom andamento dos Programas, a Autoridade de Gestão deu conhecimento aos membros da Comissão de Acompanhamento do seu Relatório de Monitorização referente ao 2º semestre de 2009, bem como ao 1º semestre de 2010.

2.7.2. Avaliação

Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA)

O Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) pressuponha, na sua versão

inicial, para além de um conjunto de avaliações transversais e temáticas da responsabilidade de diversas entidades - Observatório do QREN, IFDR, IGFSE e Autoridades de Gestão dos PO - a realização de dois ciclos de avaliação, o primeiro dos quais centrado na operacionalização do QREN e dos Programas Operacionais, e o segundo focalizado nas avaliações intercalares daqueles instrumentos nacionais da Política de Coesão.

No que concerne ao Programa Intervir+, o primeiro ciclo de avaliações foi, tal como previsto, concluído durante o ano de 2010, encontrando-se os seus resultados já disponíveis no sítio web do IDR, nomeadamente através da divulgação pública do Relatório Final e Sumário Executivo do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, realizado pela Empresa Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores e concluído em Julho de 2010.

A avaliação intercalar do Programa Intervir+ insere-se no segundo ciclo de avaliação, tendo sido previsto inicialmente o lançamento deste estudo no período referente ao 4º trimestre de 2010. O seu adiamento teve como justificação a baixa taxa de execução do PO (a exemplo de quase todos os PO do QREN) que, a par das Avaliações de Operacionalização dos PO terem sido concluídas há consideravelmente pouco tempo, fizeram antever algumas dificuldades na verificação de resultados. Foi por isso, opção da Rede de Avaliação do QREN diferir, em termos gerais, o lançamento destas avaliações para o 2º semestre de 2011, tendo como objectivo concluir esse ciclo até ao final do 1º semestre do ano seguinte. Neste contexto, constitui aditamento ao PGA a recalendarização do Programa Intervir+, passando o lançamento da Avaliação Intercalar para o 2º semestre de 2011.

O PGA, aprovado em 26 de Fevereiro de 2009, bem como os Planos de Avaliação dos diversos PO, foram elaborados segundo uma perspectiva dinâmica, flexível e adaptativa, em função das necessidades de informação da gestão política, estratégica e operacional dos fundos estruturais no actual período de programação.

De modo a dar cumprimento àquela perspectiva, os referidos planos contemplam um processo regular, com periodicidade anual (último trimestre de cada ano civil de vigência do QREN), de revisão e consequente actualização dos exercícios de avaliação a empreender, da responsabilidade da Rede de Avaliação do QREN, sob coordenação do Observatório do QREN. Foi isso que sucedeu em 2010, com aprovação de uma primeira revisão do PGA pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN no início desse ano.

O PGA foi revisto e actualizado no final de 2010, tendo por base a reflexão produzida por todos os elementos da Rede de Avaliação do QREN relativamente ao primeiro ciclo de avaliações em fase de conclusão (focalizado, essencialmente, em avaliações da operacionalização dos PO), as iniciativas de cada PO em matéria de avaliação, plasmadas nos planos de avaliação individuais de cada programa, as iniciativas de avaliação das entidades que coordenam nacionalmente os fundos comunitários (IFDR, no caso do FEDER e FC e IGFSE, no caso do FSE), bem como informação advinda do processo de monitorização estratégica do QREN, desenvolvido pelo Observatório do QREN e enquadrado nas suas competências definidas no Decreto-Lei de Governação do QREN.

A revisão do PGA teve, igualmente, por base um conjunto de orientações debatidas e consensualizadas na Rede de Avaliação do QREN para a revisão em 2010 dos planos de avaliação dos PO, do IFDR e do IGFSE e, consequentemente, do PGA no seu conjunto, nomeadamente o ajustamento dos calendários inicialmente previstos para o ciclo de avaliações intercalares (4º trimestre de 2010), focadas na análise dos primeiros resultados dos PO, o que, atendendo ao ritmo de execução da maioria dos mesmos, implicou a opção pelo lançamento mais tarde em 2011 da generalidade dos seus exercícios.

Principais Conclusões da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+

O Estudo da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+, concluído em Julho de 2010, tomou em consideração a dupla dimensão estratégica e operacional estabelecida nos Termos de Referência tendo, nestas circunstâncias:

- Analisado, na perspectiva avaliativa, a envolvente económica e financeira, as consequências da concepção e regulamentação da Política de Coesão da UE no actual período de programação e a coerência entre a estratégia de intervenção do Programa e as orientações estabelecidas no PDES;
- Examinado, na mesma perspectiva, as questões de avaliação elencadas no Caderno de Encargos, de acordo com a sistematização dos objectivos específicos da avaliação nele estabelecidos.

O estudo de avaliação confirmou que o período inicial da implementação do Programa Intervir+ foi e continua a ser marcado pelas significativas consequências do contexto macroeconómico de recessão subsequentes à crise verificada nos mercados financeiros globais, que rapidamente viria a repercutir-se na economia real.

Segundo a avaliação, esta evolução que, não era previsível durante a programação do PO, teve efeitos de dimensão dramática no comportamento dos agentes económicos e financeiros, na diminuição abrupta e muito significativa das suas capacidades de investimento e de financiamento e, ainda, nas disponibilidades de financiamento e na disciplina das finanças públicas.

As resultantes destas dinâmicas sobre a execução do PO tiveram natureza e dimensão semelhantes às verificadas na generalidade dos instrumentos de programação nacionais e respeitantes aos demais Estados Membros da União, através da redução acentuada da procura e diminuição pronunciada da capacidade de concretização de projectos de investimento com financiamento aprovado.

O período de referência da avaliação decorreu entre 5.10.2007 e 30.09.2009, não abrangendo, consequentemente, relevantes ajustamentos introduzidos após o seu termo no Programa Intervir+, designadamente no âmbito dos Sistemas de Incentivos, que nalgumas situações anteciparam recomendações que se encontravam em ultimação, independentemente de a equipa de avaliação ter constatado que já tinham produzido resultados positivos em termos de dinamização da procura.

Síntese das Conclusões da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+

1. Conclusões gerais	2. Conclusões no âmbito do Modelo de Organização, Gestão e Acompanhamento do PO	3. Conclusões no âmbito dos instrumentos de operacionalização do PO	4. Conclusões no âmbito da adequação do perfil de procura às Tipologias de Intervenção do PO	5. Conclusões no âmbito da concretização das prioridades estratégicas, objectivos e metas do PO
1.1. Estratégia de intervenção do PO: Aponta no sentido de assegurar o balanceamento entre o objectivo de alargar/renovar as bases do desenvolvimento de novos sectores de actividade na economia, orientado para actividades de elevado valor acrescentado baseadas no conhecimento; sustentar as actividades económicas e das infra-estruturas existentes; superar as dificuldades e os custos da ultraperif cidade.	2.1. Arquitectura e desempenho do modelo de gestão do PO: A realização de um contrato de delegação de competências da AG no OI constitui uma dimensão virtuosa da gestão do Programa e a arquitectura e o desempenho do modelo de gestão adoptado pelo PO correspondem na globalidade às exigências de boa gestão dos recursos públicos.	3.1. Adequação dos Regulamentos Específicos e das Tipologias de Investimento: Os Regulamentos Específicos e as Tipologias de Investimento reflectem de forma adequada a estrutura de objectivos estratégicos e específicos do PO e dos seus Eixos Prioritários.	4.1. Objectivos dos Eixos prioritários e perfil de procura: O perfil dos beneficiários que se candidataram ao PO não revela surpresas, em resultado das condições de admissibilidade vigentes.	5.1. Características principais das aprovações do PO: Do universo dos projectos empresariais aprovados destacam-se os sectores do Alojamento e Restauração e os Serviços de suporte às empresas enquanto que nos projectos públicos predomina o sector da construção, seguido pelos Serviços de suporte às empresas.
1.2. Execução do PO e desempenho Económico e Social da RAM: A operacionalização das tipologias de intervenção do PO apresenta potencialidades para prosseguir a trajectória de progressiva superação das dificuldades estruturais da Região;	2.2. Sistema de Informação do PO: É robusto e funcional, cumprindo satisfatoriamente os objectivos que prossegue porém, foram identificadas algumas dimensões susceptíveis de melhoria.	3.2. Enquadramento de operações nos Eixos I e II: Da análise da articulação entre Tipologias de Investimento e Eixos Prioritários do PO, os projectos de investimento aprovados no quadro do SIRE, Qualif car+ e SI Turismo podem ser enquadrados no Eixo I ou no Eixo II em função da sua natureza.	4.2. Tipologias de intervenção e perfil de procura: As entidades públicas ou equiparadas apresentam projectos de maior dimensão e, em muitos casos, mais do que uma candidatura, situação que não se verifica nos Sistemas de Incentivos; Os projectos promovidos por entidades públicas correspondem maioritariamente a construção de infra-estruturas e equipamentos de coesão territorial; a estrutura das empresas que se candidatam ao PO apresenta maior dimensão do que a média da estrutura produtiva da Região;	5.2. Relevância dos factores dinâmicos de competitividade
	2.3. Adequação dos modelos organizativos e dos procedimentos: São adequados à respectiva concretização eficiente e eficaz e, consequentemente, à prossecução dos objectivos e da estratégia de desenvolvimento estabelecidos.	3.3. Maturidade dos promotores de projectos inovadores: A articulação estabelecida entre o carácter inovador dos projectos de investimento candidatos ao Empreendinov e a maturidade das empresas beneficiárias é dificilmente justificável.	4.3. Operacionalização dos conceitos-chave inovação, bens e serviços transaccionáveis, qualificação e empreendedorismo: Verificam-se alguns contrastes entre a relevância estratégica dos conceitos-chave no quadro dos objectivos do PO e a sua consideração no âmbito dos critérios de selecção aplicados na análise de candidaturas; por outro lado, a aplicação dos conceitos-chave é efectuada essencialmente em sede de análise de mérito / valia das candidaturas.	5.3. VAB, produtividade e engenharia financeira: Os sistemas de engenharia financeira tiveram um apreciável sucesso e registaram uma procura significativa.

1. Conclusões gerais	2. Conclusões no âmbito do Modelo de Organização, Gestão e Acompanhamento do PO	3. Conclusões no âmbito dos instrumentos de operacionalização do PO	4. Conclusões no âmbito da adequação do perfil de procura às Tipologias de Intervenção do PO	5. Conclusões no âmbito da concretização das prioridades estratégicas, objectivos e metas do PO
	2.4. Indicadores de realização, de resultado e comuns: As metas devem ser actualizadas e os indicadores comuns não pertinentes devem ser eliminados.	3.4. Critérios de selecção: No âmbito dos SI, são pertinentes e adequados; no que diz respeito a candidaturas promovidas por entidades públicas ou equiparadas identificaram-se redundâncias entre critérios de selecção; os critérios de selecção transversais evidenciam um peso exagerado no processo de aprovação de candidaturas, em detrimento de critérios de selecção específicos.		5.4. Criação de emprego: As metas definidas para 2015, dos resultados esperados em termos de criação de emprego, são pouco ambiciosas. A criação de emprego tem uma dimensão pouco relevante na avaliação do mérito dos projectos públicos ou equiparados ou dos projectos apoiados pelos SI.
	2.5. Recomendações da Avaliação Ex-ante: Algumas das mais relevantes recomendações foram adoptadas pelo PO	3.5. Adequação dos manuais de procedimentos: São correctos e respondem à generalidade das questões e dúvidas com que os beneficiários poderão ser confrontados; Existem oportunidades de aperfeiçoamento dos instrumentos de informação e de aconselhamento existentes; A aparência / formato dos formulários de candidatura é pouco apelativa e por vezes de difícil interpretação.		5.5. Qualificação dos espaços sub-regionais e atenuação das assimetrias regionais: A distribuição territorial dos projectos aprovados pelo PO revela uma concentração no Funchal do n.º de projectos aprovados superior ao peso relativo da população deste município na Região (59% face a 40%), mas o montante de financiamento aprovado neste Município é inferior a 25% do total.
		3.6. Estratégia de comunicação do PO: Foram alcançados os resultados esperados no lançamento do PO		5.6. Prossecução dos objectivos do PO em matéria ambiental: Os níveis de desempenho do Eixo III são modestos e claramente abaixo das expectativas, sendo que a manutenção desta situação terá efeitos negativos para a competitividade internacional da economia regional, particularmente no que se refere à sua diversificação e à valorização das dimensões identitárias e únicas da Região.
				5.7. Acompanhamento das operações aprovadas: Existem no IDR e no OI, IDE-RAM, capacidades para a concretização das actividades de "acompanhamento" no âmbito das verificações administrativas e no local.

(Fonte: <http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/Modulo.aspx?IDMenu=2&IDSubMenu=45&Tipo=9&Cat=2&Path=84&jmenu=2>)

Follow-up das Recomendações da Avaliação da Operacionalização do Programa Intervir+

A programação do QREN contemplou o imperativo de proceder não só à divulgação dos resultados dos processos de avaliação do QREN e dos PO, como a necessidade de promover o follow-up das recomendações das avaliações desenvolvidas ao longo do período de programação 2007-2013. Esta obrigação está prevista no capítulo do Programa Operacional sobre Disposições de execução, concretamente no que se refere à Monitorização e Avaliação, onde consta o princípio da resposta obrigatória às recomendações da avaliação, com o objectivo de valorizar o seu papel.

Este princípio foi também reflectido no Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO e nas orientações técnicas consensualizadas no seio da rede nacional de avaliação do QREN e dos PO para a implementação desse plano. Neste sentido, no quadro da rede nacional de avaliação do QREN e dos PO foi debatido e consensualizado um documento específico de orientações tendo em vista assegurar o cumprimento deste princípio da resposta obrigatória às recomendações da avaliação, definindo uma metodologia de referência comum para esse efeito.

O documento produzido já está disponível para consulta no site do IDR (<http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/>) e teve como objectivo dar resposta às recomendações da avaliação da operacionalização do Programa Intervir+, lançado pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, Autoridade de Gestão do Programa em colaboração com o Organismo Intermédio, Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM.

Neste sentido, o estudo de avaliação apresentou um total de vinte e seis Recomendações e após a conclusão do exercício de follow-up pela Autoridade de Gestão, em Dezembro de 2010, conclui-se que: treze Recomendações foram aceites integralmente, seis Recomendações foram parcialmente aceites e sete Recomendações não foram aceites, nomeadamente:

- Em torno do modelo de governação, organização, gestão e acompanhamento, quatro recomendações foram já implementadas, uma está em desenvolvimento e outra não foi aceite;
- No âmbito do quadro de indicadores, pese embora as duas recomendações terem sido parcialmente aceites já foram implementadas (e continuarão a ser em continuo) pela Autoridade de Gestão do Programa;
- No domínio dos instrumentos de operacionalização, as quatro recomendações aceites foram todas implementadas, sendo que a recomendação de "Clarificar o enquadramento dos projectos de investimento relativos ao SIRE, Qualificar+ e SI Turismo nos Eixos Prioritários I ou II do PO" foi parcialmente aceite porque, devido a questões de flexibilidade e ajustes pontuais, a clarificação do enquadramento dos investimentos no Eixo I ou II deverá cingir-se apenas aos Manuais de Procedimentos;
- Em torno da dinâmica da procura e da qualidade dos projectos foram aceites quatro recomendações, sendo que duas já foram implementadas, estando as restantes duas em desenvolvimento. Das três recomendações parcialmente aceites, duas estão ainda em desenvolvimento e uma já foi implementada pela Autoridade de Gestão do Programa.

Participação nas reuniões na Rede de Avaliação do QREN, sob a coordenação do Observatório do QREN

- 26.01.2010 - Realizou-se a sétima reunião da Rede, na qual foram analisados os temas da Avaliação Global da Implementação do QREN - conclusões preliminares e desenvolvimentos futuros e o Sistema de Monitorização do QREN - indicadores físicos;
- 21.04.2010 - Realizou-se a oitava reunião da Rede, tendo sido discutidos e analisados a Metodologia de trabalho para preparação de proposta de metas para indicadores comuns comunitários (com respectiva Apresentação da metodologia e calendário proposto); Foi transmitida informação sobre o ponto da situação e passos seguintes da Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica; sobre o Lançamento da Avaliação Macroeconómica do QREN e desenvolvimento do exercício relativo à adicionalidade; sobre o ponto da situação da Avaliação Global da Implementação do QREN e dos PO; sobre o ponto da situação das avaliações operacionais em curso e sobre o Relatório de monitorização do QREN de 2009 e a colaboração das Autoridades de Gestão e dos Centros de Orientação das Dinâmicas Regionais;
- 05.07.2010 - Realizou-se a nona reunião da Rede, na qual foi feito um balanço da implementação do Plano Global de Avaliação (PGA) do QREN e dos PO; foi feito um ponto da situação da implementação do PGA; foi feito um ponto da situação sobre os principais resultados e recomendações das avaliações concluídas (ou em conclusão); foi analisada a Actualização dos Planos de Avaliação dos PO e do PGA, bem como do follow-up das avaliações (concluídas ou em fase de conclusão), com referência à preparação das avaliações intercalares;
- 13.10.2010 - Realizou-se a décima reunião da Rede, na qual foi analisado o documento Síntese dos Principais Resultados e Recomendações do 1º Ciclo de Avaliações do QREN e dos PO. Foi feita a apresentação da proposta de documento de orientações para o follow-up das avaliações; Foram apresentados os resultados dos questionários

aplicados aos membros dos Grupos de Acompanhamento das avaliações bem como os primeiros resultados da Avaliação do Impacto Macroeconómico do QREN. Foi feito um ponto de situação da implementação do PGA e sua actualização para o ano de 2011 e, finalmente foi apresentada uma proposta de documento de orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO.

Estudos de Outras Entidades

Relativamente à “Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão”, em Agosto 2010 o IFDR, IP apresentou à Autoridade de Gestão do Programa uma proposta de regulamento específico modificado por Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN. Esta proposta foi analisada e adaptada pela AG, tendo sido enviada ao IFDR, IP para parecer, em Novembro 2010.

Monitorização estratégica (Avaliação on going)

A Autoridade de Gestão mantém um serviço externo de consultoria especializada no âmbito da monitorização estratégica de apoio à gestão do Programa, do qual resultam actividades técnicas de suporte às análises de natureza mais qualitativa, em termos de relevância de projectos, dinâmicas de absorção e eventuais ajustamentos e que se traduzem na produção de relatórios de monitorização com periodicidade semestral (vd. ponto 2.7.1 Acompanhamento).

2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do Programa Intervir+

A monitorização ambiental estratégica

No âmbito do Relatório de Execução relativo ao ano de 2009 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de Monitorização Ambiental Estratégica (MEA) aplicado ao Programa Intervir+ e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO's financiados pelo FEDER e/ou Fundo de Coesão, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN - e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do Programa, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações que lhe são dirigidas (inscritas no Relatório Ambiental da AAE¹).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2009, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE².

A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo - constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efectuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de AAE na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da AAE, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao Programa Intervir+ e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objecto de divulgação pública.

1 A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

2 De acordo com o Decreto-lei n.º 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de AAE e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Figura 4 - Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

No reporte referente a 2009 a quantificação de alguns dos indicadores de MEA não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos³. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projectos Apoiados e a Afecção de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos - no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será actualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para i) identificar as alterações de uso do solo directamente induzidas pelos projectos apoiados e para ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objectivos estratégico⁴ estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
 - reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projectos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projectos apoiados; intensidade de materiais dos projectos apoiados; padrão de consumo de energia dos projectos apoiados; intensidade energética dos projectos apoiados; padrão de consumo de água dos projectos apoiados.

³ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

⁴ A prossecução destes objectivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do Programa Intervir+

A Autoridade de Gestão do Programa tem manifestado empenho no seguimento da AAE através do recurso a variados mecanismos e ferramentas com o objectivo de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas abrangem instrumentos sistematizadores para o adequado cumprimento do acervo comunitário e nacional em matéria de ambiente, um envolvimento da Direcção Regional do Ambiente no processo de avaliação de aceitabilidade e de mérito de projectos submetidos no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e a incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede do Regulamento Específico. Tratam-se de mecanismos e ferramentas ambiciosos em função dos quais podem ser avaliados os esforços de integração desenvolvidos até à data.

Os critérios de selecção a aplicar às operações contêm questões sobre o ambiente, tendo para tal, sido criada uma check-list específica por Eixo Prioritário para verificação das regras ambientais.

Mecanismos de gestão com o envolvimento de autoridades ambientais

A Autoridade de Gestão solicita sempre aos beneficiários a declaração de impacto ambiental da operação candidata, emitida pela entidade responsável pelas políticas ambientais (Direcção Regional do Ambiente), nos casos em que a natureza dessa operação indique a sua aplicabilidade. Acresce referir que o Director Regional do Ambiente é membro efectivo da Unidade de Gestão do PO.

As reuniões da Comissão de Acompanhamento do Programa Intervir+ constituem igualmente um fórum de envolvimento de parceiros sociais com responsabilidades no ambiente, atendendo a que as organizações não governamentais de ambiente têm nela assento.

Apresentação da incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

No que respeita à fase de selecção das operações, e num nível mais abrangente, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente.

Entrando em linha de conta com cada área de intervenção em concreto, foram integradas no Regulamento Específico, ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as seguintes:

- Aplicação de critérios na selectividade das candidaturas:
 - Operações que tenham associada uma mais valia ambiental;
 - Operações que concorram para a redução de emissões de gases com efeito de estufa;
 - Operações que evidenciem adequado grau de eficiência energética e utilização sustentável da energia;
 - Em caso de remodelação/ampliação de infra-estruturas, operações que demonstrem que a solução apresentada é técnica e ambientalmente mais adequada e que permite um ganho de eficiência do sistema integrado, traduzido no aumento da viabilidade económico-financeira de cada projecto;
 - Abrangência da intervenção, tendo em conta a importância da promoção de economias de escala numa perspectiva de optimização de recursos;
 - Enquadramento em medidas de prevenção, protecção e salvaguarda de risco;
 - Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos.
- Apresentação do parecer da entidade com responsabilidade em matérias ambientais (Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais).

Para além de critérios exigidos ao nível do Regulamento Específico, e com vista à sua aplicação na fase de análise das candidaturas, foi elaborada pela Autoridade de Gestão uma Check-list por Eixo Prioritário, constante do Manual de Procedimentos, que permite uma sistematização robusta de todas as verificações necessárias a efectuar de modo a salvaguardar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente.

Em termos de acompanhamento já foi solicitado à Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais um ponto de situação sobre eventuais alterações às declarações já emitidas. Este procedimento será efectuado sempre que se verifique a sua aplicação.

Efeitos resultantes da implementação do Programa Intervir+ com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de follow-up da AAE: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do Programa e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o Programa é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo Programa nos mencionados objectivos estratégicos.

Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do Programa Intervir+

A aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do Programa Intervir+ que a seguir se apresenta é feita através da relação entre os Objectivos Estratégicos e os Indicadores de MEA e de Sustentabilidade constantes do Anexo IV Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade.

O Objectivo Estratégico *"Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos"*, é avaliado através dos indicadores relativos à *"População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos"*, que até 31.12.2010 não apresentava realização; aos *"Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas"*, cuja informação não é possível obter; à *"Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos"*, que não é aplicável à RAM.

O objectivo estratégico *"Garantir a Universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis"* não constitui uma área prioritária de intervenção do Programa Intervir+. É o Eixo Prioritário IV que compreende a melhoria da cobertura, acessibilidade e qualidade dos serviços de saúde, contudo o indicador *"População abrangida por unidades de saúde"* ainda não apresenta realização em 2010.

Relativamente ao objectivo estratégico *"Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino"*, este constitui um dos domínios de particular responsabilidade do Programa, tendo contribuído até 31.12.2010 para que 5.940 alunos fossem abrangidos através de financiamento para as infra-estruturas escolares, conforme se pode verificar no ICN Anual 33, constante do Anexo I Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais. O indicador *"N.º de alunos que beneficiam das intervenções"* apresenta um valor de 81.269 alunos, que ultrapassa a população escolar da RAM (52.000), no sentido em que existe uma duplicação parcial nos projectos aprovados, dado que uns têm como objectivo a construção dos edifícios escolares e outros o fornecimento de vários equipamentos, nomeadamente informático, laboratorial, etc.

O contributo do Programa Intervir+ para o objectivo estratégico *"Reduzir a Pobreza e Promover a Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social"*, reflecte-se na requalificação da rede de Escolas com Ensino Secundário, e é medido através do indicador *"N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social"* com 12 projectos aprovados.

Os indicadores *"População abrangida por operações de regeneração urbana"* ou *"Área intervencionada por operações de regeneração urbana"* traduzem o contributo do PO para o objectivo estratégico *"Promover a Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano"*. Estes indicadores são alimentados pelo Eixo IV, que inclui nos seus objectivos o ordenamento, promoção e valorização do território, a reconversão e requalificação urbana e a recuperação de núcleos habitacionais, tendo-se beneficiado 46.352 pessoas e intervencionada uma área de 164.836m².

No que respeita ao objectivo estratégico *"Promover a Mobilidade Urbana Sustentável"*, o contributo do PO é medido através do indicador *"Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos"*, e traduz-se a 31.12.2010 em 1.500 pessoas que passaram a ser servidas e não utilizavam anteriormente transportes urbanos.

Para a aferição do objectivo estratégico *"Aumentar a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis"*, o Programa contribuirá através do indicador *"Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis"* (Eixo II), sendo que a 31.12.2010 este não apresentava realização.

“Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” constitui um objectivo estratégico para o qual a intervenção do PO é prioritária. Este objectivo é avaliado através do indicador do *“Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água”* em resultado dos projectos apoiados. A meta para 2010 era servir 8.800 fogos habitacionais, tendo-se já atingido os 10.012.

O objectivo estratégico *“Servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas”*, é avaliado através do indicador do *“Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionadas”*, inclui parte do valor do indicador *“Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água”* (10.000), pelo facto de um dos projectos aprovados ter como objectivo, por um lado, o abastecimento de água e, por outro, intervenções nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. No total conseguiu-se um acréscimo de 15.500 pessoas servidas pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

No âmbito da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais, destaca-se também o contributo do PO para o objectivo estratégico *“Minimizar os Danos Materiais e Humanos Decorrentes de Eventos Extremos Climáticos”*, medido através do indicador *“População abrangida por Planos de emergência de protecção civil”*, que ainda não apresenta realização.

O Programa Intervir+ não irá contribuir para os seguintes objectivos estratégicos, dado que não são aplicáveis à RAM:

“Promover o consumo e produção sustentáveis, reduzindo o consumo de materiais, aumentando a produtividade de recursos na economia” avaliado através do indicador *“Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública”*;

“Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas” avaliado através do indicador *“Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados”*;

“Controlar o Risco de Contaminação do Solo e Recuperar os Passivos Ambientais” avaliado através do indicador *“Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais”*;

“Reduzir o Risco de Erosão Costeira” avaliado através dos indicadores *“Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira”* e *“Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco”*;

“Garantir a Cobertura do País por Sistemas de Protecção de Riscos”, avaliado através do indicador *“Grau de cobertura do território por planos de emergência”*.

O objectivo estratégico *“Diminuir a intensidade energética do produto; aumentar a eficiência energética”* não terá a contribuição do Programa Intervir+ dado o indicador *“Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados”* não constar do Anexo IV Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade.

Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

A análise de aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE teve por base os dados apresentados no Anexo V Indicadores de monitorização das recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica.

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos.*

Das 552 candidaturas aprovadas:

a) 77 são projectos públicos, sendo que, à excepção de 2 candidaturas enquadradas no Eixo VI - Assistência Técnica, têm em comum três critérios de selecção de natureza ambiental:

- Operações que tenham associada uma mais valia ambiental;
- Operações que concorram para a redução de emissões de gases com efeito de estufa;
- Operações que evidenciem adequado grau de eficiência energética e utilização sustentável da energia.

b) 31 dizem respeito a projectos privados no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial (Qualificar I, II e III), dado que este sistema de incentivos tem como majorações *“Mais Valia Ambiental”* e *“Energias Renováveis”*.

Os critérios referidos não são de cumprimento obrigatório, ou seja, os projectos apenas são valorizados através da aplicação dos mesmos, pelo que o “Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas” (I 1) foi calculado conforme a metodologia de cálculo proposta “*N.º de projectos contratados em cujo processo de decisão de financiamento foram explicitamente considerados critérios ambientais / N.º total de projectos contratados*”, atingindo os 19,2%.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos.*

Pela análise do “Rácio de intervenções de natureza imaterial” (I 2) verifica-se que os projectos de natureza imaterial, públicos e privados, atingem os 21,7% do total de projectos aprovados. Salientamos que o peso dos projectos de natureza infra-estrutural no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social envolvendo práticas ambientais) representa 4% (24/552).

Quando relacionamos o investimento total em intervenções de natureza imaterial com o investimento total das intervenções apoiadas, o “Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial” (I 3) situa-se nos 35,7%.

Recomendação (R3): *Privilegiar projectos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitectura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território, biodiversidade.*

Do total dos projectos privados de I&DT aprovados verifica-se que o “Rácio de projectos de I&DT no domínio do ambiente” (I 4) apresenta uma taxa de 85%, o que significa que estes projectos privilegiam o domínio do ambiente, tal como a eficiência energética.

Relativamente ao “Rácio de financiamento em I&DT no domínio do ambiente” (I 5) a taxa apurada situa-se nos 77%.

Recomendação (R4): *Incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projectos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental, “business & biodiversity”.*

Do total de projectos de inovação empresarial apoiados (102), 46 são do domínio do ambiente, o que eleva o “Rácio de projectos de inovação empresarial no domínio do ambiente” (I 6), aos 45%. Por outro lado, o “Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente” (I 7) atinge os 57%.

Recomendação (R5): *Devem ser potenciadas as boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a implementação de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras verdes, rótulos ecológicos, ou outras práticas ambientais.*

Neste indicador, teve-se por base o Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira (Qualificar I, II e III), dado que este sistema de incentivos tem como majorações a “Mais Valia Ambiental” e “Energias Renováveis”.

Pela análise do “Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas” (I 8), verifica-se que do total dos projectos aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira (31), 6,45% (2), tiveram a atribuição de Majoração “Mais Valia Ambiental” e “Energias Renováveis”.

Relativamente ao “Rácio de financiamento em empresas com adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental” (I 9) a taxa apurada situa-se nos 12,2%.

Recomendação (R6): *Deve ser promovida a adopção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, incluindo, nomeadamente, sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras públicas verdes, agendas 21 locais, certificação territorial, ou outras práticas ambientais.*

Através da análise do “Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10)” verifica-se que este atinge os 18%, o que significa que já foram aprovados até 31.12.2010, 14 projectos que contribuem para dar cumprimento a esta recomendação.

Quanto ao *“Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental”* (I 11), verifica-se que relativamente ao investimento total este atinge os 6%.

Recomendação (R7): *Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas.*

O *“Rácio de projectos de infra-estruturas contemplando a adopção de práticas de concepção, construção e gestão sustentável”* (I 12) apresenta uma taxa de 31%, o que significa que dos 16 projectos aprovados com valor superior a 5M euros, 5 contribuem para o cumprimento desta recomendação.

Recomendação (R8): *As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem.*

Foi aprovado um projecto designado *“Acção técnica e Didáctica para a Eficiência Energética e Qualidade do Ar Interior nas Escolas da RAM”*, que dá cumprimento ao indicador *“Acções de divulgação, comunicação e formação ambiental”* (I 13) apresentando 80 Acções de divulgação, comunicação e formação ambiental e ao indicador *“Pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental”* (I 14), abrangendo um total de 53.000 por acções desta natureza.

Recomendação (R9): *Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa.*

Verifica-se que o *“Rácio de projectos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de protecção ambiental (I 15)”* apresenta uma taxa de 23,5%, o que significa que dos 17 projectos aprovados na área da protecção e valorização do ambiente até 31.12.2010, 4 contribuem para o cumprimento desta recomendação.

Recomendação (R10): *Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas.*

Verifica-se que o *“Rácio de projectos de regeneração/ requalificação de construções e infra-estruturas (I 16)”* apresenta uma taxa de 25%, o que significa que dos 24 projectos aprovados projectos apoiados no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social, 6 contribuem para o cumprimento desta recomendação.

3.Execução por eixo prioritário

3.1.Eixo prioritário I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento

3.1.1.Cumprimento de metas e análise dos progressos

O Eixo I, no que concerne aos indicadores de realização (vd. Quadro 31), indicia progressos em termos de realização contratada, tendo os indicadores "Projectos de Inovação/IDT" e "Empresas Participantes em Projectos de Inovação/IDT" ultrapassado as metas previstas para 2010, aproximando-se inclusivamente das estipuladas para 2015. Estes indicadores são fortemente alimentados pelas contratações efectuadas no âmbito dos vários sistemas de incentivos, reveladores da dinâmica nas aprovações deste Eixo e da realização executada, o que leva a antever o cumprimento das metas estipuladas, não só em termos de contratação de projectos, mas também ao nível da sua execução.

Relativamente aos restantes indicadores do Eixo, os mesmos encontram-se aquém da meta estipulada para 2010, mantendo-se os valores de 2009.

Pela análise dos indicadores de resultado, verifica-se que a realização contratada da totalidade dos indicadores ultrapassa as metas traçadas para 2010, sendo que, no caso dos indicadores "Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio" e "Serviços Públicos on-line", os objectivos consignados para 2015 foram já ultrapassados.

Pela análise dos indicadores comuns comunitários, denotam-se progressos ao nível da maioria dos indicadores deste Eixo, à excepção dos relativos às áreas temáticas Sociedade de Informação, Educação e Competitividade das Cidades, que mantiveram os valores do ano anterior.

Refira-se em particular que, ao nível dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, foram contratados até final de 2010 um total de 26 projectos de apoio directo ao investimento de PME, sendo 22 desses projectos referentes a novas empresas (start-up). Dos projectos contratados em 2010, está prevista a criação de 80 novos postos de trabalho. Para estes projectos contratados, estima-se que o investimento induzido se situe na ordem dos 1,49 milhões de euros.

Ainda relativamente aos indicadores comuns comunitários, e apesar de no texto do PO não constar este eixo como relevante para os indicadores core 34, 35, 36 e 38, estes apresentam quantificação. Verifica-se que é este eixo que contribui para esses indicadores, nomeadamente através do desenvolvimento de projectos de inovação e/ou investigação nas respectivas áreas, Turismo, Educação e Saúde.

Quadro 31 - Realização Física do Eixo Prioritário I

Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	Realização - Contratada	0	0	1	1		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	3	5	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Projectos de Inovação/IDT	Realização - Contratada	0	5	24	42		
	Realização - Executada	0	1	11	20		
	Metas	-	-	-	20	50	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT	Realização - Contratada	0	4	19	35		
	Realização - Executada	0	0	3	9	0	
	Metas	-	-	-	16	40	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Projectos na área da Sociedade da Informação	Realização - Contratada	0	1	6	6		
	Realização - Executada	0	1	6	6		
	Metas	-	-	-	10	30	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		

Indicadores de Resultados*			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Investimento alavancado em Inovação/IDT(em milhões de euros)	Realização - Contratada		0	0,31	2,24	2,62		
	Realização - Executada		0	0	0,05	0,10		
	Metas		-	-	-	2	5	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio	Realização - Contratada		0	0	6	8		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	2	5	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Investimento privado induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada		0	0,26	4,04	5,86		
	Realização - Executada		0	0	0,24	0,58		
	Metas		-	-	-	4	10	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Serviços públicos online	Realização - Contratada		0	0	75	75		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	38	50	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	12	73	133		
		Realização - Executada	0	0	5	13		
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	6	45	69		
		Realização - Executada	0	0	1	8		
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	6	28	64		
		Realização - Executada	0	0	4	5		
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização - Contratada	0	5	24	42		
		Realização - Executada	0	1	11	20		
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada	0	0	3	4		
		Realização - Executada	0	0	1	1		
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada	0	8	43	103		
		Realização - Executada	0	0	5	13		
Ajudas Directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização - Contratada	0	4	13	26		
		Realização - Executada	0	0	3	9		
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização - Contratada	0	4	12	22		
		Realização - Executada	0	0	3	8		
	9. Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização - Contratada	0	8	30	80		
		Realização - Executada	0	0	5	13		
Sociedade de Informação	10. Investimento induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	0,26	0,83	1,49		
		Realização - Executada	0	0,00	0,24	0,58		
	11. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	6	6		
		Realização - Executada	0	1	6	6		
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada	0	0	0	0		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Turismo	34. N.º projectos	Realização - Contratada	0	0	1	2		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo criado)	Realização - Contratada	0	0	5	9		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Educação	36. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	2	2		
		Realização - Executada	0	0	2	2		
Saúde	38. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	2		
		Realização - Executada	0	0	0	2		
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada	0	0	8	8		
		Realização - Executada	0	0	8	8		

* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho

3.1.2. Análise qualitativa

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário encontrava-se totalmente aprovada em 31.12.2010, sendo aplicável às diversas tipologias de forma efectiva desde o ano de 2008 (vd. Anexo IX Regulamentação Específica/ Calendário de concursos por Eixo Prioritário). A regulamentação específica do SI +Conhecimento foi entretanto objecto de alteração de forma a estimular e facilitar a aderência a esse SI (vd. ponto 3.1.3 – problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas).

No que respeita à formalização de candidaturas, foram, no ano de 2010 apresentadas a co-financiamento, ao abrigo do Eixo I, 55 candidaturas, envolvendo um investimento total de 33.498.037 euros (vd. Quadro 11). A Vertente de Intervenção “Incentivos Directos e Indirectos às Empresas” foi a mais procurada pelos beneficiários, com 37 candidaturas, seguida das Vertentes “Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento”, com 10, e “Modernização Administrativa”, com 8 candidaturas.

O grau de admissibilidade - medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas no período 2007-2010 - foi de 97%. Relativamente a ao universo de candidaturas contratadas, 75% destas haviam sido já objecto de contratação em 31.12.2010 (vd. Anexo X Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Ao efectuar uma análise, em termos acumulados, até 31.12.2010 (vd. Quadro 12), o Eixo I apresenta uma substancial procura por parte dos beneficiários, com a apresentação de 116 candidaturas, o que representa 12% do total do Programa.

No ano em análise, este Eixo registou uma taxa de compromisso de 12% e uma taxa de execução de 4%, justificado pela natureza da maioria dos projectos aprovados, de pequena dimensão e com carácter plurianual (vd. Quadro 32).

Quadro 32 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Execução 2010 (EX)		Taxas Fundo (%)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	18.750.005	15.000.000	3.339.085	4.009.508	631.069	576.708	27%	4%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	13.115.829	10.492.667	281.300	225.040	662.704	529.995	2%	5%
Modernização Administrativa	11.875.000	9.500.000	-55.028	-44.022	407.519	319.183	0%	3%
Total	43.740.834	34.992.667	3.565.357	4.190.527	1.701.292	1.425.885	12%	4%

O Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento, cujo peso é de 11% no contexto da programação do total do Programa, apresenta uma taxa de compromisso (61%) para o período 2007-2010 (vd. Quadro 33), muito próxima da taxa atingida pelo Programa (64%).

Refira-se que as intervenções do SI EMPREENDINOV e do SI +CONHECIMENTO estão confinadas ao Eixo I, enquanto que as do SIRE, SI QUALIFICAR+ e SI TURISMO poderão, consoante a tipologia de intervenção, ter ou não enquadramento neste Eixo.

O SI EMPREENDINOV foi o Sistema de Incentivos com maior procura, contando com 34 projectos aprovados. De referir que destes 34 projectos, 20 foram aprovados no ano 2010, traduzindo-se num investimento na ordem dos 2,9 milhões de euros (a que corresponde a um incentivo de 1,7 milhões de euros), prevendo-se a criação de 79 postos de trabalho.

Relativamente ao SI +CONHECIMENTO, apesar de registar apenas três projectos aprovados em 2010, os mesmos totalizam, em termos de investimento, 1,4 milhões de euros (o correspondente a 943 mil euros de incentivo).

Ainda em relação ao Eixo I, foram aprovados, em 2010, 2 projectos no âmbito do SI QUALIFICAR + e um no âmbito do SIRE.

Em termos de execução dos sistemas de incentivos enquadrados no Eixo I, foram efectuados pagamentos a 15 projectos (12 do SI EMPREENDINOV, dois do SI +CONHECIMENTO, um do SIRE), num total de 947 mil euros de incentivo.

Quadro 33 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo I 2007-2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	18.750.005	15.000.000	11.049.328	8.839.462	1.078.312	862.650	59%	6%	10%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	13.115.829	10.492.667	6.900.149	5.517.119	1.127.264	901.643	53%	9%	16%
Modernização Administrativa	11.875.000	9.500.000	8.767.518	6.969.832	643.459	497.323	73%	5%	7%
Total	43.740.834	34.992.667	26.716.995	21.326.414	2.849.035	2.261.615	61%	6%	11%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 34), é possível verificar que são as “Micro-empresas” o tipo de entidade com maior número de candidaturas apresentadas, seguidas da “Administração Autónoma Regional”, com 40% e 15%, respectivamente. Em termos de candidaturas aprovadas, as “Micro-empresas” figuram com a maior taxa (43%), seguidas das “Não PME”, com 14%.

Quadro 34 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo I

Unidade: Euros

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Administração Directa Serviços Centrais	5	4%	3	5%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	5	4%	4	6%
Administração Autónoma Regional	17	15%	5	8%
Administração Autónoma Local	5	4%	2	3%
Associações Públicas	1	1%	1	2%
Sócio / Accionista (Particular)	8	7%	4	6%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	13	11%	9	14%
Empresa de média dimensão	2	2%	0	0%
Pequena empresa	9	8%	5	8%
Micro-empresa	46	40%	27	43%
Entidade Privada sem fins lucrativos	5	4%	3	5%
Total Eixo I	116	100%	63	100%

Os instrumentos de política pública que consubstanciam a acção do Eixo I foram na sua essência desenhados para apoiar projectos que de alguma forma seriam passíveis de classificação como boa prática, por se dirigirem, no contexto desta Região, para o desenvolvimento de contributos, por exemplo para as ciências e tecnologias médicas ou do ambiente, sobretudo para a promoção de I&D interdisciplinar e aplicada, integrando aspectos de ordem institucional, económica, tecnológica, ambiental e social.

Neste contexto, entende-se que devem ser nomeados os projectos públicos “Genemacor”, do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E, e “Acção técnica e Didáctica para a Eficiência Energética e Qualidade do Ar Interior nas Escolas da RAM”, da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM), pelo factor inovação, no primeiro, pelo factor ambiente, no segundo, e em particular por terem potencial de replicação e demonstrarem empenho na causa pública.

O primeiro projecto constitui um projecto de investigação associado ao estudo e tratamento das doenças cardiovasculares, com o objectivo de compreender a existência de determinado perfil genético e estudar a interacção de vários polimorfismos entre si e com os factores de risco clássicos. Corresponde a um investimento total de 55.000 euros.

O segundo projecto elege como propósito a sensibilização para a racionalização/redução do consumo de energia nos estabelecimentos de ensino da Região, e, além de acções de sensibilização/informação e criação de grupos de trabalho, inclui a elaboração de um guia de eficiência energética para todas as escolas da RAM, concursos escolares, auditorias energéticas e da qualidade do ar interior, planos de racionalização e certificação e estudos técnicos para implementação de medidas que reduzam o consumo de energia, entre outras acções. Este projecto foi proposto ao Prémio Regis Stars 2010, em “Low carbon economy theme / Promoting sustainable energy in cities (“CityStar” category), não tendo ficado seleccionado para finalista. Corresponde a um investimento total de 525.291,14 euros.

Destaca-se igualmente como passível de classificação como boa prática o projecto de investigação e desenvolvimento empresarial em desenho prático para serviços inovadores e investigação científica (“DispoScope”), da empresa Awaiba - Consultadoria Desenvolvimento e Comércio de Componentes Microelectronicos, Lda.

Este projecto pretende desenvolver um modo versátil para utilização de software de avaliação e correspondente software de teste e demonstração para facilitar ao cliente a avaliação do desempenho dos sensores de imagem AWAIBA. O hardware de desenvolvimento e os componentes de software serão feitos de forma modular, de modo a poderem ser utilizados para diferentes produtos de sensores AWAIBA. Constituem objectivos deste projecto “[investigar] novas tecnologias que combinem diminuição do tamanho do sensor de imagem e aumento da qualidade da imagem transmitida (...) [investigar] tecnologias apropriadas para transição do material de endoscópico reutilizável para descartável (...) [dada] a procura

deste tipo de material a baixo custo. Com este projecto a empresa ambiciona alargar a excelência tecnológica da AWAIBA e explorar novas tecnologias de interface de dados na área da imageologia médica, aplicável por exemplo à Cirurgia”.

3.1.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

O Eixo Prioritário I constitui o Eixo com maior dificuldade em transformar compromissos em execução, e embora indiciando alguma recuperação, a respectiva taxa de execução situa-se bastante aquém das dinâmicas de compromisso. Mesmo sendo o que detém a segunda menor taxa de execução, do conjunto dos Eixos com melhor desempenho a nível de compromissos, regista o maior diferencial de execução em relação à taxa média do PO.

A maior condicionante para a recuperação deste Eixo prende-se com a pouca atractividade que o mesmo apresenta para os potenciais beneficiários. Esta questão está, de alguma forma, ligada ao facto de não ser ainda muito consistente o universo de empresas e organismos públicos que poderão ser considerados no âmbito de uma base regional de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT). Naturalmente que uma política assertiva na potenciação destas áreas que estimulasse uma maior competitividade, seria um factor decisivo para que a dinâmica fosse maior e os resultados revelassem outros patamares de eficácia e eficiência.

Das medidas adoptadas para melhorar os níveis de execução deste Eixo, refira-se a orientação geral no âmbito das autorizações orçamentais que privilegia os pagamentos de projectos co-financiados, bem como o procedimento estabelecido de controlo da recepção dos pedidos de pagamento do Programa, o qual poderá ser potenciado através de alertas para a importância do devido ajustamento da execução dos projectos aos montantes programados, quando se verificarem discrepâncias.

No âmbito dos mecanismos de apoio às empresas, o IDE-RAM promoveu o lançamento de ferramentas a nível da engenharia financeira que facilitaram o acesso ao crédito por parte das empresas, nomeadamente, através do reforço do fundo de contra garantia, criando uma gaveta de negociação específica para a prestação de garantias bancárias para os diferentes sistemas de incentivos e, dentro destas, para as start-up. Foi criada ainda uma linha de crédito bonificada, denominada por PRO INVEST e financiada pelos reembolsos dos subsídios reembolsáveis do QCA III (POPRAM III), para financiar de forma atractiva a parte dos capitais alheios referentes à cobertura global de financiamento dos projectos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento. Quanto ao financiamento da contrapartida nacional, destaca-se igualmente a introdução do princípio da adaptação selectiva das taxas de co-financiamento, aumentando quando necessário as taxas de co-financiamento das operações. Em 2010, verificou-se já a alteração da taxa de co-financiamento dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, de 50% para 80%.

Relativamente ao SI + CONHECIMENTO, e tendo-se verificado uma fraca procura do mesmo, o IDE-RAM contemplou já no exercício de 2010 a possibilidade de alteração das respectivas condições de aplicação, de forma a uma maior simplificação do mesmo, assim como a sua adaptação ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria.

De qualquer forma é de sublinhar que estão a ser tomadas algumas medidas que, a prazo, poderão induzir uma maior dinâmica nestas áreas. Além de apoios a unidades de cariz tecnológico e de investigação na Região (Universidade da Madeira, Laboratório de Engenharia Civil, Serviço Regional de Saúde da RAM), estão a ser desenvolvidos projectos no âmbito do SI + Conhecimento, nomeadamente os que envolvem entidades de grande potencial de inovação e tecnologia, que, espera-se, venham a resultar sinergias capazes de traduzir-se, a médio prazo, numa consolidação estrutural dessas áreas na RAM.

A AG tem igualmente acompanhado a preparação de alguns projectos promovidos pela Empresa de Electricidade da Madeira, sendo que se perspectiva para o início do ano de 2011 o resultado da notificação de um projecto com elevada pertinência estratégica na área das energias renováveis e que configura elevado potencial como projecto inovador.

O relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho, não identifica qualquer problema relativamente ao Eixo I.

3.2. Eixo prioritário II - Competitividade da Base Económica Regional

3.2.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Ao nível do Eixo II, importa destacar os progressos efectivos, tanto em termos de realização contratada, como de realização executada, dos indicadores de realização física e de resultado (vd. Quadro 35) relacionados com os Sistemas de Incentivos e com os projectos de Engenharia Financeira. Efectivamente, é possível observar que as metas previstas para 2015, associadas a estes tipos de projectos, foram já atingidas, nomeadamente no que concerne aos indicadores de realização "Empresas Apoiadas" e "Instrumentos de Engenharia Financeira" e ao respectivo indicador de resultado "Investimento Privado Induzido".

Quanto ao indicador "Empregos Brutos Criados", também a meta para 2015 foi já ultrapassada, tanto por força dos projectos aprovados ao abrigo dos regimes de incentivos às empresas, como pelo contributo dos dois projectos públicos enquadrados na Tipologia "Acolhimento Empresarial" da Vertente de Intervenção "Envolvente Empresarial".

De realçar que o indicador de realização física "N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)" e o indicador de resultado associado, "Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis", continuam a registar valores nulos, na medida em que, até 31.12.2010, ainda não havia sido aprovado qualquer projecto no Domínio de Intervenção "Energia".

Da análise dos indicadores comuns comunitários, e relativamente à área temática "Ajudas directas ao investimento nas PME" (na qual se inclui os indicadores "N.º de start-ups apoiadas" e "Empregos criados"), a quantificação dos mesmos corresponde apenas aos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, dado que, para os projectos de Engenharia Financeira, não é possível obter a respectiva informação, conforme inicialmente previsto.

Desta análise, é possível aferir a evolução positiva na contratação de projectos que se reflecte na realização contratada de todos os indicadores comuns associados a este Eixo, à excepção dos indicadores relativos às áreas temáticas "Energias Renováveis" e "Alterações Climáticas" por não apresentarem realização contratada, ou seja, em 31.12.2010 não existiam projectos aprovados que contribuíssem para estes indicadores, conforme já referido.

É ainda de salientar o aumento verificado ao nível das realizações na área do Turismo, na medida em que o "N.º de projectos contratados" duplica (de 11 para 23) e o "N.º de empregos criados" aumenta exponencialmente (de 7 para 123).

Ainda relativamente aos indicadores comuns comunitários, mas focando a análise nas realizações e resultados inerentes aos Sistemas de Incentivos, verifica-se que está prevista a criação de 364 postos de trabalho, sendo 24 referentes a projectos contratados em 2008, 115 a projectos de 2009 e os restantes 225 a projectos de 2010.

Foi, até 31.12.2010, contratado um total de 65 projectos de apoio directo ao investimento das PME (9 em 2008, 18 em 2009 e 38 em 2010), sendo 16 deles referentes a novas empresas (start-ups), o que corresponde a um investimento total induzido de 10,89 milhões de euros.

Relativamente ao indicador core 07, este é ainda composto por 2 operações de Engenharia Financeira, perfazendo um total de 67 projectos e totalizando 11,91 milhões de euros de Investimento Total Induzido (core 10).

Quadro 35 - Realização Física do Eixo Prioritário II

Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Empresas apoiadas	Realização - Contratada	0	9	490	606		
	Realização - Executada	0	0	463	546		
	Metas	-	-	-	250	500	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Instrumentos de engenharia financeira	Realização - Contratada	0	0	2	2		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	1	2	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	Realização - Contratada	0	0	0	0		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	0	1	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores de Resultado*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Empregos brutos criados (ETI)	Realização - Contratada	0	24	719	946		
	Realização - Executada	0	0	2	8		
	Metas	-	-	-	450	700	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Investimento privado induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	0,80	6,44	14,41		
	Realização - Executada	0	0	0,08	0,95		
	Metas	-	-	-	12	30	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	Realização - Contratada	0	0	0	0		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	n.a.	10%	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores Comuns Comunitários		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	24	349	946	
		Realização - Executada	0	0	2	8	
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	14	205	512	
		Realização - Executada	0	0	1	2	
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	10	144	434	
		Realização - Executada	0	0	1	6	
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	9	29	67	
		Realização - Executada	0	0	3	12	
	8. dos quais: n.º de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização - Contratada	0	2	8	16	
		Realização - Executada	0	0	0	1	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	24	139	364	
		Realização - Executada	0	0	2	8	
Energias Renováveis	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	0,80	5,84	11,91	
		Realização - Executada	0	0,00	0,08	0,95	
	23. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Turismo	34. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	11	23	
		Realização - Executada	0	0	7	7	
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	0	7	123	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	

* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho

3.2.2. Análise qualitativa

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário encontrava-se totalmente aprovada, em 31.12.2010, sendo possível a apresentação de candidaturas desde Dezembro de 2007 para a tipologia “Engenharia Financeira” e nas restantes tipologias desde 2008 (vd. Anexo IX Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário). A regulamentação específica dos SI foi entretanto objecto de alteração de forma a estimular e facilitar o acesso aos mesmos (cf. referenciado no ponto 3.2.3.).

No que respeita à formalização de candidaturas, no ano 2010 foram apresentadas a co-financiamento do Eixo II 86 candidaturas, envolvendo um investimento total de 214.097.460 euros (vd. Quadro 11). Destas, 76 candidaturas respeitam à Vertente de Intervenção “Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores” e 10 à Vertente de Intervenção “Envolvente Empresarial”.

O grau de admissibilidade, medido pela relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas no período 2007-2010, foi de 95%. Relativamente a candidaturas contratadas, em 31.12.2010, estavam contratadas 57% das candidaturas (vd. Anexo X Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Ao efectuarmos uma análise em termos acumulados (vd. Quadro 12), o Eixo II constitui o segundo Eixo do Programa com maior adesão, com 175 candidaturas apresentadas, o que representa 17% do total do Programa.

No ano de 2010 manteve-se o ritmo de aprovações, o que permitiu atingir uma taxa de compromisso na ordem dos 96%. A taxa de execução passou de 16% em 2009 para 37% em 2010.

Quadro 36 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo II 2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Execução 2010 (EX)		Taxas Fundo (%)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	26.875.007	21.500.000	11.968.099	11.928.349	1.129.681	1.230.719	55%	6%
Envolvente empresarial	34.965.226	27.972.186	3.810.788	2.989.905	11.454.671	9.111.699	11%	33%
Total	61.840.233	49.472.186	15.778.887	14.918.254	12.584.351	10.342.418	30%	21%

O Eixo II, cujo peso é de 15% no contexto da programação do total do Programa, apresenta para o período 2007-2010 uma taxa de compromisso (96%) superior à apresentada pelo Programa (64%) (vd. Quadro 37).

Em termos de Sistemas de Incentivos, têm aplicação neste Eixo o SIRE, o QUALIFICAR+ e o SI TURISMO, consignados na Tipologia “Incentivos às Empresas, designadamente PME” da Vertente de Intervenção “Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores”.

O SIRE foi aquele que registou maior procura, contando com um total acumulado de 58 projectos aprovados, traduzindo-se num investimento de 8,1 milhões de euros e num incentivo de 3,1 milhões de euros, e por via dos quais se prevê a criação de 231 postos de trabalho.

Segue-se o SI QUALIFICAR+, com um total acumulado de 24 projectos aprovados, um investimento na ordem dos 21,1 milhões de euros e um incentivo de 7,4 milhões de euros, prevendo criar 113 postos de trabalho.

Por último, figura o SI TURISMO com um total de 18 projectos aprovados, correspondente a um investimento na ordem dos 14,7 milhões de euros, a um incentivo de 4,2 milhões de euros e a um total de 135 postos de trabalho.

Considerando o ano 2010, a tendência manteve-se, voltando a liderar o SIRE, com 32 projectos aprovados, e seguindo-se o SI QUALIFICAR+ e o SI TURISMO com, respectivamente, 23 e 15 projectos aprovados.

Em termos de execução dos Sistemas de Incentivos previstos no Eixo II, foram efectuados pagamentos a 16 projectos (13 do SIRE, dois do SI QUALIFICAR+ e um do SI TURISMO), num total de 1,4 milhões de euros de incentivo.

Merecem igualmente destaque os projectos enquadrados na Tipologia “Acções Colectivas” da Vertente de Intervenção

“Envolvente Empresarial”, cujos beneficiários são entidades da Administração Pública Regional, e que visam a promoção do destino Madeira e dos seus principais produtos, pela importância que tais acções têm tomado no reforço, e respectiva consolidação, dos níveis de competitividade do sector.

Ainda no que concerne a esta Vertente, mas com enquadramento na Tipologia “Acolhimento Empresarial”, importa referenciar as intervenções de qualificação das áreas de localização empresarial, pela dinâmica que as mesmas imprimem à implementação do Programa e efeitos sobre as tendências de realocação de segmentos do tecido empresarial regional. Concretamente, são intervenções destinadas a dotar os parques empresariais de pavilhões industriais, no sentido de potenciar a implantação de unidades empresariais nos mesmos, e ainda de sistemas de adução de água potável em alguns deles, em ordem a garantir a laboração das empresas neles instaladas em condições adequadas (investimentos homologados, respectivamente, no 1º semestre de 2009 e no início de 2010).

Quadro 37 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo II 2007-2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	26.875.007	21.500.000	19.814.330	15.851.464	2.219.595	1.775.676	74%	8%	11%
Envolvente empresarial	34.965.226	27.972.186	40.031.324	31.800.101	20.531.127	16.372.864	114%	59%	51%
Total	61.840.233	49.472.186	59.845.654	47.651.565	22.750.721	18.148.540	96%	37%	38%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. Quadro 38), é possível constatar uma maior percentagem de candidaturas apresentadas por parte de “Micro-empresas”, com 39%, e por “pequena empresas”, com 21%. Em termos de candidaturas aprovadas, 40% correspondem a “Micro-empresas” e 28% a “pequenas empresas”.

Quadro 38 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiários Eixo II

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	6	3%	3	3%
Administração Autónoma Regional	20	11%	11	10%
Associações Públicas	2	1%	1	1%
Sócio / Accionista (Particular)	11	6%	6	5%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	17	10%	9	8%
Empresa de média dimensão	11	6%	7	6%
Pequena empresa	36	21%	32	28%
Micro-empresa	69	39%	46	40%
Entidade Privada sem fins lucrativos	3	2%	0	0%
Total Eixo II	175	100%	115	100%

Instrumentos de Engenharia Financeira

O Eixo II tem uma intervenção capital no que concerne ao apoio ao tecido empresarial da RAM e, em particular, aos projectos desenvolvidos pelas próprias empresas e cujos apoios estão enquadrados nos vários sistemas de incentivos criados.

Neste Eixo, destacam-se igualmente os mecanismos de engenharia financeira enquadrados na Vertente de Intervenção “Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores”, os quais, no contexto do Intervir+, se circunscrevem à utilização de duas linhas de crédito sob coordenação do IDE-RAM, com o objectivo de estimular o investimento, e que procuram impulsionar a contratação e a execução dos projectos aprovados através dos Sistemas de Incentivos, tendo funcionado como investimento em fundo de maneo (vd. Quadro 39).

Quadro 39 - Instrumentos de Engenharia Financeira

Projectos	Aprovações 2007-2010		Execução 2007-2010		Fundo
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Realização (EX/AP)
Linha de Crédito PME Madeira	2.621.575	2.097.260	301.287	241.030	12%
Linha de Crédito Bonificado para Micro e pequenas Empresas da Madeira	2.500.409	2.000.327	1.056.020	844.816	42%
Total	5.121.984	4.097.587	1.357.307	1.085.846	26%

Ao abrigo das referidas linhas de crédito, foram aprovadas 536 operações (183 da Linha PME Madeira e 353 da Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira), envolvendo um montante global de 45,4 milhões de euros (37,1 milhões de euros da Linha PME Madeira e 8,3 milhões de euros da Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira), conforme se constata no (vd. **Anexo XIII**).

Constituindo esta matéria uma parte importante da intervenção do Organismo Intermédio, importa, neste domínio, fazer referência ao Relatório de Monitorização do Intervir+, relativo ao 2.º semestre do ano em análise.

Concretamente, o mesmo desenvolve um conjunto de elementos que caracterizam com alguma profundidade os apoios e o padrão de utilização que lhes foi dado pelo tecido empresarial, e dos quais se reproduzem os seguintes:

- No 2º Semestre de 2010, as Linhas de crédito reflectiam a realidade decorrente do esforço de recuperação empresarial na sequência dos prejuízos do temporal de 20 de Fevereiro. As verbas destinadas à recuperação representam 24,2% do total do investimento enquadrado pelas Linhas de crédito, destacando-se as aplicações de investimento na construção (37,5%) e nos equipamentos (19,2%); o Fundo de maneo representa 32,6%;
- No conjunto de operações enquadradas pelas Linhas de crédito destaca o peso de apoio às actividades comerciais (46,5%), seguido dos serviços, do turismo, da indústria e da construção, repercutindo aproximadamente o padrão de ramos de actividade dos investimentos apoiados pelos Sistemas de Incentivos.

Destaca-se como passível de classificação como boa prática o projecto empresarial da J. Cardoso, S.A. relativo a um investimento de renovação/modernização de uma unidade hoteleira de referência da Região, ao ligar a renovação/modernização do Equipamento hoteleiro a componentes de racionalização energética, qualificação ambiental e das práticas de gestão. Este projecto enquadra-se numa estratégia empresarial de fidelização de segmentos de mercado com maior capacidade aquisitiva, incorpora, ainda, componentes de qualificação do pessoal ao serviço, no âmbito de protocolos de cooperação com a Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP) e a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (EPHTM). Corresponde um investimento total de 6.017.454 euros.

3.2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Neste Eixo onde se verificam índices muito significativos, quer de aprovação, quer de execução, persistem todavia constrangimentos quanto à transformação de compromissos em execução, os quais prendem-se com dificuldades de execução em particular dos projectos que são desenvolvidos por empresas, através dos sistemas de incentivos e instrumentos de engenharia financeira, dada a importância que este Eixo tem em termos de apoio ao tecido empresarial.

Acresce referir a elevada dinâmica da Tipologia “Acções Colectivas” em concorrência com a Tipologia “Energia”, sendo que a esta última o Programa referenciou, desde a fase de programação, a intervenção de um grande projecto de carácter estruturante e com grande pertinência estratégica para a Região, o que, a breve prazo, poderá criar constrangimentos quanto à capacidade financeira do Eixo.

As operações enquadradas no tema prioritário “Turismo”, relacionadas com os apoios à promoção e animação turística têm sido essenciais para o estímulo à principal actividade económica regional, tema que ao não ser estabelecido como categoria de despesa elegível para efeitos de Earmarking em Portugal, constitui uma situação penalizadora para a economia da Região atendendo à dimensão dos investimentos públicos nesta área. Das medidas adoptadas para melhorar os níveis de execução estende-se igualmente a este Eixo a introdução do princípio da adaptação selectiva das taxas de co-financiamento, tendo-se ajustando as taxas de co-financiamento das operações aprovadas no âmbito dos Sistemas

de Incentivos, a exemplo do Eixo I, de 50% para 80%. Ainda no âmbito dos SI refira-se as alterações feitas a alguns dos regulamentos específicos no sentido de os simplificar e tornar mais flexível o acesso aos mesmos.

Das medidas adoptadas para melhorar os níveis de execução, estende-se igualmente a este Eixo a orientação geral no âmbito das autorizações orçamentais que privilegia os pagamentos de projectos co-financiados, bem como o procedimento estabelecido de controlo da recepção dos pedidos de pagamento do Programa, potenciado pelos alertas para ajustamento da execução dos projectos aos montantes programados.

Verificou-se em 2010, no âmbito dos SI deste Eixo, também a introdução do princípio da adaptação selectiva das taxas de co-financiamento, tendo-se ajustando as taxas de co-financiamento das operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos, de 50% para 80%. Refira-se ainda as alterações feitas a alguns dos regulamentos específicos no sentido de os simplificar e de tornar mais flexível o acesso aos mesmos.

Como referido no Eixo I, e no âmbito dos mecanismos de apoio às empresas, destaca-se aqui também o lançamento de ferramentas a nível da engenharia financeira, nomeadamente, através do reforço do fundo de contra garantia, bem como a criação da linha de crédito bonificada denominada por PRO INVEST. Estas duas medidas constituem instrumentos a que as empresas podem recorrer para dinamizar e fortalecer a sua capacidade de execução quanto aos investimentos aprovados no âmbito do Intervir+ e que foram criadas também no propósito de criar um ambiente de maior apetência para candidatar novos projectos.

Num contexto extraordinário, e decorrente da intempérie ocorrida a 20 de Fevereiro, foi ainda necessário criar medidas específicas de apoio às empresas que foram afectadas. Neste sentido, o IDE-RAM procedeu à alteração das condições de aplicação do SI QUALIFICAR + de forma a diferenciar positivamente as empresas que se viram obrigadas a deslocalizar as suas instalações para um dos parques empresariais da RAM (Portaria n.º 58/2010, de 20 de Agosto), recaindo assim sobre este Eixo o contributo, possível em 2010, do Programa Intervir+ para os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência desta intempérie.

O relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho, não identifica qualquer problema relativamente ao Eixo II.

3.3. Eixo prioritário III - Desenvolvimento Sustentável

3.3.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

O Eixo III indicia, tanto a nível de indicadores de realização física, como de resultado, progressos ao nível das metas previstas (vd. Quadro 40).

Da análise, é possível verificar que, em 2010, o número de projectos aprovados no âmbito das estruturas de gestão ambiental e da prevenção de riscos mais que duplicou (de 4 para 9), perfazendo 4 projectos (infra-estruturas) ambientais e 5 na área da prevenção e gestão de riscos.

Na área da prevenção de riscos, o indicador de realização física "Projectos de prevenção e gestão de riscos" e o respectivo indicador de resultado, "Sistemas / Instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados", ultrapassaram já as metas preconizadas para o final do Programa (2015).

No âmbito das estruturas de gestão ambiental, também o indicador de realização física "N.º projectos de infra-estruturas ambientais" atingiu a meta para 2015. O respectivo indicador de resultado "População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas", ultrapassou a meta traçada para 2010, mas encontra-se ainda longe da estipulada para 2015, uma vez que a definição da mesma teve por base projectos referência ainda não concretizados ao abrigo do Intervir+ e um conceito estatístico mais abrangente para o cálculo da população servida, concretamente, o de "População residente" nos concelhos abrangidos.

Ainda na área ambiental, e relativamente aos indicadores que monitorizam os objectivos relacionados com a melhoria dos descritores ambientais, mantém-se a situação de 2009, apesar de haver sido aprovado um projecto em 2010, denominado de "Mobilidade inovadora e sustentável no Funchal (Civitas Mimosa)". Pese embora este projecto contribua para a realização destes indicadores, foram-lhe associados, aquando da sua aprovação, os indicadores "N.º Projectos" e "Acréscimo da população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbano" na área temática dos Transportes.

Saliente-se que esta situação viria a ser regularizada na reprogramação do projecto, aprovada já no início de 2011, pelo que o mesmo passa assim a contribuir também para o indicador de realização física "Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais", o indicador de resultado "Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados" e os indicadores comuns comunitários "Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalente, Kt)" e "N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar".

O indicador de realização física "Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental" é o único que não apresenta realização contratada, dado que até 31.12.2010 ainda não havia sido aprovado qualquer projecto que contribuisse para este indicador e, por conseguinte, para o respectivo indicador de resultado, concretamente, o referente ao universo de "Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental".

No que diz respeito ao ponto de situação dos indicadores comuns comunitários em particular, e considerando que até 31.12.2010 foram aprovadas 10 candidaturas no âmbito do Eixo III, estes indicadores apresentam valores de realização contratada algo expressivos, dos quais se salientam os relativos às áreas temáticas "Transportes", "Ambiente" e "Prevenção de Riscos". Destaque-se que, apesar de no texto do PO não constar este eixo como relevante para os indicadores core 13 e 22, estes apresentam quantificação, contribuindo assim este eixo para esses indicadores, nomeadamente através do desenvolvimento de 1 projecto na área dos Transportes.

Quadro 40 - Realização Física do Eixo Prioritário III

Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
N.º de projectos de infra-estruturas ambientais	Realização - Contratada	0	0	1	3		
	Realização - Executada	0	0	1	3		
	Metas	-	-	-	2	3	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	Realização - Contratada	0	0	1	1		
	Realização - Executada	0	0	1	1		
	Metas	-	-	-	2	5	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Projectos de prevenção e gestão de riscos	Realização - Contratada	0	0	2	5		
	Realização - Executada	0	0	2	5		
	Metas	-	-	-	1	2	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização - Contratada	0	0	0	0		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	155	200	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores de Resultado*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	Realização - Contratada	0	0	10.000	15.512		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	8.800	112.700	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	1	1		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	3	6	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	2	5		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	2	3	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização - Contratada	0	0	0	0		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	3.150	3.500	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores Comuns Comunitários		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	0	0	6	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	0	0	3	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	0	0	3	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Transportes	13. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	1	
		Realização - Executada	0	0	0	1	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	0	0	0	1.500	
		Realização - Executada	0	0	0	0	

Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada	0	0	10.000	10.012		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada	0	0	10.000	15.500		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada	0	0	0	0		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada	0	0	0	0		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada	0	0	0	0		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	2	5		
		Realização - Executada	0	0	2	5		
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização - Contratada	0	0	0	250.000		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - Contratada	0	0	230.000	250.000		
		Realização - Executada	0	0	0	0		

* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho

3.3.2. Análise qualitativa

A regulamentação específica de apoio a este Eixo Prioritário, em 31.12.2010 encontrava-se totalmente aprovada, sendo possível a apresentação de candidaturas desde Dezembro de 2007 (vd. Anexo IX Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

Em termos de formalização de candidaturas, o Eixo III acolheu, no ano 2010, 9 candidaturas a co-financiamento, envolvendo um investimento total de 18.469.909 euros (vd. Quadro 11). Das candidaturas apresentadas, 6 foram aprovadas, representando 13% do montante programado para este Eixo (vd. **Quadro 41**).

O grau de admissibilidade (i.e., relação entre candidaturas admitidas e o universo das candidaturas apresentadas), foi de 100%. Em 31.12.2010, todas as candidaturas haviam sido objecto de contratação (vd. Anexo X Processo de selecção por Eixo Prioritário).

A Vertente de Intervenção com maior adesão foi a relativa aos “Riscos naturais e tecnológicos”, a qual contabilizava 12 candidaturas apresentadas até 31.12.2010 (vd. **Quadro 12**). À mesma data, a Vertente “Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade” apresentava 2 candidaturas, uma delas aprovada.

É a Vertente “Riscos naturais e tecnológicos” que, em 2010, alavanca a taxa de compromisso, mediante a aprovação de projectos da responsabilidade do beneficiário “Serviço Regional de Protecção Civil, IP-RAM”.

Quadro 41 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo III 2010

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Execução 2010 (EX)		Taxas Fundo (%)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	54.115.751	43.292.601	912.674	730.139	225.013	180.010	2%	0%
Riscos naturais e tecnológicos	18.125.000	14.500.000	8.042.610	6.434.088	1.976.283	1.581.027	44%	11%
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	16.937.500	13.550.000	2.876.120	2.013.284	13.152	9.207	15%	0%
Total	89.178.251	71.342.601	11.831.404	9.177.511	2.214.448	1.770.243	13%	2%

O Eixo III apresenta assim, para o período 2007-2010, uma taxa de compromisso de 31% (vd. **Quadro 42**), o que, comparativamente a 2009 (18%), revela uma evolução ascendente na ordem dos 42%. Todavia, é este o Eixo que, à data de referência, regista o menor grau de compromisso de todo o Programa.

Em 31.12.2010, a taxa de execução situa-se nos 3% (no final de 2009, este Eixo apresentava valores nulos em termos de execução).

Quadro 42 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo III 2007-2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	54.115.751	43.292.601	15.162.674	12.130.139	225.013	180.010	28%	0%	1%
Riscos naturais e tecnológicos	18.125.000	14.500.000	9.855.680	7.884.544	1.995.948	1.596.759	54%	11%	20%
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	16.937.500	13.550.000	2.876.120	2.013.284	13.152	9.207	15%	0%	0%
Total	89.178.251	71.342.601	27.894.474	22.027.967	2.234.113	1.785.975	31%	3%	8%

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. **Quadro 43**), são as “Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público” que mantêm maior representatividade, com 37% das candidaturas apresentadas e 50% das candidaturas aprovadas.

Quadro 43 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo III

Unidade: Euros

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	9	37%	5	50%
Administração Autónoma Regional	7	29%	2	20%
Administração Autónoma Local	7	29%	2	20%
Entidade Privada sem fins lucrativos	1	4%	1	10%
Total Eixo III	24	100%	10	100%

Destaca-se como passível de classificação como boa prática o projecto “Mobilidade inovadora e sustentável no Funchal (Civitas Mimosa)”, do beneficiário Horários do Funchal, S.A., aprovado no âmbito da Tipologia “Sistema de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade”, o qual foi proposto ao Prémio Regis Stars 2010, em “Low carbon economy theme / Integrated, clean urban transport projects (“CityStar” category), por um conjunto de factores que se reconhece importância - pela mais valia para a actividade do beneficiário, pelo factor ambiental e inovador, pelo potencial de replicação e inclusive pelo empenho na causa pública.

O projecto em referência tem por objectivos “...[reduzir] os consumos e a emissão de poluentes dos autocarros ... [contribuir para] um melhor rácio [de] passageiros transportados ... [e mitigar] o impacto ambiental e energético do serviço disponibilizado”. Pressupõe ainda a respectiva monitorização “...com a intenção de avaliar o seu impacto no ambiente [em] meio urbano e comprovar os efeitos positivos previstos ...”, bem como constitui “...nova reorientação estratégica da empresa Horários do Funchal”, por considerar que “...o impacto dos combustíveis, o efeito carbono associado aos novos conceitos de mobilidade exigem que se desenvolva uma estratégia de transportes públicos assente em pilares da Eco Mobilidade”. Corresponderá a um investimento total de 3.642.073,10 euros.

3.3.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

A análise física e financeira confirma o Eixo III como sendo o Eixo com o pior desempenho global, persistindo a situação de desempenho abaixo das expectativas, decorridos que estão os três primeiros anos de execução. A constância da fraca taxa de execução prende-se principalmente com constrangimentos financeiros na execução dos projectos e com as próprias características dos projectos aprovados, i.e., execução plurianual e processos de contratação pública morosos.

As medidas iniciadas em 2010 para acelerar a execução foram no sentido de imprimir um acompanhamento “caso a caso”, de forma a impor e estabilizar um cronograma de execução compatível com regras de boa gestão. Igualmente neste Eixo contribuíram as medidas gerais tomadas no âmbito das autorizações orçamentais que privilegiam os pagamentos de projectos co-financiados e do controlo da recepção dos pedidos de pagamento do Programa.

Acresce que, e dadas as alterações de contexto do Programa, designadamente as decorrentes do prolongamento da envolvente macroeconómica desfavorável, com implicações na capacidade económica e financeira dos promotores, e do acontecimento extraordinário de 20 de Fevereiro, que impôs dificuldades em dinamizar a apresentação de novas candidaturas, nomeadamente nas áreas do Desenvolvimento Sustentável, este Eixo apresenta disponibilidades financeiras que obrigam à ponderação de medidas de flexibilização ao nível da afectação dos recursos a Eixos mais dinâmicos, desde que assegurada a continuidade da estratégia de desenvolvimento assumida.

Assim, uma eventual reprogramação em 2011, em associação com os Eixos Prioritários I e II, deverá permitir uma mais adequada utilização dos recursos, na observância dos objectivos deste Eixo.

O relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho, não identifica qualquer problema relativamente ao Eixo III.

3.4. Eixo prioritário IV - Coesão Territorial e Governação

3.4.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

O Eixo IV indicia progressos quanto ao cumprimento das metas consignadas aos indicadores de realização física e de resultado, apresentando assim uma situação não muito diferente dos restantes Eixos do Programa (vd. Quadro 44).

Ao nível dos indicadores de realização física, as metas de 2010 estão praticamente cumpridas, com excepção do indicador "Rede viária intervencionada". Este indicador mantém a mesma quantificação do ano anterior, uma vez que não se verificaram, em 2010, novas aprovações que contribuam para a realização do mesmo.

Neste Eixo, a realização contratada dos indicadores "Estabelecimentos de ensino intervencionados" e "Projectos de reabilitação urbana e rural" já ultrapassou largamente os objectivos do Programa para 2015, reflectindo uma forte dinâmica do Programa, tanto da área da Educação, como da Reabilitação Urbana e Rural, não perspectivada aquando da fase de concepção do PO e, por conseguinte, da delineação das respectivas metas.

O indicador "Projectos de reabilitação urbana e rural" não apresenta evolução em relação ao ano anterior. Tal resulta de um efeito de compensação aritmético, ocorrido em 2010, por via da revogação da decisão de aprovação de dois projectos, por um lado, e da aprovação de outros dois projectos, por outro. Já no âmbito do respectivo indicador de resultado, "População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural", este trade-off veio a resultar no cumprimento do objectivo estipulado para 2010. Apesar das desaprovações destes dois projectos, os indicadores comuns nacionais ICN-Anual-027 - População abrangida por operações de regeneração urbana e ICN-Anual-028 - Área intervencionada por operações de regeneração urbana (desagregados por tipologia de promotor e de investimento) apresentam um forte crescimento por força da aprovação de dois novos projectos em 2010.

Relativamente aos indicadores ICN-Tri-014 - Equipamentos Sociais e ICN-Anual-032 - População Abrangida por Equipamentos Sociais, que apresentavam quantificação a 31.12.2009, passaram para zero a 31.12.2010 por via das desaprovações já acima referidas.

Ao nível dos restantes indicadores de resultado, as metas para 2015 associadas aos indicadores "Alunos abrangidos por escolas intervencionadas" e "Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros" foram já ultrapassadas, à excepção do indicador "Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S. Vicente", que não apresenta qualquer valor contratado, pois o projecto em causa ainda não foi submetido a co-financiamento.

No que diz respeito aos indicadores comuns comunitários, a área temática da Saúde é a única que não apresentada realização contratada, pelo facto de não terem sido aprovados projectos com enquadramento nessa área em específico, até 31.12.2010.

Quadro 44 - Realização Física do Eixo Prioritário IV

Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Projectos na área dos transportes	Realização - Contratada	0	0	2	2		
	Realização - Executada	0	0	2	2		
	Metas	-	-	-	2	3	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Projectos na área da cultura e lazer	Realização - Contratada	0	0	3	4		
	Realização - Executada	0	0	3	4		
	Metas	-	-	-	2	6	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Estabelecimentos de ensino intervencionados	Realização - Contratada	0	1	9	17		
	Realização - Executada	0	0	7	15		
	Metas	-	-	-	1	2	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Rede viária intervencionada	Realização - Contratada	0	0	0,98	0,98		
	Realização - Executada	0	0	0,98	0,98		
	Metas	-	-	-	15	15	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Projectos de reabilitação urbana e rural	Realização - Contratada	0	2	8	8		
	Realização - Executada	0	2	8	8		
	Metas	-	-	-	1	2	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		

Indicadores de Resultado*			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	Realização - Contratada		0	0	100	100		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	20%	20%	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Investimento alavancado na área da cultura e lazer	Realização - Contratada		0	0	1,74	2,21		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	2	4	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Alunos abrangidos pelas escolas intervencionadas	Realização - Contratada		0	1.260	2.942	5.940		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	1.020	1.520	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S.Vicente	Realização - Contratada		0	0	0	0		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	73%	73%	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	Realização - Contratada		0	185	10.650	46.352		
	Realização - Executada		0	0	0	0		
	Metas		-	-	-	21.740	56.360	
	Valor de Referência / Situação de Partida		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores Comuns Comunitários			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	63	215	229		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	20	53	63		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	43	162	166		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Transportes	13.N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	2	2		
		Realização - Executada	0	0	2	2		
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada	0	0	0,6	0,6		
		Realização - Executada	0	0	0,6	0,6		
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada	0	0	0,38	0,38		
		Realização - Executada	0	0	0,38	0,38		
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	0	0	n.d	n.d		
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	0	0	0	0		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Educação	36. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	11	15		
		Realização - Executada	0	1	11	15		
	37. N.º alunos que beneficiam das intervenções em estabelecimentos de ensino	Realização - Contratada	0	1.260	42.500	42.500		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Saúde	38. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	0		
		Realização - Executada	0	0	0	0		
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	0	2	8	8		
		Realização - Executada	0	2	8	8		
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	0	1	11	12		
		Realização - Executada	0	1	11	12		

* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho

3.4.2. Análise qualitativa

A apresenta-se de candidaturas a este Eixo é possível desde Dezembro de 2007 (vd. Anexo IX Regulamentação Específica/ Calendário de concursos por Eixo Prioritário). Neste contexto, no decorrer de 2010, foram formalizadas para efeitos de co-financiamento 11 candidaturas, perfazendo um investimento total de 49.446.297 euros (vd. Quadro 11).

No decorrer de 2010, foram formalizadas para efeitos de co-financiamento 11 candidaturas, perfazendo um investimento total de 49.446.297 euros (**Quadro 11**). Das candidaturas apresentadas até 31.12.2010, 4 foram aprovadas, representando 18% do montante programado para este Eixo (vd. Quadro 45). O grau de admissibilidade (rácio candidaturas admitidas vs candidaturas formalizadas) foi de 100%. Em termos de contratação, em 31.12.2010, todas as candidaturas encontravam-se contratadas (vd. **Anexo X** Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Quadro 45 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Execução 2010 (EX)		Taxas Fundo (%)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	110.146.842	88.116.874	17.427.030	13.941.625	22.991.917	18.393.534	16%	21%
Reabilitação Urbana e Rural	4.625.032	3.700.000	2.634.183	2.619.844	1.720.422	1.376.338	71%	37%
Cooperação Interregional	125.000	100.000	0	0	0	0	0%	0%
Total	114.896.874	91.916.874	20.061.213	16.561.470	24.712.339	19.769.871	18%	22%

Para o período 2007-2010, este Eixo apresenta uma taxa de compromisso de 86% em relação ao programado e uma taxa de execução na ordem dos 38% (vd. **Quadro 46**). Este desfasamento entre o nível de compromisso e o nível de execução prende-se, por um lado, com a natureza (plurianual) dos projectos, e por outro, com as dificuldades sentidas pelos beneficiários na realização de despesa de operações aprovadas, algo a que não é alheio a actual conjuntura económica.

Na Vertente de Intervenção "Reabilitação Urbana e Rural", verifica-se uma taxa de compromisso na ordem dos 348% em relação ao programado e uma taxa de execução de 134%. A Vertente de Intervenção "Cooperação interregional" ainda não apresenta qualquer aprovação.

Quadro 46 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo IV 2007-2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos	110.146.842	88.116.874	82.823.646	66.258.917	37.848.167	30.278.534	75%	34%	46%
Reabilitação Urbana e Rural	4.625.032	3.700.000	16.086.233	12.868.986	6.186.251	4.949.001	348%	134%	38%
Cooperação Interregional	125.000	100.000	0	0	0	0	0%	0%	0%
Total	114.896.874	91.916.874	98.909.879	79.127.904	44.034.418	35.227.534	86%	38%	45%

Ao efectuar uma análise por tipologia de beneficiário (vd. **Quadro 47**), constata-se que 48% das candidaturas formalizadas correspondem à "Administração Autónoma Regional" e 20% a "empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público". Numa perspectiva de candidaturas aprovadas, verifica-se que a "Administração Autónoma Regional" abrange 62% das candidaturas e a tipologia "Entidade Privada sem fins lucrativos" 17%.

Quadro 47 - Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo IV

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	9	20%	3	10%
Administração Autónoma Regional	21	48%	18	62%
Administração Autónoma Local	6	14%	1	3%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	1	2%	1	3%
Empresa de média dimensão	1	2%	1	3%
Entidade Privada sem fins lucrativos	6	14%	5	17%
Total Eixo IV	44	100%	29	100%

O projecto “Requalificação do Miradouro do Cabo Girão” aprovado em 2010 no âmbito da Tipologia “Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer”, encontra-se sinalizado como passível de referência como boa prática pelos benefícios económico-financeiros na comunidade envolvente e na economia regional, bem como pelo factor ambiental e inovador.

Este projecto da Secretaria Regional do Equipamento Social propõe-se a “...conciliar uma intervenção ... [considerada inovadora pela] solução de consola prevista para o miradouro do Cabo Girão com a salvaguarda dos valores naturais e ambientais [locais], qualificando uma das zonas mais marcantes ... [um dos principais pontos de interesse turístico] do Concelho de Câmara de Lobos. Esta intervenção, ponderando “...o declínio socioeconómico” [deste local] ...e o recurso “panorâmico” envolvido como “... factor potenciador da dinamização das actividades económicas locais” assume-se como “... qualificante, harmoniosa e equilibrada territorialmente”, bem como relevante “... para a sustentabilidade da economia regional”. Corresponde a um investimento total de 2.518.261,73 euros.

Importa também aqui evidenciar a relevância dos investimentos na modernização do Parque Escolar, com efeitos directos na concretização de objectivos da Agenda do Potencial Humano e efeitos indirectos no relançamento da actividade económica. Com efeito, o Relatório de Monitorização do Programa para o 2º semestre de 2010 defende que [estes] investimentos têm tido implicações directas na estratégia de combate à crise económica e financeira, através da dinamização da actividade económico-empresarial e de manutenção de limiares de emprego nas empresas da fileira da construção, à semelhança do que tem ocorrido com a implementação do Programa de Modernização do Parque Escolar, no Continente.

Concretamente, o documento reconhece o enquadramento da intervenção de qualificação do Parque Escolar - que abrange a criação/ remodelação /ampliação de estabelecimentos do ensino básico e secundário e respectivo equipamento, em vários concelhos da Região - na prioridade estratégica relativa à qualificação da população, contribuindo, a montante da formação escolar, para a concretização das prioridades da Agenda Operacional do Potencial Humano, nomeadamente, ao proporcionar condições logísticas, mais ajustadas aos requisitos associados às modalidades qualificantes/profissionalizantes da formação inicial de jovens e com componentes de apoio a actividades não lectivas (e.g., desporto escolar).

3.4.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Apresentando este Eixo um desempenho “superior” em relação aos restantes Eixos, não poderá no entanto ser descurada a atenção aos respectivos níveis de execução, tanto mais que a aplicação da regra N+3 em 2013 em muito dependerá do contributo deste Eixo, dado o importante montante financeiro que corresponderá à execução desse ano. Por outro lado, e fazendo uma certa analogia com a situação do Eixo II, poderão ainda advir alguns constrangimentos na prossecução dos objectivos deste Eixo dadas as actuais disponibilidades financeiras para a assumpção de novos compromissos.

As iniciativas tomadas foram no sentido da continuidade do princípio da selectividade no que concerne à análise das candidaturas e pedidos de pagamento, dada a relevância do investimento infra-estrutural para as prioridades estratégicas do Programa e ainda para a estratégia de combate à crise económica e financeira.

O relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho, não identifica qualquer problema relativamente ao Eixo IV.

3.5. Eixo prioritário V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade

3.5.1. Cumprimento de metas e análise dos progressos

Nos termos do n.º 1 do artigo 11º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 05 de Julho, o Programa Intervir+ financia, neste Eixo, despesas de investimento e despesas de funcionamento, no âmbito da dotação específica para as Regiões Ultraperiféricas (RUP), de forma a compensar os custos adicionais relacionados com as desvantagens definidas no n.º 2 do artigo 299º do Tratado da União Europeia (artigo 349º do Tratado do Funcionamento da União Europeia).

Neste sentido, com a aprovação do Auxílio Estatal n.º 584/2009 de 15.12.2009, foi implementado em 2010 o Sistema de Incentivos ao Funcionamento das Empresas da Região Autónoma da Madeira, denominado SI FUNCIONAMENTO (vd. capítulo 2.2 - Informação sobre a conformidade com o direito da União), através da Portaria n.º 12/2010, de 18 de Março, que aprovou o respectivo Regulamento de Aplicação.

A alteração deste SI através da Portaria n.º 80/2010, de 26 de Outubro, veio alargar o apoio às médias empresas e reduzir o limite da despesa elegível para 7.500 euros. A abertura das candidaturas ao SI FUNCIONAMENTO durante o ano 2010 permitiu a concretização dos apoios ao funcionamento nas empresas, previsto no Programa, sendo que a realização contratada do indicador de realização física associado a este sistema de incentivos, concretamente, "Empresas apoiadas", ultrapassa já a meta prevista para 2010, e existindo já realização executada, apesar de a implementação deste Sistema só se ter iniciado no ano em análise.

Saliente-se ainda, que ao nível do indicador de resultado associado ao SI FUNCIONAMENTO, "Grau de representatividade das micro e pequenas empresas", este regista uma quantificação de 100%, pelo facto de as empresas apoiadas ao abrigo deste Sistema de Incentivos serem, na sua totalidade, micro e pequenas empresas.

Relativamente ao indicador de realização física "Rede viária intervencionada", este não registou evolução face a 2009, mantendo-se assim nos 69% da meta prevista. Quanto ao indicador de resultado "Redução do tempo de viagem decorrente de projectos apoiados", o mesmo não apresenta execução à data, atendendo a que o projecto que alimenta este indicador não se encontra ainda concluído.

No âmbito da Tipologia "Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviço de Interesse Económico Geral", foi em 2010 aprovado um projecto no contexto do serviço público de gestão e tratamento de resíduos, com o objectivo de reduzir os sobrecustos directos e transversais de operação e manutenção do sistema regional de triagem, transferência, tratamento e valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no período 2007-2009 (incluindo a gestão de fluxos específicos e reencaminhados para reciclagem fora da RAM) e consubstanciados nas indemnizações compensatórias atribuídas pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA), à Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.. Mesmo tendo em consideração esta aprovação, a concretização da meta consignada no Programa para 2010, quanto ao indicador de realização física "Projectos destinados à prestação de serviços públicos", fica aquém do previsto (1 em 4), uma vez que, contrariamente ao perspectivado aquando da definição da meta (a mesma tinha subjacente a aprovação de um projecto por ano), apenas um projecto viria a ser aprovado até 31.12.2010, embora, note-se, o mesmo englobe os sobrecustos relativos a um triénio (2007 a 2009),.

Relativamente ao indicador de resultado, o projecto aprovado representará uma redução de 35% dos sobrecustos na gestão de resíduos, ficando abaixo do estipulado (50%), pois, pese embora o financiamento inicialmente previsto visasse a totalidade dos sobrecustos em causa, o mesmo acabaria por se cingir a uma parte do sobrecusto, apurada através da indemnização compensatória paga pelo Governo Regional (por intermédio da SRA, conforme referido).

Da análise aos indicadores comuns comunitários, é de destacar a evolução do indicador "N.º projectos", alusivo à área temática "Ajudas directas ao investimento nas PME". Esta evolução reflecte a dinâmica registada em 2010 em termos de projectos aprovados no âmbito do SI FUNCIONAMENTO.

Quadro 48 - Realização Física do Eixo Prioritário V

Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Empresas apoiadas	Realização - Contratada	0	0	0	219		
	Realização - Executada	0	0	0	68		
	Metas	-	-	-	200	320	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		

Projectos destinados à prestação de serviços públicos	Realização - Contratada	0	0	0	1		
	Realização - Executada	0	0	0	1		
	Metas	-	-	-	4	7	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores de Realização*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Rede viária intervencionada	Realização - Contratada	0	2,52	2,52	2,52		
	Realização - Executada	0	0	2,52	2,52		
	Metas	-	-	-	3,65	3,65	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores de Resultado*		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	Realização - Contratada	0	0	0	100		
	Realização - Executada	0	0	0	100		
	Metas	-	-	-	65%	65%	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Redução nos (sobre)custos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	0	35		
	Realização - Executada	0	0	0	16,1		
	Metas	-	-	-	50%	50%	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	80	80		
	Realização - Executada	0	0	0	0		
	Metas	-	-	-	83%	83%	
	Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
Indicadores Comuns Comunitários		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	219	
		Realização - Executada	0	0	0	68	
Ajudas Directas ao investimento nas PME	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
Transportes	13. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	1	1	
		Realização - Executada	0	1	1	1	
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada	0	0	2,52	2,52	
		Realização - Executada	0	0	2,52	2,52	
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	0	0	n.d.	n.d.	
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	0	0	0	0	
		Realização - Executada	0	0	0	0	

* nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho

3.5.2. Análise qualitativa

Em 2010 registou-se, pela primeira vez, a aprovação de candidaturas na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento da Actividades Económicas”, tendo sido apresentadas a co-financiamento 644 candidaturas, envolvendo um investimento total de 136.660.253 euros (vd. **Quadro 11**).

Das candidaturas apresentadas até 31.12.2010, 333 foram aprovadas, representando de investimento 93% (123.659.498 euros) do montante programado para este Eixo (132.649.352 euros) no período de vigência do Programa. O grau de admissibilidade - candidaturas admitidas vs candidaturas apresentadas - situou-se nos 97%. As candidaturas contratadas em 31.12.2010 representavam 40% do universo de candidaturas aprovadas (vd. Anexo X Processo de selecção por Eixo Prioritário).

Até 31.12.2010 (vd. **Quadro 12**), o Eixo V reflecte uma notável dinâmica por parte dos beneficiários, tendo sido apresentadas 646 candidaturas para efeitos de co-financiamento ao abrigo da Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento da Actividades Económicas”, com enquadramento no SI FUNCIONAMENTO.

No ano em análise, este Eixo apresenta uma taxa de compromisso de 22% em relação ao programado (vd. Quadro 49) e uma taxa de execução de 11%, para a qual contribui significativamente a execução do projecto aprovado em 2008 na Vertente “Infra-estruturas e equipamentos públicos”, bem como a do projecto aprovado em 2010 na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento da Actividades Económicas”.

Quadro 49 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo V 2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Execução 2010 (EX)		Taxas Fundo (%)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	87.148.712	43.574.356	29.390.571	14.695.286	11.387.937	5.693.969	34%	13%
Infra-estruturas e equipamentos públicos	45.500.640	22.750.320	0	0	3.801.940	1.900.971	0%	8%
Total	132.649.352	66.324.676	29.390.571	14.695.287	15.189.877	7.594.939	22%	11%

A Vertente de Intervenção “Infra-estruturas e equipamentos públicos” representa 71% da respectiva programação e 52% do programado para o Eixo (vd. **Quadro 50**), enquanto que a Vertente “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas” - que em 2009 não apresentava aprovações - contribui, em 2010, com 34% do volume do compromisso.

O Eixo V, que apresentava no período 2007-2009 uma taxa de compromisso de 22%, em 31.12.2010 situava-se já nos 46%.

Quadro 50 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo V 2007-2010

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	87.148.712	43.574.356	29.390.571	14.695.286	11.387.937	5.693.969	34%	13%	39%
Infra-estruturas e equipamentos públicos	45.500.640	22.750.320	32.214.491	16.107.245	17.584.447	8.792.224	71%	39%	55%
Total	132.649.352	66.324.676	61.605.062	30.802.532	28.972.384	14.486.192	46%	22%	47%

Desde Dezembro de 2007, a formalização de candidaturas era possível relativamente às tipologias de operação aplicáveis a este Eixo, à excepção da Tipologia “Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade” (vd. **Anexo IX** Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário).

As despesas de investimento, enquadradas na Vertente de Intervenção “Infra-estruturas e equipamentos públicos”, como as despesas de cariz funcional, que respeitam às outras duas Vertentes previstas no Eixo, encontram-se dentro dos limiares previstos no n.º 2 do artigo 11º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 05 de Julho. Este artigo estipula que a dotação específica adicional é utilizada num mínimo de 50%, a fim de contribuir para o financiamento das ajudas ao funcionamento e das despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas regiões ultraperiféricas.

Efectuando uma análise por tipologia de beneficiário (vd. **Quadro 51**), são as “Micro-empresas” que apresentam maior representatividade, com 47% das candidaturas apresentadas e 49% das candidaturas aprovadas, invertendo a situação de 2009, dado que existia apenas um projecto aprovado no âmbito da tipologia “Administração Autónoma Regional”.

Quadro 51 -Candidaturas apresentadas e aprovadas por tipologia de beneficiário Eixo V

Tipologia de beneficiário	N.º Candidaturas Apresentadas	%	N.º Candidaturas Aprovadas	%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	1	0%	0	0%
Administração Autónoma Regional	2	0%	2	1%
Sócio / Accionista (Particular)	17	3%	8	2%
Não PME (recomendação 2003/361/CE)	2	0%	1	0%
Empresa de média dimensão	54	8%	0	0%
Pequena empresa	270	42%	159	48%
Micro-empresa	301	47%	163	49%
Total Eixo III	647	100%	333	100%

O SI Funcionamento constitui um instrumento de política pública a destacar como boa prática por variados factores, desde o público-alvo ao impacto na economia regional e, em particular, pelo factor inovação e potencial de replicação.

Este SI insere-se num conjunto de medidas de acção económica para o período 2007-2013, através do apoio directo às empresas. Trata-se de uma medida de apoio relativa à compensação dos sobrecustos permanentes da economia regional e direccionada para a redução das despesas correntes das empresas, no cumprimento das disposições regulamentares comunitárias.

3.5.3.Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

É de destacar as dificuldades que as Autoridades Regionais, nomeadamente o IDE-RAM, sentiram na operacionalização do Eixo V, em particular na Vertente de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas”, as quais derivaram da agregação de tipologias de despesa até agora não elegíveis, designadamente as de funcionamento, e da necessidade que a Autoridade de Gestão sentiu para criar um quadro de regras compatíveis com os objectivos do Eixo e, em alguns casos, compatíveis com os normativos existentes, designadamente em termos de concorrência, como foi o caso do Sistema de Incentivos ao Funcionamento.

Refira-se em concreto, a dificuldade de enquadramento do processo de notificação (face à escassa informação sobre auxílios ao funcionamento) que atrasou o próprio processo junto da Comissão Europeia e consequentemente criou problemas quanto à operacionalização do Sistema de Incentivos ao Funcionamento. Todavia, e ultrapassados que estão os problemas inerentes à própria “juventude” deste tipo de apoios e às indefinições que normalmente estas situações causam, este Eixo recuperou de forma significativa os respectivos índices de desempenho.

As medidas adoptadas em 2010 foram sobretudo no sentido de intensificar as participações ao funcionamento, e traduziram-se na opção de reprogramar internamente este Eixo, como referido no ponto anterior. Concorre para esta situação a dinâmica que o SI ao Funcionamento tem apresentado.

O relatório anual de controlo apresentado pela Autoridade de Auditoria, nos termos da subalínea i), da alínea d) do n.º 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho, não identifica qualquer problema relativamente ao Eixo V.

4. Grandes projectos e projectos ambientais

4.1. Grandes projectos

A definição de grande projecto - qualquer operação de investimento com objectivos claramente identificados, que englobe um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis e com uma função técnica explícita, com um custo total superior a 25 milhões de euros, no domínio do ambiente, e a 50 milhões de euros, noutros domínios de intervenção - foi alterada pelo Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, com a supressão do limite de 25 milhões de euros para os projectos na área do ambiente.

O Programa, na informação sobre grandes projectos para 2007-2013, apresenta, a título indicativo, dois grandes projectos ("Via Expresso S. Jorge - S. Vicente" e "Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água"), contudo, a dinâmica evidenciada pelo Programa resultou num desvio quanto aos projectos referenciados como grandes projectos na fase de programação.

Relativamente ao primeiro projecto "Via Expresso S. Jorge - S. Vicente" não é expectável o seu acolhimento neste enquadramento tal como programado. No que concerne ao segundo projecto "Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água", embora à luz da actual legislação deixe de ser considerado grande projecto e passe a ser considerado projecto ambiental com custo total entre 25 e 50 milhões de euros, continua a ser expectável a apresentação de um grande projecto pela Empresa de Electricidade da Madeira, mas actualizado quanto à sua designação e custo total previsto.

Até a data, a AG aprovou o projecto "Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar" com enquadramento de Grande Projecto no âmbito do SI QUALIFICAR+.

A alteração da lista indicativa de grandes projectos que consta da Decisão do Programa será efectuada na reprogramação do Programa prevista para o ano de 2011, passando a mesma a ser constituída pelos projectos enunciados no **Quadro 52**.

Quadro 52 - Alterações à Lista indicativa de Grandes Projectos

Eixo Prioritário	Designação	Entidade Responsável	Custo Total Previsto (Mil Euros)	Observações
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar	Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.	86.127	Novo projecto (face à lista inicial indicativa)
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Ampliação do aproveitamento hidroeléctrico da Calheta	Empresa de Electricidade da Madeira	55.255	Actualizado (quanto à designação e custo total previsto)

O grande projecto aprovado realiza-se na Zona Franca Industrial da Madeira, Caniçal, e tem como objectivo a instalação de um centro de rastreio de satélites e fornecimento de capacidade em satélite. A sua actividade está centrada em dois sectores diferentes de actividade, ambos ligados às telecomunicações espaciais, a saber:

- actividade de controlo dos satélites geoestacionários
- comercialização de capacidades e serviços de telecomunicações por satélite

As instalações da empresa, a construir de raiz, ficarão localizadas no parque da Zona Franca Industrial (ZFI) da Madeira, ocupando as plataformas 27B e 27C.

Após a conclusão do projecto, a empresa passará a dispor de um total de 25 transpondedores de satélite (10 banda "C" e 15 banda "Ku") e de 8 estações terrenas.

No que se refere ao rastreio de satélites e devido à posição geográfica da Madeira, a Eutelsat Madeira pretende tornar-se num centro de controlo dos satélites e de outros equipamentos em órbita geoestacionária, principalmente os satélites utilizados pela "casa-mãe", mas também por qualquer outro operador interessado em contratar com a Eutelsat Madeira.

O projecto de rastreio está dimensionado para permitir o controlo até 8 satélites, embora exista a possibilidade de aumentar o número de satélites a serem controlados desde as instalações da Eutelsat Madeira (vd. Anexo XI).

A notificação deste projecto à CE realizou-se em Março de 2010. A Comissão apreciou-o à luz dos factores estabelecidos no artigo 40º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho e considerou-o coerente com as prioridades do Programa Operacional e que contribuía para realizar os objectivos dessas prioridades e ainda coerente com as demais políticas da União. Por conseguinte, foi aprovada a participação financeira do FEDER através da Decisão C(2010) de 16 de Dezembro.

Atendendo à aprovação tardia do incentivo, o projecto em 31.12.2010 não apresenta execução financeira.

4.2. Projectos ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros

Os projectos ambientais com um custo total entre 25 e 50 milhões de euros foram excluídos da abrangência do conceito de grande projecto, com a entrada em vigor do Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento e do Conselho, de 16 de Junho. Estes projectos não carecem de notificação à Comissão Europeia, embora se encontrem sujeitos a um acompanhamento específico, como previsto no ponto 5-A do Anexo I do Regulamento (UE) n.º 832/2010 da Comissão, de 17 de Setembro.

Até à data, o Programa Intervir+, não aprovou projectos com este enquadramento e, conforme referido no ponto anterior, será alterada a indicação do projecto “Remodelação do aproveitamento hidroeléctrico da Serra de Água” que figura na Decisão do Programa com um custo total entre 25 e 50 milhões de euros, aquando da reprogramação do Programa, prevista para o ano 2011, não passando a ser referenciado para este enquadramento.

Como projecto ambiental com um custo total entre 25 e 50 milhões de euros, em 2010, registou-se a apresentação de uma candidatura a financiamento por parte de uma entidade privada designada por “Unidade de captura e uso biológico de CO2 com valorização energética”, com um custo total previsto de 48.024.208 euros. Consubstanciando tal candidatura uma ajuda de estado não susceptível de ser enquadrada em qualquer norma de isenção, o auxílio previsto conceder foi objecto de notificação aos serviços da Comissão Europeia ainda em 2010, tendo a decisão favorável à concessão do auxílio sido proferida somente em 2011.

5. Assistência técnica

A Assistência Técnica pretende financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo do Programa, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos Fundos.

Ao nível do Eixo VI - Assistência Técnica, e relativamente aos indicadores de resultado (ver Anexo VI), em termos de realização executada, para os indicadores "Visitas ao sítio internet" e "Tempo médio de análise de candidaturas", as metas previstas para 2015 foram atingidas em 2010.

A quantificação do indicador "Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)" só se efectuará em 31.12.2011.

Em 2010 não se verificaram novas aprovações neste Eixo. No entanto já existem 2 candidaturas aprovadas, uma da responsabilidade do IDR, enquanto Autoridade de Gestão, e outra do Organismo Intermédio, que gere os Sistemas de Incentivos do Programa Intervir+ (Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM), com vista a cobrir as despesas decorrentes da actividade de implementação do Programa. A taxa de realização em 2010 atingiu os 15% (vd. Quadro 54).

A candidatura da responsabilidade do IDR, pretendeu abranger as acções a desenvolver nos anos 2007 a 2010, sendo consideradas para efeitos de elegibilidade, todas as despesas assumidas nestes anos e cujos pagamentos se efectuem até 31 de Março de 2011. Esta candidatura foi aprovada pelo montante de 4.157.151 euros (vd. Quadro 53), tendo como tipologia de despesas: "Estudos, Informação e Publicidade", "Gestão, Acompanhamento e Avaliação" e "Sistema de Informação".

A concretização destas acções destina-se, fundamentalmente, a assegurar as necessárias condições logísticas e humanas da Estrutura de Apoio Técnico responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento do Programa, bem como, pela área do controlo e apoio à Autoridade de Gestão. Procura-se, igualmente, assegurar a adaptação e a manutenção do Sistema de Informação (SIGMA QREN) de apoio à gestão do Programa.

Este projecto abrange, também, a contratação de serviços de consultoria para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos no âmbito do PO e em domínios que permitam potenciar outras intervenções.

Por fim, prevêem-se desenvolver acções de informação e publicidade, que consistem basicamente na divulgação dos apoios previstos às diferentes medidas do Programa, participação em feiras e noutros eventos semelhantes, promoção de seminários e conferências e criação de material promocional.

A candidatura apresentada pelo Organismo Intermédio integra um conjunto de despesas consideradas essenciais para que este possa otimizar a intervenção que lhe foi atribuída e que está formalizada no respectivo contrato celebrado com a Autoridade de Gestão. Esta candidatura foi aprovada pelo montante de 783.700 euros (vd. Quadro 53), tendo como tipologia de despesas: "Deslocações e Estadas", "Equipamentos e Software Informático", "Formação", "Outros Trabalhos Especializados", "Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença", "Publicidade" e "Seminários, Exposições e Similares".

O envelope financeiro associado à assistência técnica do Programa cifra-se em 6.500.000 euros de fundo, o que representa cerca de 2,03% da dotação orçamental atribuída, dando assim cumprimento à alínea a) do n.º 1 do artigo 46º do Regulamento (CE) n.º1083/2006 de 11 de Julho 2006. Até 31.12.2010, a taxa de compromisso situava-se em 65% (vd. Quadro 53), pelo que não põe em causa a aplicação desta norma.

A análise da situação acumulada do Programa Intervir+ em 2010 evidencia que a contribuição do Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica para o nível de aprovação do fundo, no final de 2010, é de 4.199.723 euros, representando 2,05% do total aprovado no Programa (250.136.104 euros). Em termos de execução, o fundo correspondente à despesa validada neste Eixo, é de 1.556.106 euros, representando 2,14% do total do PO.

Quadro 53 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo VI - 2007-2010

Unidade: Euros

Código do Projecto / Designação do Projecto	Beneficiário	Tipologia de Despesa	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Execução 2007-2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
			Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (EX/AP)
MADFDR-06-0173-FEDER-000001 / Assistência Técnica FEDER 2007 - 2010	Instituto de Desenvolvimento Regional	Estudos, Informação e Publicidade			750.000	637.500	496.091	421.678			66%
		Gestão, Acompanhamento e Avaliação			1.875.000	1.593.750	582.181	494.854			31%
		Sistema de Informação			1.532.151	1.302.328	618.396	525.637			40%
Sub-Total					4.157.151	3.533.578	1.696.669	1.442.169			41%
MADFDR-06-0173-FEDER-000002 / Assistência Técnica FEDER 2007 - 2013	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM	Deslocações e Estadas			12.000	10.200	11.502	9.777			96%
		Equipamentos e Software Informático			420.000	357.000	1.129	959			0%
		Formação			9.000	7.650	0	0			0%
		Outros Trabalhos Especializados			167.500	142.375	96.332	81.882			58%
		Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença			86.400	73.440	0	0			0%
		Publicidade			49.500	42.075	11.318	9.620			23%
		Seminários, Exposições e Similares			39.300	33.405	13.764	11.699			35%
Sub-Total					783.700	666.145	134.044	113.937			17%
Total Assistência Técnica			7.647.059	6.500.000	4.940.851	4.199.723	1.830.713	1.556.106	65%	24%	37%

Quadro 54 - Montantes Aprovados / Executados no Eixo VI - 2010

Unidade: Euros

Código do Projecto / Designação do Projecto	Beneficiário	Tipologia de Despesa	Programação Financeira (PR)		Aprovações 2010 (AP)		Execução 2010 (EX)		Taxas Fundo (%)		
			Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (EX/PR)	Taxa de Realização (*) (EX/AP)
MADFDR-06-0173-FEDER-000001 / Assistência Técnica FEDER 2007 - 2010	Instituto de Desenvolvimento Regional	Estudos, Informação e Publicidade			0	0	201.704	171.448			27%
		Gestão, Acompanhamento e Avaliação			0	0	291.052	247.395			16%
		Sistema de Informação			0	0	159.568	135.633			10%
Sub-Total					0	0	652.324	554.476			16%
MADFDR-06-0173-FEDER-000002 / Assistência Técnica FEDER 2007 - 2013	Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM	Deslocações e Estadas			0	0	0	0			0%
		Equipamentos e Software Informático			0	0	1.129	959			0%
		Formação			0	0	0	0			0%
		Outros Trabalhos Especializados			0	0	88.830	75.506			53%
		Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença			0	0	0	0			0%
		Publicidade			0	0	576	489			1%
		Seminários, Exposições e Similares			0	0	3.372	2.866			9%
Sub-Total					0	0	93.906	79.820			12%
Total Assistência Técnica			7.647.059	6.500.000	0	0	746.230	634.296	0%	10%	15%

(*) Com base nas Aprovações 2007-2010

Pese embora este Eixo assumir uma taxa de compromisso considerável face ao financiamento programado, 65%, a taxa de execução situa-se apenas nos 24% (vd. Quadro 53), com a execução a atingir o montante de 1.830.712 euros de despesa pública e 1.556.106 euros de fundo. O contexto de restrição orçamental que marcadamente caracterizou o ano de 2010 condicionou fortemente a execução dos projectos da Assistência Técnica. Este quadro, levou a que, por um lado, tivesse havido maior contenção na assumpção de novas despesas e, por outro lado, implicou que determinadas aquisições, que estavam previstas se concretizar no decurso desse ano, tivessem transitado para o ano 2011. Acresce, ainda, o facto, de um conjunto de aquisições que se realizaram no final do ano, apenas ter sido pago durante o mês de Janeiro de 2011.

Informação sobre despesas abrangidas no âmbito da intervenção do Fundo Social Europeu (FSE)

Nos termos do n.º 2 do artigo 34º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, o Programa Intervir+ prevê financiar, no âmbito do Eixo VI - Assistência Técnica, medidas que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do Programa Rumos (FSE), de forma complementar - e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada eixo prioritário de um programa operacional - e viabilizar eventuais despesas de investimento associadas à instalação da estrutura de apoio técnico à gestão e acompanhamento do Programa.

Até à data, o Programa Intervir+ apurou, no Eixo VI, despesas do tipo "FSE", num total de 18.631 euros de despesa pública e 15.836 euros de Fundo, o que representa cerca de 0,24% do financiamento comunitário do Eixo VI. Estas despesas dizem respeito a formação de pessoal.

6. Informação e publicidade

6.1. Acções de Informação e Publicidade do PEC - 2010

A estratégia comunicacional da marca do Programa Intervir+, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de 8 de Dezembro, tem por base uma matriz de actuação compaginada com as normas comunitárias da informação e comunicação, pautada pelos valores da fiabilidade e transparência, facilidade de aproximação, modernidade e dinamismo e perceptibilidade e eficácia.

A estratégia de comunicação está estruturada numa ampla abordagem comunicacional recorrendo a instrumentos mediáticos ajustados, de acordo com os resultados obtidos no âmbito do estudo do Plano Estratégico de Comunicação (PEC) das acções implementadas em 2009 e sempre pautadas pelos valores da notoriedade da marca, da proximidade dos meios (através da eleição de canais de comunicação mais próximos dos diferentes targets) e da empatia das acções, com o cuidado de descodificar as mensagens do Programa de uma forma amigável e com uma linguagem o mais simplificada possível.

A acção de comunicação implementada no ano de 2010 reflecte, por um lado, a missão e os objectivos estratégicos do PEC e, por outro lado, constitui uma consequência dos resultados obtidos através do estudo das acções implementadas em 2009, com vista a garantir uma identificação do Programa e do reconhecimento da aplicação dos fundos por parte dos vários targets, bem como, garantir a percepção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e a compreensão das suas políticas de coesão. Salienta-se que, apesar deste capítulo reportar, essencialmente, às acções implementadas pela Autoridade de Gestão, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial na qualidade de Organismo Intermédio neste Programa, implementou um conjunto de acções neste domínio, acções estas direccionadas exclusivamente ao seu target (sector privado), tal como contemplado no PEC.

Das recomendações do estudo da avaliação e monitorização do PEC sobre as acções desenvolvidas em 2009, destacam-se as seguintes:

- Vontade expressa pelos entrevistados em conhecer melhor o Programa através de mecanismos que permitam um esclarecimento mais amplo acerca do âmbito e destinatários do Programa;
- Utilização de uma linguagem mais simples;
- Todos os targets demonstraram apetência para saber mais através de "histórias"/casos de sucesso;
- Uma Internet com as características web 2.0;
- Prossecução das acções junto do público jovem nos próprios locais de ensino.

Assim, tendo em consideração estas recomendações, as medidas implementadas em matéria de Informação e Publicidade (I&P) sobre o Programa Operacional Intervir+ foram as seguintes:

a. Acções desenvolvidas em 2010

- **Sítio web:** A Página do Programa Intervir+ passou a ter a versão web 2.0, uma versão mais amigável e mais simplificada.

A versão em Inglês da Página do Programa Intervir+, prevista para 2010, e cujo processo de implementação era da responsabilidade de uma entidade pública externa ao IDR, não foi possível concretizar. Neste sentido, até finais de 2010, procedeu-se internamente à tradução das páginas estáticas do Programa, perspectivando-se a sua inserção em 2011.

A actualização da Página do Programa Intervir+ - www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/ - tem sido um dos objectivos primordiais da Autoridade de Gestão, oferecendo ao público uma informação actualizada, com especial destaque para as aprovações dos projectos, publicações, legislação, relatórios, manuais, avisos de abertura dos concursos para



a apresentação de candidaturas e a lista de beneficiários (ver destaque “Lista de Beneficiários”). Os avisos de abertura de concursos publicitados através da Página do Programa foram relativos aos Sistemas de Incentivos às empresas já que em relação às entidades públicas a apresentação de candidaturas funciona em períodos contínuos de apresentação de candidaturas, como já referido.

Em 2010 foi introduzido um novo campo na Página do Programa, designado por “Divulgação de Projectos” e um sistema de pesquisa, designado por “Pesquisa de Beneficiários” integrado no campo da “Lista de Beneficiários”. Quanto ao campo “Divulgação de Projectos”, o visitante passa a ter acesso a um conjunto de informações sobre projectos considerados promissores de boas práticas, tais como a identificação do projecto, os seus objectivos, os montantes envolvidos e uma imagem fotográfica do próprio projecto. O sistema de “Pesquisa de Beneficiários”, traduz-se num sistema de pesquisa interactivo que permite ao visitante a possibilidade de aceder a todos os projectos de um determinado Eixo Prioritário, que além de conter a informação disponibilizada na Lista de Beneficiários, fornece também informações acerca da territorialização dos projectos (incluindo indicação do concelho).

Quanto ao número de visitas à Página do Programa Intervir+, verificou-se um aumento significativo da média de visitas em relação ao ano de 2009 (235 visitas mensais, em média, em 2009), com uma média mensal de 466 visitas no ano de 2010, o que representou um incremento na média em mais de 231 visitas por mês comparativamente ao ano de 2009.

Quadro 55 - Visitas ao sítio web - Página Intervir+

Anos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2007												421	421
2008 (*)	535	441	533	526	472	379	341	231	69	113	154	79	3873
2009	320	274	434	293	392	264	299	245	312	269	327	152	3581
2010	946	925	828	627	547	463	555	375	553	487	582	434	7322
Total	1801	1640	1795	1446	1411	1106	1195	851	934	869	1063	1086	15197

(*) A partir de Setembro de 2008 foi possível a contagem por Programa

- **Lista de Beneficiários:** Em 2010, foi publicitada semestralmente no JORAM e trimestralmente no sítio Web do Programa, dando ênfase ao alinhamento da informação nela contida com as exigências previstas na alínea d) do artigo 7º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006. Importa salientar que foram introduzidos novos conteúdos, tais como: Eixo/Tipologia da Operação, data de aprovação, o estado actual da operação (A - aprovado/contratado e E - encerrado/pago). Neste campo está ainda integrado o sistema de “Pesquisa de Beneficiários”. A divulgação da sua existência tem sido feita nas sessões de esclarecimentos, nas sessões informativas nas escolas e na Universidade, nos anúncios publicitários (jornais e revistas), nas exposições empresariais e na exposição de rua na Semana da Europa. Em 2011 esta Lista passará a ter uma periodicidade mensal.
- **SIGMA:** Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos, através do qual é possível a submissão de candidaturas e pedidos de alteração e o registo da execução física e financeira de candidaturas apresentadas, via online.

Entidade Beneficiária	Designação da Operação	Data de Aprovação	Estado da Operação	Montante Autorizado	Montante Executado	Montante Pago
Associação de Municípios do Alentejo	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Évora	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Beja	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Vila Real de Santo António	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Faro	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Lagos	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Sagres	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	1000000
Município de Tavira	Operação de desenvolvimento económico e social	01-01-2007	A	1000000	1000000	100000

- **Newsletter:** com uma periodicidade trimestral, foi distribuída, em suporte papel, 500 exemplares por edição (Março N.º 28, Junho N.º 29, Setembro N.º 30 e Dezembro N.º 31), nas exposições empresariais, aos visitantes do IDR, nas escolas, nas associações empresariais e pelo Organismo Intermédio e, ainda, divulgada, em suporte digital, por 294 entidades do sector público e privado da Região, tendo-se verificado um acréscimo de mais 50 entidades em relação ao ano transacto. Esta publicação encontra-se também disponível no sítio web da Autoridade de Gestão. A avaliação qualitativa desta publicação tem vindo a melhorar no que diz respeito à sua relevância, adequação e compreensão.



- **Materiais publicitários e de merchandising:** à semelhança dos anos transactos, foram distribuídos vários produtos na exposição da semana da Europa (*Street Show* no Funchal), nas sessões informativas sobre os Programas Operacionais nos vários estabelecimentos de ensino da RAM (no âmbito do Mural Digital) e na Universidade da Madeira, nas exposições empresariais, em reuniões de trabalho organizadas pela Autoridade de Gestão e pelas entidades beneficiárias do Programa:

- Produtos adquiridos em anos anteriores e distribuídos em 2010: *flyers* (alusivos aos dois primeiros eixos do Programa), marcador de livros, esferográficas, lápis, tapetes de rato (ilustrado com imagens de projectos considerados como promissores de boas práticas) e *lanyards*;

- Produtos adquiridos e distribuídos em 2010: guarda-chuvas, t-shirt's, USB's, MP3, esferográficas e agenda e calendário com imagens de projectos promissores de boas práticas, co-financiados pelo Programa Rumos.

A avaliação qualitativa é na generalidade positiva, tendo em conta a utilidade dos objectos e os locais da sua distribuição (exposições, reuniões, escolas e Universidade).



- **Anúncios publicitários:** Numa primeira fase deu-se continuidade ao registo comunicacional dos anúncios de 2009 que continham várias informações simplificadas, tais como: tipologias do Programa (desde a investigação, equipamentos colectivos, desenvolvimento sustentável, energia, inovação e aos incentivos ao sector privado), imagens alusivas às diferentes temáticas, indicação do endereço Web do Programa e os respectivos conteúdos do sítio e a referência à Lista de Beneficiários.

No segundo semestre de 2010, houve uma grande aposta num novo registo comunicacional, com novos anúncios que, para além de estarem previstos no PEC, deram cumprimento a uma das recomendações do estudo realizado sobre as acções implementadas em 2009. Neste novo registo, foi dada uma grande ênfase à transparência dos resultados, através da divulgação de "histórias"/casos de sucesso, que teve reflexos muito positivos ao nível do estudo realizado no início do presente ano. Realizaram-se anúncios com imagens de operações co-financiadas pelo FEDER, nas mais diversas áreas do Programa. Nestes anúncios deu-se destaque à identificação das operações (entidade beneficiária e nome da operação), aos montantes envolvidos e ao objectivo da operação, bem como ao endereço electrónico da Página do Programa Intervir+. Tal como, se havia verificado, em 2009, e no âmbito deste novo tipo de anúncios foi possível constatar, no estudo, que houve uma progressão significativa relativamente à opinião pública, decorrente, em grande parte, deste novo registo comunicacional - cujo teor é bem mais informativo e cuja divulgação dos exemplos contribuiu fortemente para a compreensão do Programa.

Estes anúncios, dirigidos aos potenciais beneficiários e ao público em geral, foram divulgados nos vários meios de comunicação, designadamente.

Imprensa Escrita Regional - Diário Cidade, Jornal da Madeira e Tribuna da Madeira.

Alguns exemplos:



[Diário Cidade - 29.09.2010]



[Jornal da Madeira - 18.10.2010]



[Tribuna da Madeira - 11.09.2010]

Tiragem por Jornal (Média):

- Jornal da Madeira: 15.000 exemplares
- Semanário Tribuna da Madeira: 10.911 exemplares
- Diário Cidade: 22.219 exemplares

Revistas das transportadoras aéreas da TAP e da SATA:



[UP - Novembro.2010]



[Azorean Spirit - Setembro/Novembro.2010]



Triagem da revista UP da companhia aérea da TAP: 60 mil exemplares

Triagem da revista AZOREAN Spirit da companhia aérea da SATA: 19 mil exemplares

Transporte Público - um autocarro a circular diariamente por todas as freguesias do concelho do Funchal entre 01 de Junho a 31 de Dezembro de 2010 com a imagem do Programa, direccionado ao público em geral.



RTP-Madeira - O Programa Rumos associou-se à campanha de solidariedade visível nos anúncios televisivos do "Minuto do Gil", uma iniciativa de cariz social e humanitário da responsabilidade da Fundação do Gil. O anúncio escolhido foi sobre a temática da Língua Portuguesa, por estar relacionada com o Eixo Prioritário I "Educação e Formação" do Programa. Apesar desta acção ter sido uma avaliação menos positiva, no âmbito do estudo das acções implementadas em 2010, em virtude da sua reduzida notoriedade, foi-lhe reconhecido um inquestionável mérito de responsabilidade social.

• Artigos e Press Releases nos órgãos de Comunicação Social

Imprensa Escrita - Os artigos na Imprensa, de acordo com a opinião dos entrevistados, têm vindo a reflectir a fase actual do Programa, apresentando conteúdos mais apelativos e, provocando um maior interesse em todos os targets.



[Jornal da Madeira - 01.06.2010]



[Diário de Notícias - 07.04.2010]

Tiragem por Jornal (Média):

- Diário de Notícias: 14.600 exemplares
- Jornal da Madeira: 15.000 exemplares
- Semanário Tribuna da Madeira: 10.911 exemplares

RTP-Madeira e Rádios regionais e locais - Notícias sobre as aprovações de projectos do Programa Rumos e sobre a Comissão de Acompanhamento realizada em Junho de 2010.

Serviço Clipping - Resultados 2010

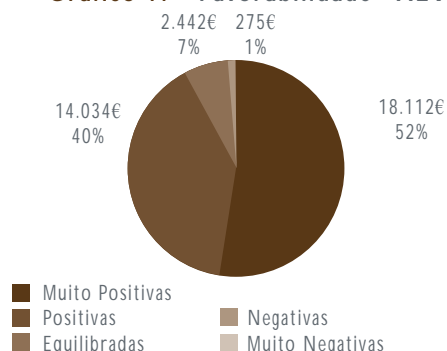
Este serviço, integrado no Plano de Comunicação do QREN e coordenado pela Rede de Comunicação QREN, é prestado pela empresa Cision - *Global Media Intelligence* e abrange não só o QREN como também cada um dos Programas Operacionais.

Quanto ao Programa Intervir+, foi analisada toda a informação veiculada entre Janeiro e Dezembro de 2010. Para o efeito, foram consideradas 101 notícias (64 notícias veiculadas na imprensa, 33 na rádio, 2 na internet e 2 em televisão), que resultaram num Net AEV (*Advertising Equivalent Value*) positivo de um total de 62.621euros.

Como se pode constatar no Quadro 56, a TSF é o órgão de comunicação social com grande expressividade do volume de Net AEV. Este facto deveu-se à rubrica "Objectivo 2013" que deu uma especial atenção às iniciativas apoiadas pelo Programa Intervir+. Por outro lado, a Imprensa surge em segundo lugar no ano de 2010, cujo conteúdo mais valorizado remete para os investimentos aprovados pelo Programa, com grande destaque para o peso da intervenção no sector público, facto que é explicado pela tipologia dos próprios projectos.

O Programa Intervir+ foi referido em Televisão, particularmente, sobre a execução das verbas comunitárias.

Gráfico 17 - Favorabilidade - AEV



Quadro 56 - Órgãos de Comunicação Social 2010 - TOP

10
Unidade: Euros

OCS	AEV Favorável	AEV Desfavorável	Net AEV
TSF	25.132		25.132
Jornal da Madeira	4.505		4.505
OJE	1.107		1.107
Diário de Notícias da Madeira	994		994
RTP - Madeira	904		904
Vida Económica	649		649
Diário Cidade	314		314
Human	198		198
Tribuna da Madeira	154		154
Notícias da Trofa	128		128

Quanto à Favorabilidade, Gráfico 17, os conteúdos muito positivos revelaram maior expressão durante o ano de 2010. A informação mais valorizada foi veiculada, mais uma vez, pela TSF, com grande destaque para as emissões do mês de Janeiro.

Em segundo lugar, surge a informação positiva. As rubricas “Objectivo 2013” foram também as mais expressivas. Desta feita, os conteúdos mais valorizados foram veiculados em Agosto.

Os conteúdos equilibrados ocupam a terceira posição, com destaque novamente para a TSF.

Para concluir, é importante realçar a ausência de registos negativos ou muito negativos que marcou de forma positiva o ano de 2010 do Programa Intervir+.

- **Hastear da bandeira da União Europeia** - dia 9 de Maio. Esta acção foi complementada com uma Exposição de Rua (Street Show tal como refere o PEC), de 8 a 14 de Maio, sobre os vários Programas Operacionais, entre os quais mereceu destaque o Programa Intervir+.
- **Best of na TV** - Tal como referido no Relatório de Execução de 2009, esta acção foi substituída pelo programa “Objectivo 2013”, que teve a sua continuidade no ano de 2010.

“Objectivo 2013” na Rádio TSF - É um programa da TSF em parceria com a Rede de Comunicação do QREN, no âmbito do Plano de Comunicação QREN, do qual o Programa Intervir+ faz parte. Este programa teve início em 2009 e representou um espaço de informação que visou informar adequadamente o público sobre as oportunidades oferecidas pelo QREN assim como, deu a conhecer, em concreto, quais os beneficiários dos seus Programas Operacionais e em que consistem as iniciativas apoiadas. Cada programa teve uma duração de 3 minutos e começou a ser emitido no segundo semestre de 2009, com conclusão em meados de 2010, em toda a Rede da TSF (Nacional e Regional), de segunda a sexta-feira às 12h50 e às 20h15, com um compacto semanal aos sábados, depois das 14 horas, e permanentemente em www.tsf.pt.

Quanto ao Programa Intervir+, foram transmitidos os seguintes projectos:

Quadro 57 - Transmissões de projectos no programa “Objectivo 2013”

Projecto	Entidade	Data Transmissão	Sábado (compacto semanal)
Protectfor - Dispositivo de Protecção e Defesa contra Incêndios Florestais	Serviço Regional de Protecção Civil, IP RAM	18-Jan-10	23-Jan-10
Nova Escola Secundária e Profissional de São Martinho	SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social	19-Jan-10	
Ação técnica e didáctica para eficiência energética e qualidade do ar nas escolas	AREAM - Agência Regional de Energia e Ambiente da Madeira	20-Jan-10	
Desenvolvimento e implantação de um sistema integrado de gestão colaborativa	MC Computadores, S.A.	21-Jan-10	
Constituição de Empresa para fabricação de próteses	LPM - Laboratório de Prótese Dentária, Lda.	22-Jan-10	
Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar - Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.	Eutelsat	07-Jul-10	10-Jul-10

Projecto	Entidade	Data Transmissão	Sábado (compacto semanal)
Equipamento Escolar 2009-2013	Secretaria Regional da Educação e Cultura	30-Jul-10	31-Jul-10
Renovação das Redes de Água Potável, Residual e Pluvial, do Sector Oriental da Cidade do Funchal	Município do Funchal	04-Ago-10	07-Ago-10
PSL - Terminais Marítimos	Porto Santo Line - Transportes Marítimos, Lda.	13-Ago-10	14-Ago-10
Recuperação Urbanística do Concelho da Ponta de Sol	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira	20-Ago-10	21-Ago-10

- **Monitorização do Cumprimento das Regras de Informação e Publicidade** - Esta acção visa monitorizar in loco as acções de I&P que as entidades beneficiárias são obrigadas a implementar, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1828/2006, com vista a alertá-las para as correcções necessárias nesta matéria. Em finais de Março de 2010, ano experimental desta acção, foram seleccionados um total de 107 projectos para a implementação desta acção junto das entidades beneficiárias, cujo início acabou por se verificar em finais de Maio, devido à preparação dos documentos a serem utilizados pelos técnicos do Núcleo de Comunicação e Imagem. Neste ano experimental, foram efectivamente monitorizados um total 51 projectos (45 de entidades públicas e 6 do sector privado), o equivalente a 47,66% (vd. Quadro 58).

Quadro 58 - Monitorização do cumprimento das Regras de I&P

Monitorização das Regras de I&P - Ano 2010 (Ano Experimental) - Com base na Lista de Beneficiários com data a 31.12.2009						
Data da Selecção: 17.3.2010						
Tipo de Entidades	Entidades			Projectos		
	Total do N.º de Entidades	N.º de Monitorizações efectuadas	%	Total do N.º de Projectos	N.º de Monitorizações efectuadas	%
Públicas ou Equiparadas	27	20	74,07	59	45	76,27
Privadas	47	6	12,76	48	6	12,50
Total	74	26	35,13	107	51	47,66

Destas acções foram vários os projectos que não apresentaram os logótipos e o lema do Programa, tendo sido recomendado a sua inserção e nos projectos já encerrados, foi referido a obrigatoriedade de incluí-los em futuras operações a serem co-financiadas. Em alguns casos foi possível a realização de mais do que uma acção de monitorização, tendo-se verificado o cumprimento das regras de I&P em conformidade com as recomendações feitas aquando da realização da primeira acção.

Contudo, é importante salientar, por um lado, a existência de entidades que tiveram um cuidado extremo no cumprimento integral das regras de I&P e, por outro lado, o interesse demonstrado pelas entidades promotoras no cumprimento das regras ao longo e após a acção de monitorização.

Mural Digital

O Mural Digital, destina-se aos alunos do 9º ano de escolaridade (3º ciclo), do secundário e do técnico-profissional. Esta acção é considerada como uma das grandes acções de informação sobre o Programa Intervir+, direccionada aos jovens.

Com o decurso temporal, a acção Mural Digital, de acordo com o estudo do impacto das acções de I&P realizadas em 2010, conquistou uma maior notoriedade, não só entre os seus destinatários directos, mas na totalidade dos segmentos. Dessa notoriedade resultou um superior potencial de impacto e de relevância percebida nas entrevistas. O estudo refere, ainda, que a originalidade e a mais-valia capital desta acção é conseguida ao aliar ao saber académico uma componente lúdica relevante; que a atractividade é favorecida pelo design da ferramenta, mas advém, sobretudo, por permitir e fomentar a interactividade entre alunos e escolas. Um outro aspecto referido é que sendo uma acção de comunicação especificamente dirigida aos jovens, que tradicionalmente, são os mais difíceis de impactar, é considerada inteiramente adequada tanto nos conteúdos como na plataforma e meios utilizados.



[Actual Página Inicial do Mural Digital - com blocos alusivos às mensagens inseridas pelos jovens]

Durante o ano de 2010, no que diz respeito ao 2º e 3º períodos do ano lectivo 2009-2010, poucas foram as sessões realizadas, pelo facto de se terem concentrado no 1º período (Outubro a Dezembro de 2009). Quanto ao ano lectivo 2010-2011, os professores, apesar do interesse demonstrado, tiveram dificuldade em agendar as Sessões devido à carga curricular, tendo ficado para o 2º e 3º períodos.

Assim, em 2010 foram abrangidos seis estabelecimentos de ensino, 239 alunos e 22 professores, conforme demonstra o quadro seguinte. Nestas sessões foram abordados os objectivos do Programa, o tipo de acções que apoia, os montantes envolvidos (inclui o apoio da UE através do FEDER), o link de acesso ao Programa, imagens de alguns projectos promissores de boas práticas e a respectiva identificação e, ainda, a Lista de Beneficiários.

Quadro 59 - Mural Digital - Escolas abrangidas em 2010

Nome da Escola	Concelho	N.º de Sessões	N.º de alunos	N.º de Professores	Grau de Escolaridade
Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre	Câmara de Lobos	1	30	9	CEF's
Escola Secundária Dr. Ângelo A. Silva	Funchal	1	60	3	Secundário
Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira	Funchal	1	35	1	Profssional
Escola Básica 123/PE Professor Francisco M. S. Barreto - Fajã da Ovelha	Funchal	1	25	3	9º Ano
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal	Machico	1	35	2	9º Ano
Direcção Regional de Qualificação Profissional	Funchal	1	54	4	Profssional
Total: 6 Estabelecimentos de Ensino		6	239	22	



[Direcção Regional de Qualificação Profissional - 23.11.2010]



[Escola Básica 123/PE Professor Francisco M. S. Barreto - Fajã da Ovelha - 03.11.2010]



[Escola Secundária Dr. Ângelo A. Silva - 29.11.2010]

No entanto, e como consequência das sessões informativas terem sido efectuadas no primeiro período do ano lectivo de 2009/2010 e do ano lectivo 2010/2011, foram inseridas no Mural Digital durante o ano de 2010 um total de 76 mensagens pelos jovens, algumas a título individual e outras em parceria com mais um ou dois colegas. Estas mensagens denotam alguns conhecimentos tanto sobre os Fundos em geral como sobre projectos concretos co-financiados pelo Programa Intervir+. Ainda, e analisando o teor dos testemunhos e das opiniões expressas, são igualmente relevantes as percepções do impacto dos instrumentos financeiros da Comunidade na Região Autónoma da Madeira e o interesse e a empatia daí decorrentes não só relativamente à União Europeia mas também quanto aos organismos nacionais, regionais e intermediários responsáveis pela gestão do Programa.

O link de acesso ao Mural Digital é o: <http://muraldigital.gov-madeira.pt/>. Através deste link é possível aceder a todas as mensagens até à data inserida, na sua globalidade e por estabelecimento de ensino.

Finalmente, em Julho de 2010 realizou-se o primeiro concurso do Mural Digital. Este concurso teve por finalidade escolher as três melhores mensagens cujo prémio atribuído aos seus autores consubstanciou-se numa visita realizada em Novembro de 2010 ao Parlamento Europeu, a convite do eurodeputado madeirense Dr. Nuno Teixeira, que desde a primeira hora subscreveu esta iniciativa como de grande interesse no âmbito da comunicação das políticas de coesão.

Sessão Informativa a Jovens Universitários

Desde 2008 a Autoridade de Gestão tem vindo a desenvolver sessões informativas junto dos alunos do ensino superior. Em 2010, foi realizada uma sessão no dia 27 de Abril, em parceria com a Unidade Curricular de Empreendedorismo da Universidade da Madeira, sobre os Programas Operacionais da RAM, tendo sido dado grande destaque ao Programa Intervir+. Nesta sessão estiveram presentes 25 alunos finalistas do curso de Gestão, Economia, e Estudos Ingleses e Relações Empresariais e 1 professor (responsável pela Unidade).

Tratou-se de uma sessão muito participada pelos alunos, tendo-se constatado que alguns já possuíam conhecimentos sobre a existência de apoios comparticipados pela União Europeia.



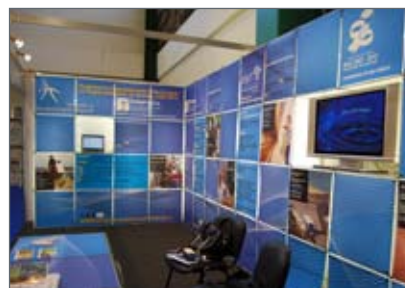
• Exposições

Exposições Empresariais

Em 2010, a Autoridade de Gestão participou nas três feiras mais emblemáticas da Região através de um stand de 18m2, no qual foram divulgadas as principais fontes de financiamento comunitário, tendo sido dado um grande destaque ao Programa Rumos sobre a sua execução e os projectos promissores de boas práticas. Trata-se de uma das grandes acções de informação já que foi direccionada aos potenciais e actuais beneficiários e ao público em geral:

De seguida a identificação das exposições e o número de visitantes em 2010:

- EXPOMADEIRA (de 9 a 18 de Julho de 2010), a maior feira realizada no Funchal - com cerca de 78 mil visitantes;
- EXPO PORTO SANTO (de 29 de Agosto a 5 de Setembro de 2010), realizada na ilha do Porto Santo - com aproximadamente 48 mil visitantes;
- FIC - Feira da Indústria e da Construção (de 13 a 17 de Outubro de 2010), realizada no Funchal - com cerca de 15 mil visitantes.



Stand utilizado para as Exposições Empresariais de 2010

De acordo com o estudo, a participação nestas exposições tem um maior impacto junto das entidades beneficiárias e dos grupos mediáticos, no que concerne à sua relevância e à sua compreensão.

Street Show - Exposição de Rua no âmbito da comemoração do Dia da Europa

Esta actividade é considerada como outra das grandes acções de informação do Programa Intervir+, direccionada ao público em geral. A Semana da Europa, que decorreu de 8 a 14 de Maio e que, à semelhança do ano transacto, foi comemorada através de uma exposição de rua numa das zonas mais centrais da cidade do Funchal no Largo da Restauração, por ser uma das áreas com maior fluxo de circulação de pessoas. Nesta exposição foi apresentado um expositor com três painéis sobre o Programa Intervir+ cujo conteúdo versou sobre: objectivo do Programa, tipo de acções que apoia, indicação do sítio web e os seus conteúdos, com destaque para a Lista de Beneficiários.

Durante a semana da exposição foi possível prestar alguns esclarecimentos e distribuir material de *merchandising* e publicitário (esferográficas, tapetes de rato, lápis, *flyers* e *Newsletter*).

Segundo a análise qualitativa do estudo foi possível constatar um aumento na compreensão dos seus conteúdos.



[Exposição de Rua - Semana da Europa (8 a 14 de Maio de 2010)]

•Suplemento Anual - Espaço Global N.º 3

A revista Espaço Global é considerada como uma das grandes acções de informação anual do Programa Rumos, tendo em conta a abrangência do target. Trata-se de uma publicação onde é dado um grande destaque ao ponto de situação da execução do Programa Rumos, ao convidado especial que nesta edição contou-se com um artigo da autoria do eurodeputado Dr. Mário David, aos artigos Opinion Leaders, aos projectos identificados como promissores de boas práticas, aos testemunhos de pessoas que pelas suas vivências e experiências deram uma retrospectiva do modo como no passado, foi feita a implementação dos Programas, e aos Jovens que, através dos seus depoimentos e com base nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos durante o período escolar, transmitiram a sua visão sobre a realidade regional.



A sua distribuição, num total de vinte e seis mil e quatrocentos exemplares, realizou-se no mês de Dezembro de 2010, da seguinte forma: como encarte no Jornal da Madeira (doze mil exemplares) e no Diário de Notícias da Madeira (doze mil exemplares); nas Lojas do Cidadão do Funchal e do Porto Santo; nos Aeroportos da Madeira e do Porto Santo; nas Câmaras Municipais (onze municípios) e nas Juntas de Freguesia (cinquenta e quatro Juntas); nos estabelecimentos de ensino do 3º ciclo, secundário e profissional; Bibliotecas; Organismos Intermédios; Entidades Públicas Regionais, Nacionais e Comunitárias; e, ainda, aos visitantes do Instituto de Desenvolvimento Regional.

Este suplemento, de acordo com estudo das acções de I&P de 2010, quer na forma, quer nos conteúdos, atingiu ganhos consistentes na adequação ao *target* e em compreensão, tendo sido destacado como muito positiva a sua distribuição massiva, gratuita e generalizada a todos os cidadãos. É ainda, reconhecido e valorizado os objectivos desta publicação, descritos como «informações sobre a Europa, Fundos Comunitários e Programas Operacionais», na qual é dado especial enfoque ao Programa Intervir+.

•Grande acção de Informação Anual - 6ª Reunião da Rede INFORM

Não obstante da importância das acções Mural Digital, Exposições Empresariais e o Suplemento Espaço Global, o grande destaque vai para a realização da 6ª Reunião da Rede INFORM, realizada na cidade do Funchal nos dias 17, 18 e 19 de Novembro que contou com a presença da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e OREPP's dos Programas Operacionais da Região, com representantes do Observatório do QREN, dos 27 Estados-Membros e da Comissão Europeia na área da Comunicação (num total de cerca de 130 participantes) e com a comunicação social (esta última presente na Sessão de Abertura Oficial e na Conferência de Imprensa).



Na Sessão de Abertura foi abordada a importância da comunicação nos Programas Operacionais da RAM, bem como o ponto de situação dos mesmos. Ainda, no espaço do evento foram divulgados vídeos e postais de projectos promissores de boas práticas co-financiados pelo Programa Intervir+.

Na parte da tarde, do dia 19 de Novembro, realizaram-se visitas a três projectos: Gare Marítima do Porto do Funchal e a Ligação em Via Expresso ao Porto do Funchal, ambos co-financiados pelo Fundo de Coesão e a Escola Secundária e Profissional de São Martinho, este último co-financiado pelo Programa Intervir+ no que concerne às infra-estruturas e, no âmbito das acções de educação e formação está previsto o co-financiamento através do Programa Rumos.

A realização deste evento teve um impacto positivo junto dos beneficiários e do *target* mediático, sobretudo, no âmbito da sua relevância e da compreensão.



• Conferência de Imprensa

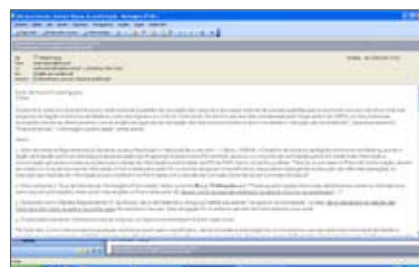
Além da cedência de entrevistas por parte da Autoridade de Gestão à comunicação social na sequência da realização da 4ª Reunião da Comissão de Acompanhamento, a 18 de Novembro de 2010 realizou-se uma conferência de imprensa no âmbito da grande acção de informação anual - 6ª Reunião da Rede INFORM que, pela primeira vez, realizou-se fora de Bruxelas.



• Helpdesk - Prestação de esclarecimentos:

De acordo com as orientações do PEC, foi prestado um serviço de esclarecimentos aos diferentes públicos que entraram em contacto através do sítio web, correio electrónico, por telefone ou presencial.

As dúvidas mais comuns continuam a ser sobre o tipo de acções que o Programa apoia, a indicação das entidades a contactar para a apresentação de candidaturas e sobre a aplicação das regras de I&P.



Quadro 60 - Helpdesk - Acções de Esclarecimentos

marketing@idr.gov-madeira.pt	2008	2009	2010	Total
Mensagens Recebidas (via sítio web e correio electrónico)	12	28	23	63
Mensagens Respondidas via correio electrónico	12	35	28	75
Contacto Presencial	0	7	5	12
Total	24	70	56	150

• Candidatura ao Prémio Regio Stars:

No mês de Julho de 2010, a Autoridade de Gestão procedeu à apresentação de três candidaturas integradas nas seguintes categorias:

Categoria II. Low carbon economy theme

3) Promoting sustainable energy in cities ("CityStar" category)

Foi proposto o projecto "Acção técnica e didáctica para a eficiência energética e qualidade do ar interior na escolas de RAM, da responsabilidade da AREAM - Agencia Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira.

4) *Integrated, clean urban transport projects ("CityStar" category)*

Foi proposto o projecto "Mobilidade Inovadora e Sustentável no Funchal (Civitas Mimosa)" da responsabilidade da empresa Horários do Funchal.

Categoria III. Information and communication theme

5) *Promotional photo of a co-funded project*

Foi proposto uma fotografia alusiva ao projecto "SEE - Simulação Empresarial e Empreendedorismo" da responsabilidade da Universidade da Madeira.

Dos projectos apresentados, foi seleccionado o projecto "Mobilidade Inovadora e Sustentável no Funchal (Civitas Mimosa)" na qualidade de finalista à atribuição do Prémio, a ser entregue no próximo dia 23 de Junho de 2011.

b. Participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação

A participação na Rede de Interlocutores para a Informação e Comunicação do QREN, com vista a operacionalização do Plano de Comunicação do QREN, permitiu uma articulação importante entre o Plano de Comunicação do QREN e o PEC, tendo-se materializado em 2010 através das seguintes acções:

- Participação ao longo do ano nas três reuniões de trabalho da Rede de Comunicação QREN.
- Serviço Clipping do QREN vs PO's (já referido anteriormente).
- Divulgação de projectos promissores de boas práticas no programa "Objectivo 2013" da TSF - implicou a selecção de projectos, preparação de fichas de identificação dos projectos, cronogramas das entrevistas, acompanhamento da acção e divulgação (já referido anteriormente).
- Suplemento OJE - Casos de Sucesso (Infra-estruturas da rede escolar).
- Semana da Europa - divulgação dos postais no âmbito da campanha do Dia da Europa.
- Banco de Imagens QREN - disponibilização de imagens de projectos promissores de boas práticas e a sua respectiva identificação.



c. Estudo do Impacto das Acções de Informação e Publicidade de 2010 do PEC - Relatório Intercalar

De acordo com o Relatório Preliminar do estudo do impacto das acções de I&P do PEC, relativo às acções desenvolvidas em 2010, foi possível reter a ideia generalizada de um esforço comunicacional que tem progressiva e consistentemente aumentado, tendo-se detectado uma superior notoriedade em relação ao Programa Intervir+.

A linha de comunicação implementada em 2010 obteve uma apreciação bem mais positiva, comparativamente ao ano transacto, indo ao encontro das expectativas (ao revelar projectos já realizados) e das lacunas percebidas na generalidade dos temas associados à União Europeia, contrariando a habitual percepção de abstracção e intangibilidade. O facto de serem divulgados projectos considerados como promissores de boas práticas, ao mesmo tempo que se indica quais os destinatários e âmbitos de aplicação, maximiza a transparência do Programa e das entidades envolvidas na gestão.

Este Estudo encontra-se acessível, na íntegra, na Página do Programa - www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/ - no separador "Informação e Publicidade" - Relatórios de Avaliação e Monitorização do PEC / Relatório Intercalar.

6.2. Estudo do Impacto das Acções de Informação e Publicidade de 2007-2010 do PEC - Relatório Intercalar

Nos termos do n.º 2 do artigo 4º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, a Autoridade de Gestão encomendou à Empresa Ipsos-Apeme Portugal -Estudos de Mercado e de Opinião um estudo global das acções implementadas desde finais de 2007 até 31 de Dezembro de 2010.

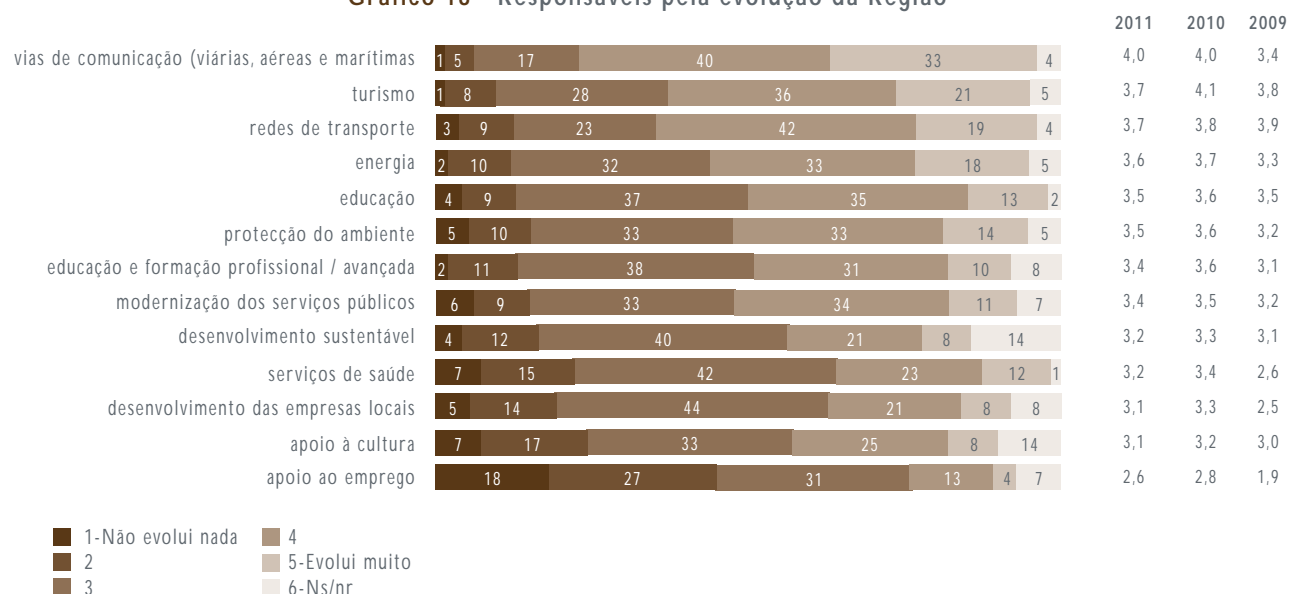
O Estudo desenvolvido propôs desenhar um quadro perceptivo e prospectivo da marca Intervir+ na Região Autónoma da Madeira, como parte integrante da estratégia de comunicação do QREN e do FEDER e incidiu sobre os seguintes objectivos estratégicos: Quantificar e Qualificar a Notoriedade da Marca Intervir+; Quantificar e Qualificar o Impacto das Acções da Marca Intervir+ e Quantificar e Qualificar a contribuição da Marca Intervir+ na formação dos valores perceptivos e prospectivos do FEDER.

Dos resultados obtidos no âmbito desta avaliação, destacam-se as seguintes análises:

Análise Quantitativa:

- Percepção da evolução da Região

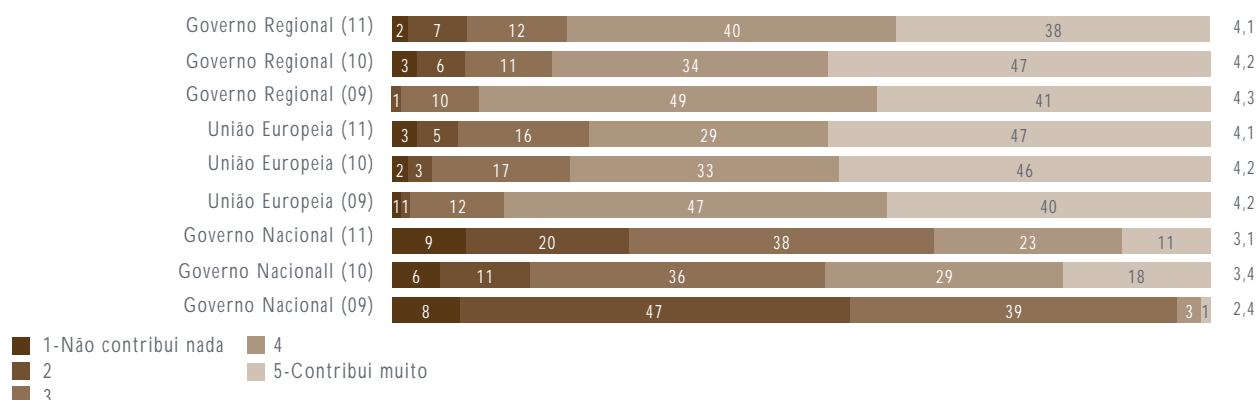
Gráfico 18 - Responsáveis pela evolução da Região



A quase totalidade das áreas registou uma ligeira descida face ao ano anterior. Vias de Comunicação (4.0), Turismo (3.7), e Redes de Transporte (3.7) são as áreas cuja evolução perceptiva é maior. Por oposição, mantém-se o apoio ao emprego (2.6) como a área que menos tem evoluído.

- Responsáveis pela evolução da Região

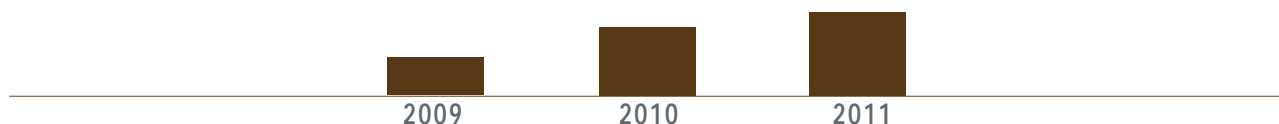
Gráfico 19 - Responsáveis pela evolução da Região



A grande maioria reconhece o grande impacto que a União Europeia e o Governo da RAM têm tido no desenvolvimento da Região.

- Recordação do slogan "INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia"

Gráfico 20 - Recordação do slogan



- Ideias associadas ao slogan

O reconhecimento do slogan aumentou ligeiramente face a 2010, tendo como principais ideias associadas a este slogan o "incentivo às empresas" e a "promoção do desenvolvimento sustentável", bem como a "criação de emprego" e a "promoção do empreendedorismo".

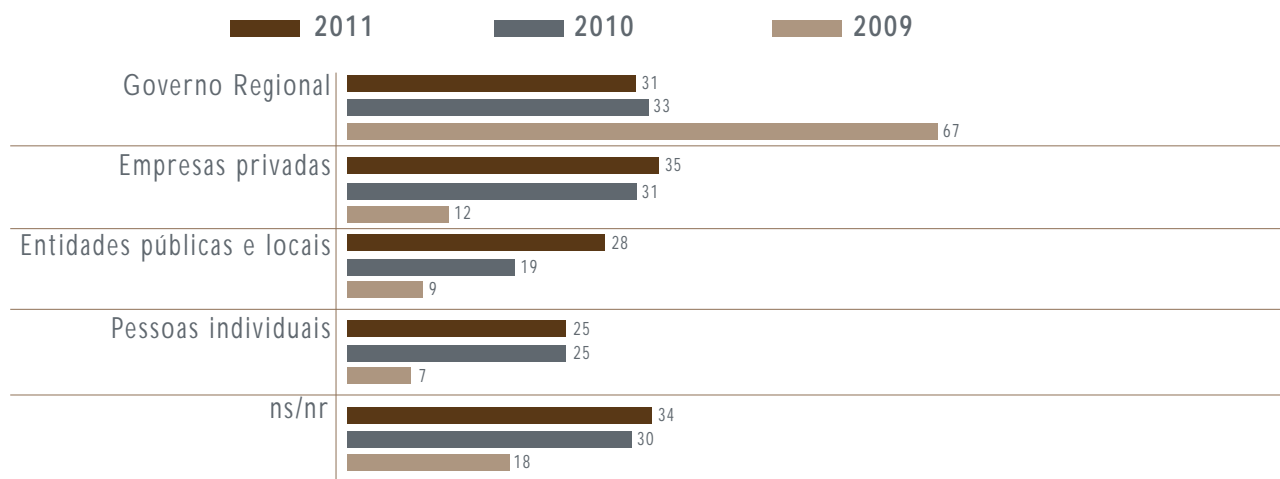
Quadro 61 - Ideias associadas ao slogan

	%
Incentivos às empresas	17
Promover o desenvolvimento sustentável	17
Incentivos à criação de emprego	16
Promover o empreendedorismo	16
Incentivos à educação e à formação profissional	13
Promover a cultura e património madeirense	6
Promover a igualdade /equilíbrio entre os vários concelhos	8
Inovação tecnológica	5
Promover a protecção do ambiente	2
Outras	10
Não sabe	55

- A quem se dirige o Programa Intervir+

Tal como se pode constatar, ao longo dos 3 anos, os alvos do Programa Intervir+ foram-se dispersando, aumentando a percepção dos seus efectivos destinatários (excepto as pessoas individuais).

Gráfico 21 - A quem se dirige o Programa Intervir+



Análise Qualitativa:

Quanto à visibilidade do Programa Rumos:

- As Acções de Informação e Publicidade tiveram, ao longo dos anos da pesquisa (2007/2008, 2009 e 2010), uma evolução muito positiva;
- Parte significativa dessa progressão decorreu da implementação do Programa e do conhecimento acumulado através das Acções de Informação e Publicidade, resultante das melhorias implementadas ao longo dos anos;
- Da multiplicidade de acções desenvolvidas durante o período 2007/8 - 2009 - 2010 destacam-se:
 - Os spots vídeo, que alcançaram progressivamente avaliações mais positivas em vectores como a 'compreensão' e 'adequação ao target' sobretudo através de alterações ao copy, sendo o único revés relativo ao 'potencial de impacto' [de transmissão na RTP Madeira e salas cinema exclusivamente para Expo empresariais e Sessões esclarecimento em 2010].
 - A revista Espaço Global, com transformações de forma e do conteúdo, alcançou ganhos consistentes na 'adequação ao target' e em 'compreensão'. Na amostra em estudo, os que recordam edições anteriores, declaram significativos avanços/melhorias na imagem e nos conteúdos, que contribuíram para uma maior atractividade, motivação à leitura e facilidade de apreensão da Espaço Global. Graficamente foi considerada muito apelativa, tendo em conta que se trata de uma revista institucional e não comercializada. O conceito da divisão por 'Espaços' (por temas e correspondente distinção cromática) favorece a leitura e contraria a extensão da publicação. Foi sugerido, ainda, a continuação da aposta em fotografias e imagens, que facilitam a leitura. As fotografias, especialmente as que retratam pessoas, ao revelarem as realidades regionais, contribuem para uma maior proximidade e humanização.
 - Os artigos na Imprensa, reflectindo a fase actual do Programa (Consolidação e Relançamento) apresentaram conteúdos mais apelativos e, tendo desencadeado um maior interesse em todos os targets, subiram em diversos indicadores.
 - A acção Mural Digital tem vindo a conquistar uma maior notoriedade, não só entre os seus destinatários directos, mas na totalidade dos segmentos. Dessa notoriedade resultou um superior 'potencial de impacto' e 'relevância' percebida. A originalidade e a mais-valia capital do projecto Mural Digital é conseguida ao aliar ao saber académico uma componente lúdica relevante. O estudo refere ainda que a atractividade é favorecida pelo design da ferramenta mas advém, sobretudo, por permitir e fomentar a interactividade entre alunos e escolas. Um outro aspecto referido é que, apesar de se tratar de uma acção de comunicação especificamente dirigida aos jovens, que tradicionalmente são os mais difíceis de impactar, é considerada inteiramente adequada, tanto nos conteúdos como na plataforma e meios utilizados.
 - A Publicidade - Imprensa e no exterior - que, acompanhando os diversos registos comunicacionais divulgados ao longo dos anos/fases do Programa Intervir+, obteve avaliações crescentemente positivas em todas as dimensões.

Os quadros que se seque apresentam uma sùmula da Avaliação Global das Acções de Informação e Publicidade realizadas desde o lançamento do Programa Intervir+.

Acções - período avaliação / Target		Potencial de Impacto		Relevância		Adequação ao target		Compreensão	
		OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M
Spots TV - apoio à Fundação do Gil	2007/08 ^{a)}								
	2009 ^{a)}								
	2010	–	–	– –	– –	++	+	±	+
Spots Vídeo - PO Intervir+ e Rumos	2007/08	+	+	++	+	+	±	±	+
	2009	+	+	++	+	++	+	+	++
	2010	±	+	++	+	++	+	++	++
Spots Áudio - PO Intervir+ e Rumos	2007/08	±	–	+	–	+	±	±	+
	2009 ^{a)}								
	2010 ^{a)}								
Artigos Imprensa	2007/08 ^{b)}								
	2009	±	+	+	+	+	+	+	++
	2010	+	++	+	++	++	++	+	++
Publicidade Imprensa	2007/08	±	+	+	+	+	±	–	±
	2009	+	+	+	+	+	+	+	++
	2010	+	+	+	+	++	++	++	++

De realçar o grande destaque dado aos artigos e anúncios de imprensa, e ainda, ao aumento do grau de compreensão dos spots vídeos dos Programas Operacionais, em particular para o Programa Intervir+, em relação aos vários targets.

Acções - período avaliação / Target		Potencial de Impacto		Relevância		Adequação ao target		Compreensão	
		OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M
Revista Espaço Global	2007/08	+	+	+	+	+	+	±	+
	2009	+	+	+	+	+	+	+	++
	2010	+	+	+	+	++	++	++	++
Newsletters	2007/08	– –	++	–	+	– –	++	– –	++
	2009	– –	++	–	++	– –	++	++	++
	2010	– –	++	–	++	– –	++	±	++
Folders (flyers e desdobráveis)	2007/08	±	+	++	++	+	++	+	++
	2009 ^{b)}								
	2010 ^{b)}								
Publicidade exterior (mupi's e painéis electrónicos)	2007/08	±	±	+	+	+	–	–	±
	2009	+	±	+	+	++	+	++	++
	2010 ^{a)}								
Publicidade exterior (Autocarro)	2007/08	+	–	±	–	±	–	–	±
	2009	+	±	±	–	++	–	±	+
	2010	+	±	±	–	++	–	+	+

O quadro anterior reflecte o grande impacto do suplemento anual "Espaço Global" e o aumento do grau de relevância da adequação e da compreensão em relação à Newsletter. A publicidade exterior, sofreu igualmente uma evolução positiva

Acções - período avaliação / Target		Potencial de Impacto		Relevância		Adequação ao target		Compreensão	
		OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M
Street Show (Semana da Europa)	2007/08	++	–	++	–	++	–	+	++
	2009	++	±	++	±	++	–	+	++
	2010	++	±	++	±	++	–	++	++
Material Merchandising	2007/08	+	±	±	±	±	+	– –	±
	2009	+	±	±	±	+	++	±	++
	2010	+	±	+	+	+	++	+	++
Sessões informativas	2007/08	–	++	±	++	–	++	±	++
	2009	–	++	±	++	–	++	±	++
	2010	±	++	+	++	±	++	+	++
Sítios Web	2007/08	±	++	++	++	– –	++	–	++
	2009	±	++	++	++	–	++	+	++
	2010	+	++	++	++	±	++	+	++
Candidaturas NET	2007/08		++		++		++		++
	2009		++		++		++		++
	2010		++		++		++		++

Neste extracto é visível que o sítio web é aquele que oferece maior impacto, não só como veículo de informação mas também pela plataforma de candidaturas via online.

Acções - período avaliação / Target		Potencial de Impacto		Relevância		Adequação ao target		Compreensão	
		OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M	OP	I/M
Madeira European Way of Life	2007/08		+		+		+		+
	2009 ^{b)}								
	2010		+		++		+		++
Projecto Mural Digital	2007/08 ^{a)}								
	2009	+	-	++	+	+	--	++	++
	2010	++	±	++	+	+	--	++	++
Projecto Mergulhar Lá e Plantar Cá	2007/08 ^{a)}								
	2009	+	-	++	+	+	--	++	++
	2010 ^{a)}								
Sessão Pública de Apresentação	2007/08	±	++	+	++	+	++	+	++
	2007/08 ^{a)}								
	2007/08 ^{a)}								
Direct mail / Mailing	2007/08		++		++		++		++
	2009 ^{b)}								
	2010		++		++		++		++

Legenda para os 4 quadros: a) Acção não implementada no ano em causa; b) Avaliação não efectuada no ano em causa.

Nas tabelas de avaliação evolutiva, em virtude dos segmentos Institucional e Mediático apresentarem exactamente os mesmos índices na grande maioria das acções em análise, optou-se por agregar estes públicos-alvo.

Finalmente, e em relação ao último quadro, conclui-se que o projecto Mural Digital tem um impacto muito positivo tendo esta acção, no último ano, conquistado uma maior notoriedade, não só entre os seus destinatários directos, mas na totalidade dos segmentos.

Em geral, verificou-se um maior conhecimento quanto aos Fundos Comunitários e, em particular, em relação ao Programa Intervir+, com especial destaque para a 3ª vaga da linha de comunicação que ao dar exemplos permitiu ao público um conhecimento mais claro da aplicação dos Fundos, que poderá impulsionar a procura de informação como também, pelo seu potencial de gerar ideias, podendo servir como estímulo ao empreendedorismo.

Assim, e com base nos resultados deste Estudo, no que concerne ao impacto, relevância, adequação ao target e à compreensão da mensagem, poder-se-á assinalar como casos de boas práticas no domínio da Informação e Publicidade as seguintes acções: Artigos na Imprensa; Suplemento Anual "Espaço Global"; Publicidade na Imprensa - dando continuidade à linha de comunicação implementada em 2010, através da divulgação de projectos em execução ou já executados; Sítio web / Candidaturas Via Net; Sessões Informativas / Prestação de Esclarecimentos (atendimento personalizado) e Projecto "Mural Digital".

Ainda, e apesar da acção "Monitorização do cumprimento das Regras de I&P" não ter sido contemplada no Estudo, verificou-se que da parte das entidades beneficiárias houve um grande envolvimento e interesse em implementar as regras de I&P.

A versão integral do Estudo está disponível na Página web do Programa - www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/ - no campo "Informação e Publicidade" - Relatórios de Avaliação e Monitorização do PEC / Relatório Intercalar.

Por fim, apresenta-se um panorama geral das principais acções implementadas (vd. Quadro 62) e das despesas efectuadas desde 2007 até 31.12.2010 no âmbito do Programa Rumos (vd. **Quadro 63**).

Quadro 62 - Indicadores por actividade de I&P 2007 - 2010

Tipo de Actividade	Indicadores de Realização			Indicadores de Resultado	
	Designação	Quantif cação	Orçamento Previsto no PEC (FEDER) (euros)	Designação	Quantif cação
Eventos Públicos (Anual e Conferências - Inclui 2 Conferências de Imprensa)	N.º de eventos	15	50.000	Nº de Participantes	986
Exposições	N.º de exposições	9 (6 Exposições; 3 Street Show)	24.000	Nº de Participantes	517.000
Mural Digital - Acção direccionada aos jovens (início em Outubro de 2009)	N.º de escolas	23	Orçamentado pelo FSE	Nº de jovens	1.397
	N.º de sessões	29		Nº de mensagens inseridas	81
Notícias na Comunicação Social	N.º de meios	18 meios (7 jornais, 1 canal de televisão regional e 10 rádios)	Esta acção não envolve custos	N.º de notícias por ano	Ano 2007: 6 (2 Imprensa; 1 TV; 4 Rádios)
					Ano 2008: 11 (6 Imprensa; 1 TV; 4 Rádios)
					Ano 2009(a): 52 (40 Imprensa; 1 TV; 11 Rádios)
					Ano 2010(a): 101 (64 Imprensa; 2 TV; 33 Rádios; 2 Net)
Publicidade	N.º de tipo meios utilizados	6 (Imprensa; TV; Rádios; Mupis de Rua nos Aeroportos; Salas de Cinema e Autocarro Público)	158.000	Nº de tipos de anúncios criados	15 Tipos de anúncios criados (4 para Imprensa; 3 para Revistas; 2 para a TV (60 seg.); 1 para a rádio (30 seg.); 3 Mupis; 2 Autocarros)
Sítio Web	Nº de sub-menus da Página Intervir+ aquando da criação	5	b)	N.º total de visitas desde a criação da Página Intervir+	12.415
	Nº de sub-menus novos	11		Média das visitas por ano	Ano 2008 - Média: 299
					Ano 2009 - Média: 235
					Ano 2010 - Média: 466
Publicações	Nº de publicações	21 (1 sobre Programa; 3 Relatórios de Execução Anual; 3 edições de Espaço Global; 13 edições da Newsletter; 1 Guia de Norma de Informação e Publicidade)	42.000	Nº de cópias distribuídas	89.560
	Nº de cópias	91.390 (1000 do Programa; 240 dos Relatórios de Execução Anual; 82.400 da Espaço Global; 7.250 da Newsletter; 500 Guias de I&P)			
Redes de Informação e Publicidade	Nº de Redes	2	b)	Nº de reuniões	13

(a) - Nestes dois anos as notícias foram contabilizadas através do serviço prestado pela CISION - Global Media Intelligence

(b) - Custos não contabilizados no âmbito do PEC

Quadro 63 - Despesas realizadas em Informação e Publicidade 2007-2010

Acções	2007*	2008			2009			2010		
	Custos Realiza- dos	Custos realizados s/ IVA	Custos realizados c/ IVA	FEDER	Custos realizados s/ IVA	Custos realizados c/ IVA	FEDER	Custos realizados s/ IVA	Custos realizados c/ IVA	FEDER
Imagem		8.200,00	8.200,00	5.740,00	9.065,00	9.194,10	7.814,99	10.900,00	12.534,90	10.654,67
Criação da Imagem Corporativa										
Contrato com Designer / Empresa de Design		8.200,00	8.200,00	5.740,00	9.065,00	9.194,10	7.814,99	10.900,00	12.534,90	10.654,67
Sítio Web		294.856,63	337.265,44	236.085,81	151.521,75	172.734,79	146.824,57	119.220,40	136.472,00	230.243,84
Web 2.0										0,00
SIGMA		294.856,63	337.265,44	236.085,81	151.521,75	172.734,79	146.824,57	118.320,88	135.437,55	115.121,92
Tradução da Página do Programa para o Inglês								899,52	1.034,45	115.121,92
MURAL DIGITAL (Grande Evento de Informação)										
Publicações		15.240,42	17.412,98	12.189,09	36.561,50	41.680,57	35.428,48	29.775,00	35.581,45	30.244,23
Espaço Global		14.260,42	16.256,88	11.379,82	29.529,00	33.663,06	28.613,60	26.095,00	31.134,25	26.464,11
Newsletter		495,00	569,25	398,48	535,00	609,90	518,42	1.120,00	1.349,60	1.147,16
Guia de Normas de I&P					1.157,50	1.319,55	1.121,62			
Programa Intervir+ (2007)		485,00	586,85	410,80						
Relatório de Execução do Intervir+					5.340,00	6.088,06	5.174,85	2.560,00	3.097,60	2.632,96
Publicidade		98.647,81	113.982,33	79.787,63	55.315,70	63.760,83	54.196,71	30.757,75	35.135,04	29.864,78
Video Promocional (2007)										
Cartazes Intervir+		1.911,25	2.183,54	1.528,48				455,00	546,00	464,10
Publicidade - Jornais/ revistas		12.846,46	14.871,37	10.409,96	14.770,00	16.609,80	14.118,33	7.945,00	8.664,35	7.364,70
Publicidade - Transportadoras Aéreas		17.010,78	20.304,34	14.213,04	19.432,00	23.078,40	19.616,64	9.344,00	11.033,24	9.378,25
Publicidade na RTP-Madeira - Video do Programa e "Minuto do Gil" - Intervir+		17.969,40	20.547,82	14.383,47	11.701,00	13.339,16	11.338,29	263,16	300,00	255,00
Publicidade nas salas cinema		14.297,20	16.361,68	11.453,18						
Spot's publicitários - Rádios		8.042,60	9.208,94	6.446,26						
Painéis Led Video Wall					1.920,00	2.188,80	1.860,48	3.840,00	4.377,60	3.720,96
Cartazes nos Muppis e Caixas de Luz		15.623,62	17.967,16	12.577,01	7.492,70	8.544,67	7.262,97	1.132,50	1.291,05	1.097,39
Autocarro		10.946,50	12.537,48	8.776,24				7.778,09	8.922,80	7.584,38
Material publicitário e de merchandising		36.414,67	42.655,90	29.859,13	40.726,39	47.148,30	40.076,06	45.438,32	51.860,09	44.081,08
Agendas e Calendários		19.210,00	22.091,50	15.464,05	23.880,00	27.223,20	23.139,72	29.631,00	33.779,34	28.712,44
Material de merchandising		14.471,60	17.433,65	12.203,56	15.445,60	18.328,20	15.578,97	14.579,25	16.680,75	14.178,64
Flyers (2007) + desdobráveis		1.505,00	1.730,75	1.211,53	185,00	210,90	179,27			
CD's		1.228,07	1.400,00	980,00	1.215,79	1.386,00	1.178,10	1.228,07	1.400,00	1.190,00
Exposições		7.112,32	7.966,79	5.576,75	2.235,00	2.547,00	2.164,95	2.861,13	3.167,51	2.692,38
Preparação do Stand		1.319,00	1.511,74	1.058,22				372,50	428,38	364,12
Expomadeira		1.493,94	1.695,45	1.186,82				813,65	927,56	788,43
Expo Porto Santo		833,28	881,49	617,04				1.011,98	1.055,75	897,39
FIC		1.441,10	1.549,36	1.084,55				493,00	562,02	477,72
Exposição de Rua na Semana da Europa		2.025,00	2.328,75	1.630,13	2.235,00	2.547,00	2.164,95	170,00	193,80	164,73
Outros Grandes Eventos		5.120,00	5.456,00	3.819,20				85.188,67	92.226,76	78.392,75
Sessão Pública de Lançamento dos Programas Operacionais (Dez. 2007)										
Sessões de Apresentação do Programa nos Concelhos da RAM										
Madeira European Way of Life - Sobre o Turismo (2008)		5.120,00	5.456,00	3.819,20						
Madeira European Way of Life - 6ª Reunião da Rede INFORM (2010)								85.188,67	92.226,76	78.392,75
Monitorização		17.142,00	19.408,68	13.586,08	8.662,50	9.875,25	8.393,96	8.662,50	9.912,38	8.425,52
Monitorização do cumprimento das Regras de I&P										
Monitorização do Plano Estratégico de Comunicação		17.142,00	19.408,68	13.586,08	8.662,50	9.875,25	8.393,96	8.662,50	9.912,38	8.425,52
Outras acções					20,00	20,00	17,00	576,56	663,04	563,58
Tradução da candidatura ao Regio Stars					20,00	20,00	17,00	576,56	663,04	563,58

* Despesas pagas pelo POPRAM

 Não Realizado

 Realizado sem custos para o Programa Rumos

7. Conclusão e perspectivas futuras

No ano de 2010 persistiram os principais indicadores e implicações da crise económica, todavia foi possível confirmar por fim a entrada em velocidade cruzeiro do Programa e o comportamento positivo dos respectivos dados de execução. A informação sistematizada evidencia uma recuperação acentuada do ritmo de execução física e financeira e do grau de cumprimento dos objectivos do programa traduzida quer na melhoria notória dos níveis de compromisso globais e respectivos Eixos Prioritários (com excepção do Eixo Prioritário III), quer na ampliação das áreas de intervenção com projectos aprovados, no aumento dos ritmos de realização e despesa, bem como na superação em determinados domínios de intervenção das metas para 2010.

Os indicadores de 2010 reflectem uma clara melhoria do ritmo de execução física e financeira do Programa em relação ao ano transacto (2009). Em termos de Fundo, a taxa de compromisso passou de 45% para 62% e a taxa de execução de 10% para 22%, resultante de uma dinâmica verificada ao nível dos beneficiários e das condições propiciadas pelo Programa (o n.º de projectos aprovados registou um notável incremento - de 103 para 552 projectos).

O ritmo imprimido alimentou de forma extremamente significativa os indicadores de realização e de resultados do Programa, na respectiva consecução dos objectivos e metas delineados. As considerações da análise em apreço saem confirmadas pelas observâncias tecidas no Relatório de Monitorização do Intervir+ (2.º semestre de 2010) quanto a esta matéria. Com efeito, as observações proferidas pelo documento sintetizam a análise efectuada no presente relatório, nomeadamente quanto aos seguintes elementos de caracterização das trajetórias de realização física, por Eixo Prioritário:

- Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento. Os indicadores relativos aos projectos de inovação/IDT e à participação de empresas superam as metas para 2010, sobretudo em termos de realização contratada, enquanto os projectos na área da sociedade da informação e das infra-estruturas tecnológicas intervencionadas se situam aquém das metas para 2010.
- Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional. O volume de empresas apoiadas (realização contratada) supera largamente a meta para 2010 e ultrapassa a meta fixada para 2015; as realizações da engenharia financeira estão já em linha com a meta prevista para 2015.
- Eixo III - Desenvolvimento Sustentável. As metas para os indicadores relativos às infra-estruturas ambientais e prevenção e gestão de riscos estão alcançadas ao contrário das restantes (descritores ambientais e actividades de sensibilização) em que as realizações executadas ou contratadas se afastam das respectivas metas.
- Eixo IV - Coesão Territorial e Governação. As metas para os indicadores relativos aos estabelecimentos de ensino intervencionados, à reabilitação urbana e rural para 2015 tinham sido superadas com as realizações executadas até final de 2010; também na área de cultura e do lazer foi ultrapassada a meta fixada para 2010.
- Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperificidade. O volume de empresas com as quais foram contratadas ajudas, situa-se já acima da meta para 2010, devendo no próximo semestre superar a meta para 2015, ao contrário do que ocorre com os projectos de prestação de serviços públicos bastante aquém das metas estabelecidas para 2010 e 2015.

Refira-se que a persistência dos problemas associados ao contexto socioeconómico do Programa, como sugere o mesmo documento, tem forte impacto nas dinâmicas de iniciativa e de investimento empresarial tanto da parte das empresas existentes, como de outras em fase de lançamento de actividade. Efectivamente, o elevado número de projectos aprovados na Área de Intervenção “Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas” decorre, em parte, da necessidade de contribuir para atenuar os efeitos negativos da crise nas empresas.

Por outro lado, os organismos da Administração Pública Regional continuam a enfrentar importantes constrangimentos orçamentais com reflexos na iniciativa de investimento nos Eixos III, IV e V do Programa, nomeadamente fruto das reorientações de prioridades de curto prazo motivadas pelas necessidades de intervenção resultantes do temporal de Fevereiro de 2010, as quais induziram atrasos na apresentação de candidaturas relativas a intenções de investimento identificadas na fase de programação, que tem agora relevância condicionada.

Por outro lado, os organismos da Administração Pública Regional continuam a enfrentar importantes constrangimentos orçamentais com reflexos na iniciativa de investimento nos Eixos III, IV e V do Programa, nomeadamente fruto das reorientações de prioridades de curto prazo motivadas pelas necessidades de intervenção resultantes do temporal de Fevereiro de 2010, as quais induziram atrasos na apresentação de candidaturas relativas a intenções de investimento identificadas na fase de programação, que tem agora relevância condicionada.

Neste contexto, assume particular relevo, na persistência dos baixos níveis de execução dos Eixos I e III, as medidas ponderadas, e algumas adoptadas ainda em 2010, para melhorar os níveis de execução do Programa, as quais foram no sentido de eliminar compromissos sem capacidade ou com baixa probabilidade de execução e ajustar os instrumentos de acesso ao Programa de forma a estimular e facilitar a execução.

A AG perspectiva para 2011 uma evolução significativa dos índices de desempenho do Programa, nomeadamente pelo incremento de despesa dos sistemas de incentivos, bem como pelo acolhimento de projectos com elevada pertinência estratégica na área das energias renováveis.

No que concerne, em particular, aos sistemas de incentivos, prevê-se lançar, em 2011, um novo sistema de incentivos para apoio à internacionalização das empresas da RAM, a co-financiar através do Programa Intervir+. Prevê-se igualmente a abertura de novas fases de candidatura no âmbito do Sistema de Incentivos ao Funcionamento.

Relativamente a mecanismos de engenharia financeira, o Programa perspectiva ainda apoiar o relançamento da linha de crédito "Micro e Pequenas Empresas" com um reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo, desta feita com uma especial incidência ao nível do apoio ao empreendedorismo jovem, bem como operações no âmbito do capital de risco.

Perspectiva-se igualmente para o ano de 2011 um grande avanço ao nível da apresentação dos Grandes Projectos ao Programa Intervir+. Considerando os desvios verificados quanto aos projectos referenciados como grandes projectos na fase de programação, propor-se-á em 2011 ajustar essa informação no sentido do efectivamente realizado e do que se perspectiva realizar.

Importantes desafios se colocarão em 2011 relacionados com a transformação de compromissos em execução, acarretando necessariamente um conjunto de medidas para compensar as dificuldades de execução do Programa. Refere-se, em particular, como factores relevantes para a melhoria da resposta do Programa, a possibilidade de se proporcionar o financiamento da contrapartida pública nacional de determinados projectos do Programa através do Empréstimo Quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito do QREN, bem como a reprogramação do Programa nos termos da alínea d) do ponto 1 do artigo 33º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

Importa ainda introduzir uma breve síntese das perspectivas para 2011 em relação a actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e informação e publicidade associadas igualmente à implementação do Programa Operacional.

A descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) (Compliance Assessment) do Programa Intervir+, à semelhança do acontecido em 2010, será objecto da necessária actualização, quer por via das alterações/ajustamentos da regulamentação específica atrás referida, quer de outros ajustamentos que a prática de implementação do Programa justifique.

Ao nível do sistema de informação, está previsto para 2011, a implementação dos web services para reporte dos indicadores físicos e o aperfeiçoamento de algumas funcionalidades de suporte à gestão do Programa, que irá permitir a agilização de alguns dos processos definidos na pista de auditoria do Programa. Ainda no decorrer de 2011, prevê-se a assinatura de um novo contrato de manutenção sistema preventiva e evolutiva para o SIGMA.

O sistema associado ao SIGMA (SIGMAPaperLess) deverá recuperar todo o histórico ao nível do arquivamento de documentos, permitindo uma pista de auditoria adequada.

Em termos de actividades associadas a verificações no local, refira-se que, na sequência do trabalho iniciado em 2010 pela empresa "DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A." contratada para a realização de verificações no local a 12 operações, prevê-se que a conclusão da totalidade daquelas verificações, com emissão das respectivas decisões finais, possa ocorrer no decurso do segundo semestre de 2011.

Paralelamente e decorrente do procedimento de contratação pública iniciado igualmente em 2010, prevê-se que a celebração do novo contrato para a realização de verificações no local a 10 operações, possa ocorrer no segundo semestre do ano, de forma a garantir a certificação atempada da despesa executada e assegurar uma amostra de operações o mais abrangente possível e representativa dos projectos aprovados.

No que respeita à certificação de despesa, e atendendo a que o Programa se encontra já em fase de "velocidade de cruzeiro", perspectiva-se para 2011 o cumprimento da Regra "n+3". A Autoridade de Gestão pretende manter o ritmo de execução em patamares que lhe permita dar cumprimento a esta regra, bem como cumprir com a meta assumida no âmbito do QREN, pelo que se prevê certificar despesa na ordem dos 76,3 milhões de euros (51,8 milhões de euros FEDER).

Quadro 64 - Previsão de pedidos de pagamentos intermédios para 2011

Pedidos de Pagamento a efectuar em 2011			
Eixo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	8.981.196	8.981.196	7.184.957
Eixo II	6.415.140	6.415.140	5.132.112
Eixo III	6.147.842	6.147.842	4.918.274
Eixo IV	22.720.287	22.720.287	18.176.229
Eixo V	30.792.671	30.792.671	15.396.335
Eixo VI	1.225.965	1.225.965	1.042.070
Total Programa	76.283.100	76.283.100	51.849.977

Ao nível da função avaliação, o Estudo da Avaliação Intercalar, conforme previsto no Plano Global de Avaliação do QREN (PGA), deverá iniciar-se no ano de 2011, tendo como principal finalidade contribuir para um maior conhecimento sobre a eficácia e eficiência do Programa, através da análise das suas realizações, resultados e impactos, bem como a sustentabilidade dos mesmos. Esta Avaliação deverá decorrer num período máximo de 6 meses, a contar da data de assinatura do contrato de prestação de serviços, prevendo-se a entrega do Relatório Inicial do estudo, por parte da equipa de avaliadores, 30 dias após a assinatura do respectivo contrato.

Tendo por base o princípio da resposta obrigatória, um apontamento ainda para o Relatório de Follow-up das Recomendações provenientes do Estudo da Avaliação da Operacionalização do Programa (vd. em <http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/>, em cumprimento do princípio da transparência). Neste âmbito, as recomendações aceites e ainda não implementadas serão implementadas até ao final do ano, sendo que existem outras recomendações aceites que são implementadas em contínuo (enquanto o Programa vigorar). As recomendações em desenvolvimento encontram-se em fase de conclusão.

No que concerne a Informação e Publicidade, pretende-se para 2011, no âmbito do Plano Estratégico de Comunicação dos Programas Operacionais da RAM 2007-2013 (PEC), proceder a algumas alterações face ao documento aprovado (2ª Versão aceite pela Comissão Europeia a 10 de Junho de 2008 – CCI2007PT162PO002). Estas alterações, a serem submetidas a apreciação e aprovação na 5ª Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais da RAM, e posteriormente a submissão pela Autoridade de Gestão à Comissão Europeia via SFC, são consequência, por um lado, dos estudos realizados sobre as acções implementadas em 2007/2008, 2009 e em 2010 e, por outro lado, da conjuntura actual, obrigando a seleccionar as acções com mais impacto nos diferentes públicos e a maximizar as acções conjuntas com o Plano de Comunicação do QREN.

As alterações a propor serão por conseguinte relacionadas com a própria monitorização do PEC e com as acções "Best of na TV" e "Mergulhar Lá e Plantar Cá". Destaque-se em particular a nova acção a introduzir "Monitorização do cumprimento das Regras de Informação e Publicidade".

Finalmente, e no que diz respeito à Lista de Beneficiários, esta passará em 2011 a ter uma periodicidade mensal.

Glossário de Siglas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AG	Autoridade de Gestão
AC	Autoridade de Certificação
AEV	Adverting Equivalent Value
BCE	Banco Central Europeu
CA	Comissão de Acompanhamento
CE	Comissão Europeia
CGO	Comissão Governamental de Orientação
CTC	Comissão Técnica de Coordenação
FBCF	Formação Bruta Capital Fixo
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FSE	Fundo Social Europeu
IDR	Instituto de Desenvolvimento Regional
IDE-RAM	Instituto de Desenvolvimento Empresarial
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IFDR, IP	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP
IGFSE, IP	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP
JORAM	Jornal Oficial da Madeira
MAC	Madeira, Açores e Canárias
MEA	Monitorização Ambiental Estratégica
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas
OI	Organismo Intermédio
PDES	Plano de Desenvolvimento Económico e Social
PEC	Plano Estratégico de Comunicação
PGA	Plano Global de Avaliação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PCT	Programa Cooperação Transnacional
PO	Programa Operacional
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
p.p.	Pontos percentuais
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira
PROMAR	Programa Operacional Pescas
RAM	Região Autónoma da Madeira
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SFC	Sistema de Informação da Comissão 2007
SI	Sistema de Incentivos
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos
RUP	Região Ultraperiférica
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UG	Unidade de Gestão
VAB	Valor Acrescentado Bruto



Anexos

Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
ICN-Tri-001 (*)	Realização	n.º	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	83	387				- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Sistema de Incentivos à Inovação - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-002	Realização	n.º	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	9	26				- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Sistema de Incentivos à Inovação - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	16.755.638	162.797.673				- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Sistema de Incentivos à Inovação - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	15.921.007	76.033.296				- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Sistema de Incentivos à Inovação - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN-Tri-003	Realização	N.º	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	9	41				- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Sistema de Incentivos à Inovação - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN-Tri-004	Realização	N.º	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	6	16				- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME - Sistema de Incentivos à Inovação - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) - Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-004	Realização	n.º	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	0	0				- Sistema de Incentivos à Inovação - Sistemas de Incentivos do Proconvergência - Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME	0	536				
ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	0	536				- Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPR)
ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco	0	0				- Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	0	6.015.588				- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; - SAESCTN - Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	0	5.620.590				- Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas - Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) - Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	2.024.053				- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii)
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	2.008.219				- SAESCTN - tipologias a) ii) - Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN-Tri-007 (***)	Realização	n.º	Ações Colectivas	0	34				
ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Colectivas	0	35.582.945				- Sistema de Apoio a Ações Colectivas - SIAC
			Investimento elegível nas Ações Colectivas	0	30.023.198				- Regulamentação Específica do Intervir +
ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T	0	0				- Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas	0	0				- Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2)
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial	0	196.034				- Regulamentação Específica do Proconvergência - Regulamentação Específica do Intervir +
ICN - Anual-016	Realização	N.º	Projectos pilotos de eficiência energética	n.a.	n.a.				- Regulamento Específico "Energia"
ICN - Anual-017 (****)	Realização	MW/h	Consumo energético antes da implementação do projecto	n.a.	n.a.				- Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MW/h	Consumo energético após a implementação do projecto	n.a.	n.a.				- Regulamento Específico "Energia"
ICN-Tri-008	Realização	n.º	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	0	1				- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA - Regulamentação Específica do Proconvergência - Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-001	Resultado	n.º	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	n.e	n.e				- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA - Regulamentação Específica do Proconvergência - Regulamentação Específica do Intervir +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-AAE-002	Resultado	n.º	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.e	n.e				- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA - Regulamentação Específica do Proconvergência - Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-003	Realização	n.º	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.a.	n.a.				- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA - Regulamentação Específica do Proconvergência - Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-006	Resultado	n.º	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	n.a.	n.a.				
Agenda Valorização do Território									
ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	0	3,5				- Regulamento Específico Mobilidade Territorial - Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes - Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira - Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada	n.a.	n.a.				- Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes - Regulamento Específico Mobilidade Territorial
ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	0	27,03				- Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" - Regulamento específico - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento - Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira - Regulamento do PROCONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	0	25				- Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" - Regulamento específico - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento - Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira - Regulamento do PROCONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-018	Realização	n.º	ETARs construídas	0	0				- Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" - Regulamento específico - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento - Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira - Regulamento do PROCONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	n.a.	n.a.				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos - Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos - Regulamento do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-020	Realização	N.º	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos - Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos - Regulamento do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-021	Resultado	N.	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos - Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos - Regulamento do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-022	Realização	n.º	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.a.	n.a.				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados - Regulamento do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR + (só para as "operações")
ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.a.	n.a.				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados - Regulamento do PRO CONVERGÊNCIA
ICN-Tri-013	Realização	n.º	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	0	0				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos - Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Realização	n.º	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	0	5				
	Realização	n.º	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	0	0				
ICN - Anual-024	Resultado	n.º	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	0	0				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN - Anual-025	Realização	N.º	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	n.e	n.e				- Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-026	Realização	N.º	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana	n.e	n.e				
ICN - Anual-027	Resultado	N.º	População abrangida por operações de regeneração urbana	0	46.352				
ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	0	164.836				
ICN - Anual-029	Realização	N.º	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	n.e	n.e				- Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-030	Realização	N.º	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	n.e	n.e				
ICN - Anual-031	Realização	N.º	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	n.e	n.e				
ICN-Tri-014	Resultado	n.º	Equipamentos sociais	0	0				- Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local - Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional - Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos - Regulamento Específico Saúde - Regulamento Específico Saúde – LVT - Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais - Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		n.º	Equipamentos desportivos	0	8				
		n.º	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	0	2				
		n.º	Unidades de saúde	0	0				
ICN - Anual-032	Resultado	n.º	População abrangida por equipamentos sociais	0	0				- Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local - Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional - Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos - Regulamento Específico Saúde - Regulamento Específico Saúde – LVT - Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais - Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		n.º	População abrangida por equipamentos desportivos	0	50.992				
		n.º	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	0	64.550				
		n.º	População abrangida por unidades de saúde	0	0				
ICN-AAE-018	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	n.e	n.e				- Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos - Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos - Regulamento do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamento Específico do Programa INTERVIR +

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31.12.2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	n.e	n.e				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos - Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	n.e	n.e				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos - Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	n.e	n.e				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos - Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Imateriais e Materiais - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
Agenda Potencial Humano									
ICN-Tri-015	Resultado	n.º	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	0	7				<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
		n.º	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1				<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico
		n.º	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1				<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário
		n.º	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional
		n.º	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
ICN - Anual-033	Resultado	n.º	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1.592				<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
		n.º	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	0	2.756				<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico
		n.º	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	0	1.260				<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário
		n.º	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	0	0				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional
		n.º	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	0	332				<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação Específica do PRO CONVERGÊNCIA - Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Notas

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregado e corresponde ao ICN-Anual -001

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregado e corresponde ao ICN-Anual -011

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregado e corresponde ao ICN -Anual-013

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo II -Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)

Unidade: Euros

Eixo Prioritário /Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Total	Adiantamentos certifiáveis	Adiantamentos não certifiáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Programa Intervir+	449.952.603	449.952.603	320.549.004	477.363.368	359.802.918	279.912.915	205.136.104	114.717.555	102.671.385	73.465.963	84.346.197	0	40.577.812	43.768.385	64%	23%	36%	41%	115%
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	43.740.834	43.740.834	34.992.667	115.932.004	33.683.454	26.716.995	21.326.414	3.433.581	2.849.035	2.261.615	2.670.181	0	760.622	1.909.559	61%	6%	11%	13%	118%
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	18.750.005	18.750.005	15.000.000	99.597.711	18.015.787	11.049.328	8.839.462	1.662.858	1.078.312	862.650	1.185.284	0	396.361	788.923	59%	6%	10%	13%	137%
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	13.115.829	13.115.829	10.492.667	7.331.284	6.900.149	6.900.149	5.517.119	1.127.264	1.127.264	901.643	899.771	0	63.480	836.291	53%	9%	16%	16%	100%
Modernização Administrativa	11.875.000	11.875.000	9.500.000	9.003.009	8.767.518	8.767.518	6.969.832	643.459	643.459	497.323	585.127	0	300.781	284.346	73%	5%	7%	8%	118%
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	61.840.233	61.840.233	49.472.186	94.961.682	83.078.254	59.845.654	47.651.565	24.120.340	22.750.721	18.148.540	19.446.917	0	8.591.400	10.855.517	96%	37%	38%	41%	107%
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	26.875.007	26.875.007	21.500.000	49.127.735	43.046.930	19.814.330	15.851.464	3.589.213	2.219.595	1.775.676	2.062.063	0	1.371.759	690.304	74%	8%	11%	13%	116%
Envolvente empresarial	34.965.226	34.965.226	27.972.186	45.833.947	40.031.324	40.031.324	31.800.101	20.531.127	20.531.127	16.372.864	17.384.854	0	7.219.641	10.165.213	114%	59%	51%	55%	106%
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	89.178.251	89.178.251	71.342.601	29.390.012	27.894.474	27.894.474	22.027.967	2.234.113	2.234.113	1.785.975	2.722.485	0	1.142.673	1.579.812	31%	3%	8%	12%	152%
Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	54.115.751	54.115.751	43.292.601	15.453.521	15.162.674	15.162.674	12.130.139	225.013	225.013	180.010	180.010	0	92.933	87.077	28%	0%	1%	1%	100%
Riscos naturais e tecnológicos	18.125.000	18.125.000	14.500.000	10.030.834	9.855.680	9.855.680	7.884.544	1.995.948	1.995.948	1.596.759	2.533.268	0	1.049.740	1.483.528	54%	11%	20%	32%	159%
Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	16.937.500	16.937.500	13.550.000	3.905.657	2.876.120	2.876.120	2.013.284	13.152	13.152	9.207	9.207	0	0	9.207	15%	0%	0%	0%	100%
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	114.896.874	114.896.874	91.916.874	108.472.269	99.048.599	98.909.879	79.127.904	44.034.418	44.034.418	35.227.534	39.539.251	0	18.237.427	21.301.824	86%	38%	45%	50%	112%

Eixo Prioritário / Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento / Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Total	Adiantamentos certifiáveis	Adiantamentos não certifiáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	110.146.842	110.146.842	88.116.874	88.269.856	82.962.366	82.823.646	66.258.917	37.848.167	37.848.167	30.278.534	31.932.604	0	13.790.554	18.142.050	75%	34%	46%	48%	105%
Reabilitação urbana e rural	4.625.032	4.625.032	3.700.000	20.202.412	16.086.233	16.086.233	12.868.986	6.186.251	6.186.251	4.949.001	7.606.647	0	4.446.873	3.159.774	348%	134%	38%	59%	154%
Cooperação interregional	125.000	125.000	100.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	132.649.352	132.649.352	66.324.676	123.659.498	111.157.287	61.605.062	30.802.532	39.064.389	28.972.384	14.486.192	18.291.866	0	10.417.728	7.874.138	46%	22%	47%	59%	126%
Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	87.148.712	87.148.712	43.574.356	89.512.732	78.942.796	29.390.571	14.695.286	21.479.942	11.387.937	5.693.969	7.553.764	0	4.801.545	2.752.219	34%	13%	39%	51%	133%
Infra-estruturas e equipamentos públicos	45.500.640	45.500.640	22.750.320	34.146.766	32.214.491	32.214.491	16.107.245	17.584.447	17.584.447	8.792.224	10.738.103	0	5.616.183	5.121.919	71%	39%	55%	67%	122%
Eixo VI - Assistência Técnica	7.647.059	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.940.851	4.940.851	4.199.723	1.830.713	1.830.713	1.556.106	1.675.497	0	1.427.962	247.535	65%	24%	37%	40%	108%
Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	7.647.059	7.647.059	6.500.000	4.947.904	4.940.851	4.940.851	4.199.723	1.830.713	1.830.713	1.556.106	1.675.497	0	1.427.962	247.535	65%	24%	37%	40%	108%

Anexo III -Aprovações e execução por NUT III até 31.12.2010 (valores acumulados)

Unidade: Euros

Eixo Prioritário /Vertente de Intervenção	Aprovações				Execução			
	N.º Projs	Investimento/Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional								
FEDER								
Fundo de Coesão								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE								
RAA								
RAM	552	359.802.918	279.912.915	205.136.104	114.717.555	102.671.385	73.465.963	36%
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

Anexo IV - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Ref ^a Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31.12.2010)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.a
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.a
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	0
ICN-AAE-001	n.º	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	n.e
ICN-AAE-002	n.º	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.e
ICN-AAE-003	n.º	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.a
ICN-AAE-006	n.º	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	n.a
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	n.a
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.a
ICN -Anual - 024	N.º	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	0
ICN -Anual - 027	N.º	População abrangida por operações de regeneração urbana	46.352
ICN -Anual - 028	m²	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	164.836
ICN -Anual - 032	N.º	População abrangida por unidades de saúde	0
CORE -022	N.º	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	1.500
CORE -025	N.º	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	10.012
CORE -026	N.º	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	15.500
CORE -029	KM²	Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	n.a
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	n.e
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	n.e
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	n.e
ICN-AAE-025	km²	Grau de cobertura do território por planos de emergência	n.e
CORE - 037	média por ano	N.º de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	80.256
CORE - 041	N.º	N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	12

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo V - Indicadores de monitorização das recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica

Universo: Operações contratadas, públicas e privadas, a 31.12.2010

Recomendação	Designação do Indicador	Metodologia de cálculo	Quantificação
R1	Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)	N.º de projectos contratados em cujo processo de decisão de financiamento foram explicitamente considerados critérios ambientais / N.º total de projectos contratados	106 / 552 = 19,2%
R2	Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2)	N.º de intervenções de natureza imaterial/ N.º total de intervenções apoiadas	120 / 552 = 21,7%
R2	Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)	Investimento total em intervenções de natureza imaterial/ Investimento total das intervenções apoiadas	108 505 678,40 / 304 079 485,76 = 35,7%
R3	Rácio de projectos de ID&T no domínio do ambiente (I 4)	N.º de projectos de I&DT no domínio do ambiente/N.º total de projectos de I&DT apoiados	46 / 54 = 85,2%
R3	Rácio de financiamento em ID&T no domínio do ambiente (I 5)	Financiamento em projectos de I&DT no domínio do ambiente/ Financiamento total em I&DT	15 018 511,50 / 19 458 222,08 = 77,2%
R4	Rácio de projectos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I 6)	N.º de projectos de inovação no domínio do ambiente em empresas/N.º total de projectos de inovação empresarial apoiados	46 / 102 = 45,1%
R4	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente (I 7)	Financiamento em projectos inovação empresarial domínio do ambiente/ Financiamento total em inovação empresarial	15 018 511,50 / 26 253 01,88 = 57,2%
R5	Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas (I 8)	N.º de iniciativas em empresas com, ou envolvendo, instrumentos e práticas de gestão ambiental/ N.º total de iniciativas empresariais apoiadas. As iniciativas devem ser discriminadas por tipo de instrumento/ prática adoptada	2 / 31 = 6,4%
R5	Rácio de financiamento em empresas com adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 9)	Financiamento a empresas com, ou envolvendo, instrumentos e práticas de gestão ambiental/ Financiamento total das iniciativas empresariais apoiadas. As iniciativas devem ser discriminadas por tipo de instrumento/ prática adoptada	1 392 604,93 / 11 372 255,26 = 12,2%
R6	Rácio de adopção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10)	N.º iniciativas em serviços públicos com, ou envolvendo instrumentos e práticas de gestão ambiental/ N.º total de iniciativas apoiadas. As iniciativas devem ser discriminadas por tipo de instrumento/ prática adoptada	14 / 77 = 18,2%
R6	Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 11)	Financiamento a serviços públicos com, ou envolvendo instrumentos e práticas de gestão ambiental/ Financiamento total a iniciativas do sector público. As iniciativas devem ser discriminadas por tipo de instrumento/ prática adoptada	17 197 130,55 / 277 826 473,88 = 6,2%
R7	Rácio de projectos de infra-estruturas contemplando a adopção de práticas de concepção, construção e gestão sustentável (I 12)	N.º de projectos de infra-estruturas contemplando especificamente a adopção de práticas de concepção, construção e gestão sustentável / N.º total de projectos apoiados que envolvem investimento na construção de infra-estruturas Incluem-se, por exemplo, práticas como: - incorporação de materiais reciclados - eficiência energética - preservação de biodiversidade urbana	5 / 16 = 31,2%
R8	N.º de operações de acções de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13)	N.º de iniciativas de divulgação, comunicação e formação ambiental realizadas no âmbito das intervenções apoiadas	80
R8	Pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 14)	N.º total de pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental realizadas no âmbito das intervenções apoiadas	53 000
R9	Rácio de projectos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de protecção ambiental (I 15)	N.º projectos de protecção e valorização do ambiente visando a implementação de medidas preventivas e/ou proactivas / N.º total projectos de protecção e valorização do ambiente apoiados Nota: Incluem-se os seguintes projectos: - redução da poluição na fonte; - medidas preventivas de controlo de erosão costeira; - medidas de redução de vulnerabilidade a cheias. Intervenções de "fim-de-linha" são explicitamente excluídas do numerador	4 / 17 = 23,5%
R10	Rácio de projectos de regeneração/requalificação de construções e infra-estruturas (I 16)	N.º de projectos de regeneração/requalificação / N.º total de projectos apoiados no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social. Nota: excluem-se explicitamente do numerador os projectos que envolvem novas construções	6 / 24 = 25,0%

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores de Realização												
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	Realização - Contratada	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	3	-	-	-	-	5	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	Projectos de Inovação/IDT	Realização - Contratada	0	5	24	42						-
		Realização - Executada	0	1	11	20						-
		Metas	-	-	-	20	-	-	-	-	50	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT	Realização - Contratada	0	4	19	35	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	3	9						-
		Metas	-	-	-	16	-	-	-	-	40	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	Projectos na área da Sociedade da Informação	Realização - Contratada	0	1	6	6						-
		Realização - Executada	0	1	6	6						-
		Metas	-	-	-	10	-	-	-	-	30	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Empresas apoiadas	Realização - Contratada	0	9	490	606	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	463	546						-
		Metas	-	-	-	250	-	-	-	-	500	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	Instrumentos de engenharia financeira	Realização - Contratada	0	0	2	2	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	Realização - Contratada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	0	-	-	-	-	1	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	N.º de projectos de infra-estruturas ambientais	Realização - Contratada	0	0	1	3	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	1	3					-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	3	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	Realização - Contratada	0	0	1	1	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	1	1					-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	5	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Projectos de prevenção e gestão de riscos	Realização - Contratada	0	0	2	5	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	2	5					-
		Metas	-	-	-	1	-	-	-	2	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização - Contratada	0	0	0	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	155	-	-	-	200	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Projectos na área dos transportes	Realização - Contratada	0	0	2	2	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	2	2					-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	3	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Projectos na área da cultura e lazer	Realização - Contratada	0	0	3	4	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	3	4					-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	6	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Estabelecimentos de ensino intervencionados	Realização - Contratada	0	1	9	17	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	7	15					-
		Metas	-	-	-	1	-	-	-	2	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Rede viária intervencionada	Realização - Contratada	0	0	0,98	0,98	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0,98	0,98					-
		Metas	-	-	-	15	-	-	-	15	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
	Projectos de reabilitação urbana e rural	Realização - Contratada	0	2	8	8	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	2	8	8					-
		Metas	-	-	-	1	-	-	-	2	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Empresas apoiadas	Realização - Contratada	0	0	0	219	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0	68						-
		Metas	-	-	-	200	-	-	-	-	320	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	Projectos destinados à prestação de serviços públicos	Realização - Contratada	0	0	0	1	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	0	1						-
		Metas	-	-	-	4	-	-	-	-	7	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
	Rede viária intervencionada	Realização - Contratada	0	2,52	2,52	2,52	0	0	0	0	0	-
		Realização - Executada	0	0	2,52	2,52						-
		Metas	-	-	-	3,65	-	-	-	-	3,56	-
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						-
Indicadores de Resultados												
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Investimento alavancado em Inovação/IDT(em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	0,31	2,24	2,62						-
		Realização - Executada	0	0	0	0,10						-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	-	5	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio	Realização - Contratada	0	0	6	8						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	-	5	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Investimento privado induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	0,26	4,04	5,86						-
		Realização - Executada	0	0	0,24	0,58						-
		Metas	-	-	-	4	-	-	-	-	10	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Serviços públicos online	Realização - Contratada	0	0	75	75						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	38	-	-	-	-	50	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Empregos brutos criados (ETI)	Realização - Contratada	0	24	719	944						-
		Realização - Executada	0	0	2	8						-
		Metas	-	-	-	450	-	-	-	-	700	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a						
	Investimento privado induzido(em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	0,80	6,44	14,41						-
		Realização - Executada	0	0	0,08	0,95						-
		Metas	-	-	-	12	-	-	-	-	30	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a						
	Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	Realização - Contratada	0	0	0	0						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	n.a.	-	-	-	-	10%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a						

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	Realização - Contratada	0	0	10.000	15.512					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	8.800	-	-	-	112.700	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	1	1					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	3	-	-	-	6	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	2	5					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	3	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	Realização - Contratada	0	0	0	0					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	3.150	-	-	-	3.500	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	Realização - Contratada	0	0	100	100					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	20%	-	-	-	20%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	Investimento alavancado na área da cultura e lazer	Realização - Contratada	0	0	1,74	2,21					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	2	-	-	-	4	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	Alunos abrangidos pelas escolas intervencionadas	Realização - Contratada	0	1260	2.942	5.940					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	1.020	-	-	-	1.520	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S.Vicente	Realização - Contratada	0	0	0	0					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	73%	-	-	-	73%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
	População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	Realização - Contratada	0	185	10.650	46.352					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					-
		Metas	-	-	-	21.740	-	-	-	56.360	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	Realização - Contratada	0	0	0	100						-
		Realização - Executada	0	0	0	100						-
		Metas	-	-	-	65%	-	-	-	-	65%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Redução nos (sobre)custos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	0	35						-
		Realização - Executada	0	0	0	16,1						-
		Metas	-	-	-	50%	-	-	-	-	50%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	Realização - Contratada	0	0	80	80						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	83%	-	-	-	-	83%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
Eixo VI - Assistência Técnica	Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)	Realização - Contratada	0	0	100%	100%						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						-
		Metas	-	-	-	100%	-	-	-	-	100%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Visitas ao sítio internet	Realização - Contratada	0	0	1.600	1.600						-
		Realização - Executada	0	0	3.200	4.394						-
		Metas	-	-	-	4.000	-	-	-	-	4.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						
	Tempo médio de análise de candidaturas	Realização - Contratada	0	0	45	45						-
		Realização - Executada	0	0	20,48	21,37						-
		Metas	-	-	-	45	-	-	-	-	45	
		Valor de Referência / Situação de Partida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.						

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	99	637	1.314						-
		Realização - Executada	0	0	7	21						
		Metas	-	-	-	-					800	
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada	0	40	303	647						-
		Realização - Executada	0	0	2	10						
		Metas	-	-	-	-						
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada	0	59	334	667						-
		Realização - Executada	0	0	5	11						
		Metas	-	-	-	-						
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização - Contratada	0	5	24	42						-
		Realização - Executada	0	1	11	20						
		Metas	-	-	-	-					10	
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada	0	0	3	4						-
		Realização - Executada	0	0	1	1						
		Metas	-	-	-	-					9	
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada	0	8	43	103						-
		Realização - Executada	0	0	5	13						
		Metas	-	-	-	-					10	
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	13	42	312						-
		Realização - Executada	0	0	6	89						
		Metas	-	-	-	-					1.300	
	8. dos quais: n.º de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização - Contratada	0	6	20	38						-
		Realização - Executada	0	0	3	9						
		Metas	-	-	-	-					110	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	32	169	444						-
		Realização - Executada	0	0	7	21						
		Metas	-	-	-	-					750	
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada	0	1,06	6,68	13,40						-
		Realização - Executada	0	0,00	0,32	1,53						
		Metas	-	-	-	-					40	
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	6	6						-
		Realização - Executada	0	1	6	6						
		Metas	-	-	-	-					8	
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada	0	0	0	0						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					0	

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Transportes	13. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	3	4					-
		Realização - Executada	0	1	3	4					
		Metas	-	-	-	-				5	
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada	0	0	3,12	3,12					-
		Realização - Executada	0	0	3,12	3,12					
		Metas	-	-	-	-				3	
	15. das quais: RTE	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
		Metas	-	-	-	-				-	
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada	0	0	0,38	0,38					-
		Realização - Executada	0	0	0,38	0,38					
		Metas	-	-	-	-				0	
	17. N.º de Km de novas ferrovias	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
		Metas	-	-	-	-				-	
	18. das quais: RTE	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
		Metas	-	-	-	-				-	
	19. N.º de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
		Metas	-	-	-	-				-	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					-
		Realização - Executada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.					
		Metas	-	-	-	-				-	
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					-
		Realização - Executada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.					
		Metas	-	-	-	-				-	
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	0	0	0	1.500					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					
		Metas	-	-	-	-				1.500	
Energias Renováveis	23. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	0					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					
		Metas	-	-	-	-				2	
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MVWh)	Realização - Contratada	0	0	0	0					-
		Realização - Executada	0	0	0	0					
		Metas	-	-	-	-				123.000	

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada	0	0	10.000	10.012						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					10.000	
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada	0	0	10.000	15.500						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					10.000	
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada	0	0	0	0						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					1	
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada	0	0	0	0						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					0	
	29. Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada	0	0	0	0						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					0	
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ equivalentes, kt)	Realização - Contratada	0	0	0	0						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					-	
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	2	5						-
		Realização - Executada	0	0	2	5						
		Metas	-	-	-	-					7	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização - Contratada	0	0	0	250.000						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					250.000	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - Contratada	0	0	230.000	250.000						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					250.000	
Turismo	34. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	12	26						-
		Realização - Executada	0	0	7	8						
		Metas	-	-	-	-					60	
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada	0	0	12	132						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					200	
Educação	36. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	1	13	17						-
		Realização - Executada	0	1	13	17						
		Metas	-	-	-	-					25	
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	0	1.260	42.500	42.500						-
		Realização - Executada	0	0	0	0						
		Metas	-	-	-	-					52.000	

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Saúde	38. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	0	2					-
		Realização - Executada	0	0	0	2					
		Metas	-	-	-	-				3	
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	0	2	8	8					-
		Realização - Executada	0	2	8	8					
		Metas	-	-	-	-				10	
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada	0	0	8	8					-
		Realização - Executada	0	0	8	8					
		Metas	-	-	-	-				8	
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	0	1	11	12					-
		Realização - Executada	0	1	11	12					
		Metas	-	-	-	-				22	

Anexo VIII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa Intervir+									359.802.918	279.912.915	205.136.104	0
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento									33.683.454	26.716.995	21.326.414	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000002	Implementação de uma sociedade prestadora de serviços específicos no âmbito da gestão energética	4	4	300	205	511279787	Ad Mensuram Madeira - Consultoria em Engenharia e Gestão, Lda.	87.161	43.580	34.864	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000003	Prestação de serviços de concepção, design e produção de instalações interactivas	4	9	300	205	511281897	Wowsystems - Informática, Lda.	198.453	99.227	79.381	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000005	Projecto inovador na área do surf	4	4	300	205	511284039	Rod Island Surf Shop, Sociedade Unipessoal, Lda.	18.775	9.388	7.510	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000007	Automização documental com vista à optimização integrada de processos	4	9	300	204	511284748	Endémica - Tecnologia, Inovação e Processos, Sociedade Unipessoal, Lda.	199.864	99.932	79.946	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000010	Criação de uma lavandaria Low Cost	4	9	300	205	508743648	Local Visível, Lda.	106.213	53.107	42.485	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000013	Serviços Certificação acústica, eficiência energética de edifícios, mapas ruído, consult. Qualidade de construção	4	4	300	205	511284780	Certiram - Projectos e Certificação de Edifícios, Lda.	74.689	37.344	29.876	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000014	Constituição de empresa para fabricação de próteses	4	4	300	205	508882524	LPM - Laboratório de Prótese Dentária, Lda.	149.775	74.887	59.910	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000015	Fornecimento de um sistema integrado gestão de segurança	4	9	300	204	511285809	S4i - Security 4 Integration, Lda.	174.106	87.053	69.642	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000016	Abertura de uma nova loja e criação e desenvolvimento de uma nova gama de serviços	4	9	300	205	508960959	Just Business, Unipessoal, Lda.	57.869	28.934	23.147	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000018	Prestação de Serviços Personalizados apoiados nas Tecnologias de informação de carácter inovador	4	4	300	205	508913772	Your Emotion, Lda.	136.600	68.300	54.640	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000019	Sistemas de Limpezas inovadores	4	4	300	205	240771478	José Luis Rodrigues Freitas	85.109	42.555	34.044	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000020	Criação de empresa no sector das tecnologias de informação	4	4	300	204	509078028	Elaconta Madeira - Informática, Lda.	170.490	85.245	68.196	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000024	Uma ideia inovadora na RAM o saco de pão	4	4	300	205	509079270	PubliCM, Unipessoal, Lda.	38.210	19.105	15.284	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000025	Emissão de conteúdos visuais através da "internet"	4	4	300	205	509048234	Desenquadrado - Multimédia e Comunicação - Unipessoal, Lda.	44.595	22.298	17.838	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000029	Abertura de uma nova loja com serviço inovador	4	4	300	205	509191460	MAlexandra Cardoso, Unipessoal Lda.	84.404	50.643	40.514	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000030	Qualiram - Serviços de Consultoria	4	4	300	205	214159876	Sónia Marcia Fernandes Gonçalves	24.886	14.932	11.945	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000031	Doutor Bateria - Reutilização de Baterias	4	4	300	201	509196020	BD Madeira - reutilização de Baterias Usadas, Lda.	81.599	48.959	39.167	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000032	Empresa de publicidade e serviços multimédia	4	4	300	202	509187188	Twist Multimédia, Lda	100.510	60.306	48.245	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000033	Indústria Química	4	4	300	201	509227295	PHYTOCHEM - Comércio de Produtos de Higiene, Lda	114.816	68.890	55.112	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000034	Editoria livros a preços reduzidos em circuito tradicional e plataformas digitais	4	4	300	202	509182704	Euthalia Editora, Lda	225.212	135.127	108.102	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000035	Criação de uma nova empresa com processo inovador de fabrico	4	4	300	201	509315917	Rebeldes Sabores, Lda	125.369	75.221	60.177	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000036	Abertura de uma nova loja com serviço inovador	4	4	300	205	509336817	Alves e Camacho, Lda	38.898	23.339	18.671	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000040	Turismo científico e de conservação e ecoturismo	4	4	300	201	211989550	Sérgio Bruno Marques Teixeira	64.455	38.673	30.938	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000041	Criação de soluções de automação industrial	4	4	300	205	509380794	RC Automação, Lda	128.179	76.908	61.526	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000042	Formação de um centro de diagnóstico oftalmológico diferenciado e inovador	4	4	300	205	509210368	Oftalmad, Lda	247.280	148.368	118.694	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000043	Novo serviço de animação turística	4	4	300	205	165892161	Pedro Manuel Vieira Diniz	178.444	107.067	85.653	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000044	Investigação e desenvolvimento	4	4	300	205	509228216	Think Ahead Labs Unipessoal, Lda	247.750	148.660	118.920	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000045	Soluções tecnológicas de serviços relacionados com eficiência energética	4	4	300	205	509323936	Vep Solar - Energia e Clima, Lda	247.809	148.685	118.948	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000046	Desenvolvimento, consultoria e manutenção de software de soluções de eficiência energética	4	4	300	205	509322662	Viva Celular - New Media, Lda	237.463	142.478	113.982	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000047	Criação de uma nova empresa com serviço inovador na área da mediação	4	4	300	205	509314090	BUILDINGFIX - Mediação de Obras, Lda	53.166	31.899	25.519	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000048	Optimização energética das infra-estruturas	4	4	300	205	509176100	Fluxo de Luz, Lda	130.574	78.344	62.676	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000049	Solução informática de gestão de vendas	4	4	300	205	509397425	Silverspheres, Lda	249.906	149.944	119.955	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000050	Concepção de uma inovadora infra-estrutura de suporte às cadeias de logística	4	4	300	205	509026222	Análise genuína - Consultoria e Sistemas de Informação, Lda	199.042	119.425	95.540	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0112-FEDER-000051	Criação do "Portal Madeira"	4	4	300	202	215503538	Pedro Dantas de Freitas	169.854	101.913	81.530	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0113-FEDER-000001	Desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão colaborativa	4	4	300	204	511021380	MC Computadores, S.A.	198.860	69.601	55.681	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0113-FEDER-000002	Gestor das actividades da empresa sob plataforma Web, um portal de serviços	4	4	300	205	511070365	Ecométodos - Serviços Ambientais, Lda	197.275	83.842	67.074	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0119-FEDER-000001	Tecnologias de Informação - Emproj. SATEC	4	4	300	202	511032463	Jorge Sá, S.A.	1.610.098	500.000	400.000	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0119-FEDER-000002	Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar	5	4	300	202	511283733	Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda	5.550.000	2.775.000	2.220.000	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0119-FEDER-000003	Reestruturação tecnológica e introdução de efciências energéticas nos processos de gestão	4	4	300	202	511007779	MadeiraAuto Car, Lda	79.189	31.676	25.340	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0189-FEDER-000001	Investigação e desenvolvimento de superfícies interactivas (6D), som, aromatização e toque).	4	4	300	205	511281897	Wowsystems Informática, Lda	358.539	226.679	181.343	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0190-FEDER-000001	Alargamento e melhoria da gama de bens ou serviços	4	4	300	202	511101570	Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	648.867	417.827	334.262	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0190-FEDER-000002	Melhoria da flexibilidade da produção e fornecimento de serviços	4	4	300	202	511101570	Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	551.166	350.046	280.037	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0190-FEDER-000003	Software Platform for Automated Enterprise-wide - SPAN	4	4	300	204	511281505	Inovisoft, Tecnologias, Lda	211.186	165.416	132.333	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0190-FEDER-000007	Novas tecnologias que combinam a diminuição do tamanho do sensor de imagem e aumento da qualidade	4	4	300	205	511239548	Awaiba - Consultadoria Desenvolvimento e Comércio de Componentes Microelectronics, Lda	782.118	551.554	441.243	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000001	rs4e II - Road Show for Entrepreneurship 2008 - 2013	1	4	300	105	511090145	CEIM - Centro de Empresas e Inovação da Madeira	2.379.295	2.379.295	1.903.436	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000002	Ação técnica e Didáctica para a Eficiência Energética e Qualidade do Ar Interior nas Escolas da RAM	1	4	300	108	511058012	AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira	494.460	494.460	395.568	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000003	MAAR - Madeira Artists em Residência	1	4	300	212	511046472	Porta 33 - Associação Quebra Costas Centro de Arte Contemporânea	367.990	367.990	294.392	0
Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	MADFDR-01-0143-FEDER-000005	III Fórum Mundial de Desenvolvimento Económico Regional	1	4	300	212	511127626	ADERAM - Agência de Desenvolvimento da RAM	95.219	95.219	76.175	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000001	Reforço e modernização das capacidades laboratoriais de ensaios de engenharia civil	1	4	300	106	511042850	LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.276.695	1.276.695	1.021.356	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000002	SEE - Simulação Empresarial e Empreendedorismo	1	4	300	101	680041982	UMA - Universidade da Madeira	1.290.000	1.290.000	1.032.000	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000003	OTIC/TedMU-PETT	1	4	300	101	680041982	UMA - Universidade da Madeira	395.000	395.000	316.000	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000005	LSC - Laboratório de Semiótica Clínica	1	4	300	101	680041982	UMA - Universidade da Madeira	75.000	75.000	60.000	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000006	VALIMED - Estudo e validação do cálculo de incertezas de medição associadas a calibrações e ensaios	1	4	300	106	511042850	LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil	597.000	597.000	477.600	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000007	Madeira - ITI	1	4	300	202	511101570	Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.	542.000	542.000	433.600	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000008	Wireless passenger detection	1	4	300	212	511026340	Horários do Funchal, S.A.	30.000	30.000	21.000	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000011	GENHYMAPE	1	4	300	105	511228848	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E	60.300	60.300	48.240	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000012	Genemacor	1	4	300	105	511228848	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E	55.000	55.000	44.000	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0224-FEDER-000016	O Deve e o Haver - as Finanças públicas e privadas na História da Madeira	1	4	300	106	671000900	Centro de Estudos de História do Atlântico	272.500	272.500	218.000	0
Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	MADFDR-01-0266-FEDER-000001	3DWHALE	1	4	300	107	511239440	Município de Machico	2.306.654	2.306.654	1.845.323	0
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000001	Projecto Integrado de Modernização do Laboratório Regional de Engenharia Civil	1	4	300	106	511042850	LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil	256.888	256.888	205.510	0
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000002	Rede de Comunicação Estruturada, Construção do Datacenter e Remodelação do Gabinete de Informática	1	4	300	107	511217315	Município do Funchal	883.648	883.648	662.736	0
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000003	e-SESARAM	1	4	300	105	511228848	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E	6.352.010	6.352.010	5.081.608	0
Modernização Administrativa	MADFDR-01-0326-FEDER-000004	Electronicgovernment@ E-island.ram	1	4	300	106	671001485	DRAPPS - Direcção Regional para a Administração Pública do Porto Santo	1.274.972	1.274.972	1.019.978	0
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional									83.078.254	59.845.654	47.651.565	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000003	Instalação de sistema de tratamento de efluente industrial	4	9	300	204	511052766	Solidago Industria e Serviços, Lda	66.800	26.720	21.376	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000005	Desenvolvimento da competitividade e reforço da capacidade técnica e tecnológica	4	4	300	205	511254725	Gestlider II - Contabilidade Informática e Gestão, Lda	118.352	41.423	33.138	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000007	Criação de empresa como novo produto/serviço	4	4	300	205	511279744	Esfera Armilar - Unipessoal, Lda	196.302	78.521	62.817	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000010	Implementação do estabelecimento e Dotação de Meios à sua actividade	4	4	300	205	511278594	Corpo & Vida III, Lda	199.259	79.704	63.763	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000011	Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade	4	4	300	204	511239769	Farmácia do Chafariz, Sociedade Unipessoal, Lda	22.269	7.794	6.235	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000012	Aquisição de máquinas e equipamentos ligados à segurança e ambiente	4	9	300	204	511066287	Sweets and Sugar, SA	199.854	79.942	63.953	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000013	Unidade de tratamento de resíduos de lavagem de lamas	4	9	300	205	511096712	Cortpedra - Extração e Comércio de Pedra, Lda	198.700	79.480	63.584	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000014	Reestruturação da Unidade de Produção	4	4	300	205	511055013	Martins & Martins, Sociedade Unipessoal, Lda	198.113	69.340	55.472	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000015	Modernização/renovação do restaurante típico Gavão Novo na zona Histórica do Funchal	4	4	300	205	511187580	Estêvão & Maria, Lda	109.932	43.973	35.178	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000016	Criação de Loja Alimentar	4	4	300	205	507777883	Hortulana, Lda	141.328	56.531	45.225	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000017	Modernização de instalações e aquisição de novos equipamentos	4	9	300	204	511057130	Paula & paulino, Lda	143.067	50.074	40.059	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000019	Remodelação de Loja	4	9	300	205	511281862	Ana Maria Catanho, Unipessoal, Lda	38.793	13.578	10.862	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000021	Modernização da empresa em termos técnicos e tecnológicos	4	4	300	203	511280700	Servinas, Lda	130.470	45.664	36.532	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000022	Adaptação de espaço e aquisição de equipamentos	4	4	300	205	511276940	Blumed - Medicina Segurança e Higiene no Trabalho, Lda	58.205	20.372	16.297	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000023	Criação de um novo de publicidade que tem como suporte os Smarts	4	4	300	205	511280874	Smart Monsion, Lda	49.175	17.211	13.769	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000024	Criação e desenvolvimento de novos serviços integrados	4	9	300	205	511284896	Pilar Empresarial, Lda	199.903	79.961	63.969	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000025	Modernização de Instalações e Equipamentos	4	4	300	201	511191502	FINIRAM - Consultoria Financeira e Investimentos, Lda	53.954	21.582	17.265	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000026	Aumento da qualidade dos serviços e estrutura física, e oferta de novos serviços	4	4	300	205	511114567	José António Carvalho Martins Sociedade Unipessoal, Lda	70.798	24.779	19.824	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000027	Qualificação e diversificação da oferta existente	4	4	300	205	508605482	Estrelas e Signos Unipessoal, Lda	197.921	69.272	55.418	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000028	Criação de um cabeleireiro	4	4	300	205	508857015	Lopez & Silva, Unip, Lda	164.473	65.789	52.631	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000031	Mudança de Instalações da Farmácia com abertura de Parafarmácia no espaço actual	4	4	300	204	511239769	Farmácia do Chafariz, Sociedade Unipessoal, Lda	144.744	50.660	40.528	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000033	Modernização de um espaço comercial tradicional	4	4	300	205	511285159	Estrela da Barreira, Lda	105.671	44.910	35.928	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000034	Abertura de uma loja de conveniência	4	4	300	205	511209835	Paderia Pastelaria Solar dos Álamos, Soc. Unipessoal, Lda	107.136	48.211	38.569	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000035	Criação de um Cabeleireiro	4	4	300	205	509174515	Auge D Ideias Cabeleireiro, Unipessoal Lda	38.524	19.262	15.409	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000036	Reestruturação de uma unidade de restauração	4	4	300	205	178052531	Francisco Manuel dos Santos Gonçalves	95.455	45.341	36.273	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000037	Abertura de um espaço comercial - loja de roupa	4	4	300	205	509072666	Criavanguarda, Lda	97.922	46.513	37.210	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000038	Abertura de Loja para atendimento ao público e exposição de flores	4	4	300	205	508965144	Traço de Flor, Lda	59.445	29.723	23.778	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000039	Sistema de gestão de segurança alimentar e melhoria ao nível de eficiência energética	4	4	300	205	511029330	Irmãos Reis e Gonçalves, Lda	107.044	48.170	38.536	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000040	Projecto de modernização e requalificação com aposta na inovação	4	4	300	204	511053703	Elomadeira Sistemas de Comunicação, Lda	44.617	18.962	15.170	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000041	Instalação de meios informáticos, logísticos e funcionais	4	4	300	205	511041284	Zarconta - Administração e Consultadoria, Lda	36.479	16.415	13.132	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000042	Modernização da empresa, utilização das boas práticas em termos de gestão e eficiência energética	4	4	300	204	511002440	J.S. Meneses, S.A.	106.393	47.877	38.301	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000043	Reestruturação do Estaleiro para embarcações de recreio	4	4	300	204	509159346	RepMarítima - Unipessoal, Lda	172.958	82.155	65.724	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000046	Abertura de uma farmácia	4	4	300	202	511246234	Maria da Luz Dantas - Farmácia Unipessoal, Lda	145.940	69.322	55.457	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000047	Criação de um estabelecimento de restauração e bebidas	4	4	300	205	179186701	Maria Martinha Sousa Canha	135.631	64.425	51.540	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000048	Reestruturação e adaptação de um estabelecimento comercial	4	4	300	205	511191030	Agostinho Patrocínio Gonçalves Unipessoal, Lda	103.393	43.942	35.154	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000050	Abertura de um espaço comercial no sector automóvel	4	4	300	205	509316344	Peca Aqui - Peças para Automóveis - Unipessoal, Lda	28.597	13.584	10.867	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000052	Abertura de um estabelecimento de restauração tradicional madeirense	4	4	300	201	509261299	Chuva de Alecrim, Lda	102.484	48.680	38.944	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000053	Reestruturação e modernização de um estabelecimento de restauração	4	4	300	205	511284802	Lily's, Lda	198.943	94.498	75.599	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000054	Abertura de uma Papelaria, Reprografia e Livraria	4	4	300	201	509421466	Matéria Pura, Lda	84.509	40.142	32.113	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000055	Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008	4	4	300	204	511085117	R.P. - Comércio e Distribuição, Lda	23.190	10.436	8.348	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000056	Criação de um estabelecimento de restauração e bebidas	4	4	300	202	509362109	O Plano, Lda	42.517	20.196	16.157	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000057	Implementação e Exploração de Oficina de Manutenção e Reparação de Automóveis	4	4	300	205	509321348	Auto Explorer, Lda	181.812	86.361	69.089	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000058	Criação de um restaurante típico nos Prazeres	4	4	300	205	509209343	Prazeres de Inverno, Lda	191.989	91.195	72.956	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000059	Modernização da área comercial e da gestão da empresa	4	4	300	204	511117221	Auto Pop I - Comércio de Automóveis, Lda	79.366	35.715	28.572	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000060	Modernização empresarial, aumento da competitividade	4	4	300	202	511013477	Silva & Bettencourt, Lda	55.871	23.745	18.996	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000061	Certificação de HACCP	4	4	300	205	511086300	Brazão & Brazão - Investimentos Hoteleiros, Lda	51.170	23.026	18.421	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000062	Reorganização e aquisição de equipamentos visando a melhoria da produtividade e competitividade	4	4	300	205	511272375	MANICA - Soluções Digitais, Lda	199.719	89.874	71.899	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000063	Remodelação das infraestruturas e aquisição de novos equipamentos	4	4	300	205	509443788	Segredos à Medida, Lda	61.996	27.898	22.319	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000064	Criação de novas Infraestruturas e melhoria na prestação de serviços	4	4	300	204	511125909	Paulino Castanho, Iluminações, Lda	189.211	85.145	68.116	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000065	Requalificação e Modernização dos equipamentos e do espaço comercial	4	4	300	205	511006829	Duplilpélag - Sociedade de Equipamentos Comerciais e Industriais, Lda	81.351	38.642	30.913	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000066	Abertura de nova parafarmácia no Funchal	4	4	300	204	509441335	Topfarma, Lda	195.153	87.819	70.255	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000068	Abertura de um espaço comercial - Cabeleireiro	4	4	300	205	509542522	Teresa Vilela Mota - Cabeleireiro, Unipessoal, Lda	139.198	62.639	50.111	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0113-FEDER-000071	Ampliação das instalações, investimento em tecnologias de informação e comunicação	4	4	300	205	509132936	SS Financial - Contabilidade, Gestão e Consultoria, Lda	36.319	16.343	13.075	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000002	Criação de uma unidade de apoio técnico, segurança e ambiental a obras públicas e privadas	4	4	300	204	511283806	Arlindo Correia & Filhos - Engenharia, Lda	498.477	224.315	179.452	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000003	Modernização de Equipamentos	4	4	300	204	511090129	Lubripiso - Lubrificação dos Socorridos, Lda	111.355	50.110	40.088	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000004	Construção da sede social e aquisição de equipamentos	4	4	300	204	507881982	Maxima Dinamica, Lda	219.587	98.814	79.051	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000005	Construção do pavilhão e aquisição de equipamentos produtivos	4	4	300	204	511081332	Serralharia José Luis, Lda	384.740	173.133	138.506	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0114-FEDER-000006	Modernização das instalações e aquisição de novos equipamentos	4	4	300	204	511254482	Watercapital Madeira - Tratamento de Águas, Lda	62.748	34.511	27.609	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000001	Abertura um novo espaço comercial	4	4	300	205	508272742	Ao Gosto Popular, Lda	407.881	163.152	130.522	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000003	Apetreçamento das instalações da Leuimport	4	4	300	203	511065043	Leuimport da Madeira Comércio Automóvel, Lda	2.122.299	500.000	400.000	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000004	Abertura de uma farmácia	4	4	300	204	511276524	Farmácia da Penteada, Lda	487.334	194.934	155.947	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000005	Modernização do processo produtivo	4	4	300	203	511060653	SIM - Sociedade Insular de Moagens, S.A.	414.355	186.460	149.168	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000006	Implementação da Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Certificação energética	4	4	300	203	511113722	Concreto Plano - Construções, S.A.	87.982	35.193	28.154	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000007	Aquisição de um Robot Mecânico para Farmácia	4	4	300	204	511256396	Espacopharm, Lda	300.007	120.003	96.002	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000008	Construção e exploração de Posto de Abastecimento de combustíveis líquidos	4	4	300	204	508422523	Brilho Infinito, Lda	255.746	115.086	92.069	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000009	Aquisição de uma nova linha de produção apostando em técnicas de fabrico inovadoras em Portugal	4	4	300	204	511066287	Sweets and Sugar - Produção e Comer. de Açúcar e seus Derivados, S.A.	2.067.987	930.594	744.475	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000011	Investimento em expansão empresarial para novos mercados visando a internacionalização	4	4	300	204	511037570	New Madeira Investment Serviços, S.A.	151.800	60.720	48.576	0

Unidade: Euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000012	Centro de lavagens e Serviços - Elefante Azul - Santa Cruz	4	4	300	205	511222386	R L E C Cassianos, Lda	858.104	386.147	308.917	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000013	Criação de empresa, com instalações próprias	4	4	300	204	509313329	Turnkey Solutions - Madeira Office Center Unip., LDA.	577.514	231.006	184.805	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000014	Modernização empresarial, privilegiando a área de eficiência energética/ambiente	4	4	300	204	511060971	SO USA - Técnica de Limpeza e Desinfecção, SA.	1.537.129	768.565	614.852	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000015	Posto de Abastecimento de Combustíveis (Construção e Equipamento Específicos)	4	4	300	205	511283210	Textfuel, Lda	376.404	169.382	135.505	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000016	Investimento em equipamentos que reflectem a introdução de novas tecnologias e software informático	4	4	300	202	511023006	Cimentos Madeira, Lda	575.381	230.152	184.122	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000017	Remodelação da farmácia de Santo António	4	4	300	204	511241895	Paulo Sousa - Activiade Farmaceutica, Unipessoal, Lda	572.236	228.894	183.116	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000018	Remodelação Estrutural e Certificação Internacional	4	4	300	202	511224834	Navinerte, Lda	1.386.756	624.040	499.232	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000020	Posto de Abastecimento de Combustíveis (Construção e Equipamento Específicos)	4	4	300	205	511279612	Manuel António & Filhas, Lda	621.410	279.634	223.708	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000021	Reconversão do sistema energético dos equipamentos	4	4	300	202	511030746	OPM - Sociedade Operações Portuárias da Madeira	701.582	350.791	280.633	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000023	Criação de uma bomba de gasolina nos prazeres	4	4	300	201	509180698	Prazeres com Estilo, Lda	794.230	357.403	285.923	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000024	Adaptação de espaço para uma unidade de panificação e pastelaria	4	4	300	205	509477690	Sabor Directo - Panificação e Pastelaria, Lda	435.295	174.118	139.294	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000025	Aquisição de equipamentos inovadores e eficientes	4	4	300	204	511092814	Electro Lugares - Tabua, Lda	287.357	143.678	114.943	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000026	Implementação de um sistema informático integrado e Sistema de Gestão da Qualidade	4	4	300	201	511134681	CMP - Auditoria e Consultoria, Lda	590.333	236.133	188.907	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000027	Requalificação e reestruturação dos estabelecimentos comerciais	4	4	300	203	511075286	Qualifrutras, Comércio Grossista de Frutas, SA.	1.489.358	595.743	476.595	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0119-FEDER-000030	Internacionalização da empresa e reforço da capacidade informática	4	4	300	204	511023723	AFAVIAS - Engenharia e Construções, SA.	710.098	319.544	255.635	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000001	Requalificação de um estabelecimento hoteleiro	4	4	300	202	511008872	M & J Pestana - Sociedade Turismo da Madeira, SA.	856.725	256.751	205.401	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000002	Remodelação, modernização e ampliação de uma unidade hoteleira	4	4	300	205	511250436	Porto Calhau - Serviços Turísticos, Lda	752.926	338.817	271.053	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000003	Aquisição de novos equipamentos para actividade de mergulho	4	4	300	205	511071922	Tubarão Madeira Mergulho, Lda	81.070	32.428	25.942	0
Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	MADFDR-02-0120-FEDER-000004	Criação do Restaurante VICTORY	4	4	300	202	511037805	TURPS - Empreendimentos Turísticos do Porto Santo, Lda	792.141	356.463	285.171	0

Anexo XI - Ficha de Grande Projecto

Ficha de Grande Projecto

1: Identificação do Grande Projecto	
CCI	CCI 2007 PT 16 2 PO 002
Designação	Instalação dum centro de rastreio de satélites - fornecimento de capacidade satelitar
Beneficiário	Eutelsat Madeira Unipessoal, Lda.
Eixo Prioritário	Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento
Fundo *	FEDER
Sector **	Investimento Produtivo
Localização (NUT II/III)	300 - Região Autónoma da Madeira

* FEDER ou Fundo de Coesão; ** Infra-estruturas ou Produtivo.

2 Processo de notificação à Comissão Europeia				
Datas			Número da Decisão	Montante da Decisão (euros)
Aprovação AG/OI	Última notificação à CE	Decisão		
02.10.2009	03.03.2010	16.12.2010	C(2010)8626	1.734.375

3.a.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento em Infra-estruturas)				
	Previsto (Formulário Grande Projecto)		Efectivo	
	Data de início	Data de conclusão	Data de início	Data de conclusão
1. Estudos de viabilidade	-	-	-	-
2. Análise custo-benefício (incluindo análise financeira)	-	-	-	-
3. Avaliação de impacto ambiental	-	-	-	-
4. Estudos de concepção	-	-	-	-
5. Preparação da documentação relativa ao concurso	-	-	-	-
6. Lançamento previsto dos processos de concurso	-	-	-	-
7. Aquisição de terrenos	-	-	-	-
8. Fase/contrato de construção	-	-	-	-
9. Fase operacional	-	-	-	-

Ficha de Grande Projecto

3.b.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento Produtivo)

	Previsto (Formulário Grande Projecto)		Efectivo	
	Data de início	Data de conclusão	Data de início	Data de conclusão
1. Estudos de viabilidade/Plano de negócios	01.01.2009	22.01.2009		
2. Análise custo-benefício	01.01.2009	22.01.2009		
3. Avaliação de impacto ambiental	n.a.	n.a.		
4. Aquisição de terrenos	n.a.	n.a.		
5. Fase de construção	03.04.2009	30.06.2011		
6. Fase operacional	01.06.2010	01.06.2020		

4: Fontes de co-financiamento (ponto H.2.2. do Formulário de Grande Projecto)

Fonte dos custos totais do investimento	Previsto (Formulário Grande Projecto) (euros)	Reprogramado (euros)
1. Custo total do investimento	86.127.000,00	
2. Apoio comunitário	1.387.500,00	
3. Fundos públicos (nacionais ou equivalente)	1.387.500,00	
4. Fundos privados nacionais	83.352.000,00	
5. Outras fontes (especificar)	0,00	
6. Das quais (para informação) Empréstimos BEI/FEI	0,00	
7. Dos quais custo elegível (ponto H.1)	5.550.000,00	

5: Despesa validada (valores acumulados em euros)

Despesa elegível	Fundo	Taxa de execução
0,0	0,00	

6: Projectos concluídos (caso aplicável)

	Previsto		Valor Realizado	Taxa de realização
	Designação	Valor		
1. Indicadores de realização				
2. Indicadores de resultado				
3. Indicadores Comuns CE				

Anexo XII - Ficha de Projecto Ambiental

Não aplicável

Anexo XIII - Template Monitoring Report, do documento COCOF n.º 10-0014-04-EN, de 21/02/2011 - Guidance Note on Financial Engineering Instruments under Article 44 of Council Regulation (EC) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho

Candidatura n.º MADFDR-02-0123-FEDER-000001 - Linha de Crédito PME Madeira

FORM II		Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments other than HF's (conversion rate: xxx EUR/national currency)			
A		GENERAL INFORMATION ON THE FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENT			
A.1	Name of the FEI	Linha de Crédito PME Madeira			
A.2	Attributable to Art 44 first paragraph (a), (b) or (c) of (EC) 1083/2006?	Sim			
A.3	Geographical scope of FEI (national/regional)	Regional - Região Autónoma da Madeira			
A.4	Short description of FEI	A Linha de Crédito Pequenas e Médias Empresas (PME) da Madeira, destinada a facilitar o acesso das empresas ao crédito bancário.			
A.5	Short description of overall investment strategy (instruments, target sectors and envisaged recipients)	A Linha de Crédito PME Madeira constitui um instrumento de apoio ao financiamento do tecido empresarial regional tendo como principal característica facilitar o crédito, através da bonificação da taxa de juro (spread e 1% da Euribor a 3 meses) e da minimização do risco das operações bancárias, recorrendo aos mecanismos do Sistema Nacional de Garantia Mútua.			
A.6	FEI manager	IDE-RAM			
A.7	Procedure for selecting the FEI manager (short description)	O Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE-RAM) é a única entidade pública na Madeira vocacionada para o apoio às PME's.			
A.8	Date of signature of (funding) agreement with HF or MA	11-03-2009			
B		CONTRIBUTIONS TO THE FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENT (OTHER THAN HF)			
B.1		CONTRIBUTIONS RECEIVED FROM HF (in case HF structure is implemented)			
B.1.1	Total HF contribution committed in FA or equivalent contractual arrangement with the HF (in m EUR)	Não aplicável			
B.1.2	Total HF contribution effectively received from the HF (in m EUR)	Não aplicável			
B.2		CONTRIBUTIONS FROM OPERATIONAL PROGRAMME(S) (where no HF structure is implemented)		Total	
B.2.1	Name of Operational Programme	PO INTERVIR+ - Programa Operacional da Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM		Priority 1	Priority 2
B.2.1	ERDF resources	ERDF amounts committed in FA (in m EUR)		2,097	
B.2.1		ERDF amounts effectively contributed to FEI (in m EUR)		0,241	
B.2.1	ESF resources (if any)	ESF amounts committed in FA (in m EUR)		Não aplicável	
B.2.1		ESF amounts effectively contributed to FEI (FI) (in m EUR)		Não aplicável	
B.2.1	National public co-funding	Public co-funding committed in FA (in m EUR)		0,524	
B.2.1		Public co-funding effectively contributed to FEI (in m EUR)		0,060	
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in cash (in m EUR, contributed by)		0,060	
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in kind (in m EUR, contributed by)		0	
B.2.1	National private co-funding	Private co-funding committed in FA (in m EUR)		Não aplicável	
B.2.1		Private co-funding effectively contributed to FEI (in m EUR)		Não aplicável	
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in cash (in m EUR, contributed by)		Não aplicável	
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in kind (in m EUR, contributed by)		Não aplicável	
B.3		ADDITIONAL (LEVERAGE) RESOURCES CONTRIBUTED TO THE FEI (OTHER THAN HF)			
B.2.1	Additional (leverage) resources contributed at the level of the FEI (beyond OP contributions)	Total amount of leverage resources legally committed to FEI (in EUR)		40,000	
B.2.1		Total amount of leverage resources effectively contributed to FEI (in EUR)		40,000	
B.2.1		* effectively contributed by the public sector (in m EUR, contributed by)		0,000	
B.2.1		* effectively contributed by the private sector (in m EUR, contributed by)		40,000	
B.2.1		Nature and origin of leverage resources contributed to the FEI (brief description)		Bancos financiando as PMEs	
B.4		TOTALS			
B.4.1	Total volume of contributions to the FEI as stated in the FA or equivalent contractual arrangements (in m EUR)	2,621			
B.4.1	Total contributions effectively received by the the FEI (in m EUR)	0,301			
C		INVESTMENTS /FINANCIAL PRODUCTS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (by financial product)			
C.1	LOANS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)	Total		Loan programme or product 1	Loan programme or product 2
				Loan programme or product ...	

C.1.1		Name of programme or product	Linha de Crédito PME Madeira			
C.1.2		Type of final recipients targetted (brief description)	PME's			
C.1.3	General information	Procedure for selecting final recipients (brief description)	As PME's contactam um banco protocolado que após a análise do risco da operação e do cumprimento das condições de elegibilidade da empresa enviam a operação para a Sociedade de Garantia Mútua. O IDE-RAM faz o enquadramento da operação e envia ao IFDR, para efeitos de controlo da regra minimis.			
C.1.4		Programme or product available until (please indicate date)	31-12-2013			
C.1.5	Contractual commitments	Number of loan contracts signed with final recipients	183			
C.1.6		Total loan amount committed in contracts with final recipients (in m EUR)	37,135			
C.1.7	Actual utilisation (loans disbursed)	Number of loans (fully or partially) disbursed to final recipients	183			
C.1.8		Total loan amount effectively disbursed to final recipients (in m EUR)	37,135			
C.2	GUARANTEES COMMITTED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Guarantee programme or product 1	Guarantee programme or product 2	Guarantee programme or product ...
C.2.1		Name of programme or product	Linha de Crédito PME Madeira			
C.2.2		Final recipients targetted (brief description)	PME's			
C.2.3	General information	Procedure for selecting final recipients (brief description)	As PME's contactam um banco protocolado que após a análise do risco da operação enviam a operação para a Sociedade de Garantia Mútua, tendo a PME de cumprir com as regras da Lisgarante para ver o seu projecto aprovado.			
C.2.4		Programme or product available until (please indicate date)	31/12/2013			
C.2.5		Average guarantee cover provided by programme of product (in relation to underlying loan, in %)	50%			
C.2.6	Contractual commitments	Number of guarantee contracts signed with final recipients	183			
C.2.7		Total amount blocked for guarantee contracts signed (in m EUR)	18,568			
C.2.8		Number of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	183			
C.2.9		Total value of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	37,135			
C.2.10		Envisaged multiplier (= ratio of amount blocked for guarantees / value of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts)	0,5			
C.2.11	Actual utilisation (guarantees committed / loans disbursed)	Total amount of guarantees actually committed for disbursed loans in accordance with contracts signed (in m EUR)	18,568			
C.2.12		Number of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	183			
C.2.13		Total value of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	37,135			
C.2.14		Actual multiplier (= ratio of capital allocated to guarantees actually committed to or provided for disbursed loans / value of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts)	0,5			
C.3	EQUITY / VENTURE CAPITAL PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Equity / venture capital programme or product 1	Equity / venture capital programme or product 2	Equity / venture capital programme or product ...
C.3.1	General information	Name of programme or product	Não aplicável			
C.3.2		Final recipients targetted (brief description)	Não aplicável			
C.3.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	Não aplicável			
C.3.4		Programme or product available until (please indicate date)	Não aplicável			
C.3.5	Contractual commitments	Number of shareholder agreements signed with final recipients	Não aplicável			
C.3.6		Total amount of investments committed in line with agreements (in m EUR)	Não aplicável			

C.3.7		Number of investments made in line with agreements signed	Não aplicável			
C.3.8	Actual utilisation	Total amount of investments effectively made in line with agreements (in m EUR)	Não aplicável			
C.3.9		Valuation of total investments made (in m EUR, date of valuation)	Não aplicável			
C.4	OTHER PRODUCTS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Programme or product 1	Programme or product 2	Programme or product ...
C.4.1	General information	Name of programme or product	Linha de Crédito PME Madeira			
C.4.2		Type of final recipients targeted (brief description)	PMEs			
C.4.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	A entidade gestora após a contratação da operação e após solicitação por parte do Banco e SPGM, bonifica os juros e comissões conforme previsto no Protocolo.			
C.4.4		Programme or product available until (please indicate date)	31-12-2013			
C.4.5	Contractual commitments	Number of products legally committed to final recipients	2	Bonificação taxa juro	Comissões	
C.4.6		Total amount committed in contracts with final recipients (in m EUR)	2,550	2	0,55	
C.4.7	Actual utilisation (loans disbursed)	Number of products effectively provided to final recipients	2			
C.4.8		Total amount effectively disbursed to final recipients (in m EUR)	0,301			
C.5	TOTALS					
C.5.1	Total number of transactions (no. of contracts or agreements signed with final recipients)		183			
C.5.2	Total amount of FEI resources legally committed to final recipients (in m EUR)		37,135			
C.5.3	Total amount effectively contributed to final recipients (in m EUR)		37,135			
D	RETURNS & RECYCLING					
D.1	LOANS (if applicable)		Total	Programme or product 1	Programme or product 2	Programme or product ...
D.1.1	Loans (in accordance with section C.1)	Total number of disbursed loans repaid	Ainda não disponível			
D.1.2		Total amount of repayments on disbursed loans, fully or partially (total principal value of the loan, in m EUR)	Ainda não disponível			
D.1.3		Total number of disbursed loans defaulted	Ainda não disponível			
D.1.4		Total amount of disbursed loans defaulted (total principal of the loans, in m EUR)	Ainda não disponível			
D.1.5		Total amount of interest effectively paid to the FEI (in m EUR)	Não aplicável			
D.1.6		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI (in m EUR)	Não aplicável			
D.2	GUARANTEES (if applicable)		Total			
D.2.1	Guarantees (in accordance with section C.2)	Total number of guarantees provided (repayment term for underlying loans expired)	179			
D.2.2		Total blocked amount for guarantees provided (in m EUR)	13,375			
D.2.3		* Total blocked amount for guarantees provided and not called (in m EUR)	13,240			
D.2.4		* Total blocked amount for guarantees provided and called due to loan default (in m EUR)	0,135			
D.2.5		Total amount of guarantee fees or equivalent charges effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	0,000			
D.2.6		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	Não aplicável			
D.3	EQUITY / VENTURE CAPITAL (if applicable)		Total			
D.3.1	Equity / Venture Capital (in accordance with section C.3)	Total number of full or partial exits from investment	Não aplicável			
D.3.2		Total amount of full or partial exits from investments, sold and realised (in m EUR)	Não aplicável			
D.3.3		* of which the following total amount is qualified as gains, income or dividends (exceeding the initial investment amount) repaid from investments and effectively realised by the FEI (in m EUR)	Não aplicável			
		Total amount of write-offs on equity investments (in m EUR)	Não aplicável			
D.4	OTHER PRODUCTS (if applicable)		Total			
D.4.1	Other products (in accordance with section C.4)	Total amount repaid to the FEI by final recipients (in m EUR)	Não aplicável			
D.4.2		Total amount of charges effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	Não aplicável			
D.4.3		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	Não aplicável			
D.5	TOTALS					
D.5.1	Total amount of repayments to the FEI (in m EUR): D.1.2 + D.2.3 + D.3.2 + D.4.1)		13,240			
D.5.2	Total amount of interest, fees or other gains on investments returned to the FEI (in m EUR): D.1.5 + D.1.6 + D.2.5 + D.2.6 + D.3.3 + D.4.2 + D.4.3)		0,0			

E	NATIONAL CO-FINANCING & LEVERAGE RESOURCES PROVIDED AT THE LEVEL OF THE FINAL RECIPIENT		Programme or product 1	Programme or product 2	Programme or product ...
E.1.1	Public national co-financing at the level of final recipient (related to OP)	Amount of public national co-financing effectively contributed at the level of the final recipient in accordance with underlying OP (in m EUR)	0,301		
E.1.2		* of which effectively contributed in cash (in m EUR, contributed by)	0,301		
E.1.2		* of which effectively contributed in kind (in m EUR, contributed by)	0,000		
E.2.1	Private national co-financing at the level of final recipient (related to OP)	Amount of private national co-financing effectively contributed at the level of the final recipient in accordance with underlying OP (in m EUR)	37,135		
E.2.2		* of which effectively contributed in cash (in m EUR, contributed by)	37,135		
E.2.3		* of which effectively contributed in kind (in m EUR, contributed by)	0,000		
E.3.1	Additional (leverage) resources mobilised at the level of final recipient (outside the scope of the OP)	Total amount of leverage resources mobilised at the level of final recipient (in EUR)	37,436		
E.3.2		* amount mobilised from the public sector (in m EUR, contributed by)	0,301		
E.3.3		* amount mobilised from the private sector (in m EUR, contributed by)	37,135		
E.3.4		Nature and origin of leverage resources mobilised at the level of final recipient (brief description)	Bancos financiaram as PMEs		
F	MANAGEMENT COSTS & FEES				
F.1	Total amount of management costs and/or fees effectively paid to the FEI manager (in m EUR)		0,00		
G	EXITS FROM THE FEI				
G.1	Total amount of exits realised and effectively paid back to the HF or the MA (in m EUR)		Não aplicável		
G.2	Total amount of exits realised and effectively paid to other shareholders of the fund (in m EUR)		Não aplicável		
H	INDICATORS (additional indicators can be added where considered appropriate)				
H.1	Total number of final recipients supported		183		
H.2	Financial products supported by 1 EUR of public funds		14,17		
H.3	Total amount of additional leverage resources mobilised at the level of the FEI and final recipients (outside the scope of the OP(s)) (in m EUR)		0		
H.4	Number of jobs created or safeguarded a)		4355		

a) Pela ficha do indicador "Empregos Brutos Criados" as operações apoiadas pelos instrumentos de engenharia financeira não contribuem para o mesmo, ou seja, as Linhas de Crédito, enquanto operações co-financiadas pelo Programa, não contribuem para o referido indicador. Assim, o n.º de empregos constantes em H.4 diz apenas respeito às empresas que beneficiam da referida Linha.

Candidatura n.º MADFDR-02-0123-FEDER-000002 - Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira

FORM II	Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments other than HF's (conversion rate: xxx EUR/national currency)					
A	GENERAL INFORMATION ON THE FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENT					
A.1	Name of the FEI	Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira				
A.2	Attributable to Art 44 first paragraph (a), (b) or (c) of (EC) 1083/2006?	Sim				
A.3	Geographical scope of FEI (national/regional)	Regional - Região Autónoma da Madeira				
A.4	Short description of FEI	A Linha de Crédito Micro e Pequenas Empresas (MPE) da Madeira, destinada a facilitar o acesso das MPE ao crédito bancário.				
A.5	Short description of overall investment strategy (instruments, target sectors and envisaged recipients)	A Linha de Crédito Micro e Pequenas Empresas (MPE) da Madeira, destinada a facilitar o seu acesso ao crédito bancário, através da bonificação da taxa de juro, isenção de spread e comissões de garantia e ainda procura-se atenuar as dificuldades de tesouraria dos beneficiários, minimizando os riscos das operações de crédito através da utilização de mecanismos de garantia mútua.				
A.6	FEI manager	IDERAM				
A.7	Procedure for selecting the FEI manager (short description)	O Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE-RAM) é a única entidade pública na Madeira vocacionada para o apoio às MPE's.				
A.8	Date of signature of (funding) agreement with HF or MA	11-03-2009				
B	CONTRIBUTIONS TO THE FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENT (OTHER THAN HF)					
B.1	CONTRIBUTIONS RECEIVED FROM HF (in case HF structure is implemented)					
B.1.1	Total HF contribution committed in FA or equivalent contractual arrangement with the HF (in m EUR)	Não aplicável				
B.1.2	Total HF contribution effectively received from the HF (in m EUR)	Não aplicável				
B.2	CONTRIBUTIONS FROM OPERATIONAL PROGRAMME(S) (where no HF structure is implemented)		Total			
B.2.1	Name of Operational Programme	PO INTERVIR+ - Programa Operacional da Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM		Priority 1	Priority 2	Priority ...
B.2.1	ERDF resources	ERDF amounts committed in FA (in m EUR)		2,000		
B.2.1		ERDF amounts effectively contributed to FEI (in m EUR)		0,845		
B.2.1	ESF resources (if any)	ESF amounts committed in FA (in m EUR)		Não aplicável		
B.2.1		ESF amounts effectively contributed to FEI (FI) (in m EUR)		Não aplicável		
B.2.1	National public co-funding	Public co-funding committed in FA (in m EUR)		0,500		
B.2.1		Public co-funding effectively contributed to FEI (in m EUR)		0,211		
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in cash (in m EUR, contributed by)		0,211		
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in kind (in m EUR, contributed by)		0,000		
B.2.1	National private co-funding	Private co-funding committed in FA (in m EUR)		Não aplicável		
B.2.1		Private co-funding effectively contributed to FEI (in m EUR)		Não aplicável		
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in cash (in m EUR, contributed by)		Não aplicável		
B.2.1		* of which effectively contributed to FEI in kind (in m EUR, contributed by)		Não aplicável		
B.3	ADDITIONAL (LEVERAGE) RESOURCES CONTRIBUTED TO THE FEI (OTHER THAN HF)					
B.2.1	Additional (leverage) resources contributed at the level of the FEI (beyond OP contributions)	Total amount of leverage resources legally committed to FEI (in EUR)		10,000		
B.2.1		Total amount of leverage resources effectively contributed to FEI (in EUR)		10,000		
B.2.1		* effectively contributed by the public sector (in m EUR, contributed by)		0,000		
B.2.1		* effectively contributed by the private sector (in m EUR, contributed by)		10,000		
B.2.1		Nature and origin of leverage resources contributed to the FEI (brief description)		Bancos financiam as Micro e Pequenas Empresas		
B.4	TOTALS					
B.4.1	Total volume of contributions to the FEI as stated in the FA or equivalent contractual arrangements (in m EUR)		2,500			
B.4.1	Total contributions effectively received by the the FEI (in m EUR)		1,056			
C	INVESTMENTS /FINANCIAL PRODUCTS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (by financial product)					
C.1	LOANS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Loan programme or product 1	Loan programme or product 2	Loan programme or product ...

C.1.1	General information	Name of programme or product	Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira			
C.1.2		Type of final recipients targeted (brief description)	Micro e Pequenas Empresas			
C.1.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	As Micro e Pequenas Empresas contactam um banco protocolado que após a análise do risco da operação e do cumprimento das condições de elegibilidade da empresa enviam a operação para a Sociedade de Garantia Mútua. O IDE-RAM faz o enquadramento da operação e envia ao IFDR, para efeitos de controlo da regra minimis.			
C.1.4		Programme or product available until (please indicate date)	31-12-2013			
C.1.5	Contractual commitments	Number of loan contracts signed with final recipients	268			
C.1.6		Total loan amount committed in contracts with final recipients (in m EUR)	8,268			
C.1.7	Actual utilisation (loans disbursed)	Number of loans (fully or partially) disbursed to final recipients	268			
C.1.8		Total loan amount effectively disbursed to final recipients (in m EUR)	8,268			
C.2	GUARANTEES COMMITTED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Guarantee programme or product 1	Guarantee programme or product 2	Guarantee programme or product ...
C.2.1	General information	Name of programme or product	Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira			
C.2.2		Final recipients targeted (brief description)	Micro e Pequenas Empresas			
C.2.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	As Micro e Pequenas Empresas contactam um banco protocolado que após a análise do risco da operação enviam a operação para a Sociedade de Garantia Mútua, tendo a empresa de cumprir com as regras da Lisgarante para ver o seu projecto aprovado.			
C.2.4		Programme or product available until (please indicate date)	31-12-2013			
C.2.5	Contractual commitments	Average guarantee cover provided by programme of product (in relation to underlying loan, in %)	7,50%			
C.2.6		Number of guarantee contracts signed with final recipients	268			
C.2.7		Total amount blocked for guarantee contracts signed (in m EUR)	0,620			
C.2.8		Number of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	268			
C.2.9		Total value of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	8,268			
C.2.10		Envisaged multiplier (= ratio of amount blocked for guarantees / value of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts)	0,075			
C.2.11	Actual utilisation (guarantees committed / loans disbursed)	Total amount of guarantees actually committed for disbursed loans in accordance with contracts signed (in m EUR)	0,620			
C.2.12		Number of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	268			
C.2.13		Total value of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	268			
C.2.14		Actual multiplier (= ratio of capital allocated to guarantees actually committed to or provided for disbursed loans / value of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts)	0,075			
C.3	EQUITY / VENTURE CAPITAL PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Equity / venture capital programme or product 1	Equity / venture capital programme or product 2	Equity / venture capital programme or product ...
C.3.1	General information	Name of programme or product	Não aplicável			
C.3.2		Final recipients targeted (brief description)	Não aplicável			
C.3.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	Não aplicável			
C.3.4		Programme or product available until (please indicate date)	Não aplicável			

C.3.5	Contractual commitments	Number of shareholder agreements signed with final recipients	Não aplicável			
C.3.6		Total amount of investments committed in line with agreements (in m EUR)	Não aplicável			
C.3.7	Actual utilisation	Number of investments made in line with agreements signed	Não aplicável			
C.3.8		Total amount of investments effectively made in line with agreements (in m EUR)	Não aplicável			
C.3.9		Valuation of total investments made (in m EUR, date of valuation)	Não aplicável			
C.4	OTHER PRODUCTS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)		Total	Programme or product 1	Programme or product 2	Programme or product ...
C.4.1	General information	Name of programme or product	Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira			
C.4.2		Type of final recipients targetted (brief description)	Micro e Pequenas Empresas			
C.4.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	A entidade gestora após a contratação da operação e após solicitação por parte do Banco e SGM bonifica os juros e comissões conforme previsto no Protocolo.			
C.4.4		Programme or product available until (please indicate date)	31-12-2013			
C.4.5	Contractual commitments	Number of products legally committed to final recipients	3	Bonificação tx juro	Comissões de Garantia Mútua	Fundo Contragarantia Mútuo
C.4.6		Total amount committed in contracts with final recipients (in m EUR)	2,398	0,873	0,525	1
C.4.7	Actual utilisation (loans disbursed)	Number of products effectively provided to final recipients	2			
C.4.8		Total amount effectively disbursed to final recipients (in m EUR)	0,000			
C.5	TOTALS					
C.5.1	Total number of transactions (no. of contracts or agreements signed with final recipients)		268			
C.5.2	Total amount of FEI resources legally committed to final recipients (in m EUR)		10,000			
C.5.3	Total amount effectively contributed to final recipients (in m EUR)		8,268			
D	RETURNS & RECYCLING					
D.1	LOANS (if applicable)		Total	Programme or product 1	Programme or product 2	Programme or product ...
D.1.1	Loans (in accordance with section C.1)	Total number of disbursed loans repaid	Ainda não disponível			
D.1.2		Total amount of repayments on disbursed loans, fully or partially (total principal value of the loan, in m EUR)	Ainda não disponível			
D.1.3		Total number of disbursed loans defaulted	Ainda não disponível			
D.1.4		Total amount of disbursed loans defaulted (total principal of the loans, in m EUR)	Ainda não disponível			
D.1.5		Total amount of interest effectively paid to the FEI (in m EUR)	Não aplicável			
D.1.6		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI (in m EUR)	Não aplicável			
D.2	GUARANTEES (if applicable)		Total			
D.2.1	Guarantees (in accordance with section C.2)	Total number of guarantees provided (repayment term for underlying loans expired)	263			
D.2.2		Total blocked amount for guarantees provided (in m EUR)	5,940			
D.2.3		* Total blocked amount for guarantees provided and not called (in m EUR)	5,891			
D.2.4		* Total blocked amount for guarantees provided and called due to loan default (in m EUR)	0,049			
D.2.5		Total amount of guarantee fees or equivalent charges effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	0,000			
D.2.6		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	Não aplicável			
D.3	EQUITY / VENTURE CAPITAL (if applicable)		Total			
D.3.1	Equity / Venture Capital (in accordance with section C.3)	Total number of full or partial exits from investment	Não aplicável			
D.3.2		Total amount of full or partial exits from investments, sold and realised (in m EUR)	Não aplicável			
D.3.3		* of which the following total amount is qualified as gains, income or dividends (exceeding the initial investment amount) repaid from investments and effectively realised by the FEI (in m EUR)	Não aplicável			
		Total amount of write-offs on equity investments (in m EUR)	Não aplicável			
D.4	OTHER PRODUCTS (if applicable)		Total			

D.4.1		Total amount repaid to the FEI by final recipients (in m EUR)	Não aplicável			
D.4.2	Other products (in accordance with section C.4)	Total amount of charges effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	Não aplicável			
D.4.3		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)	Não aplicável			
D.5	TOTALS					
D.5.1	Total amount of repayments to the FEI (in m EUR): D.1.2 + D.2.3 + D.3.2 + D.4.1)		5,891			
D.5.2	Total amount of interest, fees or other gains on investments returned to the FEI (in m EUR): D.1.5 + D.1.6 + D.2.5 + D.2.6 + D.3.3 + D.4.2 + D.4.3)		0,0			
E	NATIONAL CO-FINANCING & LEVERAGE RESOURCES PROVIDED AT THE LEVEL OF THE FINAL RECIPIENT			Programme or product 1	Programme or product 2	Programme or product ...
E.1.1	Public national co-financing at the level of final recipient (related to OP)	Amount of public national co-financing effectively contributed at the level of the final recipient in accordance with underlying OP (in m EUR)	1,100			
E.1.2		* of which effectively contributed in cash (in m EUR, contributed by)	1,100			
E.1.2		* of which effectively contributed in kind (in m EUR, contributed by)	0,000			
E.2.1	Private national co-financing at the level of final recipient (related to OP)	Amount of private national co-financing effectively contributed at the level of the final recipient in accordance with underlying OP (in m EUR)	1,100			
E.2.2		* of which effectively contributed in cash (in m EUR, contributed by)	1,100			
E.2.3		* of which effectively contributed in kind (in m EUR, contributed by)	0,000			
E.3.1	Additional (leverage) resources mobilised at the level of final recipient (outside the scope of the OP)	Total amount of leverage resources mobilised at the level of final recipient (in EUR)	9,368			
E.3.2		* amount mobilised from the public sector (in m EUR, contributed by)	1,100			
E.3.3		* amount mobilised from the private sector (in m EUR, contributed by)	8,268			
E.3.4		Nature and origin of leverage resources mobilised at the level of final recipient (brief description)	Bancos financiam as MPEs			
F	MANAGEMENT COSTS & FEES					
F.1	Total amount of management costs and/or fees effectively paid to the FEI manager (in m EUR)		0,00			
G	EXITS FROM THE FEI					
G.1	Total amount of exits realised and effectively paid back to the HF or the MA (in m EUR)		Não aplicável			
G.2	Total amount of exits realised and effectively paid to other shareholders of the fund (in m EUR)		Não aplicável			
H	INDICATORS (additional indicators can be added where considered appropriate)					
H.1	Total number of final recipients supported		353			
H.2	Financial products supported by 1 EUR of public funds		3,31			
H.3	Total amount of additional leverage resources mobilised at the level of the FEI and final recipients (outside the scope of the OP(s)) (in m EUR)		0			
H.4	Number of jobs created or safeguarded a)		2905			

a) Pela ficha do indicador "Empregos Brutos Criados" as operações apoiadas pelos instrumentos de engenharia financeira não contribuem para o mesmo, ou seja, as Linhas de Crédito, enquanto operações co-financiadas pelo Programa, não contribuem para o referido indicador. Assim, o n.º de empregos constantes em H.4 diz apenas respeito às empresas que beneficiam da referida Linha.

Anexo XIV - Estrutura do Programa

Eixo	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento	Destinatários
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	> Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Acções Inovadoras	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	> Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região	> Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico > Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	
	Modernização Administrativa	> Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Regional	> Modernização Administrativa	
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	> Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia regional	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Engenharia Financeira	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Envolvente empresarial	> Melhorar a envolvente da actividade empresarial	> Acções Colectivas > Acolhimento Empresarial > Energia	
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	> Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e de resíduos sólidos urbanos	> Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa > Resíduos Sólidos Urbanos	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Riscos naturais e tecnológicos	> Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos	> Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	> Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade	> Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade	
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Mobilidade > Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer > Educação > Saúde e Desenvolvimento Social	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Reabilitação urbana e rural	> Apoiar a reabilitação urbana e rural	> Reabilitação Urbana e Rural	
	Cooperação interregional	> Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu	> Cooperação Interregional	
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	> Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais	> Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade > Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral	Entidades Públicas e privadas, a título individual ou colectivo
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	> Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperiferidade	> Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos	Entidades públicas com intervenção na coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação do Programa

Ficha Técnica

Título: Relatório de Execução do Programa Intervir+

Ano 2010

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional

Travessa do Cabido, nº 16

9000-715 Funchal

Região Autónoma da Madeira

Portugal

Tel.: (+351) 291 214 000 / Fax: (+351) 291 214 001

Data de Edição: Junho 2011

Informação disponível em www.idr.gov-madeira.pt

